



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VALTER PINHEIRO DA COSTA

DAS ÁGUAS PARA A CIDADE E DA CIDADE PELAS ÁGUAS:
mudanças e permanências em Maracanã/PA, uma cidade ribeirinha-costeira do
Salgado Paraense

Belém-PA

2024

VALTER PINHEIRO DA COSTA

DAS ÁGUAS PARA A CIDADE E DA CIDADE PELAS ÁGUAS:
mudanças e permanências em Maracanã/PA, uma cidade ribeirinha-costeira do
Salgado Paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão e Organização do Território.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral

Belém-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C837a Costa, Valter Pinheiro da.
Das águas para a cidade e da cidade pelas águas : mudanças e permanências em Maracanã/PA, uma cidade ribeirinha-costeira do Salgado Paraense. / Valter Pinheiro da Costa, . — 2024.
272 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2024.

1. Cidade. 2. ribeirinha-costeira. 3. Mudanças. 4.
Permanências. 5. Ribeirinidade. I. Título.

CDD 900

VALTER PINHEIRO DA COSTA

DAS ÁGUAS PARA A CIDADE E DA CIDADE PELAS ÁGUAS:
mudanças e permanências em Maracanã/PA, uma cidade ribeirinha-costeira do
Salgado Paraense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Gestão e Organização do Território.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral

RESULTADO: **APROVADO**

DATA: __07__ / 02 / _2024_

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral (PPGEO/UFPA)
(Orientador)

Prof.^a Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel (PPGEO/UFPA)
(Examinadora Interna)

Prof. Dr. Michel Melo Lima (PPDMU/UNAMA)
(Examinador Externo)

Prof.^a Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa (PPGPLUR/UNIVAP)
(Examinadora Externa)

Belém-PA

2024



**ATA DO EXAME DE DEFESA PÚBLICA DE
MESTRADO
DISCENTE: VALTER PINHEIRO DA COSTA
PPGEO, 07 DE FEVEREIRO DE 2024**

Às nove horas do dia sete de fevereiro de 2024, em formato online (remotamente), foi instalada a banca de Defesa Pública de Mestrado em Geografia, para julgamento da dissertação desenvolvida pelo discente **VALTER PINHEIRO DA COSTA**, matriculado no Programa de Pós- Graduação em Geografia da UFPA sob o número 202115570019. O professora Dr. Márcio Douglas Brito Amaral (PPGEO-UFPA), orientador e presidente da banca examinadora, abriu a sessão apresentando os examinadores: a profa. Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel (PPGEO-UFPA), examinadora interna; a Profª Drª Sandra Maria Fonseca da Costa (UNIVAP), examinadora externa; o prof. Dr. Michel de Melo Lima – (PPDUMA-UNAMA), examinador externo. Após arguição e avaliação do trabalho apresentado, relativo à dissertação intitulada: “**DAS ÁGUAS PARA A CIDADE E DA CIDADE PELAS ÁGUAS**: mudanças e permanências em Maracanã/PA, uma cidade ribeirinha-costeira do Salgado Paraense”, os examinadores decidiram pela **APROVAÇÃO**. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada pelos examinadores presentes ao ato.

Documento assinado digitalmente
 **Marcio Douglas Brito Amaral**
Data: 24/02/2024 08:49:23-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Marcio Douglas Brito Amaral - PPGEO-UFPA
Presidente da Banca

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA APARECIDA DA SILVA PIMENTEL**
Data: 01/03/2024 11:29:43-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel - PPGEO-UFPA
Avaliadora Interna

Documento assinado digitalmente
 **SANDRA MARIA FONSECA DA COSTA**
Data: 11/04/2024 10:46:37-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª Drª Sandra Maria Fonseca da Costa – PPGPLUR-UNIVAP
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente
 **MICHEL DE MELO LIMA**
Data: 23/02/2024 22:34:14-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Michel de Melo Lima – PPDMU-UNAMA
Examinador externo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Valdete Ferreira da Costa e
Nazilda Pinheiro da Costa (*In memoriam*);
a minha esposa Edicléia G. Miranda Costa;
as minhas filhas: Amanda Ester G. Miranda Costa e
Ana Elise G. Miranda Costa

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação é um sonho alcançado por meio da superação de desafios que pareciam impossíveis. Um momento marcado por densas leituras e esforço de pesquisa que requereram reflexão, superação de obstáculos e solidão. Contudo, esse processo reuniu contributos de várias pessoas sem as quais não teria se tornado uma realidade.

O interessante é que tudo começou com um projeto de pesquisa geográfica para seleção de mestrado, concebido no decorrer do último semestre de minha graduação. Tal projeto, de início, mostrou certa possibilidade de execução, mas não o suficiente para ser selecionado e aprovado. Precisou ser trabalhado por mais dois anos, poderia ter desistido, pois houve impasses e precisava de forças pra continuar acreditando em minha trajetória acadêmica. Então, busquei ânimo em Deus, renovando forças para persistir no propósito que desejava atingir. Foi nesse contexto que obtive a aprovação no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Assim, agradeço a Deus pela existência e por estar vivenciando este momento, por ter me concedido ânimo e perseverança para que pudesse superar os desafios, pelo refúgio que tem sido em minha vida, pela família amável e solidária que me concedeu, pelos amigos prestativos, por suprir minhas necessidades e pela paz que excede minha compreensão.

A meus queridos pais, Valdete Ferreira da Costa e Nazilda Pinheiro da Costa (*in memoriam*), pelo incentivo e pela formidável educação que recebi, por terem me proporcionado amor e disciplina. Pelo apoio e estímulo de meu pai que compartilhou importantes conhecimentos pertinentes à esta pesquisa, os quais foram essenciais para esta conquista, a nossa conquista. Ao meu irmão Valdeci Pinheiro da Costa, as minhas irmãs Milda Ceila Costa Barbosa e Maria do Socorro Costa Casseb, pela confiança e carinho.

As minhas filhas, Amanda Ester e Ana Elise, pela compreensão nos momentos de minha ausência. Contudo, confesso que com elas aprendi que um trabalho acadêmico científico é feito com livros, arquivos, pesquisas, dados, mas também com intervalos lúdicos e prazerosos. Momentos inesquecíveis que contribuíram para renovar forças e refazer ânimos para continuar no caminho.

A minha esposa, Edicléia Gonçalves Miranda Costa, sem a qual não conheceria a totalidade da felicidade que vivo. Por ter me incentivado em todos os momentos. Minha gratidão e meu respeito.

Um agradecimento estimável ao meu orientador, professor Dr. Márcio Douglas Brito Amaral, por ter aceitado orientar-me nessa jornada geográfica apontando outros horizontes para esta pesquisa. Pela oportunidade de orientação, ensinamentos, compreensão e paciência no transcorrer dessa trajetória acadêmica científica. Meu respeito e minha admiração pela sua capacidade intelectual e pelo excelente exemplo de atuação profissional.

A professora Dra. Márcia Aparecida da Silva Pimentel que desde o início do mestrado nos deu apoio e orientação, tanto sobre o programa de pós-graduação quanto no momento da qualificação e defesa desta dissertação. Assim, agradeço pela compreensão, confiança, atenção e paciência. Saiba que sua capacidade intelectual, seu habilidoso dom para amenizar conflitos e apontar soluções são requisitos imprescindíveis em espaços onde o diálogo precisa acontecer.

Ao professor Dr. João dos Santos Nahum, a quem estimo pelo profissionalismo e pelo considerável conhecimento geográfico e filosófico. Agradeço as orientações acadêmicas preliminares, a compreensão e por ter, com segurança e maturidade, permitido esta pesquisa seguir outra trajetória geográfica. Suas palavras de incentivo: “pegue o tema com a unha”, “persistência, paciência e perseverança”, e “coragem e sucesso” foram de grande importância para romper com momentos de incertezas.

Ao professor Dr. Carlos Jorge Nogueira de Castro, pela consideração, disponibilidade e apoio nos primeiros momentos desta caminhada. Ainda que nossas conversas tenham sido a respeito do tema e do *lócus* de pesquisa que posteriormente sofreu consideráveis mudanças, sua contribuição foi de grande importância. Meus agradecimentos, respeito e um forte abraço.

Ao professor Dr. Michel Melo de Lima e a professora Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa, pela grande contribuição no processo de aperfeiçoamento desta pesquisa. Seus esforços em ler, analisar, e propor mudanças foram fundamentais para que esta investigação se tornasse mais consistente.

Aos colegas e amigos Marlon e Cleison, agradeço pela amizade construída durante o período acadêmico e pela contribuição na produção cartográfica. Ao Henrique, ao Hebert, ao Fontes, a Arineldes, foi uma honra conviver com pessoas incríveis como vocês.

Ao Berg, amigo mais chegado que um irmão, agradeço pela dedicação, pelo comprometimento e pela considerável contribuição nesta jornada. Seus esforços em campo, na coleta de dados, foram de fundamental importância para esta pesquisa.

Aos amigos, Alessandro, Jango Pousada, Edivaldo, Dênis Bousane, Sebastião, Adenilson, Cristiano, Alessandro, Binho, Elton, Jailson, Thiago e a todos que estiveram ao meu lado durante esta etapa acadêmica, agradeço pela disposição e voluntariedade, indispensáveis, em campo durante o processo investigativo, na busca pela compreensão do desconhecido.

Ao Felipe Ferreira Moreira pelas conversas de descontração, opiniões, colaboração bibliográfica e por todas as palavras de incentivo. Que Deus abençoe você muito mais.

Agradeço aos maracanaenses que abraçaram a oportunidade de participar e contribuir com esta análise, por meio de valorosas informações durante a aplicação dos formulários e entrevistas. Gratidão pela disponibilidade e disposição para o diálogo, pelos momentos de troca de experiências e conhecimentos, os quais foram indispensáveis e de suma relevância para o desenvolvimento desta produção científica.

Aqueles e aquelas que ajudaram a superar e a vencer os desafios do trajeto, alguns bastante difíceis de serem vencidos sozinho, meus agradecimentos. Tenho consciência que de forma individual não conseguiria obter êxito. Por essa razão, o mínimo que poderia externar seriam meus agradecimentos e lembrar dos que caminharam juntamente comigo nessa jornada de desafios e superações.

Satisfação e honra por termos caminhado juntos. Meus sinceros e contínuos agradecimentos... com vocês compartilho a nossa vitória.

A terra era sem forma e vazia;
e havia trevas sobre a face do abismo,
mas o Espírito de Deus pairava sobre a face das águas
(Gênesis 1:2)

RESUMO

Esta pesquisa traz como tema: A relação cidade-rio e o espaço costeiro amazônico. Como objeto de análise aponta: a produção do espaço urbano a partir da relação cidade-rio e o espaço costeiro. Como *locus* destaca Maracanã/PA, cidade de colonização antiga no Salgado Paraense, a qual teve sua dinâmica alterada ao longo do tempo por diferentes processos de modernização territorial. É um núcleo urbano atrelado ao padrão de organização do espaço, rio-várzea-floresta (Gonçalves, 2015), com dinâmica econômica ligada ao passado e às vias fluviomarítimas, revelando a articulação da cidade com uma temporalidade não totalmente assimilada pelas atividades e modos de vida implantados recentemente. Diante disso, questiona-se: como tem ocorrido a produção do espaço urbano na cidade de Maracanã, considerando a dialética das mudanças e permanências socioespaciais ribeirinhas, intrínsecas a relação cidade-rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais derivadas da ação do Estado e do interesse do capital? Como objetivo central busca-se analisar mudanças e permanências socioespaciais manifestadas na relação da cidade de Maracanã com o rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais das estradas, da modernização pesqueira, do turismo e das Unidades de Conservação (UC). A hipótese principal apontou que, no processo de coexistência das mudanças e permanências socioespaciais intraurbanas, a dinâmica ribeirinha-costeira de Maracanã/PA continua produzindo um espaço de resistência com características amazônicas próprias da dinâmica que a cidade estabelece como rio e o espaço costeiro. Isso ocorre mesmo diante da modernização territorial transformadora que advém da ação do Estado e do interesse do capital, como a abertura do ramal conhecido como “Estrada velha” e da PA-127; projetos oriundos da modernização pesqueira como o extinto Complexo Industrial Pesqueiro no bairro do Itacoã, o turismo praieiro e a UC Reserva Extrativista Maracanã. O método de análise usado foi o Regressivo-progressivo. Como procedimentos metodológicos aplicou-se: revisão de literatura, análise documental, pesquisa de campo, registros fotográficos, entrevistas abertas, aplicação de formulários e representações cartográficas. Na teoria de base utilizou-se a produção social do espaço na perspectiva lefebvriana, bem como sua aplicação aos estudos da “urbanodiversidade” regional (Trindade Jr., 2010, p. 235) com técnicas de pesquisa qualitativa. Como resultado comprovou-se a hipótese apontada, inicialmente. Assim, a cidade de Maracanã continua produzindo um espaço de resistência com a presença de uma “ribeirinidade” ou modo de vida característico dos povos que vivem à margem de mananciais amazônicos (Rente Neto e Furtado, 2015, p. 159), próprio da dinâmica que a cidade estabelece com o rio e o espaço costeiro. Desse modo, o rio Maracanã no espaço costeiro continua tendo grande importância socioeconômica e cultural, embora a cidade possua, atualmente, um caráter bimodal de transporte, tendo a estrada como via mais utilizada. Logo, Maracanã continua mantendo forte relação como rio, manifestando características de uma autêntica cidade ribeirinha-costeira, pela sua localização a beira-rio no espaço costeiro, pela gênese histórica relacionada ao primeiro processo de colonização na Amazônia, pela forte relação com seu entorno próximo e a região, pelos valores, pelos hábitos cotidianos e pela dinâmica econômica atrelada às atividades tradicionais como a pesca artesanal.

Palavras-chave: Cidade. Ribeirinha-costeira. Mudanças. Permanências. Ribeirinidade.

ABSTRACT

This research has as its theme: The city-river relationship and the Amazon coastal space. The object of analysis is: the production of urban space based on the city-river relationship and the coastal space. The locus is Maracanã/PA, a city of ancient colonization in the Salgado Paraense region, which has had its dynamics altered over time by different processes of territorial modernization. It is an urban center linked to the river-floodplain-forest pattern of spatial organization (Gonçalves, 2015), with economic dynamics linked to the past and to the river-sea routes, revealing the city's articulation with a temporality not fully assimilated by the activities and ways of life recently implemented. In view of this, the question is: how has the production of urban space occurred in the city of Maracanã, considering the dialectic of riverside socio-spatial changes and permanences, intrinsic to the city-river relationship and the coastal space, in the face of the territorial dynamics derived from the action of the State and the interests of capital? The main objective is to analyze socio-spatial changes and continuities manifested in the relationship between the city of Maracanã and the river and coastal space, in light of the territorial dynamics of roads, fishing modernization, tourism and Conservation Units (UC). The main hypothesis is that, in the process of coexistence of intra-urban socio-spatial changes and permanences, the riverside-coastal dynamics of Maracanã/PA continue to produce a space of resistance with Amazonian characteristics typical of the dynamics that the city establishes as the river and the coastal space. This occurs even in the face of the transformative territorial modernization that advances due to the action of the State and the interests of capital, such as the opening of the branch known as “Old Road” and the PA-127; projects arising from the modernization of fishing, such as the fires at the Industrial Fishing Complex in the Itacoã neighborhood, beach tourism and the Maracanã Extractive Reserve Conservation Unit. The method of analysis used was the Regressive-Progressive. The methodological procedures applied were: literature review, document analysis, field research, photographic records, open interviews, application of forms and cartographic representations. The basic theory used the social production of space from the Lefebvrian perspective, as well as its application to studies of regional “urban diversity” (Trindade Jr., 2010, p. 235) with qualitative research techniques. As a result, the hypothesis initially proposed was proven. Thus, the city of Maracanã continues to produce a space of resistance with the presence of a “riverside” or way of life characteristic of the people who live on the banks of Amazonian water sources (Rente Neto and Furtado, 2015, p. 159), typical of the dynamics that the city establishes with the river and the coastal space. Thus, the Maracanã River in the coastal space continues to have great socioeconomic and cultural importance, although the city currently has a bimodal transportation system, with the road being the most used route. Therefore, Maracanã continues to maintain a Strong relationship with the river, manifesting characteristics of an authentic riverside-coastal city, due to its location on the riverbank in the coastal space, its historical genesis related to the first colonization process in the Amazon, its strong relationship with its immediate surroundings and the region, its values, daily habits and economic dynamics linked to traditional activities such as artisanal fishing.

Keywords: City. Riverine-coastal. Changes. Stays. Ribeirinity.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Localização dos pontos de parada na estrada de ferro Belém-Bragança.....	116
Tabela 2 - Quantidade de produtos exportados pela cidade de Maracanã no ano de 1956 ...	118
Tabela 3 - População do município de Maracanã/PA, recenseamento geral de 1950.....	119
Tabela 4 - Equipamentos urbanos no espaço da cidade de Maracanã em 1957.....	122
Tabela 5 - Frequência de uso do transporte fluviomarítimo nas atividades da orla.....	183
Tabela 6 – Produção da pesca em tonelada no município de Maracanã: período 1997 a 2003...	199
Tabela 7 – Produção da pesca em quilos no mercado municipal de Maracanã: ano de 2022.....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Padrões de urbanização amazônica.....	61
Quadro 2 – Cidade e história na Amazônia: uma tipologia.....	62
Quadro 3 - Periodização da formação urbana da cidade de Maracanã /PA.....	91
Quadro 4 - Grupos linguísticos da Amazônia brasileira e seus respectivos domínios na época do contato com os colonizadores europeus.....	99
Quadro 5 - Transportes utilizados na interação de Maracanã com sedes municipais limítrofes, em 1957.....	119
Quadro 6 - Definição das modalidades da pesca utilizada pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca no Brasil	138
Quadro 7 – Media da produção de pescados em toneladas, por município, no Estado do Pará, 1997 a 2003.....	200

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Uso do rio Maracanã por moradores e/ou trabalhadores da orla.....	159
Gráfico 2 - Tipo de resíduo (lixo) produzido na orla de Maracanã/PA.....	161
Gráfico 3 - Destino dos resíduos sólidos produzidos no espaço da frente/orla de Maracanã-PA	161
Gráfico 4 – Escala de alcance das atividades que se desenvolvem na orla da cidade de Maracanã/PA.....	181
Gráfico 5 - Uso do rio e da rodovia pelas atividades econômicas do CPCS tradicional em Maracanã-PA.....	182

Gráfico 6 - Taxa de importância do transporte fluviomarítimo, da orla e do espaço costeiro para as atividades econômicas do CPCS tradicional.....	183
Gráfico 7 - Principais atributos de importância do rio Maracanã para as atividades econômicas da CPCS tradicional.....	184
Gráfico 8 - Principais atributos de importância da frente/orla para as atividades econômicas do CPCS tradicional.....	185
Gráfico 9 - Importância do rio Maracanã no espaço costeiro para os moradores(as) dos bairros Itacoã e São Miguel	214
Gráfico 10 - Vantagens em morar nos bairros Itacoã e São Miguel.....	215
Gráfico 11 - A importância do rio Maracanã para a vida dos moradores (as) no assentamento Novo Horizonte.....	218
Gráfico 12 - Principais problemas encontrados no assentamento Novo Horizonte.....	221
Gráfico 13 - Importância do rio Maracanã no espaço costeiro para os moradores (as) dos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio.....	233
Gráfico 14 - Índice de vantagens em morar nos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio.....	235

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização e limites do município de Maracanã/PA.....	31
Mapa 2 - Localização do município de Maracanã no Salgado Paraense.....	34
Mapa 3 - Localização dos setores da Zona Costeira Paraense	35
Mapa 4 - Unidades de Conservação (UC) no entorno da cidade de Maracanã/PA.....	144
Mapa 5 - Padrão de estruturação intraurbano ribeirinho no espaço costeiro: Frente/orla da cidade, bairro Itacoã e bairro São Miguel	151
Mapa 6 - Padrão de estruturação intraurbano espontâneo: assentamento Novo Horizonte...	153
Mapa 7 - Padrão de estruturação intraurbano predefinido: conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio.....	154
Mapa 8 – Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã/PA	162
Mapa 9 - Os Polos e Áreas de Gestão da RESEX Maracanã.....	164
Mapa 10 - Descentralização do Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional para a Avenida Geraldo Manso Palmeira.....	179

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Momentos do método progressivo regressivo.....	40
Figura 2 - Casa São Pedro em construção, 1956. No detalhe, caminhão pau-de-arara que fazia o transporte de passageiros e cargas para Belém/PA.....	128
Figura 3 - Prédio onde funcionou a antiga usina de arroz de Galiano Cei.....	128
Figura 4 - Delmar Norte S/A, 1982, último empreendimento que funcionou no prédio do Complexo Industrial construído em Maracanã/ PA.....	130
Figura 5 - Ribeirinhos voltando da extração do mexilhão.....	150
Figura 6 - Desembarque da produção da extração do mexilhão na área do trapiche municipal.....	150
Figura 7 - Padrão de organização intraurbano espontâneo: assentamento Novo Horizonte...	152
Figura 8 - Padrão de estruturação intraurbano predefinido: conjunto habitacional Tinolândia na cidade de Maracanã-PA.....	153
Figura 9 – Padrão de estruturação intraurbano predefinido: Conjunto Habitacional Vovô Índio em Maracanã/PA	154
Figura 10 – A beira/frente/orla da cidade de Maracanã /PA.....	156
Figura11 - Padrão ribeirinho: recorte espacial de análise da Frente/ Orla da cidade de Maracanã/PA	157
Figura 12 - Pintura artística da regata de São Miguel.....	158
Figura 13 - Pintura artística da frente/orla da cidade de Maracanã/PA.....	158
Figura 14 - Área conhecida como porto do Itacoã.....	166
Figura 15 - Área conhecida como trapiche municipal.....	166
Figura 16 - Área conhecida como porto do tiro-e-queda.....	166
Figura 17 - Área conhecida como porto do Botelho.....	166
Figura 18 - Porto principal em Maracanã/PA: objetos espaciais ribeirinhos-costeiros.....	167
Figura 19 - Novo trapiche público no porto principal de Maracanã/PA.....	167
Figura 20 - Trapiche/Ponte de concreto armado construída após 1960 na frente da cidade de Maracanã/PA.....	169
Figura 21 - Trapiche /Ponte de madeira no porto da frente da cidade de Maracanã/PA (década de 1950).....	169
Figura 22 - Novo Mercado Municipal de Peixes na beira/frente/orla de Maracanã/PA.....	170
Figura 23 - Novo espaço de lazer na beira/frente/orla de Maracanã/PA.....	170

Figura 24 - Interior do novo mercado de peixes em Maracanã/PA.....	171
Figura 25 - Letreiro na beira/frente/ orla da cidade. Local de lazer próximo à praça São Miguel Arcanjo.....	174
Figura 26 - Moradores e usuários na frente/orla da cidade assistindo a regata de São Miguel Arcanjo na baía do rio Maracanã.....	174
Figura 27 - Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Maracanã/ PA....	175
Figura 28 - Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Maracanã/PA.....	175
Figura 29 - Feira municipal da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã-PA.....	176
Figura 30 - Centro Principal de Comércio e Serviços na Avenida Bertoldo Costa na frente/orla da cidade de Maracanã/PA.....	178
Figura 31 - Prédios antigos no bairro da Campina, referente ao período em que o espaço maracanaense ainda se denominava Cintra, (Pereira, 2007)	186
Figura 32 - Casarão antigo com azulejos do Período Colonial (Paixão, 2007) coexistindo com prédio do período atual.....	186
Figura 33 - Prédio antigo com traços barroco (Paixão, 2007), onde funciona atualmente a Escola de Ensino Fundamental “Ezequiel Lisboa”	186
Figura 34 - Prédio atual da Casa São Pedro	188
Figura 35 - Casa São Pedro em construção (1956)	188
Figura 36 - Prédio atual da antiga usina de arroz de Galliano Cei.....	189
Figura 37 - Prédio da antiga usina de arroz de Galiano Cei, década de 1960	189
Figura 38 - Porto do Itacoã na frente/orla da cidade de Maracanã/PA.....	192
Figura 39 - Delmar Norte S/A, 1982, último empreendimento que funcionou no prédio do Complexo Industrial construído em Maracanã/ PA.....	192
Figura 40 - Novo assentamento habitacional no antigo espaço onde funcionou o Complexo Industrial Pesqueiro no bairro do Itacoã, Maracanã/PA.....	194
Figura 41 - Residência de pescador próximo aos recursos da RESEX Maracanã no bairro do Itacoã em Maracanã/PA.....	195
Figura 42 - Pescadores tecendo rede de pesca no porto Serejo Arcanjo, no bairro do Itacoã	202
Figura 43 - Embarcações para pesca artesanal no porto do bairro do Itacoã.....	202
Figura 44 - Erosões na orla da cidade em 2015, bairro Itacoã, Maracanã/PA.....	203
Figura 45 - Erosões na orla da cidade em 2023, bairro Itacoã, Maracanã/PA.....	204
Figura 46 – Campo do Benício: espaço de lazer no bairro do Itacoã, Maracanã/PA.....	205

Figura 47 - Residência de pescador no bairro do São Miguel, Maracanã/PA.....	206
Figura 48 - Barcos e utensílios de pesca no bairro do São Miguel.....	206
Figura 49 – Campo de futebol: espaço de lazer no bairro do São Miguel.....	207
Figura 50 - Despejo de resíduos sólidos (lixo) na área de RESEX, próximo ao igarapé, no bairro São Miguel	211
Figura 51 - Casas de pau-a-pique seguindo uma organização aleatória.....	217
Figura 52 - Casas de pau-a-pique cobertas com telhas de fibrocimento (Brasilit) e com antena instalada.....	217
Figura 53 - Barraca coberta com folhas de palmeira coexistindo com construções de alvenaria.....	217
Figura 54: “Porto do mudo” no igarapé Saponga, no assentamento Novo Horizonte, Maracanã/PA.....	219
Figura 55: Assentamento Novo Horizonte: ausência de pavimentação nas ruas.....	222
Figura 56: Forma de lazer no assentamento Novo Horizonte.....	223
Figura 57: Áreas poluídas com resíduos (lixo) de origem doméstica nos limites do assentamento Novo Horizonte com a área da RESEX Maracanã.....	224
Figura 58: Padrão de estruturação Predefinido: conjunto habitacional Tinolândia, assentamento planejado à margem da PA 127, Bairro da Liberdade, Maracanã/PA.....	226
Figura 59: Padrão de estruturação predefinido: conjunto habitacional Vovô Índio: assentamento planejado à margem da PA 127, Bairro da Liberdade, Maracanã/PA.....	226
Figura 60: Serviço de pavimentação nas ruas do conjunto Tinolândia e Vovô Índio, bairro Liberdade, Maracanã/PA.....	227
Figura 61 - Academia ao ar livre instalada em frente aos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio, em Maracanã/PA	228
Figura 62 – Quadra de esportes construída às margens da PA-127, próximo aos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio, em Maracanã/PA.....	229
Figura 63 - Arena para futebol e vôlei de areia às margens da PA-127, próximo aos conjuntos habitacionais Tinilândia e Vovô Índio, em Mracanã/PA.....	229
Figura 64: Padrão de estruturação predefinido: residência no conjunto habitacional Tinolândia próximo a PA 127, bairro Liberdade, Maracanã/PA.....	230
Figura 65: Extrativista, morador do conjunto habitacional “Vovô Índio”	231
Figura 66: Morador do conjunto habitacional Tinolândia expondo suas artes de escultura..	232
Figura 67: Estabelecimento comercial no conjunto Vovô Índio, Maracanã/PA.....	232

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	Área de Proteção Ambiental
APEAGA	Associação de Pescadores e Agricultores da Comunidade de Aricuru
APP	Áreas de Preservação Permanente
AUREMAR	Associação dos Usuários da RESEX Marinha Maracanã
BASA	Banco da Amazônia
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
CAU	Cadastro Ambiental Urbano
CPCS	Centro Principal de Comércio e Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFB	Estrada de Ferro Bragança
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEFLOR-BIO	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
PEGC	Política Estadual de Gerenciamento Costeiro
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RESEX	Reserva Extrativista
SDPA	Seguro Desemprego do Pescador Artesanal
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEST SENAT	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SINPESCA	Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Pará

SIPAAM	Sindicato dos Pescadores e Aquicultores Artesanais de Maracanã
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
UC	Unidades de Conservação
UEPA	Universidade Estadual do Pará
ZAM	Zoneamento Ambiental Municipal
ZCB	Zona Costeira Brasileira
ZCP	Zona Costeira Paraense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

1- CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA PENSAR A CIDADE RIBEIRINHA-COSTEIRA DE MARACANÃ/PA.....	50
---	-----------

1.1 UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO DA CIDADE DE MARACANÃ	51
---	----

1.2 CIDADE RIBEIRINHA-COSTEIRA: PARA ALÉM DA URBANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DA LOCALIZAÇÃO À BEIRA-RIO.....	58
---	----

1.3 MARACANÃ E O RIO NO ESPAÇO COSTEIRO: A CIVILIZAÇÃO DAS ÁGUAS PERMANECE FACE ÀS MUDANÇAS COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA NO COTIDIANO.....	68
---	----

1.4 PONDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO, PODER E DESENVOLVIMENTO.....	74
--	----

1.4.1 O Território Usado.....	80
-------------------------------	----

1.4.2 Gestão do território: da centralização a descentralização de poder.....	84
---	----

CAPÍTULO II

2- ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MARACANÃ: DOS POVOS, PRÉ-COLONIAIS, DAS ÁGUAS À DINÂMICAS TERRITORIAIS MAIS RECENTES NA AMAZÔNIA.....	90
---	-----------

2.1 A CIVILIZAÇÃO DAS ÁGUAS: DA GÊNESE RIBEIRINHA-COSTEIRA A CONDIÇÃO DE VILA (1613-1850)	94
---	----

2.2 CINTRA: A CIDADE RIBEIRINHA-COSTEIRA FACE ÀS ALTERAÇÕES NO ORDENAMENTO TERRITORIAL DENDRÍTICO NA AMAZÔNIA (1850-1960)	108
---	-----

2.3 MARACANÃ POR ÁGUAS E POR RODOVIAS: A CIDADE FACE AO PREDOMÍNIO DA CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA APÓS 1960	123
---	-----

2.4 MARACANÃ E OUTRAS DINÂMICAS TERRITORIAIS ALÉM DAS ESTRADAS: A MODERNIZAÇÃO PESQUEIRA, AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O TURISMO.....	134
---	-----

CAPÍTULO III

3- A ORLA E A RELAÇÃO CIDADE-RIO: O PORTO, A FEIRA, A PRIMEIRA RUA E O CENTRO PRINCIPAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (CPCS) TRADICIONAL.....	148
---	------------

3.1- IDENTIFICANDO RECORTES ESPACIAIS DE ANÁLISE: PADRÕES DE ESTRUTURAÇÃO/ORGANIZAÇÃO INTRAURBANOS.....	149
3.2 DAS ÁGUAS AO PORTO PRINCIPAL DA CIDADE: RELAÇÕES, OBJETOS E USOS NO ESPAÇO.....	155
3.3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA FRENTE DA CIDADE: A FEIRA, A AVENIDA BERTOLDO COSTA E O CENTRO PRINCIPAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (CPCS) TRADICIONAL.....	170

CAPÍTULO IV

4- MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS INTRAURBANOS E A RELAÇÃO CIDADE-RIO NO ESPAÇO COSTEIRO DE MARACANÃ/PA.....191

4.1 BAIROS SÃO MIGUEL E ITACOÃ: FORTE PRESENÇA DA CARACTERÍSTICA RIBEIRINHA-COSTEIRA FACE A MUDANÇAS E DESAFIOS DO COTIDIANO	191
--	-----

4.2 O ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE: MUDANÇA “ESPONTÂNEA” NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO.....	216
--	-----

4.3 OS CONJUNTOS HABITACIONAIS TINOLÂNDIA E VOVÔ ÍNDIO: ESPAÇOS INTRAURBANOS PREDEFINIDOS.....	225
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	244
--	------------

APÊNDICES.....	252
-----------------------	------------

ANEXOS.....	267
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

Usar as águas fluviomarítimas da baía do rio Maracanã no espaço costeiro para entrar na cidade, assim como para sair da mesma, é uma prática que ainda permanece atendendo a diversas necessidades de fluxo da população do núcleo urbano de Maracanã, mesmo face à intensa utilização das rodovias na região amazônica. Desse modo, o convívio com a dinâmica ribeirinha-costeira no cotidiano dessa cidade; o contato com o rio e com seus produtos; momentos de lazer pescando na beira, nos trapiches, nas embarcações, de dia ou à noite; as andanças pelas comunidades no espaço costeiro, foram encontros e trocas de experiências que marcaram momentos da vida do autor desta pesquisa.

Essas raízes não esquecidas sempre fortaleceram o apego ao espaço costeiro, sentimento que instigou a construção de um projeto de pesquisa inicial com o tema voltado para as zonas costeiras, o qual, posteriormente, a partir de debates acadêmicos a respeito das cidades ribeirinhas na Amazônia, sofreu mudanças. Porém, estas não eliminaram totalmente as características primeiras, mas resignificaram o projeto inicial no atual tema desta pesquisa: a relação cidade-rio e o espaço costeiro.

Adotou-se como objeto de análise a produção do espaço urbano de Maracanã, a partir da relação cidade-rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas de “modernização” recentes na região amazônica. Como *lócus* investiga-se Maracanã, uma cidade ribeirinha-costeira de colonização antiga na Amazônia.

Diante disso, esta pesquisa esforça-se em analisar as mudanças e permanências socioespaciais que se manifestam na relação da cidade de Maracanã/PA com o rio e o espaço costeiro face às dinâmicas territoriais na Amazônia a partir de 1960. Essas dinâmicas territoriais consistem em mudanças que ocorreram e ocorrem no espaço geográfico amazônico, podendo ser de curta ou de longa duração, e que resultam de interesses e projetos de atores privados, de projetos coletivos da sociedade civil e/ ou do Estado (Piriaux, *et al.*, 2019).

Esses projetos se traduzem como conjuntos de práticas que surgem de interesses convergentes de cada grupo de atores segundo sua posição na vida sociocultural e econômica. Além disso, essas práticas possuem o objetivo de apropriar-se e usar recursos limitados, construindo identidades, interesses e visões de mundo (Piriaux, *et al.*, 2019).

O papel das cidades na dinâmica socioeconômica da Amazônia sempre foi de larga importância. Nesse sentido, Maracanã foi um dos primeiros núcleos urbanos que se originou às

margens dos rios no espaço costeiro do Salgado Paraense, em consequência do papel estratégico que as vias dendríticas exerciam no processo de circulação (Trindade Jr.; Tavares, 2008).

Assim, Maracanã apresenta características de uma urbanização anterior a 1960, enraizada a partir do século XVII com a colonização na Amazônia realizada pelos europeus. Essa urbanização coexiste e resiste às transformações que se intensificaram após 1960, caracterizada por dinâmicas territoriais mais recentes, dentre as quais se destacam a “intensificação de rodovias” (Trindade Jr.; Tavares, 2008, p. 9), a modernização pesqueira (Melo, 2020), o turismo (Andrade e Tavares, 2012; Souza, 2016) e Unidades de Conservação (UC) (Canto, 2020; Honda e Sobrinho, 2018; Santos, 2016).

Na Amazônia, as cidades podem ser diferenciadas a partir do tempo em que foram inseridas na estrutura regional (Trindade Jr.; Tavares, 2008). Nessa perspectiva, pode-se definir basicamente dois perfis de cidades pertinentes aos modelos de organização do espaço: “rodovia, terra firme e subsolo” e “rio-várzea-floresta” (Gonçalves, 2015, p. 79). Todavia, admite-se que a complexidade das cidades e da rede urbana na Amazônia não se limita e nem se explica apenas por esses dois padrões, pois existe uma diversidade de processos, como por exemplo, o surgimento e crescimento de cidades na Zona Bragantina, no Nordeste Paraense (Trindade Jr.; Silva; Amaral 2008), conduzidos pelo padrão de organização espacial cidade-estrada-colônia (Miranda, 2009).

Além disso, após 1960, revelou-se processos marcados por maior complexidade das cidades na Amazônia e pela combinação dos padrões de organização mencionados anteriormente, apresentando interações diversas. Isso pode ser identificado em cidades onde a rodovia, o rio e a ferrovia expandem e dinamizam o espaço urbano de forma relativamente complexa como, por exemplo, no centro sub-regional de Marabá, no Pará (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008), município no qual coexistem os fluxos fluvial, ferroviário, rodoviário (IBGE, 2020a) e até mesmo o aéreo. No entanto, mesmo diante de tamanha combinação de padrões de organização e complexidade de cidades, é possível considerar os padrões dendrítico e rodoviário sugeridos por Gonçalves (2015), válidos como referências para se identificar o perfil da cidade de Maracanã.

Logo, esta análise distingue, de acordo com o tempo de inserção das cidades na estrutura regional amazônica, um perfil de cidade considerado mais recente, que ocorreu a partir da década 1960, característico do padrão de organização do espaço amazônico, rodovia, terra firme e subsolo (Gonçalves, 2015). Esse padrão refere-se às cidades atreladas às

implementações de rodovias, frente de expansão econômica como a mineral, modelos espontâneos ou dirigidos de apropriação privada ou estatal, etc. (Trindade Jr.; Tavares, 2008).

Porém, existe outro perfil de cidade que se diferencia do que surgiu posteriormente a 1960. É um padrão mais tradicional, que se distingue por não representar áreas diretamente sujeitas às repercussões dos projetos econômicos instalados mais recentemente (após 1960) e nem se constituírem em espaços de apoio à mão de obra móvel e polivalente atraída por esses referidos projetos. São cidades tradicionais, como Maracanã, atreladas ao modelo de organização do espaço amazônico “rio-várzea-floresta” (Gonçalves, 2015).

Desse modo, esta pesquisa considera Maracanã uma cidade ribeirinha-costeira com base no conceito de “Cidade ribeirinha” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 42) por fazer parte do modelo de organização socioespacial amazônico “rio-várzea-floresta” (Gonçalves, 2015); por sua localização a beira-rio; pela relação com a dinâmica dos rios Maracanã, Caripi e o oceano Atlântico (Castro *et al.*, 2019) na microrregião do Salgado, na Zona Costeira Paraense-ZCP (Pará, 2020); por ser uma cidade pequena em relação ao seu tamanho populacional e sua extensão territorial; pelas funções urbanas que se fazem presentes; por ser uma cidade tradicional tanto no sentido de seu ordenamento territorial no conjunto sub-regional em que se insere, quanto pelo padrão de sua organização intraurbana; sua produção socioeconômica e pelas relações culturais que a animam (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

A cidade de Maracanã mantém estreitas relações socioeconômicas e culturais com seus rios e com o espaço costeiro na escala geográfica local e regional. Logo, as relações da cidade de Maracanã incluem o rio e o espaço costeiro como importantes elementos que referenciam espacialidades e territorialidades na produção do espaço intraurbano, revelando particularidades e especificidades do modo de vida ribeirinho (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Diante disso, percebe-se que a produção do espaço amazônico não se constitui apenas de determinação do Estado e da intenção do capital (Oliveira, 2001), envolve também a ação dos sujeitos amazônidas (Castro, 2008) cuja presença contribui para desfazer estigmas antigos, como o erro de considerar a região amazônica um espaço vazio (Gonçalves, 2015). Esses sujeitos não devem ser esquecidos, seus anseios por uma sociedade mais justa e equitativa devem ser considerados nas iniciativas de planejamento do poder público.

Nesse sentido, inclui-se nesta análise os sujeitos sociais que participam na produção da cidade, que conflitam em caráter de classes diferentes no seu cotidiano. Sujeitos que se apropriam e produzem o espaço, podendo contribuir para a construção de direitos à cidade e

para fortalecer a possibilidade da materialização de diversos perfis de cidade que incluam os valores e as singularidades dos indivíduos e grupos sociais que as constituem (Castro, 2008).

Outrossim, considera-se a aceção de que o fenômeno da urbanização não deve ser compreendido apenas pelo fato da maioria da população amazônica residir em núcleos urbanos, ou pelo surgimento de novas cidades. Mas, deve-se também analisar a veiculação dos valores urbanos pela sociedade (Sousa; Lima; Santos, 2019).

Nessa perspectiva, a cidade de Maracanã teve sua dinâmica alterada ao longo do tempo por diferentes processos de “modernização” territorial, porém, ainda possui sua realidade econômica ligada ao passado e às vias fluviomárítimas, revelando a articulação da cidade com uma temporalidade não totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados recentemente, manifestando impactos e resistências que conferem um caráter híbrido ao espaço.

A origem da formação do atual núcleo urbano de Maracanã deu-se no ano de 1653 (IBGE, 2017). Como outras cidades ribeirinhas da Amazônia, passou por transformações, principalmente, com a chegada das estradas e rodovias, que segundo Trindade Jr., Silva e Amaral (2008) são os principais elementos que intentam romper com o padrão ribeirinho.

Considerando esse pressuposto teórico na análise do processo de produção do espaço da cidade de Maracanã, pondera-se que as mudanças intraurbanas nessa cidade tornaram-se mais presentes a partir da abertura do ramal rodoviário que ficou conhecido como “Estrada Velha” e, posteriormente, se intensificaram, de modo relativo, com a chegada da rodovia PA-127, que na atualidade possibilita a articulação de Maracanã com a rodovia BR-316, trecho da rodovia BR-010 ou rodovia Belém-Brasília.

Além das rodovias, outras dinâmicas territoriais regionais como a modernização pesqueira, a prática do turismo e a criação de UC, como a Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã, também imprimem mudanças no espaço urbano maracanaense. Todavia, a cidade ainda conserva características ribeirinha-costeira, na paisagem, na configuração intraurbana, nas relações, nos valores, nos hábitos culturais e cotidianos.

Destaca-se que o município de Maracanã possui outras UC além da RESEX Maracanã, como a Área de Proteção Ambiental (APA) Algodão-Maiandeuá, a UC de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Padre Sérgio Tonetto e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas. Porém, esta pesquisa alcança de modo mais específico a RESEX Maracanã pelo motivo desta UC envolver, com seus recursos naturais, a área circundante

da cidade, possibilitando aos moradores estreita relação com a “floresta de mangue” (Menezes e Mehlig, 2009, p. 35) e com o rio no espaço costeiro.

Por conseguinte, investiga-se por meio de três padrões de estruturação intraurbana (ribeirinho, espontâneo e predefinido), as mudanças e permanências que o quadro regional de urbanização revela na produção do espaço da cidade de Maracanã/PA, considerando-se à dinâmica socioespacial ribeirinha inerente à relação cidade-rio e o espaço costeiro. Esta é uma forma de compreensão da relação cidade e região na Amazônia face às dinâmicas territoriais mais recentes (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 37).

As cidades na Amazônia não se reproduzem de modo isolado das demais cidades brasileiras (Schor; Oliveira, 2011), logo, a cidade de Maracanã faz parte do processo de urbanização amazônica, o qual é um seguimento do processo de industrialização verificado no país. A esse respeito, Trindade Jr. e Tavares (2008) discorrem que a fronteira econômica busca recursos que atendam, além da dinâmica econômica mundial, a industrialização interna que reflete no perfil do modo de vida, bem como na configuração socioespacial regional.

Dessa forma, as transformações na estrutura urbana regional apontam para além de uma urbanização da população de Maracanã como simples crescimento demográfico. Assim, atenta-se para a urbanização no sentido de seu reatamento no plano territorial, isto é, para difusão do urbano enquanto modo de vida - urbanização da sociedade - e enquanto nexos da modernização - urbanização do território (Trindade Jr., 2010).

Como teoria de base, esta análise utiliza a produção (social) do espaço, segundo a perspectiva lefebvriana (Lefebvre, 1974), bem como sua aplicação aos estudos da “urbanodiversidade” regional (Trindade Jr., 2010), com uso de técnicas de pesquisa qualitativa.

As cidades ribeirinhas representam parte de realidades menos inseridas às formas de reprodução mais modernas da Amazônia. Nesse sentido, Maracanã constitui-se no contexto regional como permanência de uma produção socioeconômica e cultural que se originou das relações socioespaciais entre os povos indígenas amazônicos. Assim, essa cidade coexiste e resiste a tendências de urbanização mais recentes e apresenta-se, por meio de suas especificidades, como possibilidade para se repensar a região.

Nesse sentido, Maracanã não é somente expressão da diversidade urbana regional, mas assume a condição de espaço de diferença e de possibilidade, que experimenta mudanças, mas também, manifesta formas de resistências às transformações oriundas da ação do Estado e do interesse do capital. O cotidiano dessa cidade revela objetos e ações que evocam a necessidade

de integração do valor das vivências e das experiências locais nos projetos de desenvolvimentos regionais.

Diante disso, não se deve negar as características de uma cidade ribeirinha-costeira no processo de planejamento urbano. Isso significaria abstrair da população local o direito a cidade, tirando de seus cidadãos o “direito à liberdade, à individualização na socialização e o direito ao habitat e ao habitar” (Lima, 2010, p. 63).

A partir dessa concepção surge a questão principal desta pesquisa: como tem ocorrido a produção do espaço urbano na cidade de Maracanã, considerando-se a dialética das mudanças e permanências na dinâmica socioespacial ribeirinha intrínseca à relação cidade-rio e o espaço costeiro face às dinâmicas territoriais, oriundas da ação do Estado e do interesse do capital?

Essa indagação se desdobra em outras quatro questões pertinentes que contribuem para expandir e aprofundar a presente análise geográfica:

- Qual a importância que o rio Maracanã e o espaço costeiro exercem na dinâmica socioeconômica e na produção do espaço da cidade de Maracanã/PA, tanto na orla quanto em sua área central?
- Quais as principais transformações ocorridas na relação da cidade com o rio e o espaço costeiro em Maracanã face às dinâmicas territoriais mais recentes de “modernização”, como a chegada das rodovias, a modernização pesqueira, o turismo e as Unidades de Conservação (UC)?
- Quais mudanças e permanências ocorreram nas práticas socioculturais definidas a partir da relação da cidade de Maracanã com o rio e o espaço costeiro?
- Como se deu a reestruturação interna da cidade de Maracanã tendo em vista a relação da cidade com o rio após a construção da rodovia PA 127?

Na busca para obter respostas a essas indagações, investiga-se o processo de produção do espaço urbano de Maracanã a partir da relação da cidade com o rio e o espaço costeiro, considerando-se aspectos socioeconômicos, culturais e territoriais. A formação histórica e a constituição socioespacial inicial dessa cidade emanam de um conjunto de relações diretas com o rio e o espaço costeiro, porém dinâmicas territoriais remodelam o espaço e a sociedade com mudanças que apontam para rumos distintos do processo embrionário da cidade.

A partir dos questionamentos apresentados anteriormente, emanaram os objetivos que direcionam as ações desta pesquisa. O objetivo principal consiste em analisar a produção do espaço urbano de Maracanã/PA, considerando a dialética das mudanças e permanências na dinâmica socioespacial ribeirinha, intrínseca a relação cidade-rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais oriundas da ação do Estado e do interesse do capital. Esse objetivo desdobra-se nos objetivos específicos seguintes:

- Analisar a importância que o rio Maracanã e o espaço costeiro exercem na dinâmica socioeconômica e na produção do espaço de Maracanã/PA, tanto na orla quanto em sua área central;
- Verificar as principais transformações ocorridas na relação da cidade com o rio e o espaço costeiro em Maracanã face às dinâmicas territoriais mais recentes de “modernização”, como a chegada das rodovias, modernização pesqueira, o turismo e Unidades de Conservação (UC);
- Identificar as mudanças e as permanências que ocorreram nas práticas socioculturais definidas a partir da relação da cidade com o rio e o espaço costeiro;
- Investigar como se deu a reestruturação interna da cidade de Maracanã considerando a relação da cidade com o rio e o espaço costeiro após a construção da rodovia PA-127.

A hipótese principal aponta que no processo de coexistência das mudanças e permanências socioespaciais intraurbanas, atreladas a relação cidade-rio, a dinâmica ribeirinha na cidade de Maracanã/PA continua produzindo um espaço de resistência, com características amazônicas, próprio da dinâmica que a cidade estabelece como rio e o espaço costeiro. Isso tem se dado mesmo em face das recentes dinâmicas territoriais oriundas da ação do Estado e do interesse do capital, como a abertura da PA-127, a modernização pesqueira, o turismo, as Unidades de Conservação (UC).

Como hipóteses secundárias pondera-se que na dialética das mudanças e permanências socioespaciais na cidade de Maracanã:

- O rio e o espaço costeiro exercem importância na dinâmica socioeconômica e na produção do espaço de Maracanã/PA, tanto na orla quanto em sua área central, pois o rio continua sendo importante meio de articulação da cidade com

o espaço costeiro, possibilitando a circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Além de influenciar nos valores e no modo de vida da população;

- Ocorreram mudanças significativas na relação da cidade com o rio em Maracanã/PA, em decorrência das dinâmicas territoriais, como a chegada das rodovias, modernização pesqueira, turismo e Unidades de Conservação (UC). Contudo, nas ações e reações dos sujeitos locais percebe-se forte resistência diante das transformações mais recentes em função da dinâmica que a cidade continua estabelecendo com o rio e o espaço costeiro, o que possibilita a continuidade da produção de um espaço com características amazônicas;
- Houve mudanças socioespaciais com a instalação de novos objetos urbanos na cidade, contudo, as práticas socioeconômicas, culturais e simbólicas relacionadas ao rio continuam se expressando fortemente nas ações e no imaginário da população, pois mesmo face à mudanças socioespaciais, a cidade teve e continua tendo uma relação direta com o rio no espaço costeiro, mantendo sua dimensão ribeirinha, não somente em termos de localização à margem das águas, mas por meio das dinâmicas e elementos socioeconômicos e culturais que vivencia;
- A estruturação interna da cidade de Maracanã ocorreu primeiramente a partir do rio no espaço costeiro, porém, a rodovia tem seu papel determinante na reconfiguração espacial da cidade, pois ocorreram mudanças e permanências na tipologia de organização do espaço intraurbano, passando a coexistir padrões de assentamentos: ribeirinho, espontâneo e planejado.

Essas hipóteses sugerem que as dinâmicas mais recentes continuam gradativamente transformando a paisagem maracanaense a partir de políticas de desenvolvimento materializadas no espaço amazônico e, juntamente com os interesses do capital, trazem implicações espaciais com ritmos distintos da realidade ribeirinha-costeira local. Com a inserção de novos objetos espaciais, novas relações sociais são desenvolvidas, implicando em mudanças que dialeticamente passam a coexistir com aspectos que permanecem.

Assim, no curso da história da cidade de Maracanã, as relações socioespaciais vêm se reproduzindo por meio de um processo marcado por contradições, tendo como agentes o Estado, o capital e a sociedade. Nesse processo, tais agentes conflitam no espaço urbano na

busca de seus interesses. O Estado e o capital empenhados na construção de um espaço hierarquizado e controlado, característico de uma ordem que nem sempre prioriza os reais interesses e necessidades locais mais urgentes, coexistem com diversos agentes sociais detentores de um modo de vida com interação simbólica, cultural e econômica com o rio no espaço costeiro, que aspiram por projetos de desenvolvimento que reconheçam suas particularidades.

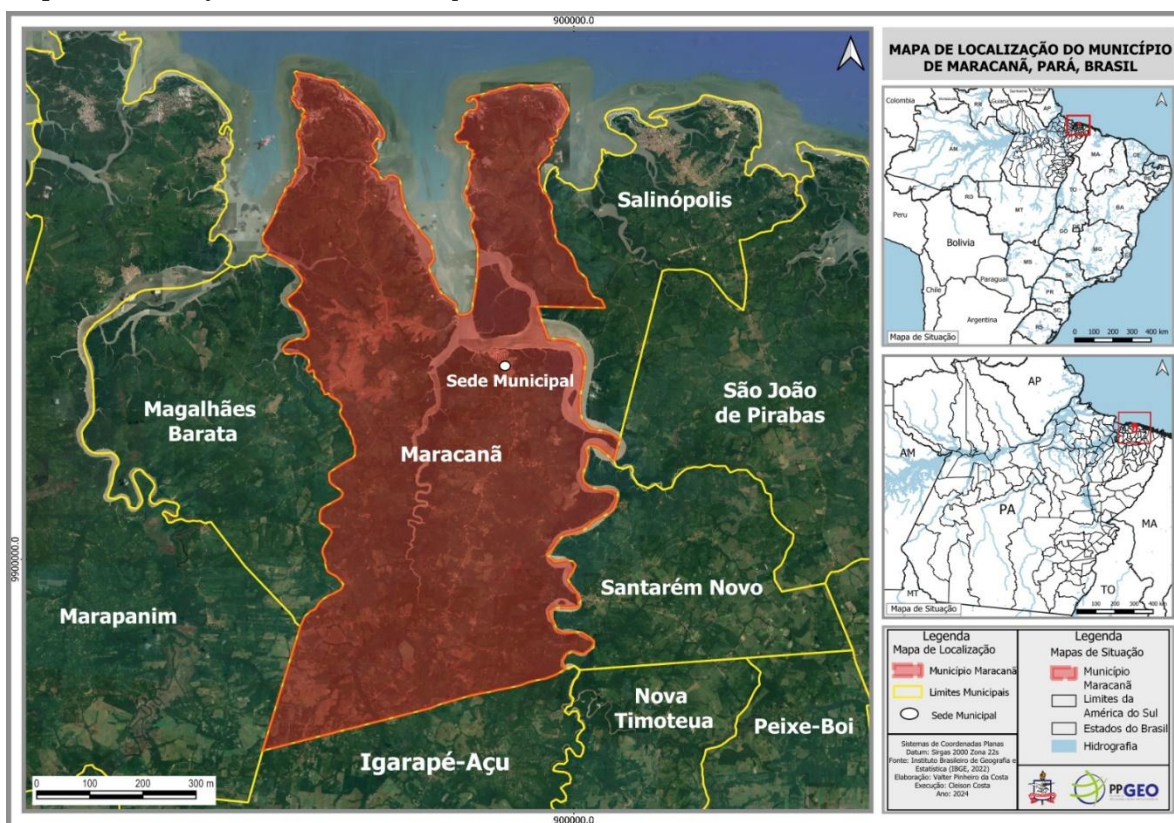
Após séculos de hegemonia externa, uma visão de pluralidade passou a se impor e o termo *Amazônias* tem assumido protagonismo para se referir a realidades socioespaciais diferenciadas construídas por meio de projetos e agentes diversos (Gonçalves, 2015). Em presença disso, o atributo da diversidade também pode ser estendido a compreensão das cidades no contexto regional (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Nesse sentido, a cidade de Maracanã representa outras “*Amazônias*” (Gonçalves, 2015), que embora sejam influenciadas pelo processo de modernização mais recente, não foram inseridas do mesmo modo na dinâmica “moderna”. Maracanã ainda possui dinâmicas econômicas herdadas do passado atreladas as vias fluviomarítimas, revelando articulação com uma temporalidade ainda não totalmente modificada pelas atividades e modos de vida recentes. Essa particularidade atribui a Maracanã características da diversidade urbana amazônica que se manifestam como resistências, expressando múltiplas temporalidades e espacialidades coexistentes e conflitantes, constituindo um caráter híbrido no espaço.

Maracanã, enquanto cidade ribeirinha-costeira, localiza-se às margens da baía do rio Maracanã, formada pelo encontro das águas do rio Maracanã com o rio Caripi. A referida cidade é sede do município de Maracanã e está pontuada a 0°46’03” de latitude sul e 47°27’12” de longitude. Distancia-se da capital, Belém, 164 km rodoviários em sentido Nordeste Paraense, com uma angulação de 57° (Castro *et al.*, 2019).

O município de Maracanã possui uma população estimada de 25.812 pessoas (IBGE, 2020b) e é um dos municípios que pertence à Zona Costeira Paraense-ZCP (Pará, 2020), parte integrante da Zona Costeira Brasileira (ZCB), a qual é considerada Patrimônio Nacional (Brasil, 1988). Este município está localizado na mesorregião do Nordeste Paraense, mais especificamente na microrregião do Salgado, é banhado ao norte pelo oceano Atlântico, possuindo limites administrativos a leste com os municípios de Salinópolis, Santarém Novo e São João de Pirabas; ao sul com o município de Igarapé-Açu; e a oeste com os municípios de Marapanim e Magalhães Barata (Castro *et al.*, 2019), como se observa no Mapa 1 a seguir:

Mapa 1 –Localização e limites do município de Maracanã/PA



Fonte: Costa e Costa (2023).

Em 1987, como forma de facilitar estudos geoestatísticos, o IBGE subdividiu os Estados brasileiros em mesorregiões e microrregiões geográficas. Nesse arranjo espacial, o Pará, localizado no Centro-Leste da região Norte, ficou dividido em 6 mesorregiões: Baixo Amazonas Paraense, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudoeste Paraense e Sudeste Paraense. Cada mesorregião é subdividida em microrregiões. No total existem 22 microrregiões, as quais congregam diversos municípios (Cordeiro; Arbage; Cschwartz, 2017).

A mesorregião Nordeste Paraense, com uma área de 83.316,02 km², é a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará (Cordeiro; Arbage; Cschwartz, 2017). O povoamento dessa região ocorreu, inicialmente, por meio de dois processos: o espontâneo ao longo da costa, como decorrência da navegação entre as cidades de Belém e São Luís, no Estado do Maranhão; e o planejado nas áreas ao entorno da Estrada de Ferro Bragança (EFB), que ao ser implantada no ápice do período da borracha, acelerou o povoamento (Furtado, 1987).

A apropriação da mesorregião Nordeste Paraense se intensificou ainda mais a partir do desmatamento para a construção da rodovia Belém-Brasília, a qual foi preconizada no Programa de Integração Nacional (PIN). A política nacional tinha por meta fixar contingentes populacionais, até então, na longínqua Amazônia. Na mesma época, o extrativismo madeireiro,

a extração mineral e a agropecuária foram determinantes para as mudanças na paisagem amazônica.

Nessa mesorregião, a condição histórica e geográfica influenciou no sistema de manejo do solo, com reflexos no valor cultural, social, econômico, político e ambiental da população local. Todo esse processo relacionado com agricultura, extrativismo, produção mecanizada e os grandes projetos de extração minerometalúrgicos e agropastoris levou, em grande parte, à expulsão de muitas comunidades tradicionais dos seus locais de origem (Furtado, 1987).

A microrregião do Salgado está localizada na parte costeira da mesorregião do Nordeste Paraense entre o oceano Atlântico (ao norte e ao nordeste), a microrregião Bragantina (a leste e ao sul), a baía de Marajó e parte da região Guajarina (a oeste), ocupando uma área de 6.447 Km². O Salgado Paraense é uma manifestação de um dos gêneros de vida encontrado na Amazônia. Sua história, sua densidade populacional, suas condições geográficas, sua infraestrutura em comunicações, estradas e transportes e sua proximidade da área metropolitana de Belém, com a qual mantém relações, o distingue de outras microrregiões (Furtado, 1987).

De acordo com Furtado (1987), a denominação “Salgado” surgiu em função do território jurídico-político da referida microrregião ser, em sua maior parte, banhado pelas águas do oceano Atlântico. Nesse mesmo sentido, se apropriando dos conhecimentos de Loureiro (1983) e de El-Robrini *et al.* (2006), Melo (2020) argumenta que os municípios da microrregião do Salgado Paraense conectam-se diretamente com o espaço de mar aberto e com as águas dos rios amazônicos, com exceção do município de Terra Alta.

Assim, a interação sociedade-natureza específica dessa região constrói particularidades no modo de vida, onde é perceptível uma “ribeiridade” costeira (Rente Neto e Furtado, 2015, p. 159). Pois, o Salgado Paraense é formado por municípios envolvidos em uma realidade caracterizada pela influência das dinâmicas dos rios no espaço costeiro.

Além da “floresta de mangue” (Menezes e Mehlig, 2009, p. 35), que contorna toda a faixa costeira, o Salgado é recoberto por uma vegetação representada pela mata da região oriental do Pará (Furtado, 1987). O grande sistema de manguezais que se estende ao longo da costa, tanto do Salgado Paraense quanto da microrregião Bragantina, fazem parte do maior cinturão contínuo de manguezais do mundo formado por 679 km de linha de costa entre os Estados do Pará e do Maranhão.

Os manguezais são fundamentais para a reprodução da existência de diversas comunidades ribeirinhas-costeiras que praticam o extrativismo animal e vegetal. Desse modo,

por mais que os ecossistemas de mangue sejam de propriedade da União, a sua apropriação dá-se por relações de territorialidades estabelecidas pelos grupos locais (Melo, 2020).

Nos espaços costeiros, as Unidades de Conservação (UC) são estabelecidas para proteção e o uso sustentável por serem locais onde se pratica diferentes estratégias de conservação e preservação. Essas unidades de conservação são diversas e classificam-se em dois grandes grupos: UC de Proteção Integral e UC de Uso Sustentável. Na microrregião do Salgado, no município de Maracanã, encontram-se as UC de Uso Sustentável: Reservas Extrativistas (RESEX) Maracanã, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas e a Área de Proteção Ambiental (APA) Algodoal-Maiandeuá. Além dessas, nesse município, encontra-se também a Reserva de Proteção Integral Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Padre Sérgio Tonetto.

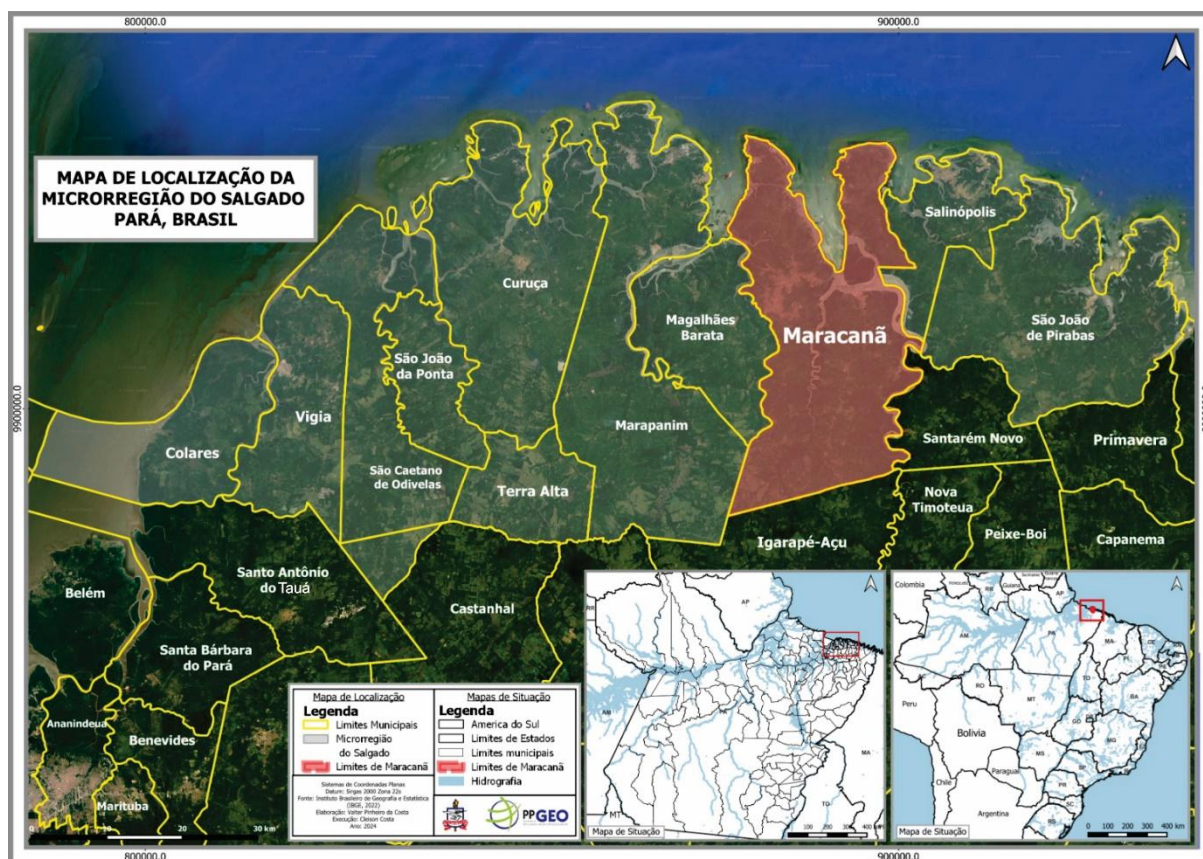
O Salgado Paraense possui grande expressão na produção de pescado (Melo, 2020), que por sua vez é uma atividade tradicional de relevância socioeconômica e cultural no Estado do Pará, envolvendo um grande número de pescadores que tem na atividade a base de sua economia familiar. Esta atividade é derivada de três segmentos: a pesca artesanal, a pesca industrial e a aquicultura, sendo a pesca artesanal realizada em praticamente todos os municípios do Estado do Pará (Conceição *et al.* 2020).

Com base nos estudos de Loureiro (1983), Melo (2020) discorre que as dinâmicas do rio, do mar e estuarina são particularidades que possibilitam diferentes espécies de pescado, onde em certo período do ano predominam peixes de água doce, e em outro, peixes de água salgada. Além disso, outra particularidade importante é observada na forma como se organiza o processo de trabalho da pesca artesanal no Salgado Paraense: diferentes grupos de pescadores segundo as áreas de pesca; porte das embarcações; emprego diferenciado de capitais nas embarcações; o tempo da jornada de trabalho; tamanho da tripulação, etc.

A prática da pesca sempre se instituiu como atividade de subsistência e comércio na Amazônia, principalmente no Salgado Paraense, entretanto, Melo (2020) fundamentado em Loureiro (1983) discorre que somente em meados do século XX essa atividade se inseriu efetivamente aos grandes mercados por meio da intensificação das rodovias que proporcionaram novas articulações urbano-regionais e nacionais.

Maracanã está entre os 11 municípios da microrregião do Salgado Paraense (Mapa 2 a seguir): Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Curuçá, Terra Alta, Marapanim, Magalhães Barata, Maracanã, Salinópolis e São João de Pirabas. (Melo,2020).

Mapa 2: Localização do município de Maracanã no Salgado Paraense



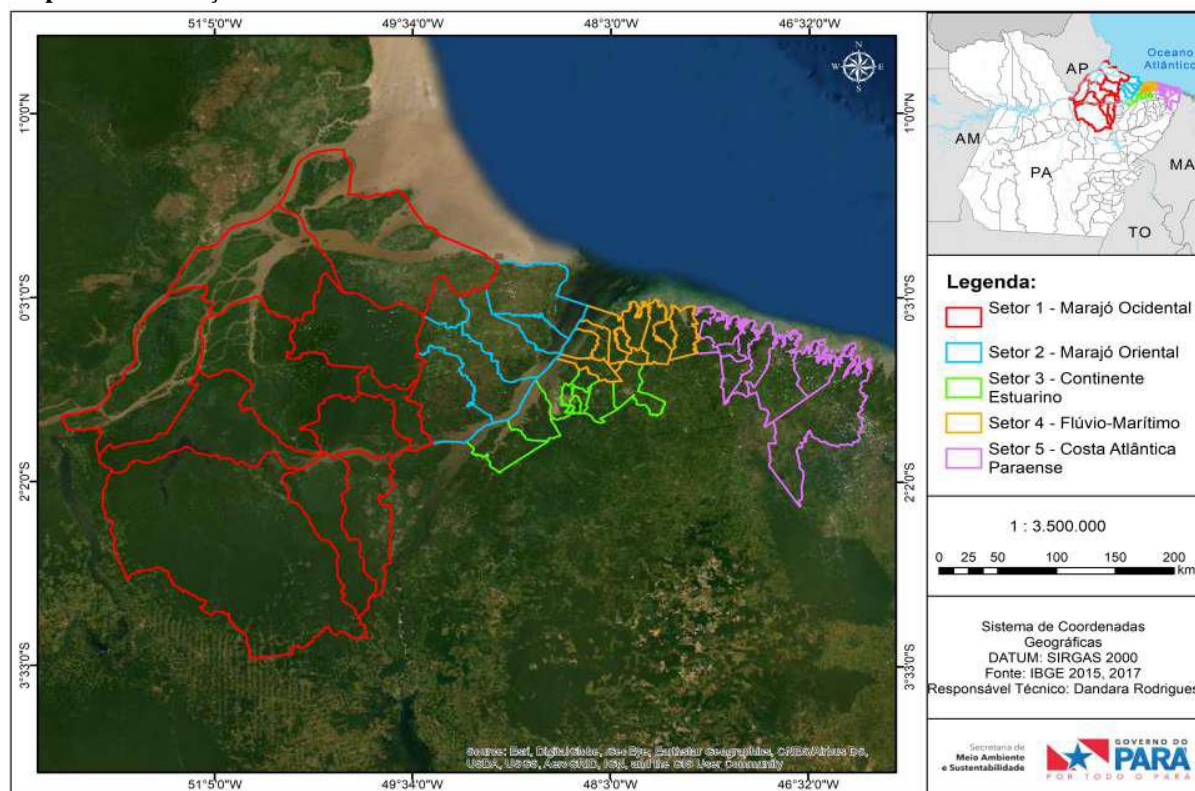
Fonte: Costa e Costa (2023).

Maracanã completa o rol dos 47 municípios pertencentes à Zona Costeira Paraense (ZCP), fazendo parte do setor 4 (quatro) dessa regionalização, composto pelos municípios fluviomarítimos, segundo o art. 6º da Lei estadual 9.064/2020, que institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC/PA), como se expõe a seguir:

I - Setor 1 – Marajó Ocidental: Afuá, Breves, Anajás, Chaves, São Sebastião da Boa Vista, Curralinho, Melgaço, Portel, Bagre, Oeiras do Pará e Gurupá; II - Setor 2 – Marajó Oriental: Santa Cruz do Arari, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná; III - Setor 3 – Continental Estuarino, considerando a Região Metropolitana de Belém: Abaetetuba, Barcarena, Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Inhangapi e Castanhal; IV - **Setor 4 – Flúviomarítimo**: Colares, Vigia, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, Curuçá, Terra Alta, Marapanim, Magalhães Barata e **Maracanã**; V - Setor 5 – Costa Atlântica Paraense: Santarém Novo, Salinópolis, São João de Pirabas, Primavera, Quatipuru, Capanema, Tracuateua, Bragança, Augusto Corrêa e Viseu (PARÁ, 2020, p. 4, **grifo do nosso**)

Para melhor compreensão da localização dos referidos municípios da ZCP, o Mapa 3 representa a localização dos seus setores:

Mapa 3 - Localização dos setores da Zona Costeira Paraense



Fonte: PARÁ/SEMAS (2020).

Como se observa no Mapa 3 citado anteriormente, Maracanã integra os territórios multifacetados do espaço da ZCP. Nesse sentido, Pará (2020) argumenta que a ZCP abrange um território de múltipla Geografia, ou seja, um espaço com diversidades e particularidades que fazem parte de realidades distintas. Um lugar com várias finalidades e uso que denotam um sentimento de pertencimento à população do Estado e que, portanto, demanda um olhar diferenciado no processo de planejamento, ordenamento e gestão (PARÁ, 2020).

Maracanã ao fazer parte da ZCP se integra a Zona Costeira Brasileira (ZCB), assim infere-se com base em Souza (2012) que este município torna-se legalmente espaço de bem público, de uso comum, no entanto, na prática nem sempre esse direito pertinente aos espaços costeiros é igualmente vivido por todos (Trindade Jr., 2005; Marinho, 2009; Honda; Sobrinho, 2018). Pois, os espaços costeiros na Amazônia têm sido apropriados de forma que se insiste em priorizar interesses privados face aos interesses da sociedade (Souza, 2012). No entanto, conforme Oliveira (2001), isso não ocorre sem resistência nas relações do cotidiano, o que sinaliza a participação da sociedade na produção do espaço amazônico.

A cidade de Maracanã originou-se dos primeiros acessos realizados pelos colonizadores europeus no território amazônico, por meio do espaço costeiro paraense, que resultaram na formação de núcleos de povoamento na desembocadura dos rios. De acordo com Égler (1961), a rota pelo mar, apesar de perigosa e tomar bastante tempo, tinha importância considerável e deu origem a um conjunto de pequenos núcleos dos quais se desenvolveram as cidades costeiras do Salgado Paraense.

Desse modo, Maracanã se consolidou a partir da importância geográfica que o acesso ao continente pelo rio no espaço costeiro assumiu no passado. Porém, a abertura de rodovias, a modernização pesqueira, o turismo e a criação de Unidades de Conservação (UC) repercutiram mudanças na relação da cidade com o rio e o espaço costeiro, influenciando a instalação de equipamentos urbanos modernos na cidade, como agência bancária, Complexo Industrial Pesqueiro (extinto), posto de combustível, estâncias, escolas, farmácias, lojas, associações, etc., além da criação de normas de uso dos recursos do território.

Esse processo materializou um espaço híbrido de mudanças e permanências na cidade de Maracanã, a respeito do qual busca-se investigar para se obter mais entendimento de suas particularidades, a fim de instigar ações políticas que de fato reconheçam as fragilidades nas diferentes dimensões do território e contribuam para amenizar as desigualdades sociais.

Diante disso, esta pesquisa se justifica pela necessidade de maior compreensão do território amazônico na sua diversidade socioespacial, a fim de ampliar o conhecimento geográfico a respeito da diversidade urbana na Amazônia a partir da perspectiva que vislumbra a região para além do viés econômico, considerando a importância da dimensão sociocultural. Logo, o espaço amazônico é analisado em uma perspectiva relacional que não se reduz a uma fronteira econômica de ação do capital e de controle político do Estado, mas possui também uma dimensão sociocultural, se constituindo no espaço dos conflitos, das resistências, das mudanças e das permanências.

Nesse sentido, esta análise é um enfoque que busca “entender a realidade urbana incorporando a análise dos sujeitos que fazem a cidade” (Castro, 2008, p. 14). Além disso, esta pesquisa busca a compreensão da diversidade e da particularidade socioespacial do contexto da região amazônica, pois para se entender a totalidade se faz necessário também compreender a função de suas partes (Santos, 2014), com o propósito de evitar o erro dualista de reduzir o lugar ao reflexo do global (Santos, 2005).

Pelo fato da cidade de Maracanã sustentar uma heterogeneidade de usos e apropriações do espaço, há uma coexistência de elementos que também se afirmam enquanto permanências

na relação com o rio e o espaço costeiro, da mesma forma que algumas práticas apontam para mudanças. Nessa perspectiva, considera-se a importância de analisar a produção do espaço urbano de Maracanã como espaço de conflito e de resistência por parte da sociedade.

Busca-se, então, contribuir com conhecimento de cunho geográfico a respeito da diversidade urbana amazônica, ponderando-se, além da dimensão política e econômica, o universo do simbólico enquanto espaço vivido na experiência cotidiana. Esse esforço dá-se afim de somar à produção de conhecimento científico existente, atrelados às mudanças e permanências na relação de cidades amazônicas, com o rio.

Em vista disso, almeja-se cooperar para superar a carência de amplas pesquisas científicas que realcem particularidades socioespaciais de cidades como Maracanã, enquanto características importantes para fomentar políticas públicas que considerem, valores, hábitos cotidianos e culturais da população local. Pois, de acordo com Melo (2020), as cidades do Salgado Paraense, ainda que tenham surgidas no período colonial, têm sofrido certas negligências no empenho das análises teóricas e, ainda que estejam incluídas em estudos maiores, suas particularidades são pouco evidenciadas.

Na dimensão social, esta pesquisa esforça-se em contribuir para identificar o perfil da cidade de Maracanã, revelando esse núcleo urbano como uma pequena cidade tradicional (Becker, 1990) à beira-rio, ribeirinha-costeira, de origem relacionada ao processo de colonização europeia na Amazônia. Além disso, aponta-se Maracanã como cidade híbrida por revelar uma multiplicidade de espaços e tempos distintos, porém coexistentes; cidade bimodal, de transportes fluviomarítimo e rodoviário, nesse sentido, com possibilidade de ser denominada uma cidade ribeiro-rodo-costeira, no Salgado Paraense.

Esse esforço é para proporcionar a comunidade maracanaense maior compreensão sobre o desenvolvimento do seu lugar de vivência e ajudar a pensar políticas públicas mais justas e solidárias. Essa é uma tarefa científica com a finalidade de não correr riscos de alienação, da perda de sentido da existência individual e coletiva, pois “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele seu objeto de estudo” (Santos, 1998, p.15). Assim, pretende-se com os resultados desta análise chamar a atenção para as particularidades regionais.

A presente pesquisa analisa o espaço local na perspectiva relacional, relativa, escalar e multidimensional. Desse modo, é uma contribuição para o desenvolvimento pessoal do pesquisador, tanto no âmbito científico quanto no âmbito profissional, possibilitando maior domínio de sua área de conhecimento.

A metodologia de construção dessa pesquisa segue as mudanças oriundas da atualização que ocorreu em julho 2023, na norma de citações NBR 10520, a qual é voltada para a construção de trabalhos acadêmicos, estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Logo, esta análise científica apresenta seu formato textual atualizado segundo as alterações da norma mencionada anteriormente.

No conjunto do processo metodológico que compreende as fases teórica e empírica, esforça-se em romper com a aparência do real para que haja maior compreensão das relações socioespaciais que dialeticamente fazem acontecer o cotidiano da cidade de Maracanã. Pois, o mesmo cotidiano pode revelar usos do espaço consolidados ao longo do tempo por meio de costumes, valores, modos de vida que resistem a tendências exógenas homogeneizantes, mas também pode ocultar características da realidade, principalmente quando não se faz a relação com a dimensão da totalidade (Oliveira, 2001).

Assim, esta análise recorreu à dialética marxiana proposta por Henri Lefebvre, por meio da qual pode-se discorrer que o possível no espaço de Maracanã não é o teoricamente imaginado, nem mesmo o imaginado politicamente, e sim a práxis manifestada no próprio cotidiano. Essa práxis pode ser percebida pela sociedade comum, pois, ainda que a consciência social sofra um processo de mutilação e insuficiência, não há alienação plena e tão pouco desalienação absoluta (Martins, 2011).

Desse modo, o método Regressivo-progressivo possibilita a análise de como a sociedade maracanaense percebe na escala local, da vida diária, os impactos do processo histórico, o qual vivencia e ajuda a consolidar (Martins, 2011). Pois, desde 1960 com a intensificação das rodovias, as cidades na Amazônia passaram a conviver com mudanças mais intensas nos âmbitos socioeconômico, político, demográfico e urbanístico que se difundem na cidade. Isso ocorre em grande parte por meio dos novos valores, costumes, modos de vida; pela introdução de novas mercadorias e equipamentos de infraestrutura modernas; pelas novas ruas e bairros que vão sendo consolidados.

Esse contexto, a partir de 1960, é o momento em que essa nova ordem de transformações no espaço amazônico se insinua mais intensamente e, ao mesmo tempo em que as antigas relações e materializações (anteriores a 1960) no espaço insistem em permanecer. Diante disso, busca-se uma perspectiva de compreensão da produção do espaço urbano que se transforma na cidade de Maracanã.

Então, torna-se elementar a história local e cotidiana, como escala de tempo dos fatos imediatos e particulares, percebidos como únicos pelas pessoas do dia a dia no espaço da cidade,

em especial, para esta pesquisa, nos lugares que constituem seus recortes espaciais de análise: no porto principal, na feira municipal e no Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, localizados na Frente/orla da cidade; nos bairros Itacoã e São Miguel; no assentamento Novo Horizonte e nos conjuntos habitacionais Tinolândia e Voz Índio.

A história local e cotidiana de Maracanã trata do mundo que os indivíduos criam e, ao mesmo tempo, de modo inconsciente, são por ele criados. É um mundo repleto de uma história na qual o cotidiano não é reflexo, e sim mediação. Das tensões e contradições que fazem parte dessas relações, emana um conjunto de elementos importantes para a compreensão da realidade urbana, na qual pode ser percebida a diferença de tempos e de espaços (Martins, 2011).

Logo, o método Regressivo-progressivo permite identificar e resgatar as temporalidades, possibilitando perceber o desencontro das mesmas no espaço. Segundo Barros (2018), esse método proposto por Henri Lefebvre, com concepção atribuída a Carl Marx, baseia-se em uma análise que parte do atual para o passado a fim de esclarecer os processos em curso e fazer apontamentos para o futuro.

Esse método de análise compreende três momentos de investigação: o Analítico descritivo, o Analítico-regressivo e o Histórico-genético/Regressivo-progressivo. O organograma a seguir (Figura 1) sintetiza o referido método, possibilitando maior compreensão.

Figura 1: Momentos do método regressivo-progressivo



Fonte: Martins (1996); Barros (2016); Cornélio (2021), organização do autor desta pesquisa (2023).

Diante do exposto, articula-se o método, a teoria e os procedimentos metodológicos para se colocar em prática a análise da realidade cotidiana da cidade de Maracanã por meio dos três momentos previstos por Lefebvre (Martins, 1996; Barros, 2018).

O primeiro momento de construção dessa pesquisa denominado Analítico-descritivo, deu-se a partir da consulta teórica-conceitual e de dados secundários necessários para uma avaliação científica. Em seguida, realizou-se trabalho de campo com a finalidade de lançar um olhar sobre a realidade *in loco* de modo espontâneo, crítico e fundamentado teoricamente. Houve um esforço para fugir da descrição pura e rasa dos fatos, o que resultaria em uma análise incompleta da realidade do espaço urbano de Maracanã e de sua produção (Barros, 2018). Desse modo, a identificação e descrição do visível na área de pesquisa intentou reconstruir a diversidade das relações sociais sem identificar o tempo das mesmas (Martins, 1996).

Nesse mesmo sentido, Scheffer e Kachaukje (2018), também interpretando Martins (1996) e Lefebvre (1978), ratificam que o momento analítico concentra-se na observação do objeto e na descrição com criticidade, apresentando-se as temporalidades, sem precisar com rigor o tempo de cada relação social. Discorre-se sobre a diversidade das relações sociais com base na observação amparada na experiência e no suporte teórico. Com auxílio das técnicas escolhidas como formulários, entrevistas e observação, se faz a descrição do campo empiricamente definido.

Assim, nesse primeiro momento Analítico-descritivo utilizou-se da concepção de Santos (2014), o qual aponta a importância de se analisar a cidade de Maracanã como parte da

diversidade urbana amazônica e, portanto, da totalidade urbana brasileira. O conceito de espaço Relacional e Relativo de Harvey (1980) contribuiu para a compreensão do espaço de Maracanã como instância que contém e está contida num sistema de relações sociais (espaço relacional). Nesse sentido, o espaço da cidade em análise foi apreendido a partir da relação que o mesmo estabelece com os demais espaços (espaço relativo), não limitando-se à noção de espaço absoluto, que prioriza somente a localização geográfica da cidade.

Por conseguinte, Lefebvre (1974) possibilitou uma interpretação da cidade de Maracanã não apenas pela materialidade ou configuração territorial, mas também pelas relações que produzem o espaço. Pois, a interpretação lefebvriana aponta que o espaço percebido (prática social), o espaço concebido (representação do espaço) e o espaço vivido (espaço da representação) conferem caráter multidimensional ao espaço socialmente produzido.

A diferenciação entre as noções de cidade “Beira-rio” e “Cidade ribeirinha” é necessária para se aproximar da caracterização tipológica da cidade de Maracanã. Esta trata-se de uma cidade localizada às margens do rio no espaço costeiro do Salgado Paraense, pequena, tradicional, prevalecendo relações locais e regionais e, portanto, ribeirinha-costeira (Trindade JR.; Silva; Amaral, 2008, p.42).

A concepção de urbanodiversidade amazônica, Trindade Jr. (2010) contribui para o reconhecimento de Maracanã, pois esta faz parte dos diversos tipos de cidades, dos múltiplos tipos de urbanização e das formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações assinaladas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas atrelados à pluralidade de tempos e de espaços.

Esses autores, mencionados anteriormente, contribuíram com outros, igualmente importantes para a realização da observação *in loco*, com caráter crítico, alinhando teoria e prática. Na busca de dados e informações (dados oficiais, dados estatísticos, registros fotográficos antigos, revistas, etc.) em sites e arquivos pessoais físicos, essa pesquisa orientou-se pelos procedimentos de análise documental de Cellard (2010), um método de coleta de dados que evita, em parte, influência ou intervenção do pesquisador. Isso dá-se pelo motivo de o documento ser um instrumento que, embora possa revelar muito, permanece “surdo”, impossibilitando que se exija dele precisões complementares.

A análise documental incorpora uma perspectiva temporal como alternativa à compreensão do social. Assim, seguindo critérios de avaliação de dados apontados por Cellard (2010), primeiramente avaliou-se a credibilidade do documento por meio de uma análise crítica, na qual se observou: contexto, autores, autenticidade, confiabilidade e natureza documental

(administrativa, jurídica, histórica, etc.). Desse modo, as informações e dados documentais obtidos contribuíram para maior compreensão da realidade socioespacial de Maracanã.

No trabalho de campo de caráter Analítico-descritivo realizado no espaço da referida cidade, em diversos momentos do período entre julho de 2022 e julho de 2023, foram identificados e analisados três padrões de estruturação/organização espacial intraurbanos. O padrão “ribeirinho”, que compreende o porto principal, o trapiche municipal, a feira e o Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, localizados na orla da cidade, e os bairros Itacoã e São Miguel (assentamentos humanos com forte presença das características ribeirinhas-costeiras). O padrão “espontâneo” identificado pelo assentamento Novo Horizonte e o padrão “pedefinido” identificado pelos assentamentos planejados Tinolândia e Vovô Índio (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 37).

Nessa etapa, os registros de campo (fotografias) foram de grande importância para a identificação e o reconhecimento dos recortes em análise mencionados anteriormente. Esses registros fotográficos contribuíram para revelar tanto elementos que representam mudanças quanto elementos que caracterizam permanências espaciais intraurbanas nas paisagens das cidades ribeirinhas, sem os quais seria difícil identificá-las, (Trindade Jr.; Tavares, 2008).

Na coleta de dados empíricos aplicou-se formulários na frente/orla da cidade, onde se localiza grande parte do Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, para averiguar o nível de interação das atividades econômicas com o rio e a estrada. Os formulários, também, foram aplicados nos bairros Itacoã e São Miguel; no assentamento Novo Horizonte e nos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio, a fim de constatar o nível de interação material e simbólico com o rio e com o espaço costeiro.

Aplicou-se 210 formulários distribuídos da seguinte forma: 55 no CPCS tradicional, em estabelecimentos econômicos formais e informais com tempo de funcionamento entre 1 a 20 anos; 50 formulários no bairro do Itacoã; 50 no bairro do São Miguel; 16 no assentamento Novo Horizonte; 19 no conjunto habitacional Tinolândia e 20 no conjunto habitacional Vovô Índio. A quantidade de formulários aplicados corresponde somente a uma amostra da população total de cada espaço. No CPCS tradicional, no bairro do Itacoã e no bairro do São Miguel, a quantidade de formulários aplicados foi maior por serem espaços com mais habitantes em relação aos demais espaços de análise investigados nesta pesquisa.

Foram realizadas entrevistas abertas “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões” (Minayo, 2009, p. 64). Foram entrevistados agentes com papel

importante na relação da cidade com o rio e o espaço costeiro como: moradores, pescadores, usuários do trapiche, dos espaços de lazer, diretores de órgãos públicos, presidente de associações, etc.

Desse modo, foram entrevistados: moradores antigos que contribuíram com informações a respeito da cidade no passado e as mudanças no presente; representantes de sindicatos e associações ligados a questão da pesca. Além destes, também foram entrevistados representantes do poder público municipal atrelados a Secretaria de Pesca e a Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA). Vale ressaltar que não foi possível entrevistar o secretário de turismo do município, pois no período não se encontrava na cidade.

No segundo momento, o Analítico-regressivo, aplicou-se a análise da realidade descrita da cidade de Maracanã, realizada no primeiro momento (o Analítico-descritivo), considerando contradições e possibilidades, assim como as diferentes temporalidades dos fenômenos encontrados (Barros, 2018). Foi o momento da análise e decomposição da realidade, no qual mergulhou-se na complexidade vertical da vida social do espaço urbano de Maracanã, buscando identificar a coexistência de relações sociais com datas desiguais (Martins, 1996).

Empenhou-se um esforço para datar as relações socioespaciais, os elementos da “cultura material e espiritual” que contribuíram para a pesquisa atingir seus objetivos. Desse modo, o que no primeiro momento descritivo do método mostrava-se, superficialmente, “simultâneo e contemporâneo” no espaço percebido de Maracanã, foi desmistificado e revelado no segundo momento como elemento espaço-temporal com data específica, pois o cotidiano é o laboratório da coexistência “de coisas, relações e concepções” de temporalidades e espacialidades diferentes (Martins, 1996, p. 21).

Assim, os dados e informações relacionados a realidade urbana de Maracanã, coletados no primeiro momento, foram sistematizados no segundo momento do método: as descrições, os resultados das entrevistas, dos formulários, os registros fotográficos, etc. Nesse processo, considerou-se contradições e possibilidades, assim como, diferentes temporalidades dos fenômenos encontrados.

A identificação da data das relações sociais possibilitou reconhecer no cotidiano maracanaense elementos remanescentes de épocas específicas, como objetos espaciais/geográficos antigos, valores, costumes, modo de vida, etc. Através dos dados obtidos por meio dos formulários e das entrevistas dos agentes foram elaborados gráficos e tabelas para facilitar a compreensão das mudanças e permanências nas materialidades e funcionalidades da relação cidade-rio e o espaço costeiro.

Nesse segundo momento (Analítico-regressivo) também foi elaborado as representações cartográficas da área de estudo (Mapas 4, 5 e 6) que possibilitaram a definição e localização dos padrões de estruturação espacial intraurbanos que representam os recortes de análise dessa pesquisa: “ribeirinho”, espontâneo” e o “predefinido” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 37). Na elaboração das referidas representações cartográficas utilizou-se o *software* QGIS versão 3.22.3; as informações adquiridas nas investigações de campo realizadas no momento Analítico-descritivo e imagens do Google Earth.

O padrão de estruturação ribeirinho no espaço costeiro de Maracanã é representado, nesta análise, pela frente/orla da cidade (onde se localiza a área do trapiche municipal, a feira e o Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional) e os bairros Itacoã e São Miguel; o padrão “espontâneo” é representado pelo assentamento Novo Horizonte e o padrão “predefinido” representado pelos assentamentos planejados Tinolândia e Vovô Índio.

No último momento do método utilizado nesta pesquisa, o Histórico-genético ou Regressivo-progressivo, se reencontrou o presente descrito do espaço urbano da cidade de Maracanã, face às modificações da estrutura socioespacial. Barros (2018) fundamentado em Lefebvre (1978) esclarece que nesse momento busca-se a gênese de formação das estruturas socioespaciais, apontando um marco geral de transformação do processo, considerando a interação e a influência das estruturas recentes com as anteriores ao marco, que se encontram dependentes ou integradas às primeiras.

Esse momento Regressivo-progressivo contribuiu para revelar que as contradições sociais no espaço urbano de Maracanã são históricas e não se reduzem somente a conflitos de interesses entre diferentes categorias sociais, pelo contrário, são também desencontros de tempos e, assim, de possibilidades. Na gênese contraditória de relações e concepções que permanecem, se desmistifica contradições não resolvidas, alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidade não realizadas (Martins, 1996).

De acordo com Barros (2018), no método Regressivo-progressivo, as temporalidades desencontradas são coexistentes no espaço, pois embora os fenômenos possuam datas específicas, os mesmos não devem ser identificados e compreendidos a partir da sucessão de etapas históricas e sim de maneira articulada. Assim, com base no terceiro momento do método, esta pesquisa organizou uma análise geral a partir do marco de mudança previamente identificado, a década de 1960, promovendo o reencontro do presente com o passado sob a compreensão da reprodução das relações de produção.

Apontou-se contradições emergentes nas reflexões finais sobre a realidade analisada a partir do referido marco de mudança delimitado pela pesquisa, por meio da regressão, para que as relações de produção e a reprodução socioespacial se manifestassem antes e depois do marco histórico. Barros (2018) apoiado em Ortega (2001) diz ser importante reconhecer onde está o antigo, o novo e o diferente, pois é na relação dialética desses três movimentos que a reprodutibilidade do sistema se mantém.

O novo tende a surgir contendo diferentes tempos históricos e ao ser investigado pode oferecer elementos para uma análise que contribua para desmistificar a essência da transformação da realidade descrita na primeira fase do método. Faz-se presente no espaço a relação dialética entre rupturas e permanências nos períodos de transição, ou seja, entre o antes e o depois do marco de mudanças (Barros, 2018).

Essa interdependência analítica é desmistificadora, uma vez que nesses períodos pode se experimentar a vivência em dois espaços simultâneo, o que foi e o que ainda não é. Assim, o velho oferece as condições necessárias para a sua superação, que nessa discussão, não se refere ao desaparecimento das velhas formas, mas estas são transformadas ou ressignificadas pelo presente (Barros, 2018).

O movimento Regressivo-progressivo constrói o objeto estudado como algo virtual aberto ao devir e, portanto, às possibilidades, mas ligado a uma prática concreta. Nesse sentido, Barros (2018) utilizando-se do pensamento de Duarte (2006) discorre que o passado é considerado como uma das condições para a realização do presente que, por sua vez, aponta como pode ser o futuro.

É nessa perspectiva que a cidade ribeirinha-costeira de Maracanã apresenta uma realidade repleta de dualidades que manifestam desencontros entre o tradicional e o moderno, intrínsecos a seu espaço. Diante disso, o método Regressivo-progressivo é uma possibilidade de compreensão dessa realidade urbana ao direcionar ao longo desta análise as etapas no processo de compreensão da produção do espaço urbano da cidade em questão, ponderando-se a dialética das mudanças e permanências na dinâmica socioespacial ribeirinha-costeira face às dinâmicas territoriais oriundas da ação do Estado e do interesse do capital.

Diante disso, nesse terceiro e último momento metodológico, o Histórico-genético ou Regressivo progressivo, buscou-se, a partir da realidade atual, a gênese da cidade de Maracanã, à qual está diretamente relacionada a colonização europeia na Amazônia. Com base no marco geral de transformações regionais que ocorreu a partir da década de 1960, pode-se indicar dois momentos de urbanização na Amazônia, um anterior e um posterior a 1960.

Com essa referência espaço-temporal empenhou-se em analisar a produção do espaço urbano de Maracanã. Considerou-se a dialética das mudanças e permanências na dinâmica socioespacial, intrínseca a relação cidade rio e o espaço costeiro, face a interação e à influência de dinâmicas recentes, como as rodovias, Unidades de Conservação (UC), a modernização pesqueira e o turismo.

Desse modo, no processo geral do método de análise aplicado, os fundamentos históricos-conceituais de produção do espaço amazônico foram indispensáveis para a compreensão da realidade e melhor percepção de intencionalidades no passado e no presente. Assim, esforçou-se em compreender o contexto histórico da produção de Maracanã, do qual fazem parte os elementos de época presentes em sua dinâmica atual.

Logo, a formação da rede urbana amazônica elaborada por Corrêa (1987); a proposta de ordenamento territorial da região amazônica elaborada por Trindade Jr. (2015); a periodização da formação urbana de Vigia de Nazaré/PA, organizada por Barbosa, Bentes e Raiol (2019) e os conhecimentos produzidos por Paixão (2007) e Pereira (2007) que mencionam importantes momentos da história de Maracanã, contribuíram para que esta pesquisa propusesse três períodos de formação socioespacial da cidade de Maracanã/PA. No primeiro período, entre 1613 a 1850, ocorreu a formação do aldeamento/povoamento de Maracanã (1613-1689), a instituição de freguesia (1700), da Vila de Cintra (1755/1757), do município de Cintra (1833). Nesse período predominava um ordenamento territorial simples de caráter dendrítico na Amazônia.

O segundo período proposto a respeito da formação socioespacial de Maracanã ocorreu entre 1850 a 1960. Neste, o núcleo urbano se tornou cidade de Cintra (1885) e posteriormente cidade de Maracanã (1897). Ressalta-se que entre 1850 a 1960, ainda predominava o padrão de circulação dendrítico na Amazônia, porém, com influências de ferrovias como o primeiro modal ferroviário da região denominado Estrada de Ferro Belém-Bragança. Esta perpassou pela Zona Bragantina e influenciou para que houvesse a abertura do ramal rodoviário que ligou inicialmente Maracanã a Igarapé-Açu, o qual ficou conhecido como “Estrada Velha”. Assim, a partir de 1922, Maracanã tornou-se uma cidade com hibridez de transporte, com acesso fluviomarítimo e rodoviário.

O terceiro período de formação socioespacial de Maracanã iniciou após 1960, quando predominou na região amazônica um ordenamento territorial complexo e uma urbanização difusa. Nesse período, Maracanã experimentou maior dinamismo urbano como reflexo da intensificação das rodovias que conectaram a região amazônica ao restante do país, destacando-

se na escala local o Complexo Industrial Pesqueiro. Este surgiu no final década anterior (1959) no bairro do Itacoã, e abrigou projetos voltados para a pesca industrial, impulsionando a economia local. Além disso, a partir de 1990 foram criadas quatro Unidades de Conservação, dentre as quais, destaca-se a RESEX Maracanã, que abrange o entorno da cidade.

Esse esforço de periodização contribui para a compreensão do período mais remoto, ou seja, o anterior ao marco de mudanças regionais estabelecido (década de 1960), indispensável para a desmistificação do período mais recente, após o referido marco. São períodos dos quais a cidade de Maracanã participou e participa manifestando mudanças e permanências socioespaciais.

Desse modo, esta pesquisa se organiza da seguinte forma: Capítulo I- Contributos teóricos para se pensar a cidade ribeirinha-costeira de Maracanã; Capítulo II- Análise histórico-geográfica da formação socioespacial de Maracanã: dos povos pré-coloniais das águas à dinâmicas territoriais mais recentes na Amazônia; Capítulo III- A orla e a relação cidade-rio: o porto, a feira, a primeira rua e o Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional; Capítulo IV- Mudanças e permanências em assentamentos intraurbanos e a relação cidade-rio no espaço costeiro de Maracanã/PA.

O Capítulo I- Contributos teóricos para se pensar a cidade ribeirinha-costeira de Maracanã - trata-se de uma aproximação teórica a respeito da produção social do espaço (Lefebvre, 1974) e da identidade socioespacial das cidades ribeirinhas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008). Considera-se as particularidades da cidade de Maracanã e sua dinâmica em relação ao rio e ao espaço costeiro, na intenção de contribuir para romper com concepções absolutas de localização.

Assim, analisa-se Maracanã como uma cidade ribeirinha-costeira com base em um aparato teórico que a considera forma-conteúdo, cuja compreensão coerente dá-se somente quando analisada sob a concepção de espaço relacional e relativo (Harvey, 1980). Segundo esta teoria, um determinado espaço só pode ser compreendido quando se investiga suas relações socioespaciais locais, e com os outros espaços com os quais se relaciona em diferentes escalas. Desse modo, considera-se que cidades ribeirinhas, como Maracanã, contêm e estão contidas em um emaranhado de relações moldadas historicamente, constituindo assim, a “urbanodiversidade” amazônica (Trindade Jr., 2010).

Além disso, o Capítulo I apresenta as concepções de território, poder e desenvolvimento, na intenção de aprofundar o olhar analítico sobre a realidade da cidade de Maracanã. Discorre-se que as realidades intraurbanas das cidades ribeirinhas ainda que

transformadas parcialmente pela influência de dinâmicas territoriais, principalmente das rodovias, permanecem como herança da origem tradicional intrínseca ao padrão de organização espacial rio-várzea-floresta (Gonçalves, 2015).

Pondera-se que as características ribeirinhas se manifestam na realidade de Maracanã sendo perceptível não só por meio da paisagem, mas, principalmente, pelos valores, modo de vida e pela cultura de uma civilização das águas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 28, 29), participante da produção socioespacial. Nesse sentido, compreende-se que nas realidades pouco afetadas ou com pouca influência das frentes de expansão econômicas após 1960, o modelo de urbanização tradicional se torna mais marcante (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

O Capítulo II- Análise histórico-geográfica da formação socioespacial de Maracanã: dos povos pré-coloniais das águas à dinâmicas territoriais mais recentes - tece uma análise histórico-geográfica da formação socioespacial da cidade relacionada ao contexto regional. Assim, propõe-se três períodos da organização socioespacial de Maracanã com base em periodizações regionais: no período de 1613 a 1850 ocorreu a produção do espaço como povoado e vila; no período de 1850 a 1960, a cidade ribeirinha-costeira tornou-se híbrida de via de transportes fluviomarítimo e rodoviário e, por último, o período após 1960, quando houve a integração da região amazônica ao restante do país e de modo mais intenso com o mercado mundial. A intensificação das rodovias na região provocou mudanças na escala local maracanaense e relativa expansão urbana com maior interação com outras cidades, como por exemplo, a capital Belém.

Por meio desses três períodos, esforça-se em relacionar padrões de ordenamentos territoriais que impulsionaram/impulsionam a produção do espaço amazônico com mudanças que ocorreram/ocorrem na relação cidade-rio e o espaço costeiro de Maracanã. Além disso, discorre-se sobre dinâmicas territoriais que se fazem presente na região e que apresentam seus rebatimentos no espaço local, como as estradas, o turismo, a pesca artesanal e as Unidades de Conservação (UC).

Logo, este capítulo é um esforço analítico regressivo necessário para considerar os fundamentos históricos-contextuais de produção socioespacial de Maracanã, a fim de atualizar a compreensão dessa cidade e perceber intencionalidades e funcionalidades do passado e atuais. Dessa forma, busca-se a inteligibilidade do contexto histórico das produções que contêm os elementos de época presentes na dinâmica atual (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

O Capítulo III- A orla e a relação cidade-rio: o porto, a feira, a primeira rua e o Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional - busca elucidar as constatações empíricas

da pesquisa, principalmente, as mudanças e permanências na relação da cidade de Maracanã com o rio e o espaço costeiro, face à dinâmica das estradas, do turismo, das Unidades de Conservação e da modernização pesqueira, tendo como diretriz de análise o fundamento teórico conceitual e metodológico utilizado nesta pesquisa, e como recorte de investigação o espaço intraurbano da frente/orla de Maracanã.

Com fundamento nos padrões de estruturação intraurbanos, “ribeirinho”, “espontâneo” e “predefinido”, apontados por Trindade Jr., Silva e Amaral (2008, p. 37), são identificados os recortes espaciais de análise desta pesquisa: A frente/orla da cidade e os bairros Itacoã e São Miguel, padrão “ribeirinho”; o assentamento intraurbano Novo Horizonte, padrão “espontâneo” e os conjuntos habitacionais “Tinolândia” e o “Vovô Índio”, padrão “predefinido”. Em seguida são apontados das águas ao porto principal da cidade, relações, objetos e usos no espaço.

Desse modo, aponta-se o que muda e o que permanece na relação de Maracanã com o rio a partir da feira e da primeira rua, onde fica grande parte do CPCS tradicional da cidade, procurando entender a importância do rio e do espaço costeiro para as atividades econômicas que se desenvolvem na frente/orla. Constatou-se que embora tenha ocorrido mudanças, o rio no espaço costeiro continua tendo grande importância para as atividades econômicas em Maracanã/PA, principalmente para as que se desenvolvem na frente/orla da cidade.

No Capítulo IV- Mudanças e permanências em assentamentos intraurbanos e a relação cidade-rio no espaço costeiro de Maracanã/PA - analisa-se os assentamentos intraurbanos: Bairros São Miguel e Itacoã, assentamento Novo Horizonte e os conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio. Nestes, as mudanças e permanências intraurbanas são analisadas por meio da forma ou da função de fragmentos do urbano, considerando-se a relação da cidade com o rio e o espaço costeiro face à dinâmica da estrada, do turismo, das UC e da modernização pesqueira que impactam e são impactadas pelas ações dos sujeitos ribeirinhos.

Constatou-se que nos espaços de assentamentos intraurbanos mencionados o rio possui diferentes níveis de influência em seus arranjos espaciais apresentando dois extremos, um nível com maior e outro com menor influência. Ademais, constatou-se que mesmo com a intensificação de dinâmicas como as estradas, que provocam mudanças nas cidades, o rio no espaço costeiro continua sendo de grande importância para os moradores dos assentamentos investigados.

CAPÍTULO I

1- CONTRIBUTOS TEÓRICOS PARA PENSAR A CIDADE RIBEIRINHA-COSTEIRA DE MARACANÃ/PA

Nesse momento, busca-se uma aproximação teórica que contribua para a compreensão da relação da cidade de Maracanã com rio no processo de produção do espaço urbano amazônico. Aplica-se em identificar Maracanã como uma cidade ribeirinha-costeira, na qual a hibridez do espaço é resultado de relações sociais conflituosas que envolvem os interesses da sociedade, do Estado e do capital, por meio do processo de produção do espaço urbano que segundo Oliveira (2001), produz a diferença e a resistência no cotidiano. Desse modo, atenta-se para o acontecer dessa dinâmica que pode não resultar na restauração das relações anteriores, mas as recria em outras dimensões.

Maracanã tem vivenciado em seu espaço intraurbano mudanças que se deram pelo processo de (re)estruturação intrínsecos a políticas de desenvolvimento. Essas mudanças nos elementos intraurbanos produzem uma diversidade urbana e territorial de diferentes tempos históricos que coexistem na realidade socioespacial amazônica.

Assim, considerando a existência da diversidade urbana e territorial, e a necessidade de serem reconhecidas nos projetos de desenvolvimento regional, este capítulo faz algumas ponderações utilizando concepções de território, poder e desenvolvimento. Esse esforço teórico-conceitual é feito na intenção de lançar um olhar mais aguçado sobre a realidade urbana e sua complexidade territorial, pois os núcleos urbanos abrigam em seu interior uma abundante diversidade socioeconômica e cultural.

Desse modo, este primeiro capítulo contribui para a compreensão de que as realidades intraurbanas das cidades ribeirinhas-costeiras, ainda que transformadas parcialmente pela influência de dinâmicas territoriais, mantém formas e conteúdos como herança de suas origens. Essas cidades são intrínsecas ao padrão de organização espacial Rio-várzea-floresta (Gonçalves, 2015) e abrigam em seu interior “civilizações das águas” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 28,29) que se caracterizam por um modo de vida ribeirinho.

1.1 UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA SOBRE A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO DA CIDADE DE MARACANÃ

Ao discorrer a respeito da produção do espaço em uma cidade ribeirinha-costeira como Maracanã é importante considerar a noção de totalidade, pois uma cidade se constitui parte da realidade total da formação socioeconômica mundial. Dessa forma, Maracanã é uma área geográfica de realização concreta da totalidade social tendo papel funcional relacionado às mudanças globais e estruturais (Santos, 2014).

Diante disso, infere-se que as mudanças da população total, da população urbana e da produção industrial que ocorrem em Maracanã não se devem ao seu movimento próprio, mas ao movimento global proveniente das forças mais gerais que dinamizam a distribuição geográfica das diversas variáveis sobre o conjunto das cidades na região amazônica.

Nessa concepção, Nahum (2019) contribui para a apreensão de que a situação geográfica de Maracanã tem sua dinâmica relacionada à totalidade nas suas várias escalas e mediações, podendo-se interpretar a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social dessa cidade e da região amazônica como totalização de um mesmo modo de produção mundial que se realiza diferentemente em cada espaço.

Embora a cidade de Maracanã tenha sua dinâmica intrínseca ao mesmo modo de produção mundial, cuja compreensão é necessária para se explicar a realidade local. Deve-se considerar que a análise da cidade de Maracanã, enquanto recorte ou parte da cisão do todo, é imprescindível para que se efetive o conhecimento da totalidade que está em constante movimento, ou seja, em processo de totalização. Pois, pensar a totalidade sem pensar a sua cisão, sem analisar suas partes, torna-se uma análise esvaziada do movimento presente na cidade ou em qualquer outro recorte geográfico (Santos, 2014).

Nesse sentido, a análise da cidade de Maracanã torna-se relevante, pois é tão importante para a compreensão da totalidade em movimento, quanto a totalidade em movimento é imprescindível para sua inteligibilidade. O movimento permanente da totalidade em constante processo de totalização é fundamental para a análise geográfica, tanto a totalização já perfeita representada pela paisagem e pela configuração territorial da cidade, quanto a totalização que está ocorrendo, representada pelo espaço urbano (Santos, 2014).

Outra consideração importante em relação a análise da produção do espaço da cidade de Maracanã é o reconhecimento do espaço enquanto uma instância social que contém e está contido nas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida (Santos, 2014). Desse modo, a economia está no espaço de Maracanã, como o espaço dessa cidade está

na economia, e o mesmo ocorre com as demais instâncias como a político-institucional e a cultural-ideológica.

Isso implica na afirmação de que a essência do espaço da cidade é social. Portanto, na análise da produção urbana de Maracanã, compreende-se que o espaço não é formado apenas pelas coisas, pelos objetos geográficos naturais e artificiais. O espaço abrange esses elementos, mais a sociedade que o anima (Santos, 2012).

Assim, atenta-se para a condição de que a análise da produção do espaço urbano de Maracanã se fará coerente quando esse espaço for considerado de forma integrada a dinâmica das forças de produção (Lefebvre, 2013), pois o processo de produção socioespacial envolve a diversidade de formas e de objetos, e nem sempre tais produções manifestam as marcas de seus produtores ou até mesmo do processo de produção. No entanto, não pode escapar a reflexão de que a produção do espaço não encerra apenas na materialidade ou na concretude, pois é muito mais que isso, assim, a análise não deve se esgotar somente na condição para a produção.

Cabe aqui atentar para o sentido do conceito de produção. Carlos (2001) aponta a importância de se considerar dois sentidos do termo “Produção”, o *stricto sensu* que indica a produção de bens e mercadorias e o *latu sensu* que se refere à ideia de que também se produz relações sociais, ideologia, cultura, valores, costumes, etc.

Nesse sentido, a acumulação produz uma racionalidade homogeneizante que não se contenta apenas com a produção de objetos-mercadorias, mas produz também a divisão e organização do trabalho, tendências de comportamento que induzem ao consumo e se apresentam como norteadores da vida cotidiana. Assim, o processo de reprodução se revela de um lado como processo de realização e acumulação do capital e por outro, sinaliza o processo de desenvolvimento da sociedade humana (Carlos, 2001).

Desse modo, a noção de produção articulada a de reprodução das relações sociais *latu sensu* é a que coloca a perspectiva de compreensão da totalidade que escapa ao plano econômico, abrindo para o entendimento da sociedade em seu movimento, o que pressupõe a totalidade. Isso ocorre pelo fato das relações sociais se constituírem em existência real na dimensão espacial concreta, na medida em que produzem efetivamente um espaço, nele se inscrevendo e se realizando.

Nessa perspectiva Damiani (2001) discorre que o uso do espaço para viver ou sobreviver é uma necessidade histórica:

Usar o espaço para viver, ou apenas sobreviver, é uma necessidade incontestável, por mais variações que, ao longo da história, possa-se inferir, pois as necessidades são históricas. Apesar das formas variadas de utilização, o uso do espaço é um pressuposto da vida. E exatamente porque nem sempre as formas de uso foram as mesmas, é possível avaliar que muitas delas se consolidaram no decorrer da história humana, constituindo costumes e hábitos próprios dos diferentes povos e das condições naturais e históricas que viviam e vivem. O uso do espaço remete as profundas marcas que o homem imprime à natureza, remete, portanto, à produção da natureza humana (Damiani, 2001, p.48)

Desse modo, “o espaço geográfico é produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico”. Esse é um processo que se define como social e histórico, isso revela que há uma relação necessária entre espaço e sociedade (Carlos, 2001, p. 63). O processo de produção do espaço da cidade de Maracanã fundado nas relações de trabalho entre sociedade e natureza deve ser interpretado em suas várias dimensões, pois a produção da vida não se esgota na reprodução de bens para a satisfação das necessidades materiais, mas envolve também a produção social.

Nessa linha de pensamento Lefebvre (1974) contribui para a compreensão de que o espaço urbano de Maracanã não se estabelece apenas pela materialidade ou configuração territorial, mas também pelas relações que produzem o espaço. Pois, a interpretação lefebvriana de espaço que compreende a Prática social, a Representação do espaço e o Espaço da representação conferem caráter multidimensional ao espaço socialmente produzido.

Diante disso, busca-se analisar o espaço urbano considerando a relação dialética entre produção e produto, um esforço para evitar uma análise incompleta que ocorre com base nos produtos sem produção ou até mesmo na produção sem produto (Lefebvre, 2013). Assim, compreende-se que o espaço na cidade de Maracanã, além da dimensão material, também possui sua dimensão social, logo sua interpretação não deve limitar-se apenas aos objetos que o formam. As análises espaciais empreendidas devem envolver as relações que se desenvolveram no transcorrer do tempo por meio das atividades sociais que reconfiguraram ou não os objetos contidos no espaço.

Parte-se então para a empiria da análise da cidade de Maracanã com a perspectiva de que a produção material no espaço é resultado das relações sociais. Essa compreensão é de grande importância na prática dessa análise. O espaço não se constitui somente pelo material ou pelos objetos, também é sociedade (Santos, 2012).

Pretende-se revelar a cidade de Maracanã com base nessas perspectivas de constituição do espaço, considerando a diversidade de atividades sociais desenvolvidas no transcorrer do tempo, para não correr o risco de interpretar esse núcleo urbano como uma simples produção

espacial destituída da dimensão social. Como as demais cidades, Maracanã se materializou no tempo e no espaço por meio de produções sociais. Assim, com base nas colocações teóricas de Lefebvre (2013) pode-se inferir que Maracanã é resultado da produção e reprodução inerentes às atividades sociais, às forças produtivas e às relações de produção.

Para a apreensão dos momentos da produção social do espaço de Maracanã recorre-se a tríade conceitual elaborada por Lefebvre (2013), que se apresenta por meio dos seguintes conceitos: práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação. As práticas espaciais correspondem ao espaço percebido, ou seja, o espaço da experiência material que envolve a realidade cotidiana e a realidade urbana da cidade de Maracanã, abrangendo a produção e a reprodução social do espaço.

As representações do espaço correspondem ao espaço concebido, é o espaço do planejamento, do poder público e das ações de ordenamento espacial. O espaço vivido corresponde ao espaço de representação, é o espaço da imaginação, da representação simbólica dentro de uma existência material. É espaço do usuário e dos habitantes da cidade de Maracanã (Lefebvre, 2013).

Diante disso, esta pesquisa procura enfatizar a importância dos espaços de representação e das práticas espaciais da cidade de Maracanã face às representações do espaço, a fim de analisar o quanto o planejamento do espaço concebido tem reduzido o espaço vivido dessa cidade ao visível e ao material, desconsiderando as relações simbólicas, culturais e afetivas dos indivíduos com o seu espaço.

Além da contribuição da tríade lefebvreana para a compreensão dos momentos da produção social do espaço da cidade de Maracanã, esse aparato teórico possibilita também o entendimento do que o autor estabelece como ordem distante e ordem próxima. Essas nomenclaturas não se expressam em termos de extensão espacial, porém, sua distinção se manifesta em termos de escalas na produção social do espaço de Maracanã. Para Lefebvre (2013) a ordem próxima é assimilada através das relações sociais entre grupos, enquanto que a Ordem Distante é ditada geralmente por instituições ou pelo Estado.

A ordem distante geralmente se apresenta na escala da ordem próxima, isso implica que somente a Ordem Próxima pode revelar a essência da dialética entre as duas ordens. Essa diferenciação, ou melhor, essa dialética entre o próximo e o distante pode ser evidenciada por meio das distintas temporalidades nas formas espaciais e por meio das relações sociais e cotidianas existentes na cidade de Maracanã.

Outra consideração importante que fortalece a consistência teórica desta pesquisa é o que Harvey (1980) apresenta sobre o espaço. De acordo com esse autor, pode-se interpretar que para além da simples posição geográfica (espaço absoluto) da cidade de Maracanã, torna-se necessário a compreensão de que o espaço desta cidade envolve e está envolvido num conjunto de relações sociais historicamente construídas (espaço relacional). Além disso, é coerente pensar que o espaço de Maracanã só pode ser apreendido a partir da investigação das interações que estabelece com outros espaços (espaço relativo).

Segundo Carlos (2001), o espaço geográfico articula uma dimensão relacionada a localização a outra dimensão que dá conteúdo capaz de qualificar e singularizar a referida dimensão da localização. Esse conteúdo é determinado pelas relações que se estabelecem, conferindo ao espaço a característica de produto social e histórico.

Embora o processo espacial tenha uma dimensão aparente, visível, marcada pela heterogeneidade própria dos lugares, há também o reprodutível contendo um mundo de imagens, formas, aparências com tendência a homogeneização da sociedade. Assim, a problemática urbana envolve a articulação/diferenciação cidade-urbano, de modo, que a cidade é intrínseca a sua materialização concreta no plano do próximo e o urbano está relacionado a uma ordem distante que constitui a sociedade urbana em contexto mundializado (Carlos, 2001).

Porém, a reprodução espacial enquanto processo articula-se ao plano da reprodução da vida. Diante disso, importa considerar o desejo do habitante para o qual o espaço se reproduz enquanto o lugar da vivência, do desdobrar da vida em todas as suas dimensões. Sabe-se que o habitar revela a racionalidade homogeneizante, mas também revela o diferente que tem capacidade de produzir formas a partir de conteúdos intrínsecos a ideia do espaço apropriado à realização dos desejos, lugares reapropriados para um outro uso (Carlos, 2001).

No entanto, na atualidade, a tendência é cada vez mais os espaços urbanos serem destinados a troca, de modo que a apropriação e os modos de uso são subordinados mais e mais ao mercado, ocorrendo assim a diminuição dos espaços. A cidade de Maracanã é sede de um dos municípios que compõem a ZCP (Pará, 2020) e, conseqüentemente, segundo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) também faz parte da ZCB, que legalmente é considerada patrimônio nacional, bem pertencente à Nação Brasileira de uso comum.

Diante disso, destaca-se que tanto a cidade quanto o município de Maracanã fazem parte da Zona Costeira e por esse motivo são espaços instituídos patrimônio nacional e sua utilização deve ser feita sob forma de lei dentro de condições que assegure sua preservação, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (Brasil, 1988). Além disso, o art. 10, §1º da Lei

7.661/88 que trata sobre o gerenciamento costeiro estabelece que não é permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do espaço na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso (Souza, 2016).

Na qualidade de bem pertencente à Nação Brasileira, bem público de uso comum, os espaços da Zona Costeira são, com base em lei ou por sua própria natureza, os que devem ser utilizados por todos em igualdade de condições (Souza, 2016). No entanto, ressalta-se que o conceito de comum desde sua origem assumiu um significado que não poderia ser reduzido a “Estatal”, mas com o tempo foi manipulado tanto pelo Estado quanto pela teologia (Laval; Dardot, 2016).

Embora, a “redescoberta” atual do conceito de comum não implique em um retorno as suas origens gregas e romanas, busca redefinir uma alternativa política que permita sair da dualidade entre propriedade pública estatal versus propriedade privada, que se tornou uma coisa do passado. Pois, o Estado passou por transformações tornando-se um protagonista neoliberal, estando sujeito a lógica empresarial agindo como um parceiro das grandes multinacionais (Laval; Dardot, 2016).

Logo, o conceito de comum deve ser interpretado como um princípio de lutas que põem em questionamento a posição do Estado, que deveria servir como defesa em relação as forças do mercado. Diante disso, deve-se evitar a compreensão do comum no sentido restrito de bens comuns e construir um direito do comum como um novo tipo de direito de uso, no qual haja diferença entre a prática do uso como apropriação e do uso como propriedade, instigando assim, a criação de instituições do comum como possibilidade de romper com sistemas políticos oligárquicos aliados a interesses econômicos dominantes (Laval; Dardot, 2016).

Deste modo, considera-se também a importância de se obter uma compreensão do conceito de espaço público, uma vez que esse tipo de espaço também se encontra presente na cidade de Maracanã, e possui a qualidade de bem de uso comum que segundo a interpretação do conceito de comum apontado por Laval e Dardot (2016) deve estar sempre vinculado ao interesse social de apropriação. Gomes (2009) argumenta que fisicamente o espaço público é o lugar, praça, rua, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa.

Reconhece-se que o arranjo físico ou ordem disposta das coisas no espaço é fundamental para que determinadas ações sociais sejam implementadas, mas deve-se lembrar que não há uma determinação da forma sobre o conteúdo, pois as formas espaciais não explicam

inteiramente o modo de ser da sociedade. Nessa perspectiva, um espaço público deve ser um lugar no sentido imaterial e material (Gomes, 2009).

Por mais que a acessibilidade ao espaço público seja física, também se refere ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Condição que deve ser norma respeitada e revivida, independente de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas (Gomes, 2009).

Essa concepção aproxima a definição de espaço público do conceito de espaço geográfico, pois segundo Gomes (2009), o espaço público sob o prisma geográfico deve constituir-se em uma dimensão, dialeticamente, física e por práticas e dinâmicas sociais. Percebe-se que essa definição traz como pano de fundo, características que se assemelham a concepção de espaço geográfico elaborada por Santos (2006) que ressalta a indissociabilidade entre sistemas de ações e sistemas de objetos.

Assim, a definição de espaço público referida por Gomes (2009) é determinante ao diferenciar-se de definições simplistas e rasas que dão ênfase às características concretas e funcionais sobre o direito do convívio e do debate. Essa condição também estabelece uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, articulando, portanto, a configuração física, usos e vivência efetiva do/no espaço.

A partir dessa perspectiva, a matriz do espaço público é um espaço normatizado que concretiza a cidadania tornando-se o *lócus* principal da vida coletiva, portanto, toda ação que desconsidere a existência desse espaço ou pretenda menosprezar seu estatuto equivale a um retrocesso dos fundamentos definidores da cidadania, tanto no sentido das práticas sociais democráticas quanto do arranjo físico.

Nesse viés relacional com o espaço público, Gomes (2009) afirma que a definição de cidadania pode ser mais clarificada quando esta é representada por meio de um pacto social que se estabelece de forma simultânea, como uma relação de pertencimento a um grupo e de pertencimento a um território que pretende assegurar direitos e deveres de cada indivíduo.

Essas bases teóricas contribuem para a compreensão da produção social do espaço da cidade de Maracanã, uma cidade ribeirinha-costeira que tem vivenciado em seu espaço intraurbano mudanças efetivadas pelo processo de (re)estruturação ligados a políticas de desenvolvimento. Essas dinâmicas ocasionam mudanças nos elementos intraurbanos dessa

cidade, produzindo uma diversidade urbana de tempos históricos que coexistem na realidade socioespacial amazônica.

1.2 CIDADE RIBEIRINHA-COSTEIRA: PARA ALÉM DA URBANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO E DA LOCALIZAÇÃO À BEIRA-RIO

Maracanã é uma cidade ribeirinha-costeira amazônica, lugar de reprodução das relações sociais, tanto no passado como no presente. Nesse processo, que ocorre em meio a contradições, encontra-se o Estado, o capital e a sociedade como agentes envolvidos (Oliveira, 2001). Desse modo, na produção do espaço da cidade de Maracanã, o Estado e o capital, que tendem a visar à construção de um espaço hierarquizado e controlado, encontram resistência de agentes sociais que manifestam meios alternativos, vivências e experiências que garantem a diferença. Em meio a esse processo conflitante decorre a produção de um espaço não constituído apenas pela determinação do Estado e do capital, pois ainda que o poder Estatal e econômico reprodutivo sejam dominantes, eles não são exclusivos, são apenas uma parte do processo (Oliveira, 2001).

Como já discutido anteriormente neste capítulo I, a respeito da importância de se estudar cada parte para se apreender suas funções a fim de atingir à compreensão do movimento do todo (Santos, 2014), considera-se que a cidade de Maracanã é um importante elemento da diversidade urbana nacional. Nesse sentido, Trindade Jr (2010) argumenta que ao se investigar a diversidade territorial e urbana brasileira, torna-se possível contribuir para a compreensão da sociedade e das diferenças espaciais. Logo, a análise da cidade de Maracanã também pode contribuir para se pensar teorias e políticas urbanas, até mesmo em escala nacional.

Esta pesquisa, ao analisar a produção do espaço urbano, não considera o fenômeno da urbanização restrito somente a uma abordagem quantitativa, ou seja, urbanização da população, como é referenciada por instituições oficiais, como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Trindade Jr. (2010) interpretar a vida urbana e rural na Amazônia somente a partir desses critérios pode conduzir a graves problemas e equívoco no processo de análise da realidade regional.

Diante disso, para compreender a manifestação do fenômeno urbano, especificamente na cidade de Maracanã, considera-se importante outras noções diretamente relacionadas à interpretação da urbanização brasileira e que não se limitam ao critério quantitativo

populacional, tais noções são: a urbanização da sociedade e a urbanização do território (Trindade Jr., 2010).

Assim, segundo Trindade Jr. (2010) no processo de investigação do espaço urbano da cidade de Maracanã, interpreta-se a urbanização da sociedade como a difusão de valores e modos de vida urbanos que, por meio da expansão de objetos técnicos se difunde no território inserindo-se como modo de vida e como prática cotidiana na sociedade. Desse modo, na realidade dessa cidade, a urbanização da sociedade acontece para além da forma espacial e se realiza igualmente no campo.

A urbanização do território refere-se à incorporação da variável espacial (objetos técnicos) na definição do processo de urbanização de Maracanã. A urbanização do território nem sempre segue no mesmo ritmo e densidade a expansão do modo de vida urbano, mas depende de “elementos outros que deem sentido à morfologia espacial; elementos esses que se fazem necessários ao desdobramento no território, dos nexos da modernização e da urbanização da sociedade” (Trindade Jr., 2010, p 229).

A cidade de Maracanã é uma realidade como outras, na vastidão do espaço amazônico, em que a urbanização do território urge ser compreendida com diferenciações e particularidades que também revelam diversidades territoriais e urbanas. Porém, nem sempre a apreensão dessa diversidade consegue ser percebida de forma imediata. Do mesmo modo, nem sempre há um olhar que leve em conta escalas e posições espaciais diferenciadas, considerando-se a natureza do espaço de modo relacional e relativo, como aponta Harvey (1980).

Esse é o motivo que leva esta pesquisa a pensar o espaço da cidade de Maracanã como fragmento da diversidade territorial amazônica, considerando que a realidade social não acontece sem o pressuposto do espaço, que não é simples reflexo social, mas igualmente força de trabalho e de produção (Lefebvre, 1974). Nesse sentido, o esforço desta análise é olhar para Maracanã com significado afinado de espacialidade, ou seja, com a atitude de não considerar o espaço como localização absoluta em uma dada sequência de tempos.

Nesse sentido, no processo de análise da cidade de Maracanã, faz-se necessário considerar a “complexidade da diferença” reconhecendo a real existência dos “outros” no território, daqueles que também participam da produção do espaço e possuem suas próprias histórias e oralidades para contar, e que não estão somente sob uma sequência de tempo linear, hegemônico e único, necessitando-se considerar a possibilidade de coexistência de uma multiplicidade de história e de espaços (Trindade Jr., 2010, p. 232).

Como já mencionado anteriormente, apesar da descontinuidade da urbanização no plano territorial, os valores da sociedade urbana estão presentes no espaço regional. Assim como ocorre em outras regiões, a sociedade urbana, por meio de estilos de vida e comportamentos, ganha maior fluidez que a urbanização do território. Diante disso, discorre-se que o fenômeno da urbanização da sociedade em Maracanã se estende para além do espaço limite da cidade manifestado por meio da difusão de valores e modos de vida urbanos, pois Oliveira (2001), em suas análises, constatou realidade como esta, presente em pequenas cidades da região amazônica.

A cidade de Maracanã é uma cidade onde a urbanização da população, a urbanização do território e a urbanização da sociedade também acontecem, e os critérios discutidos anteriormente podem contribuir para esta análise. Contudo, ainda que em Maracanã predomine um ou outro tipo de urbanização, a “urbanodiversidade” é revelada por meio dessa cidade, não somente por ser um dos diversos tipos de cidades amazônicas, ou ainda, por revelar-se entre os diversos tipos de urbanização decorrente de um processo único, mas também por apresentar formas mistas de espaços que apontam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas (Trindade Jr., 2010, p 235).

Assim, pondera-se que a difusão da cidade de Maracanã se expressa em termos materiais e simbólicos e não implica em negação dos conteúdos presentes na região, porém tende a ser associada aos processos de reinvenção de formas e conteúdos diversos em que se expressam as relações na Amazônia. Considera-se então, que a convivência e a coexistência de tempos e espaços não representam necessariamente um movimento único de expansão de relações moldadas somente pelo Estado e pelo Capital (Trindade Jr., 2010).

Diante disso, se faz necessário pensar, por um lado, a difusão da cidade de Maracanã no território e, por outro lado, pensar a difusão da vida urbana nas formas espaciais, seja na cidade de Maracanã, seja para fora dela. Pois, o processo de urbanização não se dá necessariamente pela presença da cidade de Maracanã na paisagem, mas pela difusão da sociedade urbana (urbanização da sociedade), na dinâmica dessa cidade.

A cidade de Maracanã possui traços do padrão de “urbanização tradicional” apontado por Becker (1990, p. 141). Nesse sentido, essa autora discorre que:

O modelo de urbanização em áreas tradicionais é o daquelas áreas onde a expansão de frentes e o crescimento das capitais estaduais não foi suficientemente dinâmico para alterar o padrão tradicional de um centro regional comandando a rede de povoados de uma artéria fluvial” (Becker, 1990, p. 141).

Desse modo, pondera-se que a “urbanização tradicional” refere-se às cidades que apresentam poucas alterações em suas relações com uma artéria dendrítica, cuja importância permanece como via usada na interação com seu entorno e a região. Assim, infere-se que Maracanã é uma cidade tradicional por ser um núcleo urbano pouco afetado pela força das frentes econômicas mais recentes que incidiram sobre a Amazônia.

Além disso, a influência da capital Belém e de outros subcentros regionais dinâmicos como Castanhal não foram suficientes para romper com a relação da cidade de Maracanã com sua rede de comunidades ribeirinha-costeira, por meio do rio Maracanã. Pois, a cidade oferece serviços e promove eventos socioculturais importantes para suas comunidades. Entre esses serviços e eventos destaca-se os oferecidos pelas escolas, pela unidade de saúde, banco, cartório, fórum, prefeitura, etc. Acrescenta-se a isso festividades religiosas e culturais como o Círio de N. Sr.^a de Nazaré, a festividade do padroeiro da cidade “São Miguel Arcanjo”, festa de aniversário do município, regatas, etc.

Diante disso, a cidade de Maracanã permanece como representação do padrão de “urbanização tradicional”, que atualmente coexiste com outros padrões de urbanização na região amazônica, observado no Quadro 1, elaborado por Trindade Jr. (2010):

Quadro 1: Padrões de urbanização amazônica

Modelos	Caracterização
Urbanização Espontânea	Muito presente na Amazônia oriental, resulta em grande parte da ação indireta do Estado na produção do espaço, quando incentiva a apropriação privada da terra por empresas, grupos econômicos ou agentes individuais. Nesse processo surgem ou se expandem cidades que acompanham as frentes econômicas, mobilizando, igualmente uma grande quantidade de mão de obra móvel e polivalentes para estes núcleos urbanos.
Urbanização dirigida pela colonização particular	Direcionadas por companhias colonizadoras. É um tipo de urbanização comandada por relações econômicas baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os principais agentes são colonos, funcionários das companhias, comerciantes e investidores.
Urbanização dirigida pela colonização oficial	Trata-se do modelo de urbanismo rural do INCRA e que articula um sistema de núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, aproveitando a estrutura urbana pré-existente para a configuração de um sistema de cidades, que, por sua vez, está baseado em uma estrutura social complexa: colonos, funcionários e comerciantes.
Urbanização dos grandes projetos	Trata-se de um processo de urbanização ligado a projetos de grande escala – os grandes projetos econômicos e de infraestrutura – cuja dependência de uma base urbana para a sua instalação e para residência de pessoal técnico, de trabalhadores permanentes e de atendimento a uma massa de trabalhadores temporários, faz desses espaços verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia.
Urbanização tradicional	Com pouca repercussão da expansão das frentes econômicas, trata-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional na beira do rio e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dendrítico.

Fonte: Trindade Jr. (2010).

Assim, infere-se que Maracanã é uma cidade que possui alterações no seu padrão de urbanização tradicional, mas continua mantendo resíduos espaciais dessa urbanização por meio das formas e das relações que mantém com o rio no espaço costeiro. Essa cidade compõe a diversidade urbana amazônica fazendo parte do perfil de cidades tradicionais, que surgiram no período de urbanização anterior a 1960, e que atualmente coexiste na região com outras tipologias diferenciadas como revela o Quadro 2:

Quadro 2: Cidade e História na Amazônia: uma tipologia

Cidades	Vínculos/Vinculação
Metrópole Contemporânea	Estruturas urbanas complexas associadas às repercussões dos novos processos de ocupação (Belém, Manaus, São Luís).
Cidades novas e modernas	Bases de operação e de reprodução social dos grandes projetos minero-metalúrgicos implantados na região (company towns de Barcarena, Tucuruí e Carajás, principalmente) ou associadas necessidade de consolidação de novas estruturas territoriais que demandam uma relativa estrutura urbana concentrada de apoio as atividades econômicas e políticas (Palmas).
Cidades de Colonização	Núcleo de apoio aos processos de colonização do final da década de 1960 e pontos de apoio aos eixos de penetração rodoviários (Agrovilas, Agrópolis e Rurópolis)
Cidades Espontâneas	Estruturas urbanas novas e precárias associadas as atividades e serviços complementares, formais ou não, relativas aos grandes projetos ou de apoio as novas frentes econômicas.
Cidades Tradicionais	Estruturas urbanas mais antigas e sujeitas a transformações recentes, decorrentes dos impactos sociais, culturais e ambientais promovidos pelos novos modelos de produção e de operações tecnológicas na região.

Fonte: Vicentini (2004), elaborado por Trindade Jr. (2008).

De acordo com Trindade Jr. (2010, p. 239), cidades tradicionais como as ribeirinhas são núcleos urbanos que podem ser denominados de “cidades da floresta” por suas características de pequenas cidades próximas à circulação fluvial, com interação à dinâmica da natureza, da vida rural não moderna e do ritmo da floresta ainda pouco explorada, constituindo forte relação com o seu entorno e com localidades rurais próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas, etc.).

Partindo dessa acepção e considerando Maracanã como uma cidade detentora de características semelhantes às descritas anteriormente, embora com certas particularidades que a diferencia, pondera-se que também pode ser considerada uma “cidade da floresta”. Pois, Maracanã é uma pequena cidade localizada próximo a circulação fluviomarítima, possuindo em seu entorno uma “floresta de mangue” com árvores de grande porte que fazem parte do maior cinturão contínuo de manguezais do mundo, localizado entre a costa do Pará e Maranhão

(Menezes Mehlig, 2009, p. 35). Essa “floresta de mangue” é instituída por lei como Unidade de Conservação (UC) do tipo Reserva Extrativista (RESEX), de uso sustentável com a qual os moradores da cidade mantêm forte relação. Além disso, Maracanã interage com suas vilas, povoados, comunidades ribeirinhas costeiras e rurais.

Assim, Maracanã ao caracterizar-se como “cidade da floresta” diferencia-se de outros núcleos urbanos denominados de “cidade na floresta” (Trindade Jr., 2010, p. 259), que se articulam principalmente às demandas externas da região e possuem pouca interação com a floresta, considerando esta como espaço de exploração econômica (madeira, minérios, fragrâncias, espécies animais, turismo, etc.).

A interação da “cidade na floresta” ocorre muito mais com outras realidades fora da região do que com a realidade interna. Trindade Jr. (2010) discorre que, em sua maioria, trata-se de cidades que servem de referência para objetivos econômicos relacionados a uma realidade externa à região, como as cidades empresas de Porto Trombetas/PA, Carajás/PA, Vila de Pitinga/AM, etc., consideradas bases de apoio logístico aos grandes projetos econômicos na região amazônica com propósito de suprir a demanda de recursos para mercados externos e difundir valores e comportamentos urbanos (urbanização da sociedade).

Diferenciando-se do perfil de cidade na floresta, Maracanã não se constitui enclave urbano com relações preponderantemente extra-locais ou extrarregionais, mas trata-se de uma cidade local com forte organicidade com as localidades que lhes são próximas, sendo possível perceber essa ligação na sua própria dinâmica intraurbana. Assim, a cidade de Maracanã possui perfil de uma cidade ribeirinha-costeira por ter fortes ligações locais, que também são características de uma “cidade da floresta” (Trindade Jr, 2010, p. 240).

Desse modo, Maracanã tem interação com o entorno, com o ritmo da floresta de mangues, com o rio e com o espaço costeiro. Esses atributos contribuem para alcançar uma aproximação a respeito da identidade sociogeográfica da cidade de Maracanã, que possa ir além das imagens idealizadas e que se limitam às localizações absolutas, como as representadas pela expressão beira-rio.

De início, pela ótica da Geografia Humana, cidades ribeirinhas são materializações geográficas que se define como forma-conteúdo, cuja interpretação exige o reconhecimento desses centros urbanos como espaço relacional. Nesse sentido, esta análise não parte somente da localização absoluta, fisiográfica, à beira do rio no espaço costeiro. Esta condição é importante, principalmente para explicar o que, nesta pesquisa, denomina-se dinâmica fluviomarítima-estuarina, referindo-se à interação do rio, mar e formações de estuários, na qual

Maracanã está inserida, mas a localização absoluta não é o único elemento necessário para definir Maracanã enquanto cidade ribeirinha-costeira. Isso ocorre pelo fato de existir cidades localizadas à beira-rio que não possuem características sociogeográficas de cidade ribeirinha, pois não possuem estreita relação com seu rio (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Então, como pressuposto necessário para a identificação das cidades ribeirinhas, Trindade Jr., Silva e Amaral (2008) orientam a considerar a gênese da cidade, que geralmente se deu no processo de colonização portuguesa da Amazônia, a partir do qual se procura aproximar da natureza sociogeográfica da cidade por meio de elementos como: as paisagens, os modos de vida, das funcionalidades e das inserções socioespaciais no contexto local, regional e extrarregional.

Nessa perspectiva, Maracanã é uma das cidades do Salgado Paraense que tem sua origem ligada ao ideal de penetração no território amazônico. vinculado à necessidade de apropriação e de defesa, fixando-se socioespacialmente à beira dos principais rios de acesso à região. Assim, essa cidade expressou-se materialmente por meio de seus traçados urbanísticos e de objetos de fortes destaques em sua paisagem.

Na Amazônia, a produção do urbano mantém especificidade relacionada principalmente a uma peculiar forma de apropriação do espaço, que pode ser compreendida a partir de processos históricos, geográficos e culturais. Interpreta-se, que na região, diversos modelos de urbanização combinam e coexistem dentro de um mesmo espaço, revelando, com isso, as diversas faces do urbano regional (Costa, 2012).

Desse modo, Maracanã, enquanto cidade ribeirinha-costeira, mantém em sua paisagem elementos que revelam características culturais impostas pela dinâmica de subalternização dos colonizadores europeus na região amazônica como, a fé e o culto religioso introduzido inicialmente pelas missões religiosas. Por outro lado, possui também características de apropriação referente ao que, naquele período de colonização, “significou a única possibilidade de existência do uso, da fluência no ordenamento da paisagem e desses espaços, ou seja, a influência da cultura indígena, negra e mestiça” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 34).

Como exemplo desse legado, aponta-se a existência do terreiro batido em frente de algumas habitações, feiras e trapiches, lugares de passagens e de trocas de experiências materializados pelas vivências desses grupos sociais diversos em suas dimensões territoriais (Oliveira, 2001).

Assim, pode-se inferir que, em Maracanã, as culturas subalternizadas pelos colonizadores também colaboraram na produção socioespacial da cidade, deixando as marcas

de seus modos de vida registrados na paisagem. Trindade Jr., Silva e Amaral (2008) apontam outros elementos que se fazem presente em espaços de cidades como Maracanã, sem os quais dificilmente poderiam ser identificadas como ribeirinhas, a saber: uma rua principal paralela ao rio, poucos equipamentos urbanos e pouca frequência de carros nas ruas.

Esses atributos coexistem com elementos que representam mudanças nas cidades ribeirinhas, como a presença crescente de mototaxistas; elementos associados às modernas redes técnicas, como as antenas telefônicas e antenas de internet; padrões mais recentes de assentamentos; rodovias; etc. Porém, Trindade Jr., Silva e Amaral (2008) lembram que essas mudanças não concorrem para a eliminação do padrão tradicional, uma vez que se mantém o enraizamento da cidade ribeirinha mais pelas relações, valores, hábitos culturais e cotidianos, do que pela paisagem ou pelo traçado da cidade.

É por esse motivo, que nesta pesquisa, busca-se trabalhar com a dimensão das espacialidades e das territorialidades sociais que, a partir da apropriação dos objetos geográficos lhes dão funções e sentidos intrínsecos a uma ordem socioeconômica próxima ou distante. Dessa forma, intenta-se analisar a cidade de Maracanã para além do aparente, a fim de que seja compreendida a partir da articulação de objetos e ações, ordens próximas e distantes, paisagem e espaço, forma e conteúdo (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Logo, de acordo com os critérios discutidos anteriormente, os quais ajudam a definir uma cidade ribeirinha, somados a características sociogeográficas peculiares de Maracanã, considera-se esse núcleo urbano uma cidade ribeirinha-costeira pelas seguintes condições:

- a) Por estar localizada na microrregião do Salgado Paraense, às margens da baía do rio Maracanã, em contato com a dinâmica do mar no espaço costeiro, diferenciando-se de cidades consideradas ribeirinhas que localizam-se às margens de rios, mas não se encontram inseridas na dinâmica costeira, como é o caso; das cidades de: Baião, Mocajuba e Cametá, às margens do rio Tocantins (Lima, 2010; Malheiros e Trindade Jr, 2009); Santarém, banhada pelo rio Tapajós (Trindade Jr., 2012) e Vitória do Xingu, às margens do rio Xingu (Cornélio, 2021);
- b) Por estar inserida em uma dinâmica fluviomarítima com formações de estuário que possibilita a coexistência de espécies de pescados de água doce e de água salgada, com predomínio de uma ou de outra dessas espécies, em determinada época do ano;
- c) por possuir em seu entorno uma “floresta de mangue”, com árvores de grande porte, típica da costa Atlântica, recortadas por rios e canais de águas escuras e tranquilas,

que servem como fonte de recurso para a reprodução da existência da população ribeirinha-costeira local e como refúgio para procriação de diversas espécies de crustáceos, peixes, moluscos, aves marinhas, etc. (Menezes; Mehlig, 2009, p. 35);

- d) Pelo enraizamento a expressão cultural presente na microrregião do Salgado como: a dança e as músicas de carimbó, a pesca de curral, a extração do caranguejo uçá, do mexilhão, do sarnambi, do turu etc.;
- e) por ser uma cidade pequena em relação ao seu tamanho populacional, pela extensão de seu formato territorial e pelas funções urbanas que se fazem presentes;
- f) por ser uma cidade local pelo alcance de sua polarização, ou seja, pela forma de relação com o espaço em seu entorno e pela sua forma de inserção no conjunto regional;
- g) por ser uma cidade tradicional no sentido do seu ordenamento espacial do conjunto sub-regional em que se inserem, pelo padrão do seu ordenamento intraurbano inicial ribeirinho costeiro, pela produção econômica e pelas relações socioculturais locais e regionais.

Esses são apenas alguns atributos que, de forma individual, conferem um sentido particular à cidade de Maracanã. Porém, quando analisadas em conjunto, contribuem para identificar Maracanã como uma cidade ribeirinha-costeira, a qual está inserida nas dinâmicas dos rios, da costa marítima e estuarina, diferenciando-se de cidades ribeirinhas inseridas, somente, na dinâmica dendrítica.

Maracanã se enquadra em um perfil de cidade com pouca modernização econômica e territorial, onde o meio técnico-científico-informacional acontece de maneira rarefeita (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008) se comparado a centros urbanos mais dinamizados como Castanhal e a Metrópole Belém.

Ainda, como forma de melhor classificar analiticamente Maracanã, enquanto cidade ribeirinha-costeira, é importante ressaltar, com base na percepção de Cornélio (2021), que algumas cidades possuem um caráter híbrido (rio-estrada) em termos de acesso. Assim, Maracanã, igualmente, possui possibilidade de conexão tanto por via fluviomarítima quanto através de estradas, mas, embora exista um caráter bimodal que dinamiza Maracanã, na dimensão ribeirinha-costeira permanece o aspecto tradicional da cidade. Isso ocorre por conta do processo e das condições históricas de produção espacial inicial da cidade, por terem

proporcionado ao rio e ao porto, no espaço costeiro, circunstâncias que possibilitaram relações comerciais, sociais e culturais que se enraizaram no cotidiano.

Dessa forma, Maracanã é uma cidade, ainda, pouco modificada pelas frentes de expansão econômica recentes, ou seja, trata-se de um espaço onde as relações mais modernas e de reprodução capitalistas mais intensas, após 1960, não demarcaram de maneira profunda novas espacialidades e novas territorialidades. Nesse sentido, é importante mencionar, que mesmo em realidades que apresentam características ribeirinhas intensamente transformadas pela fronteira econômica e do território, ainda, encontram-se fragmentos da cidade ribeirinha manifestados na dinâmica de convivência entre formas de reprodução diferenciada.

Contudo, Trindade Jr., Silva e Amaral (2008) argumentam que a reestruturação espacial da Amazônia nas últimas décadas e a intensificação de atividades modernas, que verticalizam as relações no espaço, tornaram recorrente a ideia de que as cidades amazônicas têm virado as costas para o rio, e que um novo modelo de “modernização” econômica e territorial costuma colocar as cidades ribeirinhas em planos desfavoráveis.

Pelo motivo dessa tendência, demanda-se possibilidades de intervenção intraurbana no sentido de resgatar a face ribeirinha das cidades. Então, passou-se a criar projetos de renovação urbana para serem realizados nos diversos níveis de cidades, seja de caráter metropolitano como Belém e Manaus, seja de porte médio como Santarém, Macapá Altamira, Marabá, ou ainda em cidades pequenas, como Cametá e Manacapuru (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

O ponto em comum nesses projetos tem sido o “resgate” do rio, com a justificativa de promover o lazer, o turismo, a contemplação, o que tem incentivado um processo de padronização e standardização das frentes das cidades que comumente tem sido identificadas como orlas, um termo que tende a substituir “beira-rio” e a “frente da cidade” como se chamava até pouco tempo. Esses espaços renovados têm sido categorizados como “Janelas para o rio”, pois as formas aparentemente caóticas das frentes das cidades foram reestruturadas por formas diferenciadas de ocupação, que tem subtraído a dimensão de espaço público fortemente marcado nas cidades ribeirinhas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

É nesse sentido que se torna importante para esta investigação a definição de espaço público apontada por Gomes (2009), mencionada no tópico anterior deste capítulo, a qual se assemelha à concepção de espaço geográfico de Santos (2009), que o define como um conjunto indissociável de objetos e ações. Assim, espaços planejados que priorizam a forma e a

funcionalidade em detrimento do conteúdo social não atingem a finalidade de um autêntico espaço público.

Diante disso, nas intervenções visando o desenvolvimento da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã, é importante considerar a necessidade de se pensar espaços mais humanos e de vivência cotidiana, tanto para os moradores da cidade quanto para os não moradores que também dela dependem. Nesse sentido, a proposta de Trindade Jr. (2021, p. 319), a respeito de uma nova definição de cidade, alerta no sentido de se pensar “cidades para a floresta”, ou seja, de criar mecanismos que potencializem melhorias no cotidiano da vida urbana e que tenham afinidade com as demandas da região.

Assim, a cidade de Maracanã não deve ser analisada como uma formação urbana que simplesmente situa-se à beira-rio, considerando que a localização absoluta não é o único elemento definidor de uma cidade ribeirinha. Além disso, este perfil de cidade não está perdido no passado e não deve ser definido simplesmente como contraponto às cidades à beira da estrada que surgiram após 1960. A cidade ribeirinha-costeira de Maracanã é uma formação socioespacial em que o rio não define apenas os seus contornos físicos, mas “é por onde navega a economia, a cultura, os símbolos, os ritos, a experiência social expressa nas pequenas aglomerações urbanas” (Malheiro; Trindade Jr., 2009, p. 4). Logo, é meio de circulação, referência para o imaginário, recurso de sobrevivência, etc.

1.3 MARACANÃ E O RIO NO ESPAÇO COSTEIRO: A CIVILIZAÇÃO DAS ÁGUAS PERMANECE FACE ÀS MUDANÇAS COMO POSSIBILIDADE DE RESISTÊNCIA NO COTIDIANO

A importância do rio para a história, geografia e a cultura da região amazônica é tão presente que se manifesta pela força da imagem personificada do ribeirinho construída no imaginário social (Cruz, 2008). É nesse sentido que a identidade da população amazônica representada pelo ribeirinho revela em si a razão histórica, quando a disposição geográfica do povoamento amazônico, desde sua origem, obedeceu ao traçado da rede fluvial por onde se fazia a circulação, formando a rede de núcleos populacionais e, mais tarde, a própria rede urbana (Cruz, 2008). Desse modo, infere-se que o rio e a população ribeirinha interagem de modo que um reflete a imagem do outro, permanecendo ambos na paisagem no transcorrer da história como forma e conteúdo frente às mudanças que se apresentam.

O rio exerceu e continua tendo papel fundamental na paisagem das cidades ribeirinhas, que resultou das relações simples do povoamento tradicional. Mesmo diante das mudanças, a presença das águas que dá forma à paisagem da frente dessas cidades revela, em sua dinâmica cotidiana, os valores, o modo de vida e a interação entre a sociedade e o rio (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008). Esses elementos que permanecem nos núcleos urbanos ribeirinhos também estão presentes às margens dos fluxos fluviomarítimos na Amazônia por meio da vivência de povos tradicionais, como ocorre na cidade de Maracanã.

Essa permanência revela aquilo que Rente Neto e Furtado (2015, p.159) chamaram de “ribeiridade”, que expressa esse modo de vida dos que têm a existência material e social relacionada ao mundo das águas, ou seja, ao mundo da pesca, coleta, mariscagem, etc. Mundo que deve ser considerado de modo equitativo nos planos, projetos e programas realizados pelo poder público, reconhecendo a “existência de uma forma de identidade sociogeográfica, econômica, política e culturalmente tributária dos rios – a “civilização das águas” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 28,29).

Assim, a presença dos rios Maracanã e Caripi contribuem para a formação da baía costeira de Maracanã, sendo de extrema importância para caracterizar esta cidade com a tipologia ribeirinha-costeira. Todavia, a simples presença do rio contornando o espaço costeiro dessa cidade não é suficiente para caracterizá-la como cidade ribeirinha (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008), pois seria uma definição baseada somente na localização absoluta (Harvey, 1980). Desse modo, existe a necessidade de se considerar também as relações sociais que animam e constroem historicamente o espaço da cidade de Maracanã na interação com o rio e o espaço costeiro, na escala local e regional.

Nesse sentido, para Rice e Urban (2009), muitas cidades localizam-se adjacente a rios de todos os tamanhos, mas nem todas interagem de modo a incorporar nas vidas de seus moradores a presença e o significado simbólico de seu rio. Para uma cidade ser autenticamente ribeirinha, deve haver evidências de algum apego comunitário orientado para o rio. Este deve fazer parte da identidade da comunidade local e não apenas ser um relevo na paisagem:

A river may run through the heart of a city or town and remain ignored by residents; in other riverfront towns, residents embrace the presence and symbolic meanings of their river, interacting with it and incorporating it into their lives and shared community. [...] The material proximity of urban locations to river channels is distinct from historically reified perceptions. The river must be part of the self-imposed identity of the community and not just present as an environmental landform in the physical backdrop of a location (Rice; Urban, 2009, p.1,2).

Diante dessa concepção, esta análise busca ir além da localização absoluta, reconhecendo a necessidade de se discutir processos responsáveis pelas dinâmicas intraurbanas da cidade de Maracanã. Processos com origem tanto em escala local como extra-local e que envolvem a própria inserção da região em projetos que redefinem a vida urbana na Amazônia e da paisagem de suas cidades.

Embora, saiba-se que somente o atributo fisiográfico da presença do rio no espaço costeiro não é suficiente para determinar o perfil de Maracanã enquanto cidade ribeirinha-costeira, não se pode negar a influência das águas fluviomarítimas na origem e na dinâmica dessa cidade. O modelo dendrítico característico da rede urbana na Amazônia está relacionado ao período de colonização, quando, no processo de conquista e proteção do território, os rios conduziram o padrão dendrítico de organização espacial, do qual herdou-se núcleos urbanos no espaço costeiro como Maracanã, originados antes da década de 1960. (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

A relativa presença do padrão dendrítico em Maracanã revela a permanência da paisagem ribeirinha-costeira regional. Essa paisagem é resultado de relações simples de povoamento que se difere de outras sub regiões fortemente modificadas por frentes de expansão econômica (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

No período em que se originou o núcleo urbano de Maracanã, era favorável e estratégico que as cidades surgissem às margens dos rios para que houvesse uma unidade entre o povoamento, os rios e os destinos dos fluxos. Dessa forma, compreende-se que as áreas portuárias das cidades ribeirinhas cumpriam, assim, um papel fundamental que permanece presente nos espaços dinâmicos desses núcleos urbanos (Tavares, 2008).

Essas áreas, ainda que em parte se encontrem descaracterizadas com a influência, principalmente, das rodovias, mantêm como uma herança da origem ribeirinha, como pode ser presenciada em Maracanã (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008). A complexidade das relações, que passaram a abranger esses espaços a partir do prolongamento das rodovias, cooperou para o aprofundamento da própria diversidade do urbano que passa aí a existir, pois novas dinâmicas atingem essas cidades sem romper com os elementos preexistentes, principalmente aqueles do imaginário local que têm nos rios, mangues, pesca, roçado e carimbó, elementos de referência de suas relações (Melo, 2020).

Como mencionado nesta pesquisa, em realidades sub-regionais pouco afetadas ou apenas influenciadas pelas frentes de expansão econômicas que se consolidaram a partir de 1960, a presença do modelo de urbanização tradicional se torna mais marcante. Isso ocorre até

mesmo na Amazônia Oriental, onde se confirma a existência mais flagrante das novas vias de circulação, novas formas de colonização e de produção econômica, como grandes projetos (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Assim, distinguindo-se de municípios emancipados mais recentemente, com maior influência da dinâmica rodoviária e da mobilidade da força de trabalho recém- chegada à região amazônica, os núcleos urbanos, à semelhança de Maracanã, com menor intensidade de mudança causadas pelas dinâmicas mencionadas, manifestam permanência significativa da presença de populações ribeirinhas tradicionais de origem local. Essas civilizações das águas apresentam uma intensa relação com o rio, não somente pela localização às suas margens, mas pelas interações que identificam um conteúdo sociogeográfico que caracteriza a particularidade dessas realidades urbanas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Desse modo, mesmo que haja forte presença dos valores de uma urbanização mais recente (após 1960), não se pode negar a existência de uma população ribeirinha associada ao tempo da natureza, resistindo face às mudanças que chegam nos núcleos urbanos ribeirinhos. É nesse sentido que Maracanã mantém certa particularidade urbana que a diferencia de cidades e sub-regiões fortemente reestruturadas pelas frentes de expansão econômica.

Porém, o espaço da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã sofre transformações, tendo a rodovia como principal elemento modelador que pode romper com o padrão ribeirinho. Todavia, não se trata de uma eliminação do padrão anterior, uma vez que tem-se conservado recorrentemente o enraizamento da cidade, principalmente por meio das relações, valores e hábitos cotidianos da população local (Trindade; Silva; Amaral, 2008).

Avaliando Maracanã como um espaço que também apresenta aspectos de mudanças, é importante investigar a respeito da permanência dessa cidade no conjunto da rede urbana regional, bem como analisar as suas transformações no ordenamento territorial do conjunto regional (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Então, considera-se a importância do processo histórico vivenciado pela cidade de Maracanã, visando, metodologicamente, a partir da realidade presente, investigar os períodos históricos anteriores. Assim, o imediato e o mediato contribuem para entender a configuração geográfica atual da cidade, possibilitando projetá-la em uma perspectiva de progressão em direção ao futuro.

Compreende-se a permanência da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã como o residual, mas sem qualquer semelhança com o anacrônico ou com o linear do ponto de vista histórico (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008). Com essa percepção da cidade, intenta-se

compreender o sentido das mudanças e permanências a partir do fenômeno urbano (urbanização da população, urbanização do território e urbanização da sociedade), a fim de possibilitar a pensar políticas futuras que considerem as especificidades de Maracanã, sem estarem necessariamente baseadas em modelos homogêneos.

Reitera-se, com fundamento nesses autores, que mesmo sendo a rodovia o objeto urbano que tende a romper com o padrão ribeirinho, acentuando mudanças em cidades tradicionais, o padrão ribeirinho-costeiro permanece e se enraíza para além da paisagem e do traçado da cidade, alcançando as relações sociais que manifestam valores e hábitos culturais no cotidiano.

Esta pesquisa, seguindo a perspectiva de Oliveira (2001), toma o cotidiano como ponto de partida para a investigação da realidade da cidade de Maracanã, a qual está imbrincada com o dia a dia. Assim, o cotidiano maracanaense, embora vivencie dissabores da vida diária, não se resume somente a isso; é, sobretudo, possibilidade de mudança da vida, pois envolve uma dimensão de riqueza virtual que se difere da material, concentrada na maioria das vezes nas mãos de poucos. Diante disso, define-se por cotidiano “o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, [...] cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. [...]. É o insignificante (aparentemente); [...]. É o que se une à modernidade” (Lefebvre, 1991, p. 31).

É nesse viés que a riqueza virtual, mencionada anteriormente por Oliveira (2001), encontrada no cotidiano, insiste no fato de que o social não se resume ao econômico, mas abrange também as relações sociais entre os indivíduos, entre estes e o grupo e destes com a sociedade. Então, a partir da perspectiva desse autor, pondera-se que é no nível do cotidiano da cidade de Maracanã que as relações se humanizam e confrontam tendências de uma globalização que persiste em homogeneizar costumes e modos de vida.

Desse modo, é no cotidiano que surgem as resistências que, segundo Damiani (2001), devem ser consideradas como um momento da compreensão das contradições do espaço. Essas resistências são representadas pelas formas de uso e do espaço, consolidadas historicamente e que se contrapõem à homogeneização e à generalização, como as maneiras de viver impostas pela industrialização do espaço.

Ainda seguindo a acepção de Oliveira (2001), interpreta-se também que em pequenas cidades do interior da Amazônia há tendência de imposição de um cotidiano como parte de um processo de homogeneização com base no predomínio do valor de troca sobre o valor de uso. Desse modo, tentar compreender o cotidiano implica em buscar o desenvolvimento da

realidade, mas não se pode ignorar que, ao mesmo tempo, esse cotidiano pode esconder a mesma realidade.

Nessa perspectiva, a realidade da cidade de Maracanã não pode ser compreendida somente pelo cotidiano, mas numa dimensão em que este se inclui a totalidade. É nessa dimensão que Oliveira (2001) argumenta a ocorrência da produção do espaço urbano amazônico, a partir de um processo conflitante em que novas relações reconstroem as antigas, sendo que o novo não exclui o velho, pois não há inteira concretização do espaço controlado e homogeneizado à medida que o novo espaço não se produz exclusivamente, mas acaba produzindo as diferenças e as resistências que não restauram as relações sociais anteriores, mas as recriam em outras dimensões.

Nessa dinâmica, o inteiramente novo não existe. No processo de produção do espaço de pequenas cidades da Amazônia, encontram-se lacunas nas quais a população do lugar cria resistência. Diante disso, enfatiza-se que, na escala local da cidade de Maracanã, pequenas ações podem ser instrumentos de luta e são imprescindíveis para evitar que o espaço se produza exclusivamente conforme a lógica dominante. Essa atitude de resistência tem grande importância e é decisiva na produção do espaço, ainda que, na maioria das vezes, sejam ações localizadas com pouca articulação e amplitude. Contudo, não perdem seu caráter de sustentação política (Oliveira, 2001).

A cidade de Maracanã representa realidades menos inseridas nas formas de reprodução mais modernas da Amazônia e, de acordo com Trindade Jr., Silva e Amaral (2008), pondera-se que esse núcleo urbano constitui-se resíduo que representa possibilidade para se repensar a região e sua diversidade, pois resguarda especificidade nas suas formas, nas suas relações, no seu sistema de objetos e no seu sistema de ações.

Nesse sentido, muito mais do que expressão da diversidade regional, as cidades ribeirinhas são espaços de “(multipli)cidades, diferença e resistência” e, por serem espaços de possibilidade em movimento, experimentam mudanças, mas também se contrapõem às transformações recentes, sobretudo, aquelas que disfarçam o residual na intenção de capturá-lo, com fins a uma tendência de reprodução ampliada do capital, utilizando para isso representações de vivências e experiências cotidianas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p.46).

Destarte, a investigação da cidade de Maracanã deve implicar na análise da vida social que se desenrola no cotidiano do espaço relacionado à totalidade em movimento, buscando a importância da “civilização das águas” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2023, p. 28, 29) face às forças transformadoras modernas que tenta desarticular a ordem local. Assim, no urbano da

Amazônia, a expansão da fronteira se dá a partir do contraditório, ocorrendo segundo Oliveira (2001), a destruição das formas espaciais existente, a criação das resistências e a reconstrução de formas e conteúdos espaciais dotados de novas dimensões e significados. Este autor ainda acrescenta que a maneira como o espaço é produzido na fronteira pode ser um instrumento de perda, mas também pode se constituir em uma alternativa de libertação.

1.4 PONDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO, PODER E DESENVOLVIMENTO

Refletindo sobre a produção do espaço urbano na região amazônica e considerando a necessidade de discutir o fenômeno da urbanização para além do quantitativo populacional, abrangendo também a dinâmica social (urbanização da sociedade) e territorial (urbanização do território), pensou-se ser necessário uma aproximação aos conceitos de território, poder e desenvolvimento. Pois, no espaço amazônico, a urbanização do território necessita ser assimilada com diferenciações e particularidades que revelam diversidades territoriais e urbanas (Trindade Jr., 2010).

Assim, a concepção de território, em um sentido puro, não é suficiente para explicar as diversas Amazônias mencionadas por Gonçalves (2001). E a concepção de poder, no sentido de dominação, que historicamente impôs sobre a Amazônia perspectivas externas desde de seus primeiros conquistadores, atualmente se depara com a resistência das vozes de diversas Amazônias, fortalecidas pelas lutas ao longo do tempo em busca de uma proposta de desenvolvimento que de fato as incluam e as valorizem.

De acordo com Souza (2001, p. 111), o poder não se limita ao Estado e não é violência, e nem se restringe a dominação. “Todo espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder é um território”. Desse modo, o conceito de território deve abranger para além da concepção de Estado-Nação, e o conceito de desenvolvimento não deve estar fundamentado na ideia de crescimento econômico capitalista, mas sim em um território autônomo.

Diante disso, deve-se pensar a realidade amazônica a partir de uma perspectiva descentrada que desmistifique as formações urbanas resultantes de desenvolvimento geográficos desiguais, impulsionados pela lógica capitalista no espaço, em busca de lucro e de acumulação ao longo do tempo. Mas, além disso, tal perspectiva deve realçar que as formações urbanas amazônicas também são manifestações de processo diferenciados em razão das potencialidades imprimidas pela natureza e seus recursos, e pela cultura dos povos que estabeleceram seus territórios na região ao longo de sua história milenar (Trindade Jr., 2022).

Considerando a pluralidade de relações com a natureza, as diversas temporalidades e espacialidades que na Amazônia se apresentam, é possível denotar uma sociedade diversamente territorializada e caracterizada pela multiplicidade de apropriações, de subtrações e de resistências, sejam elas operárias, indígenas, camponesas, ribeirinhas, etc. Logo, as realidades urbanas, nessa região, são formas ou, de modo mais abrangente, são formações urbanas diversas expressando diferentes perfis do urbano, entre os quais se apresentam os que difundem valores da sociedade moderna e formas híbridas do espaço com fortes conteúdos rurais permeados de valores urbanos do passado e do presente (Trindade Jr., 2010).

Essa dialética que envolve diversos agentes e seus respectivos poderes, que territorializam o espaço urbano na sua formação, revela que o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido simbólico, de apropriação. O poder no sentido mais concreto tem caráter funcional e intrínseco ao valor de troca, enquanto que o poder no sentido mais simbólico traz em si as marcas do vivido do valor de uso (Haesbaert, 2004).

Assim, a produção de um território se inscreve em um campo de poder pelas relações que o envolve dentro de um espaço (Raffestin, 1993). Diante disso, o conceito de poder torna-se de extrema importância na compreensão do conceito de território, uma vez que é por meio das relações de poder que se originam os territórios, podendo-se assim inferir que desse mesmo modo também ocorre no processo de produção do espaço urbano.

Os territórios são resultados das relações de poder de diferentes agentes que intervêm no espaço. O foco do estudo conceitual do território perde-se quando não se considera as relações de poder, pois são estas que vão formá-lo: “[...] são as relações de poder que vão territorializar espaços imprimindo nestes uma determinada territorialidade conforme suas características e objetivos, [...]” (Teixeira, 2010, p. 1; 4).

Desse modo, a análise deve centrar-se nos agentes e em suas relações, considerando-se que as relações sociedade-espaço-tempo são diferenciadas em um mesmo espaço e tempo, caracterizadas pelos poderes que interagem e territorializam o espaço, gerando assim, múltiplos e variáveis territórios por meio das ações e apropriações de indivíduos, grupos de indivíduos e instituições, nas visões, econômica, política, cultural e natural (Teixeira, 2010).

São os grupos de poder que agem no espaço imprimindo suas características, os responsáveis pelas diferenças de territórios. Diante disso, aponta-se a importância das relações

de poder que ocorrem entre os agentes, na concepção e na diferenciação dos territórios, sendo primordial o enfoque dessas relações nas análises empíricas territoriais (Teixeira, 2010, p.5).

Assim, quando os agentes e suas relações de poder são abordados dentro de um território, torna-se possível identificar os fatores que caracterizam a realidade do lócus de modo mais claro. Portanto, se o objetivo é compreender o(s) território(s), torna-se imprescindível, na análise, o enfoque nas relações de poder entre o(s) agente(s) que o formam.

Esses conhecimentos tornam-se importante, uma vez que a cidade de Maracanã/PA possui em seu entorno espaços delimitados e institucionalizados, como Unidades de Conservação (UC), os quais fazem parte da porção do território nacional conhecida como Zona Costeira Paraense (ZCP), parte integrante da Zona Costeira Brasileira (ZCB), esta considerada patrimônio nacional. Desse modo, esta cidade é um espaço urbano sobre o qual incidem diferentes esferas do poder do Estado, representadas pelas instituições responsáveis pela gestão dos recursos naturais aí existentes, tanto em seu espaço intraurbanos quanto em seu entorno.

Além disso, diversos outros territórios podem ser identificados no espaço urbano da cidade de Maracanã, dentre os quais o território dos pescadores, dos proprietários de embarcações, dos feirantes, dos comerciantes, dos mototaxistas, dos condutores de vans, dos condutores de taxi lotação, das associações, dos sindicatos, etc., formados por diversos agentes e poderes que interagem com mudanças e permanências, relacionadas a uma urbanização anterior ou posterior a 1960. Desse modo, os conhecimentos sobre as categorias poder e território podem contribuir para maior compreensão da realidade urbana de Maracanã.

Dada a importância da categoria poder nas análises territoriais, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de poder, quando não se pretende escamotear conflitos e contradições sociais deve-se considerar que a questão primordial não é “quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e um espaço” (SOUZA, 2001, p. 78).

Na concepção de Souza (2001), esses aspectos são importantes para a compreensão da origem de um território ou o interesse de conhecer sua conformação a fim de tomá-lo ou mantê-lo, porém, quando se trata de desmistificar ideologias dominantes, defende que a questão fundamental é: quem domina ou influencia quem em um espaço, e como o faz.

Historicamente, o conceito de território associou-se à concepção de natureza e sociedade configuradas por um limite de extensão do poder. Hoje, fala-se em complexidades territoriais, apreendendo território como campo de forças, ou teias ou redes de relações sociais.

Nessas perspectivas, tais espaços concretos podem materializar-se ou diluir-se rapidamente, podendo ter existência regular, porém periódica, podendo o substrato material permanecer o mesmo (Suertegaray, 2001).

De acordo com Suertegaray (2001), o conceito de território norteou, de modo clássico na Geografia, perspectivas analíticas atreladas à ideia de poder sobre um espaço e seus recursos; o poder do Estado-Nação. Mas recentemente, o conceito de território indica possibilidades analíticas que não deixam de privilegiar a ideia de dominação-apropriação de espaço. Para esta autora, esta flexibilização do conceito consente abordar territorialidades como expressão da coexistência de grupos, às vezes no mesmo espaço físico, porém em tempos distintos, como ocorre no espaço urbano. Nesse sentido, o conceito de território trata de uma dimensão do espaço geográfico que desvincula as relações humanas e sociais da relação direta com a dimensão natural do espaço, removendo deste conceito a necessidade direta de domínio, e também dos recursos naturais, como ocorria na concepção clássica de território.

Diante das transformações técnicas, científicas e informacionais que impulsionaram profundas mudanças no espaço e na sociedade, torna-se insuficiente fazer uma reflexão a respeito de território apoiado apenas nos limites e fronteiras físicas delimitadas pelos Estados-Nações. A atual organização social, política, identitária, econômica e espacial, reclama reformulação no conceito e no entendimento de território (Azevedo; Costa, 2009).

De acordo com Souza (2001), o território não se limita a escala nacional associada à figura do Estado; existem outros territórios e são constituídos em diversas escalas, da local a internacional. Além disso, podem ser construídos e desconstruídos dentro das mais diferentes escalas de tempo e podem ter um caráter de existência permanente, mas também pode ser periódica.

Isso não significa que as abordagens atuais do conceito de território excluam os Estados nacionais, porém sua compreensão se ampliou à realidade complexa, alcançando e valorizando, escalas maiores (internacionais) e também menores, como a rua, a casa, a escola, a comunidade, as Unidades de Conservação (UC), os locais de pesca, etc. Logo, os Estados Nacionais não só continuam sendo interpretados como território, mas suas relações envolvem múltiplas escalas espaço-temporal e em seu interior, existe uma multiplicidade de territórios com características diversas e particulares que precisam ser reconhecidas (Souza, 2001).

Nesse sentido, infere-se que a cidade ribeirinha-costeira de Maracanã pode ser considerada um fragmento do território nacional que representa particularidades da multiplicidade dos territórios urbanizados do País. Assim, Maracanã faz parte da diversidade

urbana brasileira e precisa ser considerada com equidade no processo de gestão e organização do território na região amazônica, a fim de que a urbanização de seu território se realize de maneira que atenda às necessidades de todos os agentes envolvidos na produção de seu espaço e no entorno deste.

Contudo, a ideia de território tem insistido numa concepção de “estadocentrismo”, de fixação, direta ou indiretamente, legitimadora do formato do Estado e, do mesmo modo, o conceito de desenvolvimento ainda tem sido submetido ao modelo de crescimento econômico e modernização tecnológica universal. Por exemplo, em países como o Brasil, as ideias de “Estado” e de “desenvolvimento” ainda se aproximam ou até mesmo interagem com valores conservadores (Souza, 2001, p. 99).

De acordo com esse autor, do mesmo modo que o discurso a respeito do Estado, da soberania e do “território nacional” se vale das ideias de “segurança nacional” e “objetivos nacionais” permanentes, a noção de desenvolvimento nacional não prescinde de uma reflexão sobre o “território”, nem ao menos dos atributos materiais ou locacionais do substrato material (Souza, 2001, p. 99).

O território não é simplesmente uma variável estratégica em sentido político-militar. O uso e o controle do território, do mesmo modo que a distribuição real do poder, devem ser elevados a uma posição de proeminência também quando forem formuladas estratégias de desenvolvimento socioespacial em sentido amplo, e não simplesmente na concepção de crescimento econômico capitalista, mas de modo que promova maior justiça social (Souza, 2001). Esse autor lamenta que uma noção tão importante quanto a de desenvolvimento tenha sido amesquinhada a uma ideia longínqua das necessidades mais fundamentais e do cotidiano das pessoas comuns, pois o crescimento econômico não traz por si mesmo justiça social.

De acordo com Souza (2001), ao se almejar o pleno desenvolvimento, não basta identificar grupos específicos e tentar desenvolver programas de redistribuição de renda conduzidos de cima para baixo. É indispensável que a satisfação das necessidades humanas, de quaisquer seres humanos, inclua, igualmente, a liberdade, a participação, o acesso à cultura e todas as necessidades básicas materiais (alimentação, vestuário, infraestrutura de serviços públicos, habitação, etc.).

Para se avançar nesse sentido, Souza (2001) aponta a concepção de Autonomia discutida pelo filósofo Cornélius Castoriadis como tendo um valor central para uma ressignificação do conceito de desenvolvimento. Essa ideia de autonomia encontra-se fundamentada na concepção grega que significa o poder de uma coletividade se reger por si

própria, por leis próprias. Assim, na concepção de Souza (2001, p. 106), Autonomia é o fundamento do desenvolvimento, entendido como o processo de autoinstituição da sociedade em direção a mais liberdade e menos desigualdade. Logo, uma sociedade autônoma é:

Aquela que defende e faz a gestão livremente de seu território, catalizador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade “sem poder”, o que aliás seria impossível (daí, aliás, a dimensão de absurdo do anarquismo clássico) (Souza, 2001, p. 106).

Apoiado na concepção castoriadiana, Souza (2001) argumenta que a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. Desse modo, a ideia de autonomia e de apreensão da História como um processo de luta e negociação flexível à contingência fundamenta Souza (2001) para salientar a possibilidade de retirar do termo desenvolvimento sua carga teleológica, historicista e seu eurocentrismo. Pois, o projeto de autonomia indica liberdade para colocar-se a questão do desenvolvimento, ou seja, da transformação e da autocrítica na direção de uma justiça social, cada vez maior.

Diante disso, surge um questionamento: como é possível, na atualidade, trabalhar a questão do desenvolvimento por meio das ideias de autonomia e territorialidade autônoma de forma contundente, que não seja patética? De acordo com Souza (2001), nessa busca, é primordial a compreensão dos limites da liberdade e da justiça social efetiva, ou seja, do desenvolvimento socioespacial efetivo em uma sociedade heterônoma, e procurar definir uma alternativa a essa sociedade. A esse respeito, Souza (2001, p.109) é bastante enfático ao propagar que sem um projeto “radical”, que vá ao cerne da questão “o que resta é a capitulação ou o cinismo pragmático”, pois nada substitui a relevância da plena autonomia no avanço democrático e no desenvolvimento socioespacial.

Além disso, a mudança social deve contar com a força de autênticos movimentos sociais que podem, de toda maneira, em longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas, rupturas. Desse modo, uma luta pontual, temática, como o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradição de classe em seu viés, a organização das prostitutas, das associações que fazem parte de um conselho gestor, etc., pode provocar outras lutas e dar consistência a uma sinergia transformadora, além de ser um avanço contra os efeitos alienantes do processo de globalização vigente (Souza, 2001).

Portanto, a noção de território não deve limitar-se apenas aos dados físico/concreto do espaço, pois as atuais configurações espaciais chegam a ultrapassar os limites físicos. Isso

porque, a nova realidade vivenciada em múltiplas instâncias, inter-relacionais (política, social, econômica, cultural e tecnológica) foi influenciada pelas inovações técnicas, científicas e informacionais.

Diante dessa nova realidade, a concepção de território tornou-se múltipla, revelando múltiplos territórios. Portanto, a necessidade de reconhecimento da diversidade de territórios existente em espaço como o Estado-Nação, e para que haja, de fato, reconhecimento e busca pela satisfação das necessidades socioespaciais nos diversos territórios, deve-se trabalhar um desenvolvimento pautado em uma sociedade autônoma, participativa, capaz de contribuir para uma gestão mais justa de seu próprio território.

1.4.1 O Território Usado

Ponderando a respeito do conceito de território, Santos (1998, p.15) propõe “o retorno do território”, uma expressão que não se traduz pelo retorno a noção de território herdada da modernidade, incompleta, como um conceito puro, mas refere-se a ao retorno de um território que tenha como essência dos lugares o acontecer solidário, “o território usado” por todas as pessoas, território habitado, onde a solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, ou seja, no território compartilhado.

Porém, Santos (1998) acrescenta que existe um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por toda sociedade, e um espaço regido por um processo racionalizador com conteúdo ideológico de origem distante que chega a cada lugar com objetos e normas pré-estabelecidas, que desconsidera os propósitos da sociedade local e, segundo Camargo (2009, p.25; 50) impõe um “ordenamento positivista cartesiano-newtoniano” com intensão de controlar o território local, o qual consiste em um sistema complexo e auto-organizável, provocando, desse modo, desordem, insistindo em desarticular e enfraquecer o acontecer solidário dos lugares.

Nessa mesma perspectiva, Haesbaert (2004) ressalta que o valor de troca, no sentido funcional, concreto, e o valor de uso, no sentido mais simbólico, que traz em si as marcas do vivido, conflitam no espaço. Nesse embate, o valor de uso deveria prevalecer sobre o valor de troca dentro do território, mas à lógica capitalista hegemônica tem enfraquecido seu caráter de apropriação, pelo motivo de se distanciar do tempo dos seus usuários, do tempo vivido, diverso e complexo.

As relações de apropriação deveriam prevalecer sobre as relações de dominação dentro da dimensão do território, porém o processo acumulativo do sistema capitalista garantiu o

predomínio das relações de caráter dominador, reduzindo as possibilidades de uma reapropriação efetiva dos espaços dominados pela engrenagem Estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadorias (Haesbaert, 2004).

Para Camargo (2009), a ideologia que nos dias de hoje preconiza a ideia de progresso e da tecnologia como um caminho unívoco já agiu no passado e hoje insiste em dizer como deve ser o futuro. Essa falácia aponta uma só verdade: o modelo único e global de política econômica que submete os interesses das nações por meio dos laços entre os territórios locais, regionais, nacionais com corporações transnacionais que não escutam o desejo popular do lugar, mas sim os desígnios do capital.

Na Amazônia, o olhar colonizador persiste desde a incorporação dessa região na ordem moderna, desencadeada pelo colonialismo. Assim, a região tem sido vislumbrada mais pela ordem dos colonizadores do que de seus próprios habitantes, que historicamente têm sido submetidos a desígnios externos. Nesse sentido, a imagem que se faz da Amazônia é mais um olhar sobre a Amazônia do que da própria Amazônia (Gonçalves, 2015).

Desse modo, a população amazônica, equivocadamente, tem sido taxada de primitiva, indolente e preguiçosa, como se fosse incapaz de ser mentora de um projeto civilizatório, e sua região vista como um verdadeiro vazio demográfico (Gonçalves, 2015). Essas imagens projetadas pelos que são externos tentam legitimar pretensões desenvolvimentistas e socioespaciais injustas.

Todavia, sociedades estigmatizadas de não desenvolvidas, devido ao seu suposto atraso científico e tecnológico, organizaram-se e reordenaram seus espaços geográficos, gerando múltiplos sistemas diferenciados de ordenamento, revelando-nos que não há um único caminho para o desenvolvimento (Camargo, 2009).

Mas, apesar dos avanços, a Região Amazônica ainda sofre transformações por projetos que, normalmente, não consideram as dinâmicas locais. Nahum (2011); Herrera e Santana (2016); Palheta et al (2017) mencionam que o humano e o espaço local são subsumidos a meros elementos da lógica capitalista que se favorece das condições e relações locais para se reproduzir. Nesse processo, trabalhadores são destituídos de suas terras e de seu próprio modo de vida, expropriados para que seus meios de produção sejam transformados em condições prévias à expansão do capital.

Como contraponto a essa situação, a proposta de Santos (1998) de retorno do território com essência solidária é interessante, no sentido de ser uma possibilidade de reação à lógica hegemônica, por meio de um ordenamento compatível ao que Camargo (2009, p.25) apontou

como o “paradigma da auto-organização da complexidade”, o qual permite a inserção de variáveis no sistema, tentando influir em sua dinâmica, mas permitindo que esta percorra caminhos próprios. Esse ordenamento, diferentemente do ordenamento pautado no positivismo cartesiano-newtoniano que busca controlar e desarticula os territórios locais, deve ter a finalidade de buscar a equidade entre as forças que concorrem pelos recursos do território.

Ressalta-se que, no conflito entre as relações de apropriação e dominação que ocorrem no espaço, o território, em suas várias dimensões e escalas, é a arena do embate entre o mercado que singulariza e a sociedade civil que generaliza; e a sede da resistência da sociedade civil é o lugar, não importa a sua dimensão. É nesse sentido que a cidade de Maracanã, com características de um lugar com forte conteúdo de uma urbanização tradicional, se apresenta como elemento de resistência face às dinâmicas territoriais mais recentes que podem se apresentar com uma densidade técnica e ideológica pautada em interesses exógenos que desconsideram os desígnios do lugar.

Graças aos avanços permitidos pela ciência, pela tecnologia e pela informação, as forças que criam a fragmentação podem, em outra circunstância, servir ao propósito solidário. Outra circunstância em que os lugares também possam unir-se horizontalmente e reconstruir a base de vida comum, susceptível de criar normas locais e normas regionais (Santos, 1998).

Para Santos (1998, p. 15), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele seu objeto de estudo”. Diante disso, a compressão de como o território está sendo usado é imprescindível para não correr o risco de alienação, risco de perda de sentido da existência individual e coletiva. Nesse mesmo sentido, Camargo (2009) acrescenta que a ação de provocar o reordenamento, inserindo variáveis dentro do sistema, garantindo a sobrevivência à região e ao território, perpassa pela questão de conhecer a essência geográfica de cada lugar, associando a esse processo a democratização da participação popular.

Desse modo, a sociedade acionará o processo de retorno a um território semelhante ao que Santos (1998) chamou de território usado, como abrigo, com participação e equidade entre todos os indivíduos, instituições, organizações; constituído de ações e objetos. É nesse sentido que Santos (2010) propõe considerar o espaço geográfico não como sinônimo de território, mas como sinônimo de território usado, pois, para Santos (1998), o território implica em formas, porém o território usado, em objetos e ações (Santos, 1998). Assim, Santos (1998; 2010). com a perspectiva do território usado apropria-se do sentido de “espaço banal”, proposto pelo economista François Perroux. Espaço que se define por ser:

:

o espaço de todas as pessoas, não importa suas diferenças, o espaço de todas as instituições, não importa sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social (Santos, 2010, p.2).

Diante disso, pondera-se que Santos (1998), ao propor a concepção de território usado como sinônimo de espaço geográfico, e com semelhanças ao sentido de espaço banal, intentou apontar uma proposta de território que traz como fundamento a ideia de um espaço territorializado por todos os agentes da sociedade. Um território habitado e solidário, onde ricos e pobres são contemplados por serem considerados, verdadeiramente, importantes. Isto é, um território frequentemente contido nos limites do trabalho de todas as pessoas; território dos objetos técnicos e normas a serviço de toda sociedade.

Nesse viés, Nahum (2019) esclarece que a complexidade e qualidade do objeto técnico estão associadas à qualidade e complexidade do saber/fazer e à sua intencionalidade. Se essa intencionalidade ignora a dimensão espacial, acontece um saber/fazer que materializa próteses espaciais que transformam a paisagem, o arranjo espacial e a dinâmica social, alterando o modo de existência de seres humanos, do reino vegetal e animal.

Trata-se, desse modo, de um saber/fazer privatista, que considera o espaço somente enquanto recurso mercadológico, valor de troca, condição para a reprodução ampliada do capital, desconsiderando que ele é abrigo, quadro da vida e morada de povos e populações. Pensar o espaço é pensar o espaço do cidadão. Contudo, a cidadania mercadológica do capital, de acordo com Nahum (2019), propaga inclusão excludente e produz redes segregadoras.

A tarefa urgente é construir o espaço banal, o espaço de todas as dimensões do acontecer solidário, da totalidade social. Esta tarefa implica em um retorno do território, não como conceito puro, mas semelhante à concepção de território usado, onde o uso como abrigo prevaleça sobre o uso como recurso quantificável

É nesse sentido que a proposta de território usado busca refinar os conceitos de território a fim de desmistificar a intenção dos agentes envolvidos na territorialização do espaço, pois, para os agentes hegemônicos, o território usado é um recurso destinado ao valor de troca e, para os agentes hegemonzados, tem valor e significado de abrigo. Assim, o território usado, visto na perspectiva da totalidade, torna-se um campo considerável na análise da produção do espaço da cidade de Maracanã, porquanto, de um lado, revela a estrutura global da sociedade e, por outro, a complexidade de seu uso (Santos, 2010).

Desse modo, nos lugares da Amazônia, onde a racionalidade e a ordem externa dominante impõe um conteúdo ideológico distante, inserindo objetos e normas a serviço,

somente, de seus próprios interesses, cabe à totalidade reordenar essa desordem, inserindo variáveis na dinâmica auto-organizável da realidade complexa, rompendo com a perspectiva unívoca de ordem dominante pautada na concepção cartesiano-newtoniana (Camargo, 2009).

Deve-se ter em mente que, ao se repensar o todo e suas funções, as partes serão dinamizadas e entre essas, a região. A inserção de variáveis no sistema pode ser realizada, dentre inúmeras formas, também, por meio da cultura, da sustentabilidade ambiental, da geração de informação a partir das potencialidades e do resguardo dos valores locais. A gestão deve envolver a constante participação popular, rompendo com o mero discurso político, e incentivar práticas econômicas locais fundamentadas na sintropia entre as comunidades. Gerir o território dessa forma pode contribuir para materializar a metáfora do retorno do território sugerido por Santos (1998), ou seja, em perspectiva do território usado como abrigo e contribuir para desfazer conceitos puros.

1.4.2 Gestão do território: da centralização à descentralização de poder

Ao dissertar a respeito do tema gestão e organização do território nas Amazôniaas Brasileiras, é importante mencionar pelo menos três momentos considerados importantes. Um momento inicial caracterizado pela ditadura militar, que vai de 1964 até por volta 1985. Um segundo momento, com início marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, e um terceiro período que iniciou na década de 2000, quando a gestão compartilhada do território se mostrou mais efetiva, especialmente no que se refere à escala local (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

Para os autores citados anteriormente, o primeiro momento, de 1964 até por volta de 1985, se relaciona especificamente à federalização do território do Estado do Pará, do território do espaço amazônico e o protagonismo do Estado Nacional. Ressalta-se que, historicamente, no Brasil, embora tenha ocorrido a mudança constitucional de 1988, o Estado Nacional ainda tem assumido um papel de maior relevo no que se remete ao ordenamento territorial.

O segundo momento relaciona-se à mudança constitucional de 1988 e à gestão compartilhada do território (União, Estados e Municípios). E o terceiro momento, que surgiu no início da década de 2000, remete-se à relevância do estatuto da cidade e de sua importância para o ordenamento territorial urbano e municipal, portanto, na escala local.

De acordo com Rocha, Fortes e Gonçalves (2017), quando se fala da relação entre Estado e território, dois elementos se destacam. Um é a organização do território (superfície

material) e o outro elemento é a gestão do território (dimensão política). A organização do território acontece na dimensão da “tecnosfera” (Santos, 2014, p. 256) e caracteriza-se, mais designadamente, pela intervenção técnica e econômica sobre os espaços, sempre na perspectiva mais geral de acelerar o processo de reprodução da espacialidade capitalista. Isso de certo modo ajuda a compreender por que a urbanização da sociedade acontece de modo mais imediato do que a urbanização do território (Trindade Jr., 2010).

A gestão do território ocorre na “psicosfera” (Santos, 2014, p. 256) e possui um aspecto mais político, voltado a intervenções sobre as estruturas regionais, no sentido de criar condições sociais e políticas para que o aparato de ordem técnica e econômica possa se estabelecer em sua plenitude. Assim, a organização do território se refere ao uso do território, e a gestão do território aos processos políticos de gestão de relação entre aqueles que intervêm e a sociedade historicamente presente naquele contexto regional (Rocha, Fortes e Gonçalves, 2017).

A organização do território tem justificativas múltiplas, porém todos os grandes Planos criados pelo Estado Nacional ao longo do tempo têm tido justificativas que se fundamentam nas contradições que existem entre as estruturas espaciais presentes dentro do território nacional (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

A primeira contradição sobre a qual os Planos Nacionais têm surgido é a disparidade regional de desenvolvimento, e a segunda é a escassa integração econômica territorial. Trata-se de uma discussão intrínseca aos anos 60 e 70, mas que sempre está presente como justificativa para intervenção do Estado no sentido de tentar propor uma nova ordem, uma nova forma de uso e organização territorial (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

Então, de um lado, tem-se como justificativa as disparidades regionais que se caracterizam como desigualdades na distribuição territorial das forças produtivas; o desenvolvimento alcançado por essas forças produtivas em distintas partes do território; os ritmos inter-regionais de acumulação e as condições de satisfação das necessidades básicas da população. Essas desigualdades são justificativas que levam ao processo de intervenção (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

De outro lado, tem-se a integração das regiões periféricas com o centro, que se justifica pela necessidade de unificar o mercado interno. Além da demanda de unificar e mobilizar base de recursos das diversas regiões, a partir do centro dinâmico da economia nacional e, hoje, da escala global (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017). Diante disso, a ação do Estado é uma condição necessária e indispensável para preservar esse dinamismo do sistema que, de acordo com

Camargo (2009), é um ordenamento global que se impõe. É mercadológico e não se importa com a grande quantidade de diferentes interconectividades de cada local, buscando unicidade.

Porém, é a diversidade de elementos posicionados diferentemente que faz a essência de cada lugar e sua resistência, Rocha, Fortes e Gonçalves (2017) advertem que é um conflito constante no sentido de proporcionar a ampliação do processo de acumulação. Desse modo, de um lado, está a voracidade dos interesses do capital e, de outro, a resistência dos interesses das populações locais. E, diante disso, o Estado se propõe a organizar o seu território a partir da política territorial.

A política territorial aparece como corretivo, com o objetivo de atenuar as insuficiências da lei do valor na alocação do espaço entre os agentes privados da reprodução social, como por exemplo, propiciar a inserção privada em um contexto social mais amplo. Em outras palavras, a política territorial é o instrumento do Estado que proporciona meios (as bases técnicas) para que o capital privado se insira no território. Essa perspectiva de corrigir essa contradição é uma forma de ação do Estado por meio da política territorial (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

A política territorial, segundo Rocha, Fortes e Gonçalves (2017), se assenta em dois mecanismos: um de ordem jurídica e outro de ordem técnica. O de ordem jurídica significa todo e qualquer processo que o Estado realmente tem a seu dispor para remanejar o espaço jurídico pré-existente a fim de acelerar a mudança da forma de apropriação e de uso do mesmo espaço, por exemplo, o direito de propriedade, os constrangimentos administrativos, etc.

A mediação técnica é todo processo que advém, uma vez criada as condições jurídicas, para intervir através do sistema de planejamento, como: sistema de transporte; de comunicações; transferências de mercadorias e informações; e mudança do quadro espacial regional. Na Amazônia, o Estado atuou por esses meios, e como exemplo clássico que repercute até hoje é a federalização do território e a mediação técnica, que foi estabelecida para apropriação das terras e controle a partir do governo federal, e das terras dos Estados da Amazônia Legal (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

A esse respeito Nahum (2011) argumenta que os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, anteriores à constituição de 1988, revelam a intolerante intenção do Estado de ordenar o mundo amazônico a partir de uma configuração puramente tecnocrata, que desconsidera as reais particularidades da região, tratando a natureza existente de maneira geral ou como recurso natural; o espaço como vazio demográfico ou a ser ocupado e/ou integrado ao

conjunto do espaço nacional; e a sociedade vem a ser o objeto que vai ocupar o espaço, adjetivado de vazio, e explorar racionalmente os recursos naturais.

No segundo momento, pós-constituição de 1988, os Planos, Programas e Projetos, entre 1990 e 2014, surgem com outra concepção. Destaca-se que esse momento é importante porque é quando os Estados da federação começam a ser, além de coadjuvantes do Estado nacional, protagonistas no sentido de conhecer melhor e organizar seus territórios.

A partir da constituição de 1988 os Estados começam a se organizar do ponto de vista administrativo, foi criado, por exemplo, no Estado do Pará Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente, hoje Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), que tem uma efetividade substancial do ponto de vista da gestão dos recursos naturais da disciplina e do ordenamento do espaço do Estado.

Além dos Planos e dos Programas, de ordem técnica e econômica, esse período também se destacou do ponto de vista da conservação. A diversidade de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral ou de uso sustentável, não só criadas pelo governo federal, como pelos governos estaduais (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

É importante destacar que o ordenamento pode dar uma sustentação para os Planos e os Programas de ordem técnica e econômica. Mas, podem também dar suporte ao estabelecimento de uma convivência entre sociedade e natureza com sentido de coexistência amistosa, que é o caso das comunidades indígenas, os quilombolas e das UC que têm como suporte as populações extrativistas, pesqueiras e etc. (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

Depois da constituição de 1988, se estabeleceu mecanismos que reduziram a influência, porém não eliminaram completamente a autoridade do Estado Nacional do ponto de vista do ordenamento e do desenvolvimento da região. É relevante lembrar que a própria constituição abre a oportunidade para que os governos estaduais atuem na área e em geral no uso dos recursos naturais. E mesmo após a constituição de 1988, o controle das terras continuam em grande parte sobre o controle do governo federal, isso inibe, logicamente, em certo aspecto, as sociedades locais a implementarem projetos e programas de desenvolvimento que sejam à semelhança das suas vontades e de seus desejos.

Contudo, a constituição de 1988 foi reconhecidamente descentralizadora em diversos aspectos. Principalmente no que diz respeito à preservação, por exemplo, nas questões de natureza energética e sobre as competências. Em devidas proporções, na área territorial, tem-se evidência de que os Estados e os municípios, após constituição de 1988, puderam, de alguma

forma, atuar para além de ser coadjuvantes dentro das políticas de ordenamento territorial (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

O terceiro momento mencionado, nessa discussão, considerado relevante para compreensão do processo de gestão e organização do território nas Amazônias Brasileira, teve início na década de 2000. Desse modo, ao se falar de ordenamento territorial, é preciso que se valorize, principalmente no contexto contemporâneo, o ordenamento territorial urbano e municipal, a escala local (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

O grande exemplo relacionado à região amazônica tem muito a ver com o surgimento de novas cidades, de redistribuição da população. Só no Estado do Pará surgiram mais de sessenta novas cidades que foram institucionalizadas na forma de município. Uma dinâmica recente da criação de novos municípios. Esse fato é importante porque há uma necessidade de estabelecimento de políticas locais, em que grande parte dos municípios do Pará tem tamanhos territoriais que se assemelham a determinados estados da federação. Então, no plano local é indiscutível, a relevância do estatuto da cidade de 2001 e do que ele representou e tem representado na elaboração dos chamados planos diretores (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

Com aproximadamente 20 anos de existência, o estatuto da cidade tem deixado experiências e aprendizados territoriais no processo de desenvolvimento. Os municípios deixaram de ser somente obedientes às regras na escala estadual e nacional e passaram ter uma importância muito grande, principalmente pelo fato de terem passado a ser um ente federativo.

A prática de se estabelecer políticas locais passa a ser altamente relevante. Isso dá-se tanto do ponto de vista de ordenar o território, quanto no sentido de se alcançar determinadas perspectivas de desenvolvimento que seja muito mais próximo do que sugere os objetivos do desenvolvimento (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017). É necessário pensar em políticas de ordenamento territorial urbano e municipal para que isso realmente possa se realizar na região.

É preciso pensar, também, que o planejamento para além do urbano se estabeleça na escala municipal principalmente na perspectiva de alcançar função social e ecológica da cidade. Todo esse conjunto mais recente se estabeleceu por meio das políticas de descentralização, isso é relevante quando se tem hoje mais municípios do que antes na Amazônia Legal. Esse fato aponta a necessidade de mais políticas de valorização da escala local e que isso possa ser, logicamente, parte do que a constituição induziu: a gestão compartilhada do território (Rocha; Fortes; Gonçalves, 2017).

Nesse sentido, Camargo (2009) reforça que pensar o lugar e a redefinição de suas formas geográficas constitui redirecionar o processo político, econômico, jurídico e ideológico,

pois essas instâncias encontram-se interconectadas, sendo os mesmos elementos que constituem o espaço geográfico. Para esse autor, desenvolvimento sustentável, turismo ecológico, valorização das culturas locais, são algumas das políticas decisivas para que a totalidade redefina suas partes, pois estas são elementos interconectados a uma macrorrede que se dimensiona no Estado-Nação. No entanto, não adianta buscar soluções regionais específicas se a totalidade não altera sua dinâmica interna. Isso não quer dizer que não seja necessário pensar a região, mas é basilar repensar a função do Estado para que o mesmo dignifique, realmente, os desejos populares.

Assim, percebe-se que, da concentração à descentralização do poder, após a constituição de 1988, houve avanços significativos no âmbito da gestão do território. A participação de Estados e Municípios, para além de serem somente coadjuvantes nos processos de gestão de seus territórios, é um ganho crucial.

Cabe agora, a valorização das políticas públicas conquistadas, como instrumentos preciosos para o avanço na luta pela prática efetiva da cidadania em todas as escalas do país. Pois, nesse sentido, bem colocou Camargo (2009), ordenamento não deve ser manipulação e sim a materialização do desejo popular, em que as formas geográficas devem seguir a orientação da liberdade e não da escravidão. Assim, se estará avançando para que se concretize o “retorno do território” proposto por Santos (1998), retorno de um território solidário, usado como abrigo.

CAPÍTULO II

2- ANÁLISE HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE MARACANÃ: DOS POVOS, PRÉ-COLONIAIS, DAS ÁGUAS A DINÂMICAS TERRITORIAIS MAIS RECENTES NA AMAZÔNIA

Este capítulo é um momento analítico regressivo da formação socioespacial da cidade de Maracanã para identificar fundamentos históricos-geográficos necessários para a compreensão da produção dessa cidade no contexto atual. Para tanto, tornou-se necessária a compreensão do contexto histórico da produção socioespacial de Maracanã, do qual fazem parte elementos de épocas passadas que podem ser identificados coexistindo com elementos modernos no cotidiano da realidade presente (Trindade Jr., Silva, Amaral, 2008; Barros, 2018).

Assim, realizou-se um esforço de periodização buscando a compreensão da formação socioespacial de Maracanã, a partir da perspectiva da relação cidade-rio, considerando a capacidade de ordenamento territorial dos povos pré-coloniais bem como os (re)ordenamentos territoriais que se formaram a partir da chegada do colonizador europeu em decorrência das diversas frentes econômicas que deflagraram na Amazônia, antes e após 1960.

Portanto, utiliza-se dos conhecimentos de Paixão (2007); Pereira (2007); da periodização urbana amazônica de Corrêa (1987) e a de Trindade Jr. (2015); além da periodização da cidade de Vigia, produzida por Barbosa, Bentes e Raiol (2019), a partir das quais identificou-se três períodos (Quadro 3 a seguir) da formação urbana na escala local de Maracanã relacionados aos ordenamentos territoriais que ocorreram/ocorrem na região amazônica: o dendrítico simples, o misto (dendrítico-retangular) e o ordenamento complexo (anastomosado) com a presença de uma urbanização difusa (Trindade Jr., 2015).

Quadro 3: Periodização da formação urbana da cidade de Maracanã/PA

PERIODIZAÇÃO ESCALA REGIONAL	ORDENAMENTO TERRITORIAL	ELEMENTOS DA DINÂMICA DA ESCALA REGIONAL (Amazônia)	ELEMENTOS DA DINÂMICA ESCALA LOCAL (Maracanã e entorno)	PERIODIZAÇÃO ESCALA LOCAL (Cidade de Maracanã)
			Povos das águas (Pré-coloniais) Período anterior ao contato com os europeus	
			- Presença francesa na aldeia de Meron /Maracanã (1613-1614) - Expulsão dos franceses pelos portugueses (1615).	Povoado e vila (1613-1850) Predomínio da via de transporte fluviomarítimo
1616-1655	Padrão simples: dendrítico (1616-1850)	- Início da conquista do território amazônico. - Fundação de Belém (1616) e conquista territorial - Importância em assegurar a defesa do território. - Definição de espaços estratégicos de controle político-militar. - Criação dos primeiros núcleos de povoamento a partir de Belém, como: Souza do Caeté (Atual Bragança- 1633), Vila Viçosa de Santa Cruz do Cametá (1635-atual Cametá), Santo Antônio de Gurupá (1639-atual Gurupá), Vigia (1639), Maracanã (1653). - Perspectiva de controle econômico.	- Presença dos espanhóis na ilha do Marco em 1622 (nesse momento a coroa portuguesa pertencia aos espanhóis) para a fixação do marco territorial da Capitania do Caeté, a qual se estendeu a 50 léguas do rio Turiaçu, até a foz do rio Maracanã, na referida ilha. - Início da formação do atual núcleo urbano de Maracanã (outubro de 1653), com a chegada do padre jesuíta Antônio Vieira; - - Em 1654, construção da primeira capela em homenagem a São Miguel Arcanjo.	
1655-1750		- Expansão de fortes e criação de aldeias missionárias - Economia baseada no trabalho indígena e no sistema de aviação. - Controle e gestão da vida econômica e social pelas ordens religiosas. - Economia voltada para a exportação das “drogas do sertão”.	- Aldeamento/povoamento (1656-1689). - Fase de freguesia (1700). - Imposição da religião e dos dogmas dos portugueses, incluindo a missa em latim, língua não compreendida pelos nativos da aldeia dos maracanãs - Incentivo a indústria salineira em Maracanã, com mão de obra indígena.	
1750-1778		-Expansão das atividades produtivas e urbanas. - Belém passa a ser a capital do Grão-Pará e Maranhão por sua importância e razões locais. - Primazia de Belém no controle comercial. - Política Pombalina de inserção da economia amazônica no mercado Mundial - Expulsão dos jesuítas.	- Feição menos nativa e mais “civilizadas” do lugar; Elevação a categoria de Vila de Cintra em 1755. Porém, a Vila só foi instalada em 1757, quando o topônimo indígena Maracanã foi substituído pelo topônimo de origem portuguesa: São Miguel de Sintra – depois Cintra. - Em 1760, como reflexo da política pombalina, os bens dos	

		- A Companhia. Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão assume o controle econômico e mercantil. -A floresta e as áreas de cultivo como principais locais de produção. - Introdução da mão de obra escrava africana e estímulo a uma agricultura comercial (cacau, café, fumo, anil, baunilha, etc.) e a pecuária. - Ratificação do sistema de aviamento, importação de produtos manufaturados e produção exportável.	padres da Companhia de Jesus foram confiscados e sua obra evangelizadora interrompida na Vila de Cintra. - Como forma de atrair imigrantes para o desenvolvimento os colonizadores portugueses deram mais incentivo à indústria de sal em Maracanã, cuja mão de obra era indígena e produzia sal natural nas praias da baía de Viriandeua, nos igarapés de Urindeua, Meramipí e ilha do Marco,	
1778-1850		-Movimento da Cabanagem (1835-1940). - Queda da demanda de produtos regionais no mercado europeu. - declínio econômico regional. - Estagnação econômica e da vida urbana após a extinção da Companhia Geral de Comercio do Pará e Maranhão. - Concentração dos recursos e das riquezas em Belém. - Arrefecimento da expansão agrícola.	- Instituição do município de Cintra, tendo como sede a vila de Cintra (1833). - Reflexos do movimento da cabanagem (1835-1940). - Fraco dinamismo econômico, declínio da agricultura e dos lugares surgidos de aldeia. - Em 1845, a vila de Cintra se constituía de uma igreja (S. Miguel), construída pela antiga missão Jesuítica e aproximadamente 100 casas.	
1850-1960	Padrão misto: dendrítico retangular	- Período do <i>Boom</i> da borracha (1850 a 1920), marcado pela expansão e riqueza urbana. - Superação do problema de sistema de transporte e da escassez de mão de obra. - Intensificação das relações entre os núcleos de povoamento. Rios e ferrovias como vias de circulação. - Seringais com principais espaços da produção econômica regional. - Surgimento e/ou crescimento de núcleos de povoamento em função da implantação da Estrada de Ferro Bragança (EFB). - Mudanças no ordenamento territorial dendrítico simples para o ordenamento misto (dendrítico retangular).	- Elevação a categoria de Cidade de Cintra (1885); importância das atividades pesqueira, agrícolas; Início da colonização da Zona Bragantina no final do século XIX. - Primeira fase de interiorização sem se afastar da orla e do rio no espaço costeiro. - Em 1878, havia potencial à criação de empreendimentos para produção e exportação de diversos gêneros agrícolas e extrativos. - Após a inauguração da (EFB) surgiu na densa mata, uma longa trilha que ligava a cidade de Maracanã até o rio Caripi, onde se localizava a parada de trem denominada Maracanã, no território do município de Igarapé-Açu.	Cidade Ribeirinha-Costeira (1850-1960) Predomínio da via de transporte fluviomarítimo hibridez de vias de acesso a partir de 1922: o uso do rio no espaço costeiro e da estrada

1920-1960		- Estagnação econômica e urbana após a queda da demanda da borracha. - Aumento da dívida pública interna e externa. - Refluxo populacional e relativa autarcização dos seringais. - Diminuição absoluta das populações das pequenas cidades - Tentativa de redinamizar a economia gomífera. - Belém como principal foco de direção do êxodo rural.	- Enfraquecimento do dinamismo econômico. - Em 1922, houve organização do primeiro ramal rodoviário (Estrada Velha) ligando Maracanã a Igarapé-Açu (Pereira, 2007). - Segunda fase de interiorização, distanciando-se do rio e do espaço costeiro. - Expansão urbana, influência do ramal rodoviário conhecido como “estrada Velha”. - Em 1957, intensificação da Interação com outras cidades, por meio do lazer e do turismo.	
Após 1960	Padrão complexo: anastomosado	Predomínio das rodovias como eixos de circulação. - Intenso processo de mudança econômica e urbana. - Ação intensiva de empresas capitalistas na exploração dos recursos da região. - Presença marcante do Estado, através de incentivos, da criação de infraestrutura e de repartições públicas. - Criação de órgãos de planejamentos e financiamentos. - Predomínio de uma mão de obra volante e polivalente. - Implantação de grandes projetos.	- Expansão urbana tendo como objeto de atração a PA 127. - Interação mais intensa com outras cidades, incluindo a capital Belém. - Introdução mais rápida de bens materiais e sociais que caracterizam o modo de vida urbano - Empreendimento no setor da pesca industrial, por meio da instalação de um complexo industrial pesqueiro, onde funcionou diversos projetos de exploração e industrialização do pescado como, por exemplo, a Delmar Norte S/A. - Instalação de equipamento urbanos modernos como: Agência do Banco do Estado do Pará (Banpará) em 1967, Empresa de Correios e Telégrafo (ECT), empresa de Telecomunicações do Pará S/A (TELEPARÁ), posto de gasolina, loja de eletrodoméstico, entre outros.	(Após 1960) Intensificação e predomínio da utilização de estradas

A partir de 1990	- Definição de uma nova política de desenvolvimento regional. - Convivência de uma economia de fronteira com um vetor tecnológico de desenvolvimento. - Discurso de um crescimento econômico sustentável. - Integração amazônica como parte de um projeto nacional de inserção no atual estágio de globalização. - Busca por uma possível integração das dimensões econômica, social e ambiental. - Configuração de uma malha socioambiental convivente com uma malha tecnológica definida anteriormente. - Fortes conexões de espaços locais e sub-regionais com realidades externas a região. - Definição de uma rede urbana com menor rigidez hierárquica. - Importância das cidades intermediárias. - Maior urbanização do território em sub-regiões de povoamento consolidado.	- Criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Algodão-Maiandeu, em 1990. - Criação da Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã, em 2002 - Elaboração do plano diretor, em 2006 - Criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), em 2013. - Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas, em 2016. - Criação da Reserva de Proteção Integral Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) Padre Sérgio Tonetto, em 2016.	Criação de Unidades de Conservação (UC) a partir de 1990
------------------	--	---	--

Fonte: Elaborado a partir de Corrêa (1987); Trindade Jr. (2015); Barbosa, Bentes e Raiol (2019); Paixão (2007); Pereira (2007); Leandro; Silva (2012); Furtado (1987); Costa (2015). Organizado pelo autor desta pesquisa.

Os três períodos do processo de formação urbana de Maracanã, relacionados com a periodização da formação da rede urbana amazônica, foram: 1613 a 1850, período de povoado e vila; 1850 a 1960, período no qual a vila de Cintra foi elevada à categoria de cidade. É importante ressaltar que nesses dois períodos de formação urbana de Maracanã, anteriores a década de 1960, ainda predominava na região amazônica o fluxo por meio dos rios.

O terceiro período ocorreu após 1960, quando a estruturação/organização do espaço e a paisagem da cidade de Maracanã passaram a ter maior influência do predomínio das estradas na região. Assim, este capítulo é um esforço de análise histórico-geográfico da formação socioespacial de Maracanã que aborda desde os primeiros povos das águas às dinâmicas territoriais mais recentes na Amazônia.

2.1 A CIVILIZAÇÃO DAS ÁGUAS: DA GÊNESE RIBEIRINHA-COSTEIRA A CONDIÇÃO DE VILA (1613-1850)

Janeiro de 2023, em pesquisa de campo na cidade de Maracanã, procurava-se nexos entre a realidade cotidiana desse núcleo urbano e as ferramentas teóricas revisadas. Dessa

forma, buscava-se uma inspiração para dissertar a respeito da gênese dessa cidade, algo que representasse a permanência da particularidade histórica regional, no lugar e no presente.

Intentava-se começar a discussão a partir de uma característica ribeirinha-costeira que estivesse permanecendo no espaço atual, de modo relacional (Harvey, 1980) e resistindo as mudanças mais recentes na realidade urbana de Maracanã. Então, aproximadamente, ao meio-dia, à beira do fogão, quando o último peixe assava para o almoço, o som do bater de mãos rompe o silêncio e, as mulheres da casa logo avisaram: “tem alguém chamando”.

Era um sujeito amazônida, típico mestiço, oferecendo produtos regionais: tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.) e o bacuri (*Platonia insignis* Mart.). Eram alguns frutos amazônicos que haviam sido extraídos e estavam à venda por um valor que, segundo o ofertante, iria somar para comprar a farinha de mandioca para a mesa de sua família, ou seja, iria adquirir por um certo valor monetário, outro alimento típico da região amazônica que faz parte da dieta ribeirinha. Após alguns minutos de diálogo, o sujeito mencionou: “a cada dia que passa, os preços ficam mais altos e a vida mais difícil. Obrigado por comprar, vai dar pra levar a farinha e mais algumas coisas pra casa” (Vendedor transeunte, 2023).

Práticas como essa ocorrem no cotidiano da cidade de Maracanã, e revelam muito a respeito das características de sua população ribeirinha-costeira. A extração de produtos do rio e da floresta no espaço amazônico são práticas que ainda permanecem face às atividades econômicas mais recentes, ainda que suas funções tenham sido alteradas. Pois, as primeiras sociedades que viveram na Amazônia extraíam seus produtos com a função somente de subsistência e eram autossuficientes para a alimentação, sem a necessidade de troca por um valor monetário que condicionasse a aquisição de outros produtos. Logo, a imposição do valor de troca na Amazônia, como bem ressaltou Vicentini (2004) representou uma violência as populações locais, alterando a divisão da força de trabalho.

Nesse sentido, o relato de aquisição de produtos da floresta mencionado anteriormente, foi a fonte de inspiração para o nexos que se buscava entre a prática cotidiana atual e a teoria histórico-geográfica amazônica apreendida. Desse modo, esse relato de compra e venda de produtos extraídos da natureza (tucumã e bacuri), vivenciado no cotidiano maracanaense foi o *insight* que relacionou esta discussão da gênese de Maracanã com o período anterior à chegada dos colonizadores nas terras amazônicas.

Nesse período, as sociedades primitivas sul-americanas possuíam uma “economia de subsistência, cuja função essencial seria de assegurar a reprodução de seus indivíduos” e “não produziam excedentes ou estoques para suas necessidades”. Ainda não tinham entrado em

contato com a visão europeia de economia pautada no valor de troca (Vicentini, 2004, p.50, 51), a qual busca condicionar a vida e os produtos da natureza.

Assim, a prática tradicional da extração de produtos da natureza no atual espaço costeiro Maracanaense está relacionada historicamente as práticas dos primeiros povos amazônicos, que possuíam uma concepção do ser humano como parte da natureza, assim como os animais e as plantas, podendo assumir o papel destes de forma simbólica. (Vicentini, 2004).

Antes da colonização europeia, a presença de sociedades ribeirinhas no espaço costeiro paraense existia a milhares de anos, isso é revelado nos registros de povos pescadores-coletores que territorializaram o espaço amazônico aproximadamente há 3 mil anos. A diversidade dos hábitos desses povos antigos ainda estão presentes na cultura das atuais comunidades que mantem relação com o rio e o espaço costeiro (Amaral; Barbosa; Silva, 2020), e que possuem uma forma de identidade sociogeográfica característica de uma “civilização das águas” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 28,29).

Porém, é prática comum associar o início da produção social do espaço amazônico à colonização portuguesa, que ocorreu a partir do século XVII. No entanto, antes da presença de colonizadores, diversas sociedades nativas já eram responsáveis pela formação de um espaço socialmente produzido e por uma ampla configuração territorial (Trindade Jr. 2015). Assim, para discorrer a respeito da gênese ribeirinha costeira da cidade de Maracanã, é indispensável à menção dos povos que estiveram envolvidos na construção do espaço amazônico, especificamente, dos que habitaram o espaço que deu origem a essa cidade, até mesmo antes da chegada dos colonizadores portugueses, como indígenas, franceses e espanhóis.

A diferenciação cultural e territorial pré-colonial existente na região amazônica resultou em uma diversidade de relações com o meio natural, como exemplo, tem-se as primeiras sociedades agricultoras e coletoras, em suas relações técnico-ecológica de apropriação e configuração do corpo social (Vicentini, 2004).

A extensão da Bacia Amazônica continha uma diversidade de expressões culturais de sociedades primeiras, manifestadas pela distinção de línguas e costumes. Nessas sociedades, o modo de vida nômade aparece como resistência e proporciona uma compreensão de apropriação do território sem a delimitação física, o que implicava em exercer um domínio sem marcas ou referências a não ser a do meio natural, pela observação e permanência nas formas de apropriação conhecidas (Vicentini, 2004).

Além disso, as tribos amazônicas em seu contato com a natureza a reverenciavam com manifestações exóticas e místicas, predominando o culto e a dança. Mas, a concepção que

atribuía direito para as sociedades etnocêntricas dominar de forma ilimitada sobre toda a natureza, e a ideologia que distinguia entre seres humanos superiores e inferiores subjugaram os povos tradicionais com justificativa no discurso de “natureza animal”, como ocorreu com negros e indígenas (Vicentini, 2004, p. 49).

Os fatores de adaptações diferenciados das sociedades de terra firme em relação às sociedades da várzea também são elementos que Vicentini (2004) menciona para melhor compreensão das culturas amazônicas pré-coloniais. As diferenças ocorrem desde aspectos relativos à maior ou menor fixação a um território, até aos aspectos culturais, linguísticos e mitológicos.

Um desses aspectos está relacionado às guerras entre as populações da várzea e as do interior ou terra firme. Trata-se de um modo de intensificação da multiplicidade das comunidades conservando a distância entre elas. A obtenção de domínio territorial não era prioridade da guerra, mas a preservação da diferença e a obtenção de mulheres para a própria preservação da reprodução (Vicentini, 2004).

As populações de várzeas revelam muito da expressividade e da diversidade das populações indígenas pré-coloniais na Amazônia. As aldeias ao longo das margens dos rios incluíam populações numerosas que se estendiam por extensas áreas, eram formadas por construções feitas de madeira e palha, de tamanhos consideráveis, entre as quais existiam as que tinham funções de armazenar alimentos. As grandes aldeias eram divididas em seções, cada uma com sua área de porto para desembarque nos rios. Uma Aldeia podia ser formada de vinte a trinta casas e possuir aproximadamente até 60.000 guerreiros. Praticavam a coleta e a pesca, a cultura do milho e da mandioca (Vicentini, 2004).

Essas características revelam que o espaço social e a configuração territorial dessas populações se definiam pela presença indispensável de sistemas de objetos e de ações, ainda que os sistemas de fixos naturais e sociais relacionados ao desenvolvimento técnico “das populações pré-coloniais não possibilitassem a produção de grandes objetos técnicos na configuração territorial” (Trindade Jr. 2015, p. 308).

Desse modo, existia um ordenamento do território que expressava a diversidade sociocultural dos grupos humanos que existiam no espaço amazônico, antes do domínio europeu. Tais grupos possuíam forte interação e dependência com os ecossistemas existentes. Os povoamentos mais antigos se fixavam nas áreas periféricas e cabeceiras ribeirinhas, e os mais recentes nos baixos cursos das águas fluviais. Desde a pré-colonização na Amazônia, os recursos da floresta, a cerâmica e os demais produtos artesanais intensificavam a importância

das vias navegáveis, possibilitando contato e migração entre o espaço costeiro e o interior (Trindade Jr., 2015).

A esse respeito, Trindade Jr. (2015) argumenta que objetos geográfico, naturais e sociais, localizados/fixados no território pré-colonial representavam fixos, enquanto que, as trocas e os movimentos diversos representavam os fluxos. Assim, fixos e fluxos, de acordo com o pensamento miltoniano, existiam na configuração espacial das populações amazônicas anterior à chegada dos europeus e, não somente, nas economias e sociedades ditas “modernas” e “desenvolvidas”.

Logo, os argumentos tecidos até esse momento, a respeito das sociedades pré-coloniais amazônicas, reforçam a concepção de que a Amazônia não era e não é um vazio demográfico (Gonçalves, 2015). Além disso, tais sociedades que por diversas vezes foram estigmatizadas de não desenvolvidas por concepções exógena, devido ao seu suposto atraso científico e tecnológico, organizaram seus espaços geográficos gerando múltiplos sistemas diferenciados de ordenamento, demonstrando que não há um único caminho para o desenvolvimento (Camargo 2009).

Desse modo, foram organizadas as populações pré-coloniais que existiam no espaço amazônico. Essas “sociedades sul-americanas” possuíam uma “amplitude do conceito de domínio territorial” (Vicentini, 2004, p. 54), que foi alterado com a chegada do colonizador europeu, o qual definiu uma nova configuração espacial à região, pois foi a partir de sua intervenção que uma nova lógica se instalou e um novo ordenamento territorial foi imposto. (Trindade Jr., 2015).

O Tratado de Tordesilhas (1494) realizou a primeira divisão geopolítica moderna, repartindo o novo mundo entre as duas coroas ibéricas, Espanha (Nova Andaluzia) e Portugal (Lusitânia), ignorando outros países emergentes da Europa - Inglaterra, Holanda e França - que também eram interessadas nas riquezas das novas terras e pensavam em tentar conquistá-las. Então, ingressaram em um processo de conquista marcado pela pirataria e disputa de poder em um espaço com imenso valor estratégico na economia-mundi (Becker, 2013), e habitado por diversas nações indígenas (Vicentini, 2004), de diversos grupos linguísticos, como expõe o Quadro 4 a seguir:

Quadro 4: Grupos linguísticos da Amazônia brasileira e seus respectivos domínios na época do contato com os colonizadores europeus

Troncos linguísticos	Nº de grupos	Domínio territorial
Tupi	130	Litoral do Pará e Maranhão: Bacia do Baixo Amazonas e em sua margem direita, incluindo a ilha de Tupinambarana; bacia do alto Solimões
Aruaque	108	Ao norte do Amazonas, na região das antigas Guianas.
Caribe	83	Bacia do alto Amazonas, região do baixo rio Negro; rios Uatumã, Jatapu e Urubu; bacia do Orinoco; litoral das Guianas até a ilha do Marajó.
Pano	34	Cabeceira dos rios Purus, Juruá, Javari e Ucayali
Gê	66	Bacia do médio Xingu e do Araguaia-Tocantins, ao sul dos formadores do Tapajós e Madeira
Tucano	26	Noroeste da Amazônia, rio Uaupés
Outras línguas isoladas ou não classificadas	271	Espalhadas em diversas áreas. Esses grupos de origens desconhecidas foram exterminados antes de serem identificados

Fonte: Freire (1983-1981); Porro (1996) *apud* Amazonas (s.d.), readaptado pelo autor desta pesquisa (2023).

Quando os conquistadores chegaram à Amazônia ficaram admirados com a quantidade de pessoas que encontraram vivendo em seu espaço, especialmente na região de várzea, em aldeias consideradas pelos invasores como sendo de grandes dimensões. No século XVI, havia na Amazônia brasileira um total de dois milhões de indígenas, dos quais 950 mil viviam nas áreas de várzea, que possuíam uma extensão territorial de 65 mil quilômetros quadrados. A densidade demográfica dessa população era, aproximadamente, 14,6 indígenas por quilômetro quadrado (Bezerra Neto, 1999).

Foi no contexto de disputas pelo domínio do território amazônico entre as nações europeias: Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda (Becker, 2013), que no litoral do Pará, na microrregião do Salgado deu-se a gênese da formação socioespacial da atual cidade de Maracanã. A formação inicial desse núcleo urbano está diretamente relacionada às dinâmicas territoriais na escala global e regional com coexistência e resistências da aldeia Maracanã, uma variante da etnia Tupinambá, na escala local.

O espaço do Salgado Paraense foi de larga importância para as interações que eram realizadas entre Belém e São Luís do Maranhão e para o povoamento da região no período da colonização portuguesa na Amazônia. “O litoral recortado, batido pelos ventos alísios de leste, facilitava a navegação de barcos a vela procedentes do Estado do Maranhão”. Os sedimentos

depositados ao longo da costa tornavam dificultosa a navegação de embarcações de grande formação, o que facilitou o surgimento de portos que serviam de pontos de descanso para os navegantes (Furtado, 1987, p. 36).

A cidade de Maracanã é uma das sedes municipais como: Bragança, Quatipuru, Primavera, Salinópolis, Marapanim, Curuçá, São Caetano de Odivelas e Vizeu, que se originaram dessa dinâmica no espaço costeiro, pois serviam de portos onde se faziam escalas no percurso de navegação na costa paraense (Furtado, 1987).

O século XVI foi um período de reconhecimento por grandes expedições e invasões que caracterizaram um processo de loteamento na conquista da Amazônia. O rei de cada país distribuía terras a seus súditos descobridores (Becker, 2013) como se essas fossem terras de ninguém, mesmo com claras evidências da existência de uma imensa população nativa como já foi mencionado nessa análise.

Mas, foi na passagem para o século XVII, no acirramento dos conflitos e da multiplicação das bases dos invasores que iniciou efetivamente a conquista da Amazônia. As invasões inglesas, francesas e holandesas eram organizadas pelas Companhias de Comércio de seus próprios países e, ao atingirem o monopólio comercial ibérico, caracterizavam iniciativas privada em ascensão. Portugal e Espanha, de outro modo, compartilhavam a catequese por missionários como estratégia principal de seu processo de colonização (Becker, 2013).

As terras que viriam a ser o Grão-Pará eram ocupadas por uma diversidade de grupos indígenas com valores culturais variados, os quais mantinham uma relação amistosa com o meio natural, o que lhes possibilitavam a permanência e conhecimento da floresta, das águas e da biodiversidade. A variedade linguística era intensa e várias nações indígenas habitavam todo o espaço costeiro, desde Nheengaíbas (indígenas da aldeia dos Aruans, em Soure), no Marajó; Caetés em Bragança e os Apitangas em Viseu, todas da família Tupinambá (Paixão, 2007).

Na margem esquerda do rio Maracanã, a três léguas do Atlântico, estava assentada uma aldeia da família Tupinambá, denominada com o topônimo indígena Maracanã, que significa: “pequeno papagaio da voz berrante, com nome científico de *propyrrhura maracanã*” (Paixão, 2007; IBGE, 2017; IBGE, 1957).

De acordo com Paixão (2007, p. 16), a aldeia dos Maracanãs tirava sua provisão da “mata e do rio”, na pesca utilizavam “redes de fibras vegetais, anzóis, arco e flecha, além de armadilhas fixas de apreensão de peixe – o Cacuri”. A hierarquia social da aldeia dava-se pela administração de um conselho de pajés liderado por um membro principal. As ocas tinham

forma retangular, sua organização estava disposta em grupo de quatro e no centro do espaço se localizava o Ocara, ou praça, onde aconteciam os atos sociais e religiosos.

Os homens da aldeia dos Maracanãs possuíam estatura mediana, tinham o costume de usar tangas confeccionadas de simples enfeites de penas. Enormes plumagens de araras vermelhas e de garças adornavam-lhes a cabeça, usavam também braceletes e colares vistosos, com pena de papagaios e guarás. Quanto às mulheres da aldeia não se enfeitavam tanto, não usavam mantos, diademas e braceletes. Limitavam-se a colocar penas direto no corpo e tratavam dos cabelos, em geral muito compridos, penteando-os com cascas de certos frutos, untando-os com óleo de coco e urucum (Paixão, 2007).

Os Maracanãs, como qualquer família Tupinambá, valorizavam muito suas lendas, sua religiosidade, seu conceito moral de família e justiça. Praticavam a poligamia, a primeira mulher, porém, era a principal e as outras lhe deviam obediência. Essa tendência se manifestava nos mais influentes índios maracanãs, como Copaúba, o primeiro chefe a manter contato com os civilizados (Paixão, 2007).

Os colonizadores franceses se empenharam a conquistar territórios da costa atlântica da América do Sul, ignorando os direitos de Portugal e Espanha sobre a área. Assim, no século XVII, os franceses penetraram o território amazônico, se apropriaram do litoral do extremo norte da Amazônia e conseguiram ocupar em 1612 a ilha do Maranhão, onde fundaram São Luís (Becker, 2013), fortificações militares e núcleos embrionários coloniais avançaram em busca de outros espaços (Bezerra Neto, 1999), passando a ocupar grande parte da costa oriental do Pará (Paixão, 2007).

Foi nessa dinâmica de avanço e conquista que em 1613, os franceses se estabeleceram na aldeia dos maracanãs, onde montaram uma indústria naval pra a construção de canoas de grande porte usadas para a conquista e expansão de seus domínios na Amazônia (Paixão, 2007; Rocha, 2015). A obra *Histoire des choses advenues em Maracanã, ès Anées 1613 et 1614* do francês Ives D'evreux consultada por Paixão (2007) destaca que:

Daniel de La Touche, Senhor de Ravardière, saiu de São Luiz a 8 de julho de 1613 com destino ao rio Pará. A 17 de agosto do mesmo ano, demandou da aldeia dos Caetés para a aldeia de Meron (Maracanã), com uma força de 40 praças, 10 marinheiros e 20 chefes de aldeias. Em Meron ou Maracanã Daniel de La Touche embarcou, mais selvagens e franceses e seguiu para a aldeia de Taba-Pará (Vigia), depois para o rio Pará, indo até o Araguaia com 400 homens, onde fincou a bandeira francesa” (IVES D'EVREUX, 1613-1614 *apud* Paixão, 2007, p. 17).

Esse relato, além de confirmar a presença francesa na Aldeia Maracanã, 40 anos antes do Padre Antônio Vieira chegar com a companhia missionária Jesuíta nessas terras (Paixão, 2007), revela que os franceses mantinham relações amistosas com os indígenas da aldeia Maracanã, pois estes os acompanhavam em suas atividades, como relata o fragmento citado anteriormente. Isso é possível, visto que a estratégia de fazer alianças com os nativos para obter sucesso na disputa por territórios também era utilizada pelos colonizadores holandeses na região Amazônica (Becker, 2013).

Os relatos de viagens à várzea do Rio Amazonas divulgavam a notícia da existência de grandes povoamentos e de ouro na região, o que atraía os estrangeiros europeus. O litoral e o baixo Amazonas haviam sido conhecidos pelos franceses, holandeses e ingleses que penetravam no vale para realizar trocas comerciais com os indígenas e às vezes, estabeleciam benfeitorias e pequenos fortins. Era determinação das expedições portuguesas expulsá-los da Amazônia (Vicentini, 2004).

A partir da aldeia dos Maracanãs, os franceses intentavam um projeto de conquista de terras no Pará; no entanto, Jerônimo de Albuquerque, em 1615, tomou o território dominado pelos franceses, expulsando-os da região. No espaço maracanaense ainda não foi encontrado qualquer vestígio material desse passado de relação com os franceses que, provavelmente, foi destruído pelos portugueses (Paixão, 2007).

Como registro da passagem dos espanhóis por Maracanã, Paixão (2007) destaca que em 1622, durante a união Ibérica, Felipe III, da Espanha doou a Gaspar de Souza, Governador Geral do Brasil, o território da Capitania do Caeté, que se estendia a 50 léguas do rio Turiaçu até a foz do rio Maracanã, onde se localiza a Ilha do Marco – esta denominação à Ilha ocorreu por ter sido estabelecido em seu espaço, o limite da capitania do Caeté por um objeto demarcatório.

O início da formação núcleo urbano de Maracanã tem como marco referencial o ano em que o Pe. Antônio Vieira chegou à região Amazônica. Em 17 de janeiro de 1653, aportou no Maranhão acompanhado dos Padres Manoel de Souza e Mateus Delgado. Pela costa do Grão Pará, chegou a Belém em 24 de novembro deste mesmo ano (Paixão, 2007).

A veracidade da passagem das missões dos padres da Companhia de Jesus pela região Amazônica é inegável. “Documentos históricos referentes aos municípios de Maracanã, Curuçá, Vigia, Colares e Marapanim atestam a presença dessa ordem religiosa entre os grupos Tupinambá que viviam espalhados pelo território do Salgado” (Furtado, 1987, p. 37).

Embora não se saiba o dia e nem o mês em que o Pe. Antônio Vieira chegou à aldeia dos Maracanãs para erigir uma capelinha de palma acima dos barrancos da aldeia e nem haja registro do primeiro indígena a ser batizado, o chefe Copaúba, o qual recebeu o nome de Lopo de Souza; o Pe. Mateus Delgado da companhia jesuíta, em 1654, declarou que a referida capela era em homenagem a São Miguel (Paixão, 2007). O Pe. Antônio Vieira como superior da missão dos Jesuítas, possuía Carta-Régia que dava o poder de evangelizar e fundar igrejas na província do Grão Pará, como se observa a seguir:

Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. Ordenei aos religiosos da Companhia da Província do Brasil, que, por serviço de Deus, e meu, tomassem a esse Estado e fundassem nele as igrejas necessárias, com o intento de doutrinar e encaminhar o Gentio dele a abraçar nossa Santa Fé, principalmente minha nas conquistas. E porque lhes será de grande ajuda vosso favor e assistência, vos encomendo muito, e mando que lhes dei de forma que tenha eu muito que vos agradecer. Escrita em Lisboa 23 de setembro de 1652. Rei – O Conde de Odemira. Para os oficiais da Câmara do Pará (Paixão, 2007, p.18).

É possível perceber, no fragmento anterior, os portugueses, por meio das missões religiosas, impondo sua cultura e sua fé aos nativos da Amazônia, tentando mudar seus costumes e inibir seu modo de vida. A partir do contato com as missões jesuíticas junto a aldeia Maracanã, os indígenas foram alterando sua identidade de culto religioso e assumindo gradativamente a condição de Cristão e os valores culturais impostos pela Igreja Católica. No entanto, ainda que práticas como, a veneração de santos populares e a devoção de imagens; a ritualização do sacramento da missa em latim, língua que não entendiam, tenham se tornado parte do cotidiano, as aldeias ainda mantiveram suas raízes (Paixão, 2007).

Em virtude da falta de conhecimento da costa e dos obstáculos no mar, foi determinado aos jesuítas, fixados na praia do Marco, a responsabilidade de acender fogueiras, com a finalidade de sinalizar a entrada do rio Pará. Essa estratégia foi considerada sem tanta eficácia pelo governador e capitão do Maranhão e Pará, André Vidal de Negreiros (1655-1656), o qual ordenou ao Capitão-Mor Feliciano Corrêa que instalasse uma atalaia no ponto de maior elevação da área adjacente à baía de Viriandeua/Virianduba (atual cidade de Salinópolis/PA), para avisar com tiros de canhões os navios que demandassem ao porto de Belém. Esse acontecimento deu origem à freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Salinas (Pereira, 2007; Furtado, 1987)

Até 1689, a aldeia Maracanã havia mudado duas vezes de sítio e acabou se fixando na localização onde, atualmente, encontra-se a cidade de Maracanã, “distante três léguas da foz do rio do mesmo nome”. A aldeia Maracanã foi reconhecida em 1700 como “freguesia” (Pereira, 2007, p. 16; IBGE, 2017; IBGE, 1957), que significa “parte do território sob a orientação de uma determinada paróquia ou dos indivíduos que nela vivem”. “Nas cidades portuguesas, é a menor entidade administrativa” (Bechara, 2011, p. 657).

Nesse período, como forma de atrair imigrantes para o desenvolvimento, os colonizadores portugueses deram mais incentivo à indústria de sal em Maracanã, cuja mão de obra era indígena e produzia sal natural nas praias da baía de Viriandeua, nos igarapés de Urindeua, Meramipí e ilha do Marco, onde viviam diversos descendentes dos Tupinambá, práticos que pilotavam embarcações até Belém (Pereira, 2007).

Em meados do século XVIII, a ação jesuíta começou a ser questionada pelas autoridades portuguesas, passando a ser vista como ameaça à administração do Estado. Os agentes do reino denunciavam que os jesuítas não se ocupavam apenas da educação religiosa e do ensino, mas intervinham nas atribuições e negócios do governo. Essa informação chegou ao conhecimento do rei D. José I (1714-1777), o qual deu competência ao primeiro ministro Sebastião José de Carvalho, Marquês de Pombal (1750-1777), o qual colocou o poder do Estado em ação (Pereira, 2007).

Então, a política colonial de Marquês de Pombal foi articulada a partir da Metrópole Portuguesa e executada por seu irmão, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Esse projeto político objetivava promover a apropriação do espaço amazônico com vilas e lugares, garantindo a intercomunicação fluvial por meio de Cuiabá e estabelecer a descentralização do controle da Amazônia. Assim, duas leis de 1755 foram medidas iniciais orientadas para o governo da Amazônia: uma lei decretava a liberdade definitiva dos lugares; a outra colocava fim ao poder dos jesuítas nos aldeamentos (Vicentini, 2004).

A intenção era elevar os aldeamentos à categoria de vilas e de lugares, promovendo uma nova configuração espacial menos nativa e com características mais civilizadas (Vicentini, 2004). Assim, em 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador do Grão Pará e Maranhão, por meio da Lei de 6 de junho de 1755, concedeu a categoria de vila a Maracanã. Porém, a Vila só foi instalada em 1757, quando o topônimo indígena Maracanã foi substituído pelo topônimo de origem portuguesa São Miguel de Sintra – depois Cintra – desde 1757 até 1897, quando retoma seu topônimo indígena Maracanã (Paixão, 2007).

De a cordo com Paixão (2007, p. 39), nas colônias portuguesas, como o Brasil, a gestão de Marques de Pombal se deu por meio de aumento de impostos, decretos, expulsão dos Jesuítas e substituição de nomes de vilas. Segundo este autor, nesse período “os topônimos de cidades portuguesas viraram denominações das povoações do Pará, como Bragança, Viseu, Odivelas, ‘Sintra’ e outras”.

Pela localização topográfica elevada sobre falésias, junto ao rio no espaço costeiro, temperatura amena, vegetação abundante, caça e fonte de águas nos seus arredores, o núcleo que deu origem a Maracanã foi comparado à cidade de Sintra em Portugal. Assim, foi denominada de Vila de São Miguel de Cintra.

A referência a São Miguel no topônimo da Vila está relacionada a uma crônica da época contada pelos mais antigos moradores, na qual uma imagem de São Miguel fora encontrada no verão de setembro de 1755, nas águas, por dois pescadores nativos da aldeia dos Maracanãs, quando estes lançavam a tarrafa em frente ao sítio São Tomé, abaixo do rio Caripi (Paixão, 2007):

Numa tarrafada o proeiro sentiu que aquele instrumento de pesca engatou dentro da maré. O piloto mergulhou dentro da pausada, desengatou a tarrafa e voltou à tona com uma mensagem: - Tem um negócio esquisito rés a chumbada. Tá agarrado na malha! O proeiro puxou a tarrafa pra dentro do casco, acendeu a lamparina e verificou que era uma imagem de santo. Todos eram devotos de santos populares e, na aldeia dos Maracanãs já existiam: Santo Antônio Português, Nossa Senhora da Ajuda, São Francisco Xavier, confeccionados pelo índio Martinho que aprendeu a esculpir as imagens de madeira com ajuda dos missionários jesuítas. Os dois pescadores interromperam a pescaria e foram avisar os moradores da localidade sobre o achado. Quando amanheceu era voz corrente de que a imagem de São Miguel Arcanjo tinha sido milagrosamente encontrada defronte de São Tomé. Foi então providenciado um oratório, juntaram-se os moradores em procissão, rezas, promessas, oferendas e ladainhas. Decorrido alguns dias a tosca imagem desapareceu inesclarecidamente da capela. Diziam que aquilo era coisa de pessoas impenitentes, sacrílegas... a imagem reapareceu ao tronco de uma frondosa árvore nas ribanceiras do lugar “São Tomé”, o que motivou uma corrente de opinião a sugerir que o futuro da freguesia fosse mudado de local – Para o alto do sítio São Tomé”. Convencidos os paroquianos de que a imagem deveria permanecer em seu nicho na capela-mor, foram então colocadas fechaduras nas portas, e a comunidade manter-se de vigia com missa até o penúltimo dia do **mês de setembro**, data consagrada ao santo orago maracanaense. Os canoieiros e pescadores originaram uma regata na baía do rio Maracanã, saindo próximo do local de onde a imagem foi achada, percorrendo a baía agitada pelos ventos (Paixão, 2007, p. 50, **grifo nosso**).

A regata, mencionada no fragmento citado anteriormente, ainda é realizada tradicionalmente na festividade de São Miguel Arcanjo, com a participação de diversas modalidades de canoas à vela, nas águas fluviomarítimas da baía do rio Maracanã. Paixão (2007, p. 51) argumenta que “o achado de São Miguel deu ensejo à categoria de Vila, tendo o governador da província do Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, lhe concedido foros de Vila de São Miguel de Cintra.

A ordem decretada por Marquês de Pombal afastou os jesuítas das frentes missionárias, confiscou seus bens e os expulsou do Brasil por volta de 1757 (Vicentini, 2004) a 1760 (Pereira, 2007). Na escala local, os reflexos dessa decisão se manifestaram no ano de 1760, por meio da presença de diligência nos arredores da Vila de Cintra para sequestrar os bens dos padres da Companhia de Jesus, tendo sua obra evangelizadora interrompida (Paixão, 2007).

O patrimônio religioso constituía-se por terras cedidas por um donatário para construir uma capela ou grandes áreas para a organização de uma aldeia. No caso Amazônico podia ser extensas áreas fundiárias. A perseguição as ordens religiosas do século XVII e XVIII, transferiram parte desses patrimônios para as mãos dos governadores constituídos, condição que se consolidou e perpetuou extensas propriedades agrícolas no Brasil (Vicentini, 2004).

Em 1833, foi instituído o município de Cintra, do qual faziam parte os territórios que, posteriormente, deram origem aos municípios de Marapanim, Salinas e uma parte de Igarapé-Açu (IBGE, 1953), envolvendo os territórios da margem esquerda do rio Marapanim até a baía de Japerica – atual Pirabas (Pereira, 2007). Nesse momento, o município de Cintra tinha como sede a Vila de Cintra (Paixão, 2007).

O espaço da Vila de Cintra em 1833 se configurava com uma praça, quatro pequenas ruas, 123 casas e uma igreja dedicada a São Miguel Arcanjo. A população da Vila e de seu termo era de 4.768 habitantes, em sua maioria indígenas que raramente se faziam presentes na Vila. Manufaturavam farinha, sabão, cal de “sernambi” e pescava nas beiras dos rios, baías e igarapés (Baena, 1973 *apud* Paixão, 2007). Percebe-se que a formação do espaço urbano de Maracanã deu-se na coexistência da cultura nativa com a cultura europeia. Desse modo, a cultura nova não eliminou a mais antiga, a qual vem sendo ressignificada ao longo do tempo (Oliveira, 2001).

Após dois anos da oficialização como município de Cintra, este sofreu os impactos do movimento da Cabanagem (IBGE, 1957), em 1835. O movimento cabano surgiu como resistência cultural da população indígena e miscigenada face à subordinação imposta dos

europeus (Vicentini, 2004), o povo guardava em sua memória a violência da escravidão negra, a tortura e matança dos indígenas, a expulsão e sequestros dos bem dos padres da Companhia de Jesus. Em Cintra, desde 1824, havia um posicionamento político de resistência ao sistema que oprimia e indignava o povo (Pereira, 2007).

Assim, o movimento cabano reuniu diversos segmentos da população amazônica. Indignados: os burgueses nacionalistas que queriam maior participação na divisão da arrecadação econômica; os militares interessados em postos mais altos; os políticos que desejavam maior concentração de poder; os sem-terra, que ansiavam por seus espaços; os indígenas e mestiços ressentidos desde os tempos da invasão de seus territórios tradicionais e os escravos que ansiavam pela sua liberdade (Pereira, 2007).

Por diversas vezes, o movimento que havia sido contido ou reprimido no interior das cabanas eclodiu em praça pública em 7 de janeiro de 1835, por meio da reação de diversos sujeitos envolvidos que invadiram Belém e tomaram o poder. Felipe Patroni e Batista Campos trouxeram da Europa ideais iluministas que somados à força de outras lideranças como Clemente Malcher, Antônio e Francisco Vinagre, Eduardo Angelim, etc., intensificaram a resistência juntamente com os sujeitos que viviam em condições sub-humanas e que tiveram a oportunidade de lutar pela concretização do desejo de liberdade (Pereira, 2007).

No Salgado Paraense, o movimento da Cabanagem efervescia de Colares a Bragança. Vigia foi palco de luta sangrenta. Cintra também viveu os confrontos, lutou do lado cabano e em seu espaço confrontou as tropas colonialistas. No dia 28 de março de 1836, uma força de resistência da Vila de Cintra caiu em poder das forças portuguesas, 300 homens foram rendidos, alguns presos que tentavam fugir eram perseguidos e mortos (Paixão, 2007).

A Cabanagem teve suas particularidades que muitas vezes foram encobertas, como o que ocorreu em Cintra, o sepultamento de dezenas de corpos em covas coletivas, em cima do barranco, a poucos metros da igreja do padroeiro da cidade de Maracanã (Paixão, 2007). O movimento cabano resistiu ao poder colonizador na região amazônica e foi um dos fatores que declinou a economia interna na primeira metade do século XIX (Vicentini, 2004).

Do ordenamento territorial da aldeia Maracanã a condição de Vila de Cintra, o movimento dialético da produção do espaço envolveu uma diversidade de sujeitos e de culturas que, em meio a encontros e desencontros, alianças e conflitos foram construindo características socioespaciais do que viria a ser uma cidade ribeirinha-costeira. Organização espacial, política, costumes, valores e modos de vida de diferentes povos foram moldando um espaço urbano onde elementos ribeirinho pré-coloniais, especificamente, da aldeia dos Maracanãs, não foram

totalmente eliminados face à imposição da cultura europeia, mas constituíram a diferença e a resistência da “civilização das águas” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 28, 29”.

Os habitantes da aldeia Maracanã foram um dos povos tradicionais que habitaram a Amazônia e que utilizavam os rios e as florestas no espaço costeiro como fonte de recursos para sua sobrevivência, extraindo o suficiente para seu próprio consumo. Dessa forma, os indígenas da referida aldeia organizaram seus espaços e enraizaram formas, valores e costumes pautados no modo de vida ribeirinho-costeiro, de maneira que resíduos espaciais (Lefebvre, 2001) herdados de seu sistema de objetos e de ações (Santos, 2014) são encontrados como elementos de resistência na atual cidade de Maracanã.

Assim, a civilização das águas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 28, 29) originária das populações pré-coloniais ribeirinhas transcendeu para o século XIX resistindo por meio de seu modo de vida, ainda que, ao longo dos séculos, as funções de certos objetos e ações característicos das populações ribeirinhas-costeiras tenham sofrido mudanças. A propósito de tais mudanças, ressalta-se a relação socioespacial que ocorreu/ocorre em Maracanã, relatada no início deste tópico, a prática de extração de tucumã e bacuri, por um sujeito amazônida que os vendia a fim de adquirir outros produtos para sua sobrevivência.

Esse referido fato de venda de produtos naturais revela que, atualmente, o ribeirinho não extrai da natureza somente para seu autoconsumo como faziam seus ascendentes pré-coloniais, mas agora é condicionado a submeter seus produtos extraídos a um sistema de troca, a fim de adquirir outros produtos que lhe são necessários para sobrevivência. No entanto, a prática da extração de produtos da natureza pela população ribeirinha-costeira é uma rugosidade que permanece no tempo e no espaço de cidades da região amazônica.

2.2 CINTRA: A CIDADE RIBEIRINHA-COSTEIRA FACE ÀS ALTERAÇÕES NO ORDENAMENTO TERRITORIAL DENDRÍTICO NA AMAZÔNIA (1850-1960)

Entre 1850 a 1960 deu-se o segundo período de formação do espaço urbano de Cintra, a qual assumiu a categoria de cidade em 1885, por meio da lei 1. 209 de 11 de novembro de 1885 (Paixão, 2007; IBGE, 1957), face a um contexto marcado por alterações no padrão de ordenamento regional impulsionado pelo “boom” econômico da borracha, que estimulou outras formas de circulação, assim como, a fragmentação territorial, o surgimento e o crescimento de cidades na zona bragantina e em áreas ribeirinhas (Trindade Jr., 2015; Castro, 2019).

No Salgado Paraense ocorreu a abertura dos primeiros ramais rodoviários ligando as cidades costeiras à ferrovia Belém-Bragança, constituindo no Salgado Paraense uma rede

rodoviária no início do século XX, de iniciativa municipal e estadual bem antes dos primeiros grandes eixos rodoviários de cunho federal que integraram a Amazônia ao restante do país, na década de 1950 (Amaral; Barbosa; Silva, 2020; Leandro, Silva, 2012).

No século XIX, o ordenamento territorial de configuração simples, identificado como padrão dendrítico (Trindade Jr. 2015), o qual surgiu na Amazônia a partir do estabelecimento dos primeiros núcleos de povoamento às margens dos rios (Egler, 1961), passou a se modificar assumindo caráter misto (Trindade Jr. 2015). Nesse momento, os rios permaneciam como principais acessos para a circulação, porém, começaram a surgir ferrovias que também possibilitavam uma certa circulação na região. Logo, novas cidades foram surgindo e apresentando crescimento, tanto em função das vias fluviais, como também em função das vias férreas e do processo de colonização agrícola que se formara (Trindade Jr. 2015).

Destaca-se, ainda, que no Século XIX divergentes visões incidiram sobre a floresta amazônica e seus habitantes tradicionais, uma delas foi a do naturalista, que tinha a concepção de natureza pautada no pensamento dedutivo, lógico e matemático. A primazia da positividade nas ciências e no evolucionismo, como fundamentos teóricos, construíram, ao mesmo tempo, os princípios do pensamento antropológico que abrigava as noções de progresso civilizatório e apontava como modelo, a sociedade ocidental.

Dessa forma, desenhava-se a possibilidade de compreensão da natureza a partir do plano utilitário da exploração e expansão de um sistema social e econômico produtivista. Foi com essa visão que chegaram os naturalistas à Amazônia, os quais eram cientistas e viajantes que relacionavam, classificavam e quantificavam a natureza a fim de informar o desenvolvimento das ciências naturais, estando a serviço da exploração de novas espécies. Além disso, somava-se à visão do naturalista um forte sentido moral de civilização, que incluía o idílico que, por vezes, se apresentava como o selvagem (Vicentini, 2004).

O europeu considerava sua religião superior a magia do indígena amazônico, avaliando esta como uma forma de expressão das sociedades estigmatizadas como “primitivas”. Os povos indígenas eram comparados aos animais e aos negros escravizados; assim, essas concepções colocavam a domesticação do mundo a serviço do homem ocidental (Vicentini, 2004).

O naturalista analisou o mundo extrativista do indígena com base em sociedades nas quais a ideologia do trabalho e do tempo de produção haviam se consolidado, taxando o povo tradicional amazônida de indolente, afirmando que isso o impedia de usufruir de todas as vantagens oferecidas pela natureza. Além da visão naturalista a respeito da floresta,

encontravam-se outras que se expressavam nos termos: floresta inóspita, inferno verde, um paraíso perdido, etc. (Vicentini, 2004).

Essas eram imagens e ideologias exógenas sobre a Amazônia e sobre a população que tradicionalmente se territorializaram na região (Cruz, 2008). Eram visões oriundas de pesquisadores, cronistas, exploradores econômicos que divergiam da visão endógena, de indígenas civilizados, negros libertos e da população miscigenada emergente, que foram equivocadamente considerados indolentes pelos naturalistas porque viviam somente do produto de suas pequenas plantações e de uma magra dieta de peixe e farinha (Vicentini, 2004).

Era essa população nativa e miscigenada que crescia com sua cultura diversa, principalmente nas áreas urbanas no final do século XIX (Vicentini, 2004). Embora, as visões externas tentassem sufocar a cultura tradicional amazônica, esta continuou e continua no cotidiano ribeirinho (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008), do qual faz parte a visão de natureza “captada enquanto necessidade para o uso, dela retirando-se o necessário para a sobrevivência, para a construção de abrigo ou ainda usando-a como lugar da festa e do encontro” (Oliveira, 2001, p. 207),

Nesse sentido, pode-se dizer que as características indígenas sempre estiveram presente na população maracanaense como forma de resistência. A partir dessa perspectiva, pondera-se que a aldeia Maracanã não deve ser considerada o embrião da atual cidade de Maracanã, pois as missões e o povoado se constituíram a partir da aldeia, mas eram sua negação (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008), por meio da imposição de uma cultura etnocêntrica.

Assim, as características do modo de vida da aldeia Maracanã, manifestou-se como resistência à concepção de mundo do colonizador, imposta por meio do povoado e das missões religiosas. Ainda no século XVII, foi inserida a cultura negra que chegou à aldeia Maracanã por meio dos escravos em 1687 (Paixão, 2007) e, juntamente com a cultura indígena, continuaram resistindo e participando da produção do espaço urbano da cidade de Cintra, a qual, posteriormente, tornou-se Maracanã.

Com base na obra “O negro no Pará”, de Vicente Salles; Paixão (2007) declara que em 1875, a Vila de Cintra possuía 246 escravos. Dessa forma, infere-se que as culturas indígena e negra continuavam se manifestando e se enraizando por meio da miscigenação, dos costumes, dos valores e do modo de vida ribeirinho costeiro, no espaço amazônico.

Em 1873, Cintra tinha 8.473 habitantes e ainda faziam parte de seu território, os espaços que posteriormente seriam fragmentados para constituir os municípios de Salinópolis e Santarém Novo. No período de transição de vila para cidade, tem-se conhecimento que Cintra

apresentava os seguintes elementos de sua configuração espacial: uma praça, duas igrejas, um cemitério, quatro secções eleitorais, governadas por uma câmara eleita, cento e vinte e três casas - entre estas quarenta e uma eram de palha e, oitenta e duas de telha - e quatro ruas – Rua do Mar, Rua das Flores, Rua Direita e Rua do Espírito Santo (Paixão, 2007; Pereira, 2007).

Essa configuração revela a influência da cultura dos colonizadores por meio de objetos espaciais, como: praça, igrejas, casas com coberturas de telhas, etc., mas, por sua vez, também, se fazem presentes as características que indicam traços dos povos tradicionais, caracterizando uma cidade ribeirinha-costeira na formação socioespacial de Cintra.

Uma dessas características está atrelada ao nome da rua que faz referência ao mar, a qual possivelmente era um fragmento da primeira rua na frente/orla da cidade, denominada Bertoldo Costa, que segue o traçado do rio, no espaço costeiro da cidade de Maracanã, e que se constitui elemento de extrema importância na caracterização do padrão de estruturação intraurbano ribeirinho-costeiro (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Outra característica é representada pelas casas confeccionadas com palhas, que revelam a presença da cultura indígena, elemento tradicional de resistência que coexistia na organização espacial da cidade de Cintra, no século XIX, com as casas cobertas de telhas. Estas eram elementos com influência da cultura dos colonizadores e indicavam sinais de uma nova ordem socioespacial que se impunha em um espaço que, antes da chegada dos europeus, era organizado pela lógica de ordenamento dos membros da aldeia Maracanã.

Foi nessa coexistência dialética de culturas que Cintra passou da categoria de vila para cidade, mantendo características ribeirinhas-costeira, face ao reordenamento territorial regional que resultava das dinâmicas territoriais que se apresentavam na Amazônia do século XIX, dentre as quais estavam as impulsionadas pelo “boom” da borracha. Nesse sentido, a partir do período de produção da borracha na Amazônia, o padrão de ordenamento territorial dendrítico passou a ser alterado, pois outras formas de circulação começaram compor a organização espacial da região (Trindade Jr., 2015).

Por meio da Lei de 1.209, de 11 de novembro 1885, no governo de Tristão Alencar Araripe, presidente da província do Pará, a vila de Cintra que se originara da colonização europeia no século XVII, localizada na margem esquerda do rio Maracanã, no espaço costeiro, adentrava para a categoria de cidade (Paixão, 2007; IBGE, 1957)

Nesse momento, o padrão de ordenamento territorial predominante na Amazônia era o dendrítico, mas com mudanças nas suas bordas devido à presença de ferrovias como, a Belém–Bragança, a Madeira Mamoré e a estrada de ferro Tocantins, que se ajustavam com uma

nova ordem espacial com característica mais reticular, com a ocupação de terra firme e a presença de colônias agrícolas. Esta configuração territorial mista (dendrítico-retangular) era reforçada pelo sistema de aviamento, que existia desde períodos anteriores. (Trindade Jr., 2015).

O aviamento além de possibilitar a dinâmica econômica da exploração e circulação de produtos como a borracha, também fortalecia, no âmbito político, uma forma de patronato definidor de oligarquias locais. Assim, as relações políticas e econômicas definiam o ordenamento territorial e o papel das cidades na rede urbana, que se tornavam condição e meio para que as mesmas relações políticas e econômicas se reproduzissem no espaço local e regional (Trindade Jr., 2015). Desse modo, na escala local, a proclamação da república de Cintra deu-se em 28 de novembro de 1889, por determinação da Junta do Governo Republicano Provisório do Estado do Pará:

Uma comitiva da Junta do Governo Republicano Provisório do Estado do Pará, viajando em lancha a vapor, chegou ao trapiche da localidade em meio a foguetório. As oito horas da noite em sessão solene o Paço da Câmara Municipal, o Sr. Gonçalo Ferreira, declarou proclamada a República, hasteando uma bandeira republicana na fachada do prédio, presidiu a sessão o Sr. Maximiano José do Nascimento (Paixão, 2007, p. 55).

Com a proclamação da república, houve em Cintra a dissolução das Câmaras Municipais e a instituição dos conselhos de intendência, nomeados pelo governo provincial. “Em 30 de março de 1891, foi empossado o primeiro conselho de intendência de Cintra, assim formado: presidente Benjamim Andrasse Pinto Carrera, Joaquim Goulart do Espírito Santo, João José da Costa e Joaquim Estanislau Cassiano de Loureiro” (Pereira, 2007, p. 19).

Em 1897, a cidade deixou de ser chamada Cintra - topônimo português que permaneceu por 142 anos, instituído pela lei de 06 de junho de 1755, durante a política pombalina - e retomou seu topônimo tradicional de origem indígena, Maracanã pela: lei 518 de 28 de maio 1897. O padre Ulisses Penafort foi um incentivador para que a cidade voltasse a ser chamada pelo seu tradicional topônimo. Por meio de seu jornal denominado “A Tuba”, defendia a tradição da aldeia Maracanã, e instigava o sentimento nativo nos moradores da cidade (Paixão, 2007; Pereira, 2007; Leandro; Silva, 2012; IBGE, 1957).

A estrada de ferro Belém-Bragança, finalizada e inaugurada em 1908, no governo de Augusto Montenegro, era a primeira ferrovia da Amazônia, por meio da qual seria escoada toda a produção agrícola da microrregião Bragantina (Freitas, 2005), espaço do nordeste paraense que até 1980 era constituído pelos municípios de: Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé Açu, Santarém Novo, Peixe Boi, Santa Maria do

Pará, Bonito, Nova Timboteua, Capanema, Quatipuru, Primavera, Traquateua, Bragança e Augusto Corrêa (Miranda; Rodrigues, 2009).

A ferrovia Belém-Bragança foi um objeto técnico que se materializou na região Amazônica, mediante iniciativa do Estado e investimento do capital com recursos advindos da comercialização da borracha no mercado mundial. O governo do Grão Pará, com o intuito de promover o desenvolvimento e solucionar o problema de escassez de alimento, loteou terra para a prática da agricultura, ocorrendo à formação e/ou expansão de várias colônias ao longo da Zona Bragantina (Moreira *et al.*, 2014).

Assim, o financiamento da borracha, a imigração estrangeira e nordestina e a construção da Estrada de Ferro de Bragança foram elementos primordiais para que se efetivasse a colonização da Zona Bragantina, originando o padrão de organização socioespacial pautado na tríade cidade-estrada-colônia, que refere-se à dinâmica entre a cidade de Belém, área de polarização dos fluxos de mercadorias, pessoas e investimentos; a Estrada de Ferro Bragança, meio de circulação das mercadorias, pessoas e informações; e as colônias, espaço de vivência dos camponeses (Miranda, 2009).

Cintra, enquanto cidade tradicional, existente desde o século XVII na microrregião do Salgado Paraense, possuía, em 1904 uma configuração espacial constituída pelos seguintes equipamentos urbanos: duas igrejas, um paço municipal que abrigava a sede do governo, uma cadeia em ruínas, uma agência dos Correios, uma coletoria geral, duzentas casas, uma praça, um cemitério, uma ponte, seis estabelecimentos comerciais, uma filarmônica (associação ou sociedade musical) e duas escolas (Paixão, 2007).

Antes da estrada de ferro Belém-Bragança, da estrada de rodagem e até mesmo das viagens oficiais de embarcações a vapor, Cintra transportava passageiros e escoava sua produção econômica para Belém, somente, por via fluviomarítima, em embarcações com estruturas de madeira movidas a velas com bujarronas, eram embarcações denominadas de Vigilengas e Igarités que, no verão chegavam a Belém, aproximadamente, em três dias de viagem (Paixão, 2007).

Essas canoas eram pilotadas por práticos de Cintra que conheciam os canais, furos e recifes até Belém, e por muito tempo, serviram para o transporte de pessoas e produtos que eram adquiridos pelos comerciantes. Posteriormente, embarcações a vapor também surgiram. Em 16 de abril de 1891, foi inaugurada a linha fluvial para a região do Salgado que atendia as cidades de Vigia, Marapanim e Maracanã (Pereira, 2007). Assim, em 1892, com implementos do Estado, os núcleos populacionais costeiros do Salgado Paraense eram interligados pela

navegação fluviomarítima, que perpassava por diversas localidades costeiras, como menciona Paixão (2007) a seguir:

Antes da Estrada de Ferro de Bragança e da Estrada de Rodagem foi implementada a navegação fluvial no Salgado. A Lei Estadual n. 42 de 20 de agosto de 1892, autoriza o contrato de navegação com a Empresa de Obras Públicas do Brasil, nas seguintes bases: Porto terminal de navegação (Belém) até o porto de Viseu com escala intermediária em Colares; Vigia; São Caetano de Odivelas; Marapanim; Cintra; Santarém Novo; Salinas; São João de Pirabas; Quatipuru; Bragança e Viseu, conduzindo cargas e passageiros (Paixão, 2007, p. 78).

Mesmo com a inauguração da estrada de ferro Belém-Bragança em 1908, o transporte de passageiros e mercadorias de Maracanã para a capital Belém, até a década de 1920, ainda era realizado, somente, por transporte fluviomarítimo, em viagens que duravam em média catorze horas, a bordo de navegação a vapor (Pereira, 2007). Esse contexto revela uma intensa relação da cidade de Maracanã com o rio no espaço costeiro, por meio do fluxo de transporte dendrítico, caracterizando o predomínio de uma dinâmica pautada em um tempo lento que estava sendo alterada pela utilização da força mecânica (motores) nos transportes.

Na escala regional, embora o ordenamento territorial dendrítico estivesse coexistindo com as ferrovias, formando um padrão de ordenamento misto, o transporte marítimo até 1960, ainda era o predominante (Trindade Jr., 2015), pois as estradas de rodagem ainda não prevaleciam no fluxo da região e nem todos os lugares tinham acesso fácil e direto as ferrovias.

Nesse sentido, Maracanã, assim como Vigia, Marapanim e Curuçá, teve sua origem na costa do Salgado Paraense e enfrentou um considerável período de dificuldades nas interações com os espaços mais dinâmicos da região amazônica. Isso refletiu em certa limitação de suas relações, mas contribuiu para um intenso enraizamento cultural que se reproduziu ao longo de gerações (Melo, 2020).

A estrada de ferro Belém-Bragança chegou à região do Nordeste Paraense, especificamente, pelo espaço da microrregião Bragantina, sem tanger o espaço físico da cidade de Maracanã, o que não impediu deste e outros núcleos urbanos serem influenciados pela centralidade desta ferrovia. Na cidade de Marapanim, por exemplo, para se obter o acesso à estrada de ferro, foram utilizadas diferentes trajetórias; os percursos consistiam em percorrer parte da rota via rio Marapanim e a outra parte se deslocando pela terra firme, a fim de escoar a produção do litoral até Belém (Amaral; Barbosa; Silva, 2020)

Maracanã também precisou se integrar ao novo fluxo ferroviário da Belém-Bragança. Desse modo, após a inauguração da estrada de ferro, não tardou a surgir na densa mata uma trilha da cidade até o rio Caripi, onde se localizava a parada de trem denominada Maracanã, no

território do município de Igarapé-Açu. Nessa parada desciam os passageiros que vinham de trem de Belém, e em seguida iniciavam outra viagem de longo percurso a pé ou no lombo de animais até a cidade de Maracanã (Paixão, 2007; Pereira, 2007).

Algum tempo depois, o referido trajeto foi utilizado pelos Correios, como ocorria por meio de seu funcionário Raimundo Ribeiro, que saía de Igarapé-Açu às seis horas da manhã, chegando a sede do município de Maracanã as cinco e meia da tarde, carregando no dorso de seu cavalo a mala com cartas e telegramas (Paixão, 2007; Pereira, 2007). De acordo com Rocha (2015) a parada Maracanã era um dos pontos do trem na Zona Bragantina, como se ratifica na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Localização dos pontos de parada na estrada de ferro Belém-Bragança

Pontos de parada	Distância de Belém (Km)	Pontos de parada	Distância de Belém (Km)
São Brás	0,0 Km	Anhangá Velha	83,4 Km
Entroncamento	5,5 Km	Augusto Montenegro	88,1 Km
Ananindeua	13,5 Km	Granja Eremita	95,4 Km
Marituba	17,2 Km	Jambu-Açu	103,6 Km
Itapepucu	23,0 Km	Abacate	106,0 Km
Canutama	26,0 Km	Igarapé-Açu (colônia do Prata)	111,1 Km
Benevides	28,4 Km	Maracanã (estrada Velha)	122,0 Km
Cupuaçu	34,0 Km	São Luís	123,4 Km
Quarta Travessa	36,0 Km	Livramento	134,2 Km
Moema	38,0 Km	Timboteua	146,2 Km
Santa Izabel	40,7 Km	São José	152,0 Km
Nina Ribeiro	49,0 Km	Peixe Boi	156,5 Km
Americano	50,5 Km	Anuerá	165,0 Km
Bahia	56,0 Km	Vitória	168,0 Km
Itaqui	59,0 Km	Bezerra	171,0 Km
Apeú	61,2 Km	Capanema	174,5 Km
Sá Pereira	66,2 Km	Santa Rosa	182,0 Km
Castanhal	68,6 Km	Tauari	191,3 Km
Inocência Holanda	80,0 Km	Mirassolva	202,7 Km

Fonte: Departamento Nacional de Estradas de Ferro e Inspetorias Regionais de Estatísticas – Rodovias do Brasil IBGE (1956) *apud* Rocha (2015), reorganização e **grifo nosso (2023)**.

Destaca-se que os pontos de paradas se diferenciavam das estações, dos estribos e dos postos telegráficos. Nesse sentido, Leandro e Silva (2012), discorrendo com base nas definições da publicação Ferrovias do Brasil, editada pelo IBGE (1948; 1956), declaram que os denominados pontos de paradas eram plataformas de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, e poderiam ter ou não um guichê para venda de passagens e área coberta.

As estações, por sua vez, correspondiam aos locais organizados com guichês para venda de passagens, abrigo para os passageiros, depósitos de mercadorias, desvios e, dependendo da categoria da mesma, poderia conter oficinas e abrigo para carros. Os estribos eram construções simples de alvenaria ou madeira utilizadas principalmente para o embarque e desembarque de

mercadorias e, ainda, haviam os postos telegráficos, porém estes não existiam na Estrada de Ferro de Bragança.

Em 1917, o governador do Pará, Lauro Sodré, colocou a ferrovia como pauta de seu programa de governo e intencionava estender os trilhos até o Estado do Maranhão e aos municípios costeiros paraenses. Todavia, com o arrefecimento dos negócios da borracha, não havia fundos para custear as análises necessárias à construção dos ramais. Então, sinalizou para que, enquanto a construção da estrada de ferro não alcançasse os núcleos urbanos costeiros, os ramais de rodagem que haviam alcançado lugares, como Vigia, Curuçá e Maracanã fossem organizadas para o estabelecimento regular do tráfego (Leandro; Silva, 2012).

Maracanã, núcleo costeiro estabelecido nos séculos do Brasil colonial, apresentava entre 1878 (ainda com a denominação de Cintra) e 1920, juntamente com Belém, Bragança, Vizeu, Quatipuru, Igarapé-Açu, Marapanim, Salinas, Santarém Novo, Ourém, São Miguel do Guamá, Irituia, Vigia, Colares, São Caetano de Odivelas e Curuçá, potencial à criação de empreendimentos para produção e exportação de diversos gêneros agrícolas e extrativos, (Leandro; Silva, 2012).

Então, a partir de 1922 a rota na mata, que inicialmente interligou por terra firme Maracanã a Igarapé -Açu, era transformada em estrada de rodagem (Pereira, 2007), conectando a cidade com a ferrovia Belém-Bragança, no território do município de Igarapé-Açu. Essa conexão passou a ser utilizada para transportar passageiros e escoar produtos agrícolas e extrativos até Belém (IBGE, 1957).

Assim, a cidade de Maracanã foi expandindo suas relações a partir da ligação, do ramal rodoviário (Leandro; Silva, 2012), que ficou conhecido como “Estrada Velha”, com a ferrovia Belém-Bragança. Essa conexão tinha a parada Maracanã, no município de Igarapé-Açu, como ponto de ligação (Rocha, 2015, p 61). O trajeto que havia se iniciado com um caminho rudimentar ao longo da mata de terra firme e que, inicialmente, interligou os fluxos de pessoa e mercadorias por meio da tração de animais ou a pé, entre Maracanã e Igarapé-Açu, tornou-se estrada de rodagem, possibilitando o transporte em ônibus e caminhões Pau-de-Arara (Pereira, 2007).

Em 1908, Maracanã exportava farinha de mandioca, tabaco, peixe salgado e cereais (Augusto Montenegro, 1908). E em 1956, produzia fibra de uacima, fibra de malva, arroz beneficiado, arroz com casca e peixe seco (IBGE, 1957), como mostra a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Quantidade de produtos exportados pela cidade de Maracanã no ano de 1956

Produto	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
Fibra Uacima	358.574	CR\$ 3.165.982,50
Fibra de Malva	219.206	CR\$ 3.134.190,00
Arroz Beneficiado	231,910	CR\$ 1.431.712,00
Arroz com casca	358.680	CR\$ 1.412. 300,00
Peixe seco	51.105	CR\$ 679. 785,00
Total	1.219.475	CR\$ 11.523.856,50

Fonte: IBGE (1957), organizada pelo autor desta pesquisa (2023).

Denota-se que em 1956, embora a cidade de Maracanã apresentasse uma produção preponderantemente rural, o peixe aparece como indicador da relação com o rio e o espaço costeiro. Nesse sentido, Castro (2019) reitera a permanência dessa relação ribeirinha-costeira ao discorrer que, no decurso da existência da ferrovia Belém-Bragança e o surgimento das rodovias no Nordeste Paraense, a faixa costeira empenhou-se pela primeira vez a se especializar e no extrativismo animal (pesca, etc.) e vegetal; e a faixa posterior, vinculada aos pequenos tabuleiros e planaltos costeiros se especializou na agricultura familiar.

Outro fator que indica a permanência da relação da cidade de Maracanã com o rio e espaço costeiro, embora tenham ocorrido mudanças no sistema de transporte regional e local, manifesta-se por meio da utilização do transporte fluviomarítimo na interação com outras cidades. Em 1957, a cidade de Maracanã interligava-se com as sedes municipais limítrofes e a capital do Estado do Pará pelos seguintes meios de transporte especificados no Quadro 5 a seguir:

Quadro 5: Transportes utilizados na interação da cidade de Maracanã com sedes municipais limítrofes, em 1957

Cidade	Tranporte(s)	Distância (Km)
Igarapé-Açu	Rodoviário	57 Km
Marapanim	Fluviomarítimo	63 Km
Nova Timboteua	Rodoviário-Ferrovário	93 Km
Salinópolis	Fluviomarítimo	65 Km
Capanema	Rodoviário-Ferrovário	105 Km
Capital Estadual (Belém)	Rodoviário-Ferrovário	168 Km
	Fluviomarítimo	395 Km

Fonte: IBGE (1957), organizado pelo autor desta pesquisa (2023).

O Quadro 5 também revela que, além do transporte fluviomarítimo ser utilizado na interação com as cidades de Marapanim, Salinópolis, ainda continuava sendo utilizado na rota para a capital Belém. Diante disso, denota-se que embora a rota para Belém, realizada por transporte rodoviário-ferrovário, fosse bem mais curta (168 km) e mais rápida do que a realizada por águas (395 Km), ainda assim, havia os que permaneciam mantendo a relação com a capital por meio do rio e do espaço costeiro.

Segundo o censo de 1950, a população da cidade de Maracanã era de 3.273 habitantes, enquanto que a população geral do município era de 16.351 habitantes (IBGE, 1957) como mostra a Tabela 3:

Tabela 3: População do município de Maracanã/PA, recenseamento geral de 1950

Total de Habitantes	Sexo		Quantidade aproximada por cor (a soma destes indicadores não corresponde a quantidade total de habitantes apresentada nesse quadro)		
	Homens	Mulheres	Brancos	Pardos	Negros
16. 351	8. 111	8. 240	2. 281	13. 351	704

Fonte: IBGE (1957), organizada pelo autor desta pesquisa (2023).

A Tabela 3 revela uma estimativa aproximada por cor da população total de Maracanã em 1950, na qual se identifica a presença da etnia negra, o que sugere a permanência/resistência da etnia desse povo, que, trazido do continente africano, miscigenou-se com indígenas e europeus durante a primeira colonização no espaço Amazônico. Assim, a população negra passou a fazer parte da característica da população tradicional das cidades ribeirinhas amazônicas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008), se fazendo, também, participante da produção do espaço urbano de Maracanã no transcorrer dos séculos.

Desse modo, resquícios de uma identidade étnico-cultural híbrida continuam sinalizando a miscigenação indígena, africana e europeia no espaço da cidade de Maracanã, por meio de manifestações culturais e religiosas como a dança do Carimbó (IBGE, 1957), que, de acordo com Fuscaldo (2015), é uma manifestação artística e cultural tradicionalmente paraense que não deve ser pensada sem a relação com o processo histórico de miscigenação da Amazônia Paraense, pois, embora haja divergências sobre sua origem ser predominantemente indígena ou afrodescendente, o Carimbó traz em si elementos indígenas, ibéricos e africanos.

Em 1957, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou a presença das festividades religiosas tradicionais na cidade de Maracanã, como o Círio de Nazaré, realizado no mês de novembro; a festividade do santo Padroeiro da cidade São Miguel Arcanjo, realizada no mês de setembro e a festividade de São Benedito, realizada no mês de dezembro (IBGE, 1957). São manifestações que revelam uma identidade étnico-cultural híbrida como característica da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã.

O Círio de N. Sra. de Nazaré, atualmente, realiza-se em Maracanã no mês de novembro, e é considerado pela “Lei municipal nº 074/2021, de 28 de junho de 2021” (Câmara Municipal de Maracanã Pará, 2023), como patrimônio cultural de natureza imaterial. É a maior festa religiosa que ocorre na cidade e mobiliza principalmente a comunidade local e região, com intensa programação religiosa e cultural. Durante a festividade, são realizadas procissões, celebrações, shows musicais, regata de barcos à vela, apresentações de carimbó na versão pau e corda dos pescadores do Salgado, além de outras atividades (Pará, 2023a).

A devoção a N. Sra. de Nazaré foi introduzida pelos missionários jesuítas na época da colonização portuguesa, sendo mantida há séculos pela população local. Todos esses elementos se encontram nas ruas da cidade por ocasião do Círio, unindo devoção e diversão, festa e oração, sagrado e profano (Pará, 2023a).

A festividade de São Benedito faz parte da devoção do povo maracanaense, é uma tradição com mais de dois séculos e permanece viva na cidade. A festividade é realizada nas ruas da cidade, a partir do dia 1º de dezembro, nas casas dos devotos, cantando, rezando ladainhas e esmolando. Trata-se de uma expressão católica popular tradicional que permanece enraizada, fazendo parte da identidade cultural da cidade. A festa constitui-se de novenas, procissões, apresentações de grupos de carimbó de pau e corda e, no dia 06 de janeiro, acontece a derrubada do Mastro (Pará, 2023b).

São Miguel Arcanjo é considerado o padroeiro de Maracanã, faz parte de uma devoção de origem histórica que iniciou com a chegada dos Portugueses e padres jesuítas à cidade, há

mais de 300 anos. Dia 29 de setembro é comemorado dia de São Miguel Arcanjo, sendo feriado municipal. Sua festividade em Maracanã foi declarada pela Lei nº 074/2021, de 28 de junho de 2021 (Câmara Municipal de Maracanã-Pará, 2023c), como patrimônio cultural de natureza imaterial.

É um evento de natureza religiosa e cultural que dinamiza a população local e os municípios vizinhos que são atraídos pela devoção das celebrações religiosas e programação cultural que são apresentadas durante a festividade, como: a regata, os shows de artistas e bandas católicas local, regional e nacional (Pará, 2023c).

A dança do carimbó e as festividades religiosas mencionadas não esgotam as manifestações culturais da cidade de Maracanã, mas representam parte da diversidade dos sujeitos que habitam o espaço costeiro e que também constroem o espaço urbano amazônico por meio da relação da cidade com seu entorno, onde ficam comunidades próximas, e com a escala regional.

Entre 1900 e 1960 o espaço urbano maracanaense sofreu consideráveis alterações na sua organização espacial face às dinâmicas regionais que se apresentaram. Isso pode ser interpretado comparando-se dados mencionados por Paixão (2007), relacionados aos equipamentos urbanos existentes no ano de 1904, com os dados apresentados pelo IBGE (1954), a respeito dos equipamentos urbanos existentes na cidade em 1957.

De acordo com Paixão (2007), em 1904, os equipamentos urbanos em Maracanã eram: duas igrejas, um paço municipal da sede do governo, uma cadeia em ruínas, uma agência dos Correios, uma coletoria geral, duzentas casas, uma praça, um cemitério, uma ponte, seis estabelecimentos comerciais e uma filarmônica. E em 1957, de acordo com o IBGE, a cidade de Maracanã possuía os equipamentos urbanos mostrados na Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Equipamentos urbanos no espaço da cidade de Maracanã em 1957

Equipamentos urbanos	Quantidade
Usina de Beneficiamento de arroz	2
Pequenos estabelecimentos para a produção de farinha de mandioca	Não especificada
Estabelecimentos comerciais (atacadistas e varejistas)	87
Agência postal telegráfica	1
Logradouros públicos	27
Prédios (casas)	476
Sub-posto de higiene	2
Posto de higiene Estadual com finalidades gerais	1
Cinema (com capacidade para 300 pessoas)	1
Associação esportiva	2

Fonte: IBGE (1957), organizada pelo autor desta pesquisa (2023).

Comparando os dados anteriores, nota-se que a quantidade de equipamentos urbanos na cidade de Maracanã, em 1957, aumentou de modo relativamente considerável em relação a 1904, especialmente, quando se faz comparação entre a quantidade de estabelecimentos comerciais em 1904, que eram apenas 06, com a quantidade de estabelecimentos comerciais em 1957, quando aumentou para 87. De modo semelhante aconteceu com a quantidade de prédios (casas) que, em 1904, eram 200 e em 1957, havia aumentado para 476.

É possível que essas mudanças no espaço urbano maracanaense tenham se dado em função de fatores como: a posição de destaque de Maracanã na atividade agrícola e extrativa, nesta se destacava a pesca, principalmente, do camarão e da guriuba; a organização do ramal rodoviário conhecido como “Estrada Velha”, que, antes da década de 1960, integrou a cidade de Maracanã com a estrada de ferro Bragança, aumentando sua relação com outros lugares, dentre os quais, a capital Belém (Leandro; Silva, 2012; IBGE, 1957).

A cidade ribeirinha-costeira de Maracanã também aumentou suas relações por meio da dinâmica do lazer e do turismo. Estes impulsionaram a interação com outros núcleos urbanos a partir do funcionamento do primeiro ramal rodoviário. Em 1957, realizava-se frequentes excursões de Maracanã, principalmente para a cidade de Igarapé - Açu, para onde se destinavam caravanas em caminhões pau-de-arara, num ambiente de grande entusiasmo, a fim de se praticar o futebol. Nesse mesmo ano, o turismo em Maracanã já tinha como uma de suas atrações a praia de Algodoal, com seus morros de areia (dunas), situada entre a foz do rio Marapanim, a foz do rio Maracanã e o campo da Mangaba. (IBGE, 1957).

Desse modo, a cidade de Maracanã no período anterior à década de 1960, cristalizou em seu espaço formas-conteúdo de uma urbanização produzida em um contexto de relações movidas por dinâmicas que reordenaram o território Amazônico. Nesse processo, o Estado e o capital promoveram mudanças no sistema de transportes regional por meio de estradas e ferrovias que intensificaram o fluxo de pessoas e mercadorias.

Nesse sentido, aponta-se como particularidade a rede rodoviária do Salgado Paraense, na qual Maracanã foi integrada, rompendo com seu relativo isolamento ampliando suas relações socioeconômicas e culturais com outros núcleos por meio de seu primeiro ramal rodoviário denominado “Estrada Velha”. Esta inicialmente, conectou-se a ferrovia Belém- Bragança, que embora não perpassasse pelo território maracanaense, juntas possibilitaram a interações do núcleo urbano de Maracanã com outras cidades.

2.3 MARACANÃ POR ÁGUAS E POR RODOVIAS: A CIDADE FACE AO PREDOMÍNIO DA CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA APÓS 1960

O terceiro momento da formação socioespacial da cidade de Maracanã está relacionado com a escala regional, por meio das políticas de modernização implantadas na Amazônia após a década de 1950. Tais políticas tinham como foco principal a integração nacional do território e do mercado, possibilitando a expansão do modo de produção capitalista rumo às fronteiras de recursos, especialmente para a Amazônia (Amaral; Barbosa; Silva, 2020).

O grande capital e o Estado conferiram uma nova ordem ao território, reorganizando o espaço regional por meio de infraestruturas, incentivos fiscais e créditos. Inaugurou-se uma fase de rápida apropriação do espaço. Assim, a partir da década de 1960, com a integração da Amazônia à escala nacional, ocorreu transformações diversas e mais intensas, formando um “ordenamento territorial complexo: anastomosado” (Trindade Jr., 2015, p. 318).

Um dos elementos que dinamizou esse processo de mudanças foi à abertura de rodovias como a Transamazônica, a Belém-Brasília, a Cuiabá Porto Velho, entre outras que integraram a Amazônia ao restante do país. Houve reordenamento, intensificação dos fluxos e o surgimento de novos núcleos urbanos nas margens das vias rodoviárias (Trindade Jr., 2015).

A fronteira econômica, após 1960, analisada por Trindade Jr. (2015), pautado na concepção de Machado (2000), se configurou a partir de diversas frentes e de duas lógicas de apropriação de espaço. Uma dessas lógicas foi intencional, com investimentos do Estado, e a outra foi espontânea, dinamizada por uma diversidade de agentes como migrantes, arrivistas, especuladores, empreendedores e as populações locais que se encontravam, anteriormente,

territorializadas. Desse modo, a fronteira econômica na Amazônia constituiu-se em um local de encontro e de desencontro de uma diversidade de sujeitos.

Como já mencionado nesta pesquisa, o termo “rodovia, terra firme e subsolo” (Gonçalves, 2015, p. 79) não define plenamente a pluralidade de formas, padrões de ordenamento territorial e a urbanização difusa que se apresentou na região amazônica a partir de 1960. Trata-se de uma lógica de maior complexidade e difusão que se definiu, inicialmente, pelo padrão de organização espacial “rodovia, terra firme e colônia”, considerando a lógica anterior que envolveu as colônias agrícolas (Trindade Jr., 2015).

A lógica “rodovia, terra firme e colônia”, posteriormente, coexistiu com outras combinações de circulação, localização e produção como a que articula “ferrovia, terra firme e subsolo” e com a permanência do padrão tradicional que predominou antes de 1960, o “rio – várzea – floresta”, intrínseco à colonização europeia do século XVII na Amazônia. Logo, a combinação de todo um conjunto de padrões de organização espacial, que se fortaleceu após 1960, formou uma urbanização menos pontual e linear (Trindade Jr., 2015) a partir de eixos de circulação de diferentes naturezas.

O Salgado Paraense apresentou a particularidade de possuir seus primeiros ramais rodoviários antes da abertura das primeiras rodovias que integraram a região amazônica ao restante do país, isto é, antes do final da década de 1950. A cidade de Maracanã, por exemplo, experimentou a coexistência de dois padrões de circulação (fluviomarítimo-rodoviário) a partir do momento em que foi interligada por meio de um ramal rodoviário em direção ao interior do continente. Esse ramal possibilitou seu acesso ao eixo da Estrada de Ferro Belém-Bragança, no território do município de Igarapé-Açu, no início da primeira metade do século XX (Paixão, 2007; Pereira, 2007; Leandro; Silva, 2012).

A partir desse momento, Maracanã, que antes mantinha suas relações socioeconômicas somente pelo rio no espaço costeiro, passou também a ter interações com outras cidades e a capital Belém com o auxílio de ramal de circulação rodoviária (IBGE, 1957). Assim, ainda que a implantação da rede rodoviária destinada à integração da Amazônia ao restante do território brasileiro tenha se iniciado a partir do final da década de 1950 (Amaral; Barbosa; Silva, 2020) com a abertura de duas grandes rodovias, a Belém-Brasília e a Brasília-Acre, em direção à região amazônica (Oliveira Neto, 2019), em momento anterior já havia uma rede de ramais existente na microrregião do Salgado Paraense.

Essa rede de estradas ramais servia de ligação entre as cidades costeiras e o eixo ferroviário Belém-Bragança, pois, a partir do governador Lauro Sodré, em 1917, foi sinalizado

para que os ramais, como os que existiam em Maracanã, Vigia e Curuçá, fossem organizados para o estabelecimento do tráfego regular, interligando esses e outros núcleos urbanos com a estrada de ferro Belém-Bragança. Essa medida foi tomada diante do arrefecimento dos negócios da borracha, pois não havia recursos do tesouro público para custear os estudos necessários à construção de ramais ferroviários até as cidades costeiras do Salgado Paraense (Leandro; Silva, 2012).

Assim, Maracanã, enquanto cidade ribeirinha-costeira, passou a ter caráter bimodal de circulação e transporte antes de 1950 (IBGE, 1957), tornando-se híbrida de acesso em momento anterior da chegada dos primeiros grandes eixos rodoviários que articularam a Amazônia ao restante do país. Logo, por volta da década de 1920, essa cidade, além de possuir a baía do rio Maracanã como via fluviomarítima, formada pelas águas dos rios Maracanã, Caripi e as águas marítimas oriundas do oceano Atlântico; também possuía como via a estrada ramal que ficou conhecida como “Estrada-Velha”.

Diante disso, é importante ressaltar que embora Maracanã possa ser agregada ao rol de cidades que apresentam caráter bimodal de circulação e transportes, sua característica de localização absoluta a beira-rio no espaço costeiro, que permite a circulação fluviomarítima, além da rodoviária, a diferencia da característica tipológica de “cidade híbrida fluviorodoviária” como as analisadas por Malheiro e Trindade Jr. (2009, p. 21), e Cornélio (2021, p. 169). Isso dá-se pelo fato de cidades híbridas fluviorodoviárias não estarem imediatamente inseridas em uma coexistência de dinâmicas marítima e dendrítica, o que possibilita ao espaço atributos estuarinos. Essa particularidade da localização absoluta de Maracanã permite classificá-la como uma cidade híbrida, fluviomarítima-rodoviária, atributo que pode contribuir para o enriquecimento das características da “urbanodiversidade” amazônica, possibilitando sua maior compreensão.

A partir da primeira metade do século XX, a hibridez de circulação e transporte de Maracanã possibilitou a interação com a capital Belém por meio das águas, ou com auxílio do ramal que, inicialmente, permitiu o tráfego até a cidade de Igarapé-Açu. (Pereira, 2007; Leandro; Silva, 2012). Segundo Pereira (2007, p. 67), o pioneiro no transporte rodoviário, que possibilitou a população maracanaense cruzar a estrada de chão, em um moderno ônibus que cobria o percurso Igarapé-Açu/Maracanã, foi o Sr. Alfredo Benevides. Somente mais tarde surgiram os tradicionais “paus-de-arara” que realizavam viagens semanais para a capital Belém.

Segundo o morador Costa (2023), Alfredo Benevides morava em Igarapé-Açu, mas às vezes pernoitava em Maracanã, de onde, pela manhã, transportava em seu ônibus, para Igarapé-

Açu, passageiros e produtos regionais, como farinha de mandioca, arroz, milho, peixe, etc. O morador Costa (2023) mencionou que conheceu Alfredo Benevides, sobre o qual relatou: “passei um tempo trabalhando na cidade de Igarapé-Açu, bem ao lado da casa de Alfredo Benevides. Ele possuía em sua residência uma enorme garagem, onde guardava e/ou fazia manutenção de dois ônibus que possuía na época”

Por um determinado período, as viagens de Maracanã via rodovia eram feitas até Igarapé-Açu, de onde seguia-se para Belém por meio da ferrovia Belém-Bragança, como declara a seguir o morador Costa (2023), nativo da cidade de Maracanã, com 83 anos de idade:

Lembro quando viajei com meu pai de Maracanã para a cidade de Belém, no fim da década de 1950, tinha mais ou menos dezessete anos de idade. Íamos de caminhão pau-de-arara pela “Estrada Velha” até a cidade de Igarapé-Açu e, de lá, seguíamos de trem até a capital. No trem tinha vagões de passageiros e vagões de carga. Algumas vezes acontecia de queimar nossas camisas porque a velocidade e o vento traziam faíscas que saiam da fornalha do trem (Morador Costa, 2023).

Assim, o transporte rodoviário era utilizado em combinação com o ferroviário para completar a rota de Maracanã até a capital Belém levando passageiros e mercadorias. Desse modo, proprietários de casas comerciais e atravessadores, que antes utilizavam somente as embarcações para transportar produtos regionais, passaram a utilizar caminhões pau-de-arara e o trem para fazer a referida rota.

Nesse sentido, o morador Costa (2023) relatou que seu pai foi um atravessador que utilizou, por muitos anos, embarcações para transportar produtos regionais para a capital. Porém, entre as décadas de 1950 e 1960, Costa ainda viveu, juntamente com seu pai (*in memoriam*), o processo em que mercadorias e passageiros eram transportados para a capital por meio da combinação de transportes “rodoviário-ferroviário” (IBGE, 1957, p. 410). O morador acrescentou que após a construção da rodovia BR-316, seu pai passou a transportar mercadorias até Belém somente por meio de veículos, como pode ser percebido no relato a seguir:

Recordo também quando ajudava meu pai, conhecido como Zequinha, a organizar produtos para vender em Belém. Ele levava galinhas, ovos, patos, porcos, couro de animais, fibra, etc., e quando voltava, trazia encomendas de produtos da capital para os comerciantes locais em Maracanã, como charque, pirarucu, etc. No dia anterior à viagem de meu pai, eu embalava ovos de galinha caipira, um por um, em jornais para não quebrar na viagem. Metade de um caminhão pau – de - arara era contratado por meu pai para levar suas mercadorias e a outra metade levava passageiros (Morador Costa, 2023).

O relato do morador Costa (2023) foi de larga importância para esta pesquisa, principalmente, na análise e compreensão do período de coexistência dos modais de transportes fluviomarítimo, ferroviário e rodoviário, no nordeste paraense, que envolveu a cidade de

Maracanã, na microrregião do Salgado, em uma rede de relações com outras cidades por meio da utilização dos três modais mencionados. Para a escala local maracanaense, esse período ocorreu, aproximadamente, desde a década de 1920 até a desativação da estrada de ferro Belém-Bragança, após 1960 (Pereira, 2007; Leandro; Silva, 2012).

A coexistência de diferentes modais de transportes na mesorregião do Nordeste Paraense representou/ representa implicações dos diversos padrões de ordenamentos territoriais que resultaram de diferentes eixos de fluxos na região amazônica. Nesse processo, as microrregiões do Salgado Paraense e a Bragantina experimentaram diversas formas e padrões de organização espacial que implicaram em mudanças nos seus núcleos urbanos, manifestando diferentes espacialidades e temporalidades.

A rede de relações pessoais do morador Costa (2023), citado anteriormente, contribuiu para a obtenção de informações importantes e esclarecedoras. Sua esposa (*in memoriam*), entre o final da década de 1950 e início de 1960 havia sido funcionária de Galiano Cei, empreendedor, filho de imigrantes italianos que chegou à cidade de Maracanã na década de 1950 (Pereira, 2007). Galiano Cei viveu o período regional de transição do predomínio do modo de circulação dendrítico anterior a 1960, para o período de intensificação e predomínio do modo de circulação rodoviário, após 1960.

Nesse sentido, Galiano Cei, enquanto empreendedor, iniciou seus negócios como proprietário da casa comercial São Pedro no período anterior a 1960 e, “investiu no ramo de transportes, comprando caminhões pau-de-arara para transportar pessoas e produtos de Maracanã para outras cidades” (Morador Costa, 2023).

Na Figura 2 a seguir, é possível visualizar a “Casa São Pedro” e o caminhão pau-de-arara, propriedades de Galiano Cei na década de 1950:

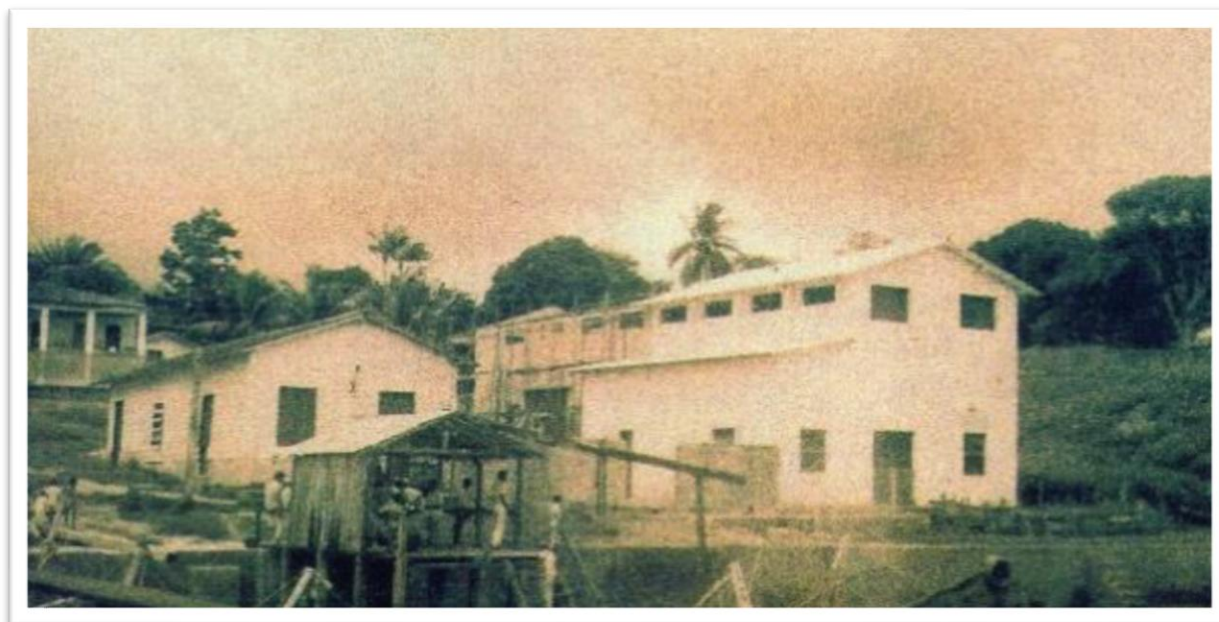
Figura 2: Casa São Pedro em construção, 1956. No detalhe, caminhão pau-de-arara que fazia o transporte de passageiros e cargas para Belém/PA



Fonte: Pereira (2007).

Galiano Cei adentrou 1960, também como proprietário de uma usina de beneficiamento de arroz. Explorou diversos recursos agrícolas no município de Maracanã, comprando produtos que, em grande parte, eram produzidos nas vilas ribeirinhas costeiras e comunidades localizadas à beira da estrada, como arroz (o qual beneficiava em sua própria usina na cidade de Maracanã), milho, farinha de mandioca, feijão, fibra, etc. (Morador Costa, 2023). A Figura 3 a seguir mostra a usina de arroz de Galiano Cei na década de 1960.

Figura 3: Prédio onde funcionou a antiga usina de arroz de Galiano Cei



Fonte: Pereira (2007).

Segundo o morador Costa (2023), os produtos agrícolas adquiridos por Galiano Cei eram exportados para a Belém, onde este empreendedor comprava ferragens, tecidos, remédios, rádios, bicicletas, etc., para vender em sua casa comercial em Maracanã. Antes da rodovia BR 316, as viagens que transportavam as mercadorias de Galiano Cei para a referida capital eram realizadas via circulação dendrítica e, posteriormente, via o ramal rodoviário denominado “Estrada Velha”, em conexão com a estrada de ferro Belém-Bragança (Pereira, 2007; Morador Costa, 2023).

Destaca-se que Galliano Cei não foi o único de sua época a fazer investimentos na compra e industrialização de produtos agrícolas, e no setor de transportes. O morador Costa (2023) relatou que “no mesmo período o empreendedor João Salomão também já possuía uma usina de arroz e uma frota de veículos que iniciou com caminhões pau-de-arara e, posteriormente, investiu em ônibus criando a empresa de transportes, denominada de “Empresa São João”. Esta, prestou serviços por trinta anos a população, durante seu período de existência manteve escritório e garagem localizados na frente/orla da cidade, na Avenida Bertoldo Costa, (Pereira, 2007).

De acordo com Pereira (2007), também fez parte da vanguarda de transportes em Maracanã: Expresso Nova Vida, Rápido D. Manoel e Autoviária Paraense. Acrescenta-se, que após o fechamento da “Empresa São João”, outras empresas a substituíram, como a Empresa de Transportes Transarapari, Empresa Estrela Azul e a Empresa Modelo. Atualmente, o transporte Interurbano em Maracanã é realizado por meio de transportes Alternativos, como vans e taxi-lotações, que fazem os percursos: Maracanã-Igarapé-Açu, Maracanã-Castanhal e Maracanã-Belém.

De acordo com Paixão (2007), a cidade de Maracanã, também, obteve investimentos econômicos no setor da pesca industrial, em 1959, quando foi inaugurado um Complexo Industrial Pesqueiro que iniciou com a Empresa de Pesca e Frigoríficos Paraenses e Amazônicos Ltda. Esta foi financiada pela extinta Superintendência do Plano de Valorização da Amazônica (SPEVEA), a qual foi, posteriormente, substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A referida empresa de pesca também incorporou investimentos por meio do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) denominado atualmente de Banco da Amazônia S.A.(BASA). De acordo com Paixão (2007), a Empresa de Pesca e Frigoríficos Paraenses e Amazônicos Ltda. foi uma indústria de conservação de pescado que fechou por denúncias de atos de corrupção como desvio de bens materiais e financeiros, cometidos por parte da gerência.

Porém, as instalações do Complexo Industrial Pesqueiro adentraram a década de 1960 e permaneceram por vários anos, abrigando outros projetos industriais voltados para o setor da pesca, dentre os quais seu último empreendimento foi a empresa Delmar Norte S/A (Paixão, 2007; Pereira, 2007). A Figura 4 a seguir é uma representação do prédio localizado no bairro do Itacoã, onde funcionou o referido complexo industrial.

Figura 4: Delmar Norte S/A, 1982, último empreendimento que funcionou no prédio do Complexo Industrial construído em Maracanã/ PA



Fonte: Pereira (2007).

O Complexo Industrial Pesqueiro (Figura 4, anteriormente) representou na escala local um reflexo da política de integração da região ao restante do país e de maneira mais intensa ao mercado mundial. Essa política moldou a dinâmica no espaço amazônico com a presença de grandes projetos econômicos, com base logísticas próprias (Trindade Jr., 2015) a partir dos anos de 1950 e 1960.

O Governo Federal havia adotado nova política de desenvolvimento e de transportes, desativando ferrovias nacionais, principalmente nos trechos onde se encontravam estradas de rodagem permitindo o tráfego de veículos automotores. Desse modo, “com a construção e asfaltamento da Belém-Brasília, que até Castanhal seguiu paralela ao trajeto da Estrada de Ferro Bragança (EFB), no ano de 1966, pelo Decreto 58.992 de 4 de agosto, “a ferrovia **Belém-Bragança** foi extinta” (Leandro; Silva, 2012, **grifo nosso**).

Dessa forma, a circulação por estradas de rodagem, após 1960, se intensificou e predominou na região amazônica em relação à circulação dendrítica (Trindade Jr.; Silva;

Amaral, 2008) e substituiu a Estrada de Ferro Belém-Bragança, o que impulsionou mudanças basilares na estruturação da rede urbana do Nordeste Paraense, especificamente na zona Bragantina e também na microrregião do Salgado, pois possibilitou interações de maior amplitude no território, ultrapassando os limites regionais (Amaral; Barbosa; Silva, 2020).

A consolidação das rodovias também fomentou o processo de formação de novos núcleos urbanos nas suas proximidades, ou em suas confluências com o rio (Trindade Jr., 2015), alterando a divisão territorial do trabalho. Desse modo, as centralidades regionais das cidades de Castanhal e Capanema foram fortalecidas, concentrando comércio e serviços a partir da reorganização do espaço amazônico, caracterizado pelo eixo de circulação rodoviário.

Com o predomínio do transporte rodoviário na região amazônica, houve intensificação da dinâmica urbana. Consequentemente, a configuração e as paisagens urbanas foram mais influenciadas pelos fluxos das estradas, como a Belém – Brasília, que desencadeou mudanças nas relações e na organização socioespacial por todo o Nordeste Paraense (Amaral; Barbosa; Silva, 2020; Barbosa; Bentes; Raiol, 2019).

Maracanã, no Salgado Paraense, passou a ter interações mais amplas, além da escala regional, o que rompeu com o período de dificuldades nas interações com os espaços mais dinâmicos da região amazônica. Além disso, a ampliação da rede rodoviária possibilitou maior circulação na própria microrregião do Salgado (Amaral; Barbosa; Silva, 2020; Melo, 2020).

A intensificação do fluxo rodoviário fortaleceu faixas econômicas em municípios costeiros do Salgado Paraense que se formaram no período de colonização, entre a duração da estrada de ferro e a implantação das rodovias. Desse modo, a faixa costeira desses municípios se especializou no extrativismo animal (pesca, etc.) e vegetal, enquanto que a faixa mais interior ao continente à prática da agricultura familiar, como ocorreu em Marapanim (Amaral; Barbosa; Silva, 2020; Castro, 2019).

Essas especializações que distinguem duas faixas/áreas de produção também foram identificadas em Trabalho de Campo (2023) realizados em Maracanã. Nas comunidades mais próximas ao rio Maracanã, no espaço costeiro, a atividade da pesca artesanal é mais praticada, enquanto que nos espaços mais interiores ao continente do município de Maracanã e próximos às estradas, principalmente, da rodovia PA-127, via que liga a cidade de Maracanã com outras cidades na região, a atividade agrícola é a mais intensa.

Assim, na faixa/área costeira do município de Maracanã se destacam na prática da atividade da pesca artesanal as vilas: Penha, Mota, Curuçazinho, São Tomé, Algodual, Quarenta

do Mocoóca, Aricuru, Bom Jesus, entre outras. No entanto, é no espaço da cidade onde existe grande concentração de pescadores, como declarou o pescador denominado Bousane (2023):

No município de Maracanã, existem comunidades onde se encontram bastante moradores vivendo da prática da pesca, como, por exemplo, Curuçazinho, São Tomé, Algodoal, etc. O Quarenta do Mocoóca, a Vila do Aricuru e o Bom Jesus são lugares onde a quantidade de pescadores é um pouco menor. Mas, a maioria dos profissionais no ramo da pesca se encontram na sede municipal, na cidade de Maracanã, os quais utilizam diversos tipos de materiais de pesca, como rede grossa, rede fina, rede douradeira. Vários tipos de redes que capturam diversos tipos de peixes, são redes tanto para barcos grandes como para barcos pequenos. Portanto, é na cidade, onde está a concentração dos pescadores do município (Pescador Bousane, 2023).

A partir de conhecimentos do pescador Bousane (2023) e observações em campo, discorre-se que é nos espaços intraurbanos da cidade de Maracanã, principalmente, nos bairros do lado oeste da cidade denominados Itacoã, São Miguel e São Mateus, e do lado leste, nos bairros da Campina e Vila Nova, que se concentram grande parte dos que praticam a pesca artesanal. Por outro lado, é na faixa/área do interior do continente que se encontram lugares onde predomina a prática da agricultura, dentre os quais, segundo o conhecimento do agricultor familiar Égues (2023) destacam-se, atualmente, as comunidades localizadas no Km 39, Km 36, Km 32, Km 30, Inuçu, Km 26, Itamarati (Boca da onça), Cruzeiro, Recreio, Km 20, Km 18, União e o ramal da Mina. Nesse sentido, Égues (2023) argumenta:

A plantação da mandioca sempre foi tradicional, mas em certos momentos destaca-se a pimenta do reino, o coco, maracujá, mamão. Ultimamente, o açaí e as hortaliças vêm se sobressaindo. A Mina, o Km 30 e a União são exemplos de localidades que vêm se destacando com a plantação de açaí. Muitos abandonaram o plantio da mandioca para se dedicarem ao cultivo de hortaliças como alface, couve, cheiro-verde, pimenta-doce e pimenta-ardosa. Isso vem ocorrendo pelo fato de as hortaliças deixarem um retorno lucrativo mais rápido. O cheiro-verde, por exemplo, em apenas 28 dias já está sendo colhido (Agricultor Égues, 2023).

A produção pesqueira e agrícola especializada em faixas/áreas, já podia ser percebida no espaço maracanaense na década de 1950 (Paixão, 2007; Pereira, 2007; IBGE, 1957) e se fortaleceu, relativamente, com a expansão das rodovias após 1960, como ocorreu de forma semelhante na cidade de Marapanim (Amaral, Barbosa, Silva, 2020; Castro, 2019). Na década de 1950, Maracanã movimentava sua economia com base na agricultura, na prática do extrativismo animal (pesca) e vegetal (IBGE, 1957). Nesse período, segundo o morador Costa (2023), o empreendedor “Galiano Cei já comprava a produção oriunda das comunidades rurais nas proximidades do ramal rodoviário que ligava a cidade de Maracanã a Igarapé-Açu”.

Assim, a expansão das estradas na década de 1960 impulsionou, relativamente as faixas/áreas econômicas no município de Maracanã. Essas faixas/áreas se organizaram

inicialmente por influência das dinâmicas territoriais da Estrada de Ferro Bragança (EFB) e dos primeiros ramais rodoviários no Salgado Paraense. Desde a coexistência do fluxo de transporte rodoviário com o ferroviário na região do Nordeste Paraense, a centralidade econômica de Maracanã começou a se deslocar. Isso deu-se inicialmente em função do acesso rodoviário à Cidade de Igarapé-Açu ter se tornado possível.

Consequentemente com a o predomínio da rede rodoviária e extinção da estrada de ferro Belém-Bragança após 1960, Maracanã foi perdendo algumas de suas funções de mediações comerciais, como também ocorreu com a cidade de Marapanim (Amaral; Barbosa; Silva, 2020). Pois, tanto os moradores da cidade de Maracanã, como as diversas povoações localizadas no seu entorno passaram a interagir com mais frequência com outros centros urbanos regionais que polarizaram e irradiaram de maneira intensa as trocas materiais e imateriais, principalmente Castanhal e Belém (Amaral; Barbosa; Silva, 2020; Castro, 2019; Costa, 2023).

A respeito desse processo de perdas das mediações comerciais da cidade de Maracanã, por conta da intensificação da interação por meio das rodovias após 1960, com outras cidades que ofereciam mais opções em serviços de atendimentos às necessidades da população, o morador Costa (2023) relata uma situação que ocorreu em seu cotidiano na década de 1960, quando precisou de cuidados médicos para sua filha de seis meses tendo que se deslocar até a cidade de Igarapé-Açu:

O rio Maracanã nos serve até hoje, mas após a abertura das estradas tivemos alguns benefícios, um deles foi o acesso com mais facilidade e em menor tempo a outras cidades, como Igarapé Açu, Castanhal e Belém. Houve uma situação que passei com minha filha no ano de 1963, lembro bem, Maria tinha apenas seis meses de idade e estava muito ruim. Eu e minha esposa já tínhamos procurado solução em Maracanã e não conseguimos, então, fomos a Igarapé-Açu. Saímos bem cedo de caminhão Pau-de-Arara, ao chegarmos lá conseguimos falar com um médico que nos atendeu e passou um medicamento, o qual compramos em uma farmácia lá mesmo, pois em Maracanã poderia não ter esse remédio (Costa, 2023).

Infere-se com base no relato do morador Costa (2023), que o predomínio das estradas e rodovias além de reordenarem a configuração espacial regional e local, ampliaram a rede de relações possibilitando interação com a polaridade de outros núcleos urbanos. Desse modo, Maracanã ao tornar-se uma cidade híbrida de acesso pelos modais de transportes fluviomarítimo e rodoviário, aumentou suas relações com outros espaços locais, regionais e nacionais.

Contudo, é importante ressaltar que, embora a rede rodoviária tenha se intensificado e predominado após 1960, a circulação dendrítica ainda permaneceu e permanece bastante utilizada na relação da cidade de Maracanã com o rio e os espaços costeiros, tanto nas atividades

socioeconômicas como nas culturais. Dentre essas atividades se destacam o transporte de passageiros e mercadorias, a pesca artesanal, a extração do caranguejo uçá e do mexilhão, o turismo de veraneio para as praias das localidades costeiras, a regata da festividade religiosa de São Miguel Arcanjo, a procissão fluviomarítima do Círio de N. Sra. de Nazaré, etc.

2.4 MARACANÃ E OUTRAS DINÂMICAS TERRITORIAIS ALÉM DAS ESTRADAS: A MODERNIZAÇÃO PESQUEIRA, AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O TURISMO

Como discutido anteriormente no primeiro tópico desse capítulo, as populações pré-coloniais amazônicas tinham seus espaços territorializados por meio de um ordenamento que expressava sua diversidade sociocultural possuindo uma relação de dependência com a natureza (Trindade Jr. 2015). Praticavam a pesca, a extração de produtos da floresta e a agricultura, somente para sua subsistência (Amaral; Barbosa; Silva, 2020; Vicentini, 2004). Essas sociedades se organizaram e reordenaram seu espaço geográfico mostrando que não há um único caminho para o desenvolvimento, assim geraram múltiplos sistemas diferenciados de ordenamento (Camargo, 2009).

O contato com colonizadores implicou em mudanças no território amazônico por meio da concepção de “ordem no sentido de controle” (Camargo, 2009, p. 23), a qual desde o século XVII insiste em descaracterizar a “civilização das águas” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008) e impor uma concepção de mundo etnocêntrica e dominante. No entanto, a concepção ideológica que faz apologia à ideia de progresso e à tecnociência como um caminho unívoco, que dita a verdade sobre o passado e impõe como deve ser o futuro (Camargo, 2009, p. 23), se depara com a resistência das sociedades tradicionais, taxadas de serem detentoras de um suposto atraso científico e tecnológico.

Desse modo, a Amazônia, a partir dos colonizadores europeus no século XVII, tem sido espaço de disputa por diversos agentes sociais, cabendo ao Estado o papel de intermediador e facilitador deste processo. Esse papel tem sido manifestado por meio da criação de inúmeros programas para o desenvolvimento da região que, em grande parte, não alcançaram êxito, mostrando resultados insatisfatórios (Quaresma, 2000).

Além das estradas, a modernização pesqueira, o turismo e as Unidades de Conservação (UC) também são dinâmicas territoriais movidas pela ação do Estado por meio de programas de desenvolvimento na Amazônia. Tais dinâmicas têm impactado a realidade socioespacial da

região reorganizando o território, imprimindo mudanças no espaço urbano e no modo de vida das populações ribeirinhas amazônicas (Cyrino; Trigueiro, 2017; Quaresma, 2000).

De acordo com Trindade Jr. (2015), a urbanização difusa que se apresentou regionalmente a partir do padrão de ordenamento territorial complexo, após 1960, o qual se estendeu para além das vias dendríticas e das vias terrestres iniciais, projetou e difundiu o fenômeno urbano em nível espacial mais amplo e complexo. Assim, as estratégias de desenvolvimentos e de difusão de urbanização pelo território regional se assentaram, no mínimo, em três modelos de ordenamento do território que mesmo sendo coexistentes sugerem geometrias distintas: os pontos (polos de crescimento), as linhas (eixos de integração) e as zonas (malhas socioambientais).

Essas modelos de ordenamento do território intensificaram a difusão da sociedade urbana (urbanização da sociedade) para além das principais aglomerações populacionais envolvendo outros espaços até então com pouca influência da vida urbana (Trindade Jr., 2015), como por exemplo, os espaços com forte presença das populações ribeirinhas e de atividades tradicionais.

A pesca artesanal, assim como a agricultura são atividades extrativistas praticadas na Amazônia, desde os tempos anteriores à colonização portuguesa. No que tange à pesca, sabe-se que esta tem sido uma atividade de enorme importância na região, principalmente, no que se refere a alimento, ocupação de mão de obra e renda para uma considerável parcela da população que é constituída pelas comunidades ribeirinhas (Conceição *et al.*, 2020).

No contexto nacional a pesca foi envolvida pelo ideal de modernização no percurso das ações políticas voltadas para essa atividade, sendo o Estado, o principal agente articulador na esteira do projeto nacional-desenvolvimentista. No início do século XX, a Marinha do Brasil deu início nesse processo pelo projeto de nacionalização da pesca, estendido por todo o espaço costeiro brasileiro, formando colônias de pescadores que seriam supostamente levados à “civilização” e ao “progresso”. Buscava-se atingir a modernização, controle e expansão da atividade pesqueira (Cyrino; Trigueiro, 2017).

A criação das colônias de pescadores e a sua regulação pela Marinha brasileira e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura possibilitou o Estado controlar a pesca em todo o espaço costeiro brasileiro, por meio do registro dos pescadores e da fiscalização da atividade. Os pescadores foram transformados em reserva naval, pela Marinha brasileira, com o intuito de reforçar a defesa nacional. Assim, para corresponderem aos propósitos da nação, deveriam adotar técnicas modernas de pesca e assumirem valores patriotas (Cyrino; Trigueiro, 2017).

No período de 1930 a 1945, foram criados vários dispositivos legais voltados aos propósitos da modernização, ao controle da atividade pesqueira, ao fortalecimento da indústria de pesca e à identificação da atividade artesanal como algo obsoleto. Assim, a Marinha do Brasil foi instrumento da intervenção Estatal ao se propor direcionar os pescadores à modernização das suas atividades, e preparar as bases para a industrialização do setor no plano desenvolvimentista do país (Cyrino; Trigueiro, 2017).

Se por um lado, a instituição militar passou a mapear todo o litoral a fim de regular a atividade da pesca, os recursos pesqueiros e a quantidade de pescadores, por outro lado, passou a exercer o controle ideológico, definindo quem os pescadores deveriam ser, controlando seus modos de vida e suas comunidades (Cyrino; Trigueiro, 2017).

Sabe-se que o projeto de desenvolvimento nacional que trazia o discurso de transformar o país em uma nação moderna atendia a interesses de determinados grupos, e que tais campanhas resultaram em consequências que recaíram especialmente sobre as camadas com menor poder aquisitivo da população. Assim, a “modernidade” apresentou-se como um simulacro arquitetado pelas elites e pelos instrumentos estatais, pois as ideologias modernizadoras enfatizavam a ideia de que a modernização eliminaria as formas tradicionais e crenças. Essa concepção, conseqüentemente, fundamentou a gestão da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), por meio da qual o ideal moderno foi posto como uma promessa libertadora e progressista (Cyrino, 2021).

Desse modo, o processo de modernização do setor pesqueiro no Brasil, na década de 1970, foi gerido pela extinta SUDEPE, autarquia federal subordinada ao Ministério da Agricultura, criada através da lei de 10 de outubro de 1962. A SUDEPE fomentava a expansão da exploração dos recursos pesqueiros por meio da criação e desenvolvimento das indústrias de pesca no país. As ações da SUDEPE faziam parte do projeto de desenvolvimento nacional do Brasil, que de acordo com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), buscava tornar o Brasil uma nação desenvolvida por meio de uma economia moderna (Cyrino, 2021).

Nesse momento, embora houvesse um discurso de conceder aos pescadores as melhorias que adviriam da modernização da atividade, a pesca artesanal passou a ser considerada um empecilho para o processo de modernização do país. Desse modo, os pescadores passaram a ser inseridos como força braçal da indústria de pesca. As ações da SUDEPE favoreceram especialmente a pesca industrial em detrimento da pesca artesanal, como menciona Cyrino (2021) a seguir:

A regulação pela SUDEPE reforçou a modernização, tecnificação e industrialização do setor, através de subsídios, orientados pelo modelo nacional-desenvolvimentista fomentou-se a apropriação tanto dos territórios e recursos pesqueiros, como também da força de trabalho dos pescadores. Esses direcionamentos além de priorizar a pesca industrial como propulsora de desenvolvimento e crescimento econômico preteriu a atividade artesanal e não dispôs a incentivos à valorização do seu saber-fazer e de suas comunidades, inserindo os pescadores artesanais em condições de pobreza e desigualdade social. Uma *modernização, prometida*, camuflada sob o discurso tutelar e de progresso do país. Não obstante estava direcionada a atender os interesses estatais e grupos que se beneficiaram com a tecnificação e modernização do setor pesqueiro, os benefícios dessa modernização não alcançavam as populações pesqueiras (Cyrino, 2021, p.128)

A SUDEPE foi extinta em 1987, com imenso endividamento por conta do uso desmedido de incentivos fiscais e de créditos. Com o fim do regime militar em 1985, com a redemocratização do país e a constituição em 1988, os pescadores artesanais foram inseridos no setor rural informal e as colônias tornaram-se semelhantes a sindicatos de trabalhadores rurais, sendo livre a associação profissional ou sindical. Isso impulsionou o surgimento de novas entidades representativas de pesca, como as associações de pescadores (Cyrino, 2021).

O projeto que tinha o objetivo de transformar a atividade pesqueira em uma indústria de base moderna fracassou. A expansão desordenada da indústria de pesca, além de comprometer os territórios pesqueiros e os nascedouros de espécies, prejudicou a reprodução dos modos de vida e trabalho dos pescadores e comunidades (Cyrino, 2021).

Dessa forma, ocorreu um processo perverso de exclusão dessas populações pesqueiras que não foram contempladas por políticas sociais que atentassem às suas realidades e voltassem a seus modos de vida e trabalho como potência no desenvolvimento do país. Ao contrário, tais políticas modernizadoras serviram como justificativa para legitimar a desigualdade e aviltamento desse grupo. Foi uma insistente tentativa de categorizar os pescadores artesanais como incapazes de contribuir para o desenvolvimento do país e para a construção de políticas públicas (Cyrino, 2021).

Segundo Cyrino (2021), ao longo do processo de modernização, a pesca artesanal foi negligenciada em favor da atividade pesqueira de larga escala. Essa lógica repercute ainda hoje, em um processo de desigualdade e exclusão dos pescadores artesanais, que se manifesta por meio da apropriação de territórios e recursos pesqueiros; segregação da atividade e reprodução social dessas populações.

Recentemente, a atividade pesqueira no Brasil tem sido regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Segundo a Medida Provisória nº 870, de 1º janeiro de 2019, no Art. 21,

III e com o Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019, compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria da Aquicultura e Pesca, tratar da política nacional pesqueira e aquícola, inclusive a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões, dos registros e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca.

O referido decreto ainda destaca a competência do Ministério em relação à pesquisa, ao cooperativismo e associativismo e às negociações internacionais em aquicultura e na pesca. Em relação à atribuição de planejar e ordenar a atividade da pesca nacional, tanto comercial quanto não comercial cabe ao Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca, que atua de acordo com as definições dessa atividade apresentadas a seguir no Quadro 6:

Quadro 6- Definição das modalidades da pesca utilizada pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca no Brasil

a) artesanal	quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
b) industrial	quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;
c) científica	quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
d) amadora	quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
e) subsistência	quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica

FONTE: BRASIL (2019).

A partir do quadro de definições apresentado anteriormente, percebe-se as diversas modalidades de pesca definidas pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca no Brasil. A definição de pesca industrial apresentada chama a atenção, pois não se limita à utilização de equipamento (barcos) de grande porte, mas abrange também de médio e pequeno porte, destinados à prática da atividade da pesca, visando prioritariamente o lucro.

Nessa perspectiva, tal definição pode, juntamente com uma eficiente fiscalização, contribuir para evitar que a pesca industrial aconteça sob uma roupagem de suposta pesca artesanal. Isso pode ocorrer quando proprietários, utilizando-se de barcos pequenos, têm como finalidade principal a obtenção do lucro e utilizam como força de trabalho o pescador artesanal, que quase sempre é mal remunerado.

Embora o pescador desenvolva uma das profissões mais antigas do mundo, continua passando por sujeições econômicas que refletem na sua renda e qualidade de vida, isso ocorre principalmente no Estado do Pará. Ainda que na atualidade o saber da atividade da pesca artesanal seja transmitido de uma geração para outra, pescadores não mais incentivam seus filhos a seguirem essa profissão, tornando-se incerto de como será o estado da pesca artesanal nos próximos anos. Assim, o interesse por outras opções de trabalho remunerado está entre os principais motivos da não continuidade dos filhos na atividade da pesca, além das dificuldades da vida e do trabalho como pescador (Conceição *et al.*, 2020).

Na microrregião do Salgado Paraense, as características fluviomárítimas possibilitam particularidades da pesca com o uso de embarcações motorizadas de pequeno e médio porte, materiais de pesca e insumos rústicos, obtidos localmente ou confeccionados pelo próprio pescador, como redes de arrasto, espinhéis e currais. O tempo para a prática da atividade pesqueira nessa região, na maioria das vezes, é mais longo, podendo durar mais de uma semana, havendo necessidade da utilização dos chamados “ranchos”- casebres em locais estratégicos para a pesca, geralmente, longe das residências dos pescadores- (Conceição *et al.*, 2020).

As famílias de pescadores artesanais constituem grupos com uma cultura específica. Elas manifestam domínio sobre certos aspectos da natureza considerados fundamentais para a prática da pesca que são passados de geração a geração. É por meio do contato direto com a natureza e na vivência familiar que se adquire as práticas artesanais, sendo utilizadas com a finalidade da reprodução socioeconômica desses grupos (Conceição *et al.*, 2020; Furtado, 1987), como se percebe no excerto a seguir:

Os pescadores[...] possuem um conhecimento generalizado da área e dos fenômenos de seu universo de pesca. Os ventos, as correntes marítimas, a hora adequada para uma pescaria, as ocasiões de risco de uma alagação e a maneira de sobrevivê-la, os pontos de pesca, a profundidade das passagens dos cardumes, a hora de deitar e puxar uma rede, a posição em que deve ser colocada os currais de pescas, etc., fazem parte desse universo [...] todo esse conhecimento gira em torno de um objetivo, o de tornar a atividade pesqueira, tanto quanto possível, uma atividade compensadora para o pescador e para quem dela depender (Furtado , 1987, p. 232).

No município de Maracanã, a pesca artesanal tem sido uma das principais atividades desenvolvidas. No ano de 2017, essa atividade era de responsabilidade da Secretaria de Agricultura. Para Conceição *et al.* (2020), até o ano mencionado, o fomento institucional não acompanhava a relevância da atividade da pesca artesanal no município, pois os pescadores reclamavam assessoria técnica, alegando deficiências ao acesso, ao conhecimento e a informação, além da baixa articulação das instituições envolvidas para o trabalho cooperativo. Segundo esses autores, isso ocorria tanto por conflitos internos entre as organizações sociais, quanto pela falta de confiança entre os pescadores e baixa organização (Conceição *et al.*, 2020).

Em relação às representações sociais dos trabalhadores da pesca, localiza-se na cidade de Maracanã a Colônia de Pescadores Z-7, a respeito da qual se pondera que esta tenha se originado com o projeto de nacionalização da pesca, mencionado anteriormente, iniciado pela Marinha do Brasil no início do século XX, estendido por todo o espaço costeiro brasileiro, sendo uma das mais antigas colônias do Estado do Pará, fundada em 29 de junho de 1916, contando em 2017 com cinco capatazias, envolvendo aproximadamente 2.000 filiados (Conceição *et al.*, 2020).

Localiza-se também na cidade o Sindicato dos Pescadores e Aquicultores Artesanais de Maracanã (SIPAAM) fundado em 05 de março de 2006. Este é o primeiro sindicato dos pescadores artesanais do Brasil. O SIPAAM não possui vínculo direto com a Colônia de pescadores Z-7, pois surgiu como forma de rompimento de relação com a referida colônia. O SIPAAM contava em 2017 com 400 aposentados, 2.362 ativos sindicalizados e 56 pescadores inativos. Nesse contexto, o sindicato tinha o apoio da prefeitura apenas para expedição de documentos e grande parte dos interessados procuravam o sindicato somente quando estava próximo do período de aposentadoria (Conceição *et al.*, 2020).

O Estado também opera como agente do ideal de modernização por meio da criação de Unidades de Conservação (UC). O reordenamento territorial complexo que se configurou na região após 1960 por meio de uma vertente tecnológica de desenvolvimento, buscando superar a ideia de Amazônia como simples modelo de recurso, incorporou também uma malha socioambiental caracterizada entre outras coisas, pela constituição de UC (Trindade Jr., 2015).

No contexto em que as questões ambientais vêm sendo discutidas sob a justificativa do esgotamento dos recursos naturais e da crescente diminuição do tempo necessário para resiliência destes recursos, diversos atores sociais se mobilizam: sociedade civil, ONGs, ambientalistas e poder público, constituindo um quadro de conflitos. Nessa dialética, o Estado busca se fortalecer por meio de políticas de estruturação e controle do espaço nacional, em

quanto que os demais segmentos sociais, esforçam-se para conquistar ou redefinir sua identidade e seu espaço político (Quaresma, 2000).

É nessa relação de poder que a instalação de UC revela a face da modernização, que historicamente em busca de seus propósitos, tem induzido a expulsão dos pescadores artesanais de seus territórios tradicionais (Paula, 2019). Assim, a criação de UC vem sendo um mecanismo de controle, por meio do qual o Estado, por diversas vezes, tem alienado a participação de populações tradicionais impactadas por este processo. Esses segmentos sociais têm sido invisibilizados e quase sempre restringidos em suas atividades necessárias para sua reprodução social (Quaresma, 2000).

Diante disso, é importante destacar que a apropriação do espaço pelas comunidades e a construção dos seus territórios tradicionais ocorreram, em grande parte, em momento anterior à existência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Mas, em certos casos, essas comunidades são excluídas das áreas que habitavam ocorrendo mudanças profundas e amplas que inviabilizam a continuidade de seu modo de vida tradicional. Contudo, estas populações têm se fortalecido em sua própria história, cultura e identidade, e resistido às imposições (Quaresma, 2000).

As normas estabelecidas pelo SNUC para o uso das UC, frequentemente não estão de acordo com o processo de apropriação desses espaços. Assim, vale exemplificar o estabelecimento de UC de Proteção Integral, nas quais a presença de comunidades é proibida, sendo realizado o processo de desapropriação e remoção. Em algumas situações, por não haver condições para a regularização fundiária, a comunidade ainda permanece, no entanto, sob diversas normas impostas pelo conselho da UC, que, no caso da modalidade de Proteção Integral, não é deliberativo, ou seja, a comunidade pode participar, mas não delibera, o que tem sido uma prerrogativa dos gestores que se fundamentam na legislação ambiental (Paula, 2019).

Segundo Paula (2019), as UC também refletem a face da modernização que reprime o acesso aos locais de pescas tradicionais. Desse modo, as UC de proteção integral e de uso sustentável criam Planos de Manejo com normas de uso dos recursos do espaço que em certas situações impedem a pescaria em importantes espaços, os quais anteriormente eram manejados pelos próprios pescadores artesanais por meio de saberes tradicionais. Além disso, a definição de determinados apetrechos de pesca também inviabiliza a pesca em certos espaços tradicionais.

Os conflitos entre pescadores artesanais e UC envolvem o não reconhecimento da ocupação anterior e das formas tradicionais de uso dos recursos do espaço, havendo o choque entre a legislação ambiental e os usos tradicionais produzidos socialmente a partir da relação

estabelecida com o espaço (Paula, 2019). Diante disso, uma estratégia que tem sido usada para a amenização de conflitos consiste em integrar a comunidade local na construção do plano de manejo, considerando a importância de seus saberes tradicionais, havendo assim, necessidade da existência desse plano nas UC. Declara-se que nas UC de uso sustentável, do tipo Reserva Extrativista (RESEX), o espaço de participação do pescador artesanal é ampliado por meio do conselho deliberativo (Paula, 2019).

A cidade de Maracanã tem em seu entorno UC com as quais se relaciona, pois o município de Maracanã/PA possui dentro de seus limites, 48% de seu território formado por UC, as quais praticam atividades tradicionais como principal meio de produção: a pesca e a agricultura de pequena escala.

A Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas; Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Padre Sérgio Tonetto e Área de Proteção Ambiental (APA) Algodoal-Maiandeua (Silva *et al.*, 2021) são quatro modalidades distintas de UC. São áreas onde coexistem lógicas diversas de reprodução desenvolvidas pelos moradores, o que implica em diferentes tipos de uso e apropriação dos espaços, que resultam em paisagens distintas nos múltiplos territórios ali existentes.

A RESEX Maracanã possui uma área de 30.019,00 há., que envolve rios, lâminas d'água, praias, dunas e manguezais, situada na região nordeste do Pará, na microrregião do Salgado. Essa RESEX é uma das 12 Reservas Extrativistas Marinhas do Pará e foi criada por meio do Decreto Presidencial de 13 de dezembro de 2002, com objetivo de garantir o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis do local, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local (Silva *et al.*, 2021; Marçal, 2019; Pará, 2023).

A cidade de Maracanã está situada na área de entorno da RESEX Maracanã, esta área é conhecida como área circundante. A RESEX tem como um dos seus polos a cidade de Maracanã, onde se encontra a sede da Associação dos Usuários da Resex Marinha Maracanã - AUREMAR (Santos, 2016).

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas é uma Unidade de Conservação Estadual de uso sustentável, instituída conforme Decreto Nº 1.567, de 17 de junho de 2016, formada por um campo natural de Cerrado, imerso em uma região de vegetação de mangue com influência de marés. Possui uma área total de 7.062, 02 ha., com 10 pequenas comunidades em seu interior e mais três comunidades que também a utilizam, porém se localizam fora de sua área (Silva *et al.*, 2021; IDERFLOR-BIO, 2023).

O processo para a criação da UC, RDS Campo das Mangabas, deu-se por meio de solicitação conjunta ao órgão ambiental competente no ano de 2007 pela Associação de Pescadores e Agricultores da Comunidade de Aricuru (APEAGA) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para que providências fossem efetivadas para evitar as ações predatórias, a apropriação desordenada, derrubada da vegetação nativa para plantio de espécies exóticas e a queima constante na área em época de estiagem.

O Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) Padre Sérgio Tonetto é a primeira UC Estadual de Proteção Integral, criada por meio do Decreto Nº 1.567, de 17 de junho de 2016, localiza-se no interior da RDS Campo das Mangabas, situada na região nordeste do Estado do Pará, na microrregião do Salgado Paraense, envolvendo estritamente a região de cerrado, possui uma área de 339,28 ha.

A RDS Campo das Mangabas foi criada para a preservação da flora pelo fato de ser um ecossistema com características naturais próprias de campo cerrado, raro no Estado do Pará. Por ser alvo de ações antrópicas, o objetivo desta UC é assegurar a existência ou reprodução de espécies da fauna residente ou migratória e comunidades da flora local. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas pelo órgão responsável (Silva *et al.*, 2021; IDERFLOR-BIO).

A Área de Proteção Ambiental (APA) Algodoal-Maiandeuá, criada em 1990, através da Lei Estadual Nº 5.621/1990, é formada pelas Ilhas Algodoal e Maiandeuá, separadas por um furo intermitente denominado “Furo Velho”; a administração política dessas Ilhas compete ao Município de Maracanã. Essa APA abrange uma área de aproximadamente 3.100,34 há., onde a Ilha de Algodoal ocupa 605,52 ha, contendo a Vila de Algodoal, a Praia da Princesa, Praia do Farol e áreas de mangues, restingas e dunas, enquanto que a Ilha de Maiandeuá ocupa 2.494,82 há., onde estão localizadas as vilas de Fortalezinha, Mocooca e Camboinha; as localidades de Camaleão, Passagem e Pedra Chorona, assim como praias, mangues e áreas de terra firme (Silva *et al.*, 2021).

O Mapa 4 a seguir contribui para melhor compreensão desse mosaico de UC, que possui relações com a cidade de Maracanã e seu entorno:

O turismo é outra dinâmica territorial que faz parte das táticas coordenadas pelos agentes do desenvolvimento. Assim, o discurso desenvolvimentista da Amazônia moderna, propagado pelo governo militar (1964-1985), transferiu ao fenômeno turístico uma função importante. O turismo tornou-se objeto da ideologia de um Estado soberano, planejador e nacionalista que tinha a necessidade de assegurar a hegemonia do Brasil na manutenção e exploração dos 64% de seu território, visando integrar a Amazônia no contexto nacional (Andrade; Tavares, 2012).

Foi nesse intento que surgiram as estradas, a modernização das infraestruturas aéreo/portuárias e os incentivos fiscais. Assim, a abertura da Amazônia para o mundo intencionava se fortalecer com o fenômeno turístico, possibilitando o fluxo de pessoas e capitais. Logo, as estratégias políticas articuladas no período militar influenciaram fortemente na formação e dinâmicas dos lugares turísticos (Andrade; Tavares, 2012).

Contudo, de acordo com Andrade e Tavares (2012), o projeto de integração da Amazônia pela turistificação dos lugares seguiu com uma abordagem autoritária, soberana e nacionalista, visando uma hierarquização multiescalar dos lugares, o que resultou no surgimento de espaços turísticos em porções específicas da Amazônia. Alguns desses lugares tinham altos investimentos, mas eram pouco frequentados, enquanto outros foram implementados onde não se esperava encontrar turistas.

Dessa forma, o avanço do processo inicial de turistificação na Amazônia apresentou resultados que não corresponderam ao esperado pelas lógicas econômica e políticas, pois nem mesmo os lugares onde houve investimento apresentavam “vocação” para se tornarem frequentados com o tempo. Logo, a imagem da Amazônia nesse momento ficou mais conhecida pela degradação socioespacial gerada pela abertura de estradas, do que por sua especificidade turística (Andrade; Tavares (2012).

Assim, a política de integração Amazônica da década de 1970 pode ser entendida como um vetor de estímulos ao turismo na região, mas por outro lado, pode ser interpretada como vetor de degradação socioespacial. O modelo de projeto turístico do período mencionado inaugurou uma turistificação dissociada das populações locais (Andrade; Tavares, 2012).

No período mais recente, a pesca artesanal e o turismo revelam-se como atividades econômicas relevantes no Salgado Paraense, pois dinamizam centros urbanos e intensificam as interações espaciais com outras cidades. Nesse sentido, a pesca artesanal abastece diversos centros urbanos do Nordeste Paraense, inclusive a capital. O turismo, por sua vez, dinamiza cidades estratégicas, onde se promove o lazer aos finais de semana, nos feriados e nos períodos

de férias, tendo como atração turística as características naturais e paisagísticas em espaços com praias, rios, igarapés e balneários, além de manifestações culturais, como os blocos carnavalescos, manifestações religiosas, carimbó, etc. (Santos; Costa, 2021).

Por meio desses elementos característicos, a dinâmica regional do espaço costeiro do Pará possui forte relação com o turismo praieiro, que intensifica a produção espacial das cidades do Salgado de forma diferenciada, concentrando áreas estratégicas para o lazer. Trata-se de um turismo voltado para o público externo, os *outsiders*. Porém, nem todas as cidades são beneficiadas por essa atividade, pois nem sempre possuem os mesmos atrativos naturais e investimentos necessários para movimentar o lazer. É nesse contexto que esse processo fortalece a desigualdade entre os centros urbanos dentro da microrregião do Salgado, como pode se constatar entre as cidades de Curuçá, Marapanim e Salinópolis (Santos; Costa, 2021).

De um lado, as cidades de Curuçá e Marapanim dispõem de fácil acesso e atrativos turísticos, porém são centros urbanos que necessitam de mais apoio à valorização e conservação de alguns bens culturais materiais, fazendo-se necessário que o Estado implemente políticas de incentivo de crédito para fomento ao turismo. Isso iria impulsionar a economia local, dinamizando a pesca artesanal que abastece além da população local, o comércio regional e nacional.

Por outro lado, a cidade de Salinópolis representa um diferencial na microrregião do Salgado, como centro urbano e importante polo turístico. Essa cidade tornou-se um exemplo de como o incentivo e políticas públicas podem transformar a infraestrutura urbana. Por meio da comparação das áreas destinadas ao lazer das três cidades mencionadas, é possível perceber a diferença nas suas formas (Santos; Costa, 2021). No entanto, pondera-se que não basta somente transformar o espaço da cidade por meio de projetos que priorizam lógicas externas, mas é indispensável tomar conhecimento da realidade local e considerar a diversidade territorial existente nos espaços intraurbanos.

A cidade de Maracanã, no Salgado Paraense, também possui a pesca artesanal e o turismo como atividades econômicas que promovem a interação da cidade com outros espaços. A atração turística aos finais de semana, nos feriados e nos períodos de férias em Maracanã se dá por meio de atributos paisagístico, culturais, religiosos como: igarapés, orla marítima, círio, carimbó, pescados, marisco, etc. Além disso, este núcleo urbano possui diversas comunidades tradicionais costeiras em seu limite municipal, onde se localizam áreas de praias e outros atrativos com potencial para o lazer, como as localizadas na UC APA Algodoal-Maiandeuá, na vila da Penha, na vila do Curuçazinho, na ilha do Marco, etc. (Trabalho de Campo, 2023).

O turismo juntamente com as estradas, a modernização pesqueira e as UC são dinâmicas territoriais fomentadas pelas propostas de desenvolvimento encabeçadas pelo Estado na região amazônica e, desse modo, também, se fazem presentes no espaço do Salgado Paraense (Santos; Costa, 2021; Canto *et al.*, 2020; Quaresma, 2000). Essas dinâmicas, atualmente, impactam a realidade da cidade de Maracanã e seus limites municipais, ocasionando mudanças no espaço urbano e no modo de vida de sua população ribeirinha-costeira, que permanece com a prática de atividades extrativistas, como a pesca artesanal, principalmente nos recortes espaciais de análise indicados nesta pesquisa.

Pescadores e pescadoras artesanais, incluindo os tiradores de caranguejo, residem tanto no espaço urbano da cidade como nas vilas localizadas no espaço costeiro dentro dos limites municipais. Esses agentes ribeirinhos fortalecem a relação da cidade com o rio por meio de suas práticas culturais, que permanecem representando resistência às imposições as quais se manifestam por meio de novos ordenamentos.

As populações tradicionais coexistindo com dinâmicas territoriais mais recentes, que incidem sobre seus territórios, anseiam por um desenvolvimento que reconheça a importância de seu modo de vida, costumes, valores, etc., bem como a necessidade destes serem considerados nos planos, programas e projetos de desenvolvimento de forma mais justa e solidária. Nesse sentido, cabe ao Estado repensar a trajetória de seus projetos de modernização e apontar possibilidades com maior participação dos sujeitos locais.

CAPÍTULO III

3- A ORLA E A RELAÇÃO CIDADE-RIO: O PORTO, A FEIRA, A PRIMEIRA RUA E O CENTRO PRINCIPAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (CPCS) TRADICIONAL

A cidade de Maracanã teve sua origem à beira-rio onde a partir de um modelo de estruturação espacial intraurbano, agregou elementos em sua paisagem que a caracteriza como uma cidade ribeirinha-costeira. Essa configuração inicial tem o rio Maracanã como sua principal referência, assim, na frente costeira da cidade se encontra o primeiro recorte espacial a ser analisado nesta pesquisa, a frente/orla fluviomarítima, onde se encontram elementos que caracterizam o padrão de estruturação espacial ribeirinho que deu origem ao núcleo urbano de Maracanã.

Inicialmente identificou-se os recortes de análises que representam padrões de organização/estruturação intraurbanos na evolução do espaço da cidade. Além da frente/orla (padrão ribeirinho), espaço intraurbano de onde a cidade começou a se expandir, adotou-se segundo a concepção de Trindade Jr., Silva e Amaral (2008), outros assentamentos que indicam diferentes níveis de influência do rio na configuração urbana de Maracanã: os bairros Itacoã e São Miguel (extensões do padrão ribeirinho); o assentamento Novo Horizonte (padrão espontâneo) e os conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio (padrão predefinido), os quais são apresentados neste Capítulo III e analisados somente no Capítulo IV.

Assim, nesse momento lança-se um olhar de caráter analítico, das águas ao porto principal da cidade, buscando compreender como ocorre as relações, a disposição dos objetos e o uso do espaço, a partir de quatro áreas identificadas: a área do porto do Botelho, a área do porto do Tiro-e-queda, a área do Trapiche municipal e a área do Porto do Itacoã.

Analisou-se na Frente/orla da cidade, outros objetos geográficos, além do porto, característicos da cidade ribeirinha-costeira, como: a feira; uma primeira rua paralela à baía do rio Maracanã (a Avenida Bertoldo Costa) e o Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional. Desse modo, buscou-se identificar por meio de entrevistas, formulários e registros fotográficos, mudanças e permanências na relação cidade-rio e o espaço costeiro face à dinâmica das estradas, da Unidade de Conservação RESEX Maracanã e do turismo. Nesta etapa da pesquisa constatou-se que o rio continua sendo de grande importância para as atividades desenvolvidas na orla, principalmente para as que se desenvolvem no CPCS tradicional.

3.1 IDENTIFICANDO RECORTES ESPACIAIS DE ANÁLISE: PADRÕES DE ESTRUTURAÇÃO/ORGANIZAÇÃO INTRAURBANOS

Maracanã é uma cidade passível de alterações face às dinâmicas mais recentes que se apresentaram no contexto amazônico após a década de 1960. No entanto, esta pesquisa sustenta a hipótese principal sugerindo que no movimento de coexistência de mudanças e permanências socioespaciais intraurbanos atreladas à relação cidade-rio, a dinâmica ribeirinha-costeira da cidade de Maracanã continua produzindo um espaço de resistência com características fortemente amazônicas. Isso ocorre mesmo com a presença das dinâmicas territoriais transformadoras oriundas da ação do Estado e do interesse do capital como: a intensificação das estradas, a modernização pesqueira, o turismo e as Unidades de Conservação (UC).

Sabe-se que as rodovias mesmo em estado precário de circulação induzem transformações em cidades tradicionais, todavia, não se trata de uma eliminação do padrão anterior (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008). Assim, infere-se que mesmo com a presença da rodovia que insiste em romper com o padrão ribeirinho-costeiro, acentuando mudanças, ainda permanece nas formas (portos, feiras, trapiches, prédios, etc.) e principalmente no conteúdo (valores, costumes, modo de vida, etc.) da cidade de Maracanã, resíduos espaciais (Lefebvre, 2001) de uma urbanização anterior a década de 1960 (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Nesse sentido, essa pesquisa aponta que embora tenha ocorrido a intensificação das vias terrestres após 1960, as quais impulsionaram o fenômeno turístico (Andrade e Tavares, 2012), a modernização pesqueira (Cyrino, 2021) e a implantação de Unidades de Conservação na região do Salgado Paraense (Silva, *et al.*, 2021), a cidade de Maracanã continua mantendo traços característicos de uma cidade tradicional com forte dinâmica ribeirinha-costeira. Diante disso, empenhou-se o esforço para analisar a produção do espaço urbano dessa cidade a partir de sua realidade atual, num movimento regressivo-progressivo, considerando suas formas e principalmente as relações, valores e hábitos cotidianos da população local.

Maracanã é uma cidade formada por 11 bairros (Itacoã, Centro, Campina, São Miguel, Bocal, Imperial, São Mateus, Jurunas, Vila Nova, Apeteua e Liberdade); dois conjuntos habitacionais (Tinolândia e Vovô Índio) e um assentamento mais recente (Novo Horizonte). Um dos primeiros desafios em campo consistiu em identificar e selecionar, entre essas fragmentações intraurbanas mencionadas, as quais compõem o conjunto da evolução espacial de Maracanã, três recortes de análises que caracterizassem os padrões de estruturação “ribeirinho”, “espontâneo” e “predefinido”, com base na concepção de Trindade Jr., Silva e Amaral (2008).

Desse modo, a primeira aproximação à área de estudo desta pesquisa ocorreu no mês de julho de 2022, por meio de uma visita em campo, em que se relacionou conhecimentos teóricos com a realidade empírica do *lócus*. Nesse momento, empenhou-se em identificar os recortes espaciais necessários para investigar a (re)estruturação interna de Maracanã, considerando à relação da cidade com o rio e o espaço costeiro face às dinâmicas na região Amazônica após 1960.

Assim, na ação inicial deparou-se com um conjunto de objetos espaciais localizado a beira-rio, que caracteriza o padrão de estruturação espacial ribeirinho-costeiro. No espaço da cidade adjacente à baía do rio Maracanã, onde o referido núcleo urbano teve sua gênese de formação, observou-se uma paisagem que além de apresentar uma forte presença das formas espaciais tradicionais, também expressa uma “ribeirinidade” (Neto; Furtado, 2015, p.159).

O conceito de “ribeirinidade” se traduz por um modo de vida particular dos que interagem com o rio. É uma maneira de viver em articulação com a natureza, podendo ser percebida no espaço costeiro maracanaense por meio do aspecto sociocultural dos “tiradores de mexilhão”, que de costume desembarcam no trapiche da frente da cidade após a jornada de trabalho como mostram as Figuras 5 e 6:

Figura 5: Ribeirinhos voltando da extração do mexilhão



Foto: Trabalho de campo, jan. (2023).

Figura 6: Desembarque da produção da extração do mexilhão na área do trapiche municipal.

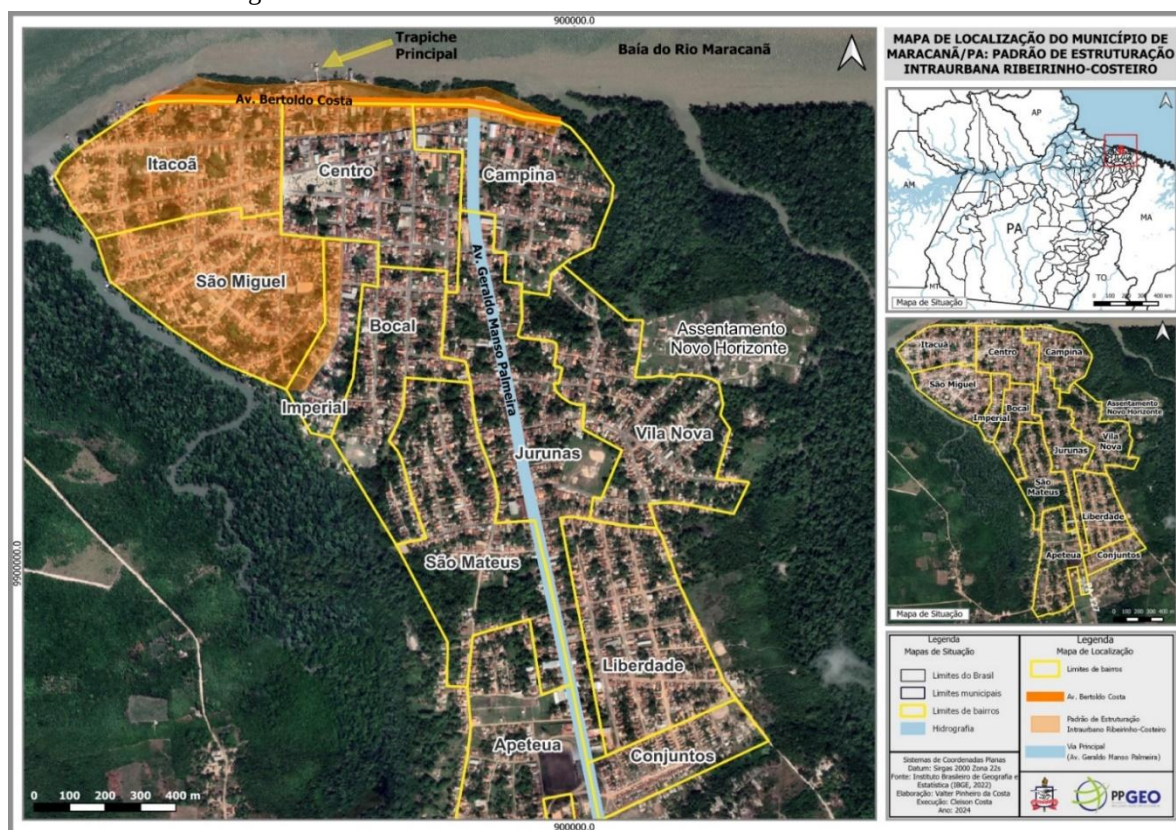


Foto: Trabalho de campo, jan. (2023).

Realizou-se o reconhecimento da extensão da frente/orla da cidade, de leste a oeste, na primeira rua a beira-rio, denominada Avenida Bertoldo Costa, que em alguns trechos recebe o nome de Avenida Barão do rio Branco e Avenida Beira Mar. Na Frente da cidade identificou-se: o porto principal, o trapiche municipal, a feira e o CPCS tradicional. Além desses espaços foram identificados mais dois recortes de análise: o bairro do Itacoã, o qual envolve a extensão da frente/orla, e o bairro do São Miguel, ambos localizados na parte oeste da cidade. Todo esse

conjunto espacial foi caracterizado por esta pesquisa como padrão de estruturação/organização intraurbano ribeirinho no espaço costeiro, como destaca o Mapa 5 a seguir:

Mapa 5: Padrão de estruturação intraurbano ribeirinho no espaço costeiro: Frente/orla da cidade, bairro Itacoã e bairro São Miguel



Fonte: Costa e Costa (2023).

De acordo com o Mapa 5, percebe-se que a partir do padrão tradicional de estruturação ribeirinho-costeiro encontrado na extensão da orla, a cidade de Maracanã expande sua malha urbana definindo seu arruamento cujo eixo principal é a Avenida Geraldo Manso Palmeira, um seguimento da PA-127 que corta Maracanã no sentido norte-sul. Essa Avenida conecta-se com a primeira rua, a Avenida Bertoldo Costa, localizada na frente/orla.

Na sequência desse primeiro momento analítico descritivo, buscou-se identificar um segundo recorte de análise na cidade de Maracanã que representasse o padrão de organização espacial espontâneo. Seguiu-se, então, até o bairro da Vila Nova, no lado leste da cidade. Nesse bairro foi identificado um assentamento mais recente, que segundo os moradores denomina-se Novo Horizonte, o qual se originou sem obedecer à orientação referencial do rio Maracanã em seu arranjo espacial, sendo construído aleatoriamente por diversos agentes produtores do espaço da cidade, segundo seus interesses, como revela a Figura 7 a seguir:

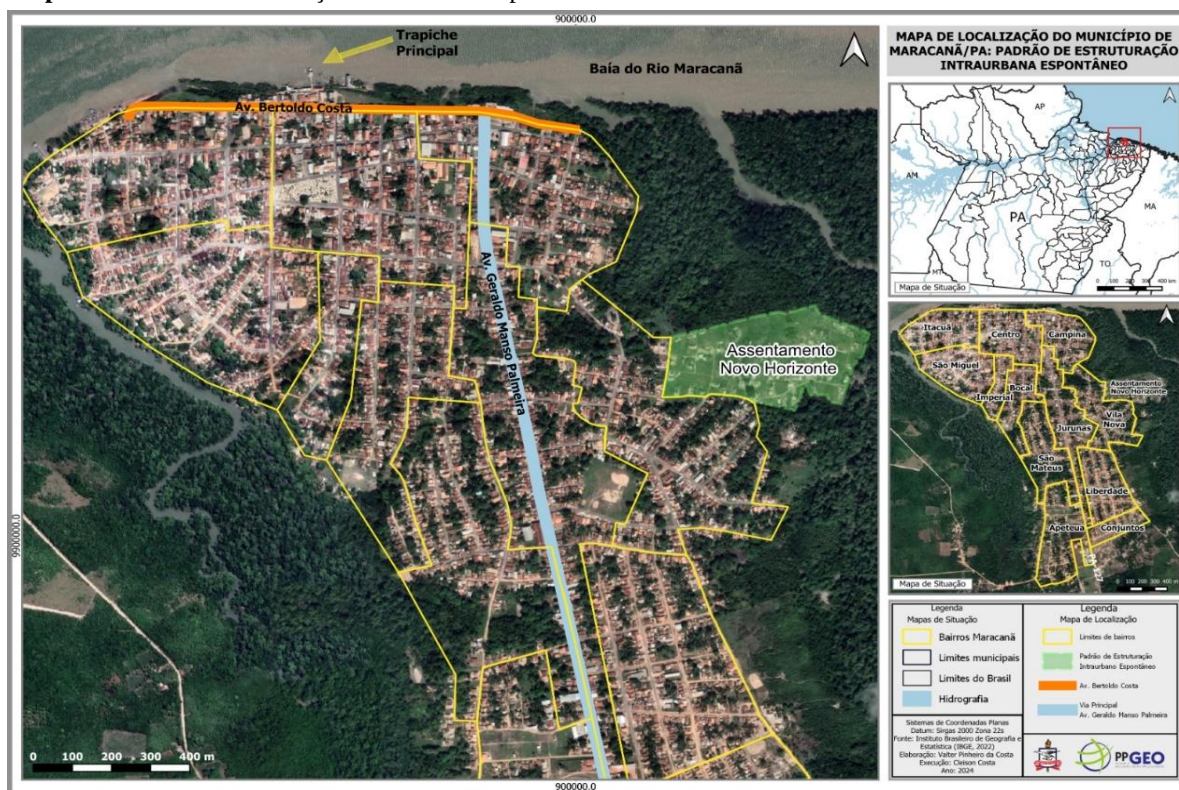
Figura 7: Padrão de organização intraurbano espontâneo: assentamento Novo Horizonte



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022).

Esse assentamento corresponde as características do segundo padrão de organização/estruturação espacial, o “espontâneo”. Embora saiba-se que sua produção inicial não tenha ocorrido totalmente desvinculada da influência do controle do Estado e do interesse do capital, esse padrão de assentamento revela traços mais recentes da estruturação da cidade, onde a sociedade teve sua participação direta na produção do espaço (Becker, 1990). O Mapa 6 a seguir representa a localização desse recorte espacial de análise na cidade de Maracaná.

Mapa 6: Padrão de estruturação intraurbano espontâneo: assentamento Novo Horizonte



Fonte: Costa e Costa (2023).

Na busca de um terceiro recorte espacial de análise que representasse o Padrão de organização predefinido, foi necessário o deslocamento para a parte sul da cidade aos assentamentos planejados pelo Estado, denominados de Tinolândia e Vovô Índio, localizados no bairro da Liberdade, às margens da PA- 127, como mostram as Figuras 8 e 9 a seguir:

Figura 8: Padrão de estruturação intraurbano predefinido: conjunto habitacional Tinolândia na cidade de Maracanã-PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023)

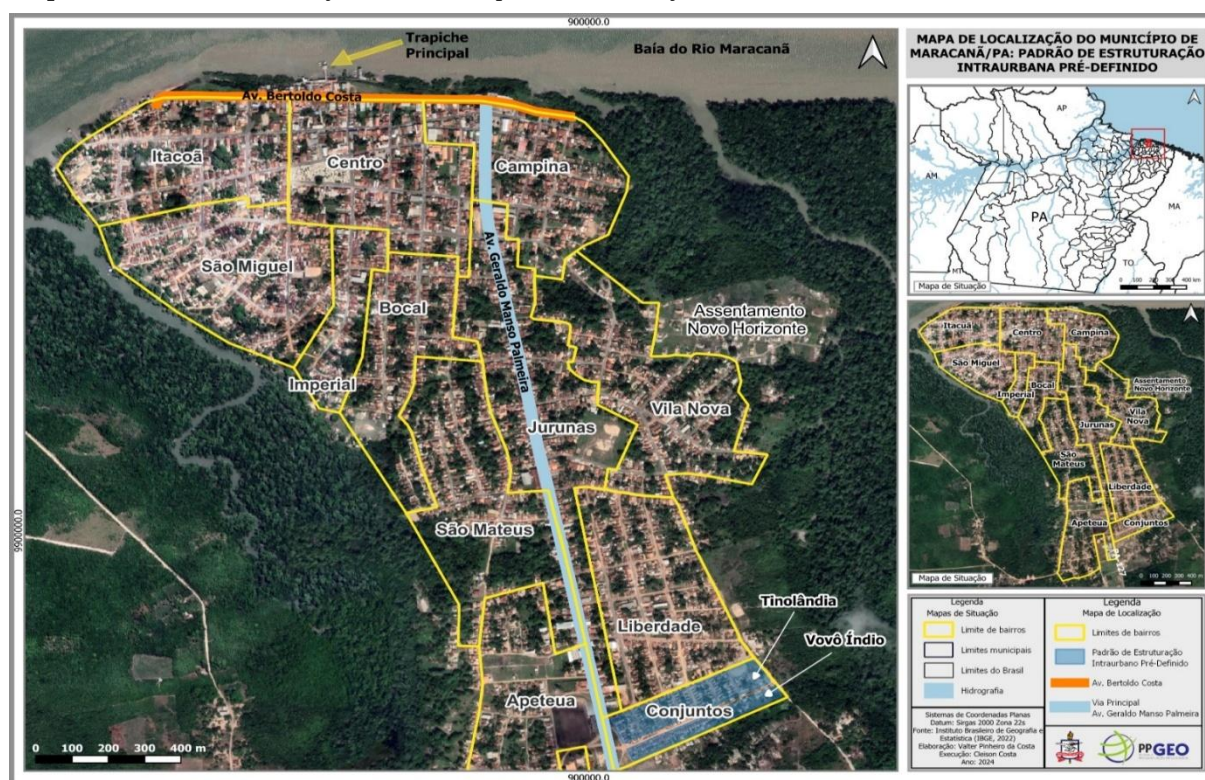
Figura 9: Padrão de estruturação intraurbano predefinido: conjunto Habitacional Vovô Índio em Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

Os conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio representam espaços da estruturação interna da cidade concebidos pelo poder público. Por meio do Mapa 7 a seguir, pode-se ter uma noção da localização dos referidos conjuntos habitacionais em relação a Avenida Geraldo Manso Palmeira, seguimento da PA-127:

Mapa 7: Padrão de estruturação intraurbano predefinido: conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio



Fonte: Costa e Costa (2023).

Assim, estes três padrões de estruturação/organização mencionados anteriormente representam frações diferenciadas da produção do espaço da cidade de Maracanã, no processo da evolução urbana historicamente definida. Logo, estes recortes espaciais possibilitam apontar dois extremos do nível de influência do rio e do espaço costeiro na configuração espacial da cidade, sendo: o nível de maior influência, o padrão ribeirinho fortemente presente na frente/orla da cidade e nos Bairros Itacoã e São Miguel, enquanto que o nível de menor influência é representado pelo padrão predefinido dos assentamentos “Tinolândia e Vovô Índio”, localizados à margem da PA 127.

3.2 DAS ÁGUAS AO PORTO PRINCIPAL DA CIDADE: RELAÇÕES, OBJETOS E USOS DO ESPAÇO

Vislumbrar a cidade de Maracanã pelo rio no espaço costeiro instiga pensar sua origem, os povos pré-coloniais amazônicos que ali viveram e ordenaram o território, suas produções materiais e imateriais antes do contato com colonizadores europeus (Amaral; Barbosa; Silva, 2020; Trindade Jr., 2015; Vicentini, 2004). A paisagem a beira-rio provoca remontar o momento em que a rota fluviomarítima entre Belém e São Luís do Maranhão se tornou importante, possibilitando o fluxo de navegadores que aportavam ao longo do espaço costeiro em busca de abrigo e recurso, o que originou diversos núcleos urbanos no Salgado Paraense (Egler, 1961).

Assim, pelo rio no espaço costeiro é possível imaginar o momento dos primeiros contatos entre colonizadores e nativos da aldeia dos Maracanãs, por meio de relações que deram origem ao povoamento que mais tarde se tornaria o núcleo urbano Maracanaense. Mas, para além de idealizar o passado, é possível encontrar nas formas e no conteúdo presente dessa cidade elementos espaciais, como relações, usos e objetos que revelam não somente mudanças, mas também permanências de uma produção urbana anterior a 1960, na Amazônia.

Desse modo, ao se avistar a cidade pelo rio no espaço costeiro percebe-se a partir do porto principal da cidade formas variadas, entre as quais se destacam: manguezais, trapiches, embarcações diversas, torres de comunicações, casas e outros prédios com funções variadas. Essas formas estão dispostas no espaço, de modo que acompanham o contorno das águas flúviomarítimas e o relevo acentuado das falésias, materializando a realidade cotidiana pela qual se move o conteúdo da frente/orla da cidade, como revela a Figura 10 a seguir:

Figura 10: A beira/frente/orla da cidade de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

A Figura 10 citada, anteriormente, possibilita uma noção da organização do espaço urbano em Maracanã. Este se desdobra a partir de um padrão inicial disposto de forma mais espontânea, com origem a beira-rio no espaço costeiro, onde encontra-se uma primeira rua (Av. Bertoldo Costa) e objetos espaciais que seguem um traçado paralelo as águas fluviomarítimas da baía formada pelo rio Maracanã, rio Caripi e as águas do oceano Atlântico (Castro *et al.*, 2019). Esse padrão de estruturação/organização inicial do espaço denomina-se ribeirão (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008).

Ressalta-se que esta pesquisa utiliza o termo rio Maracanã para se referir ao conjunto de águas que compõem a baía mencionada anteriormente. Pois, esse é um costume da população local na particularidade do seu cotidiano. Assim, de acordo com o padrão de estruturação intraurbano ribeirão no espaço costeiro, aponta-se como recorte de análise o espaço denominado de “beira” ou “beiradão”, ou ainda, para alguns, “frente da cidade”. São termos

com os quais a população costuma referir-se, com certo ar de pertencimento e afetividade, ao ponto de contato da cidade com as águas do rio Maracanã. Os termos beira, beiradão e frente da cidade, permanecem e coexistem com o termo orla, que é de origem mais recente (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Além disso, observa-se como especificidade dos nativos a expressão “lá em baixo”, para referir-se a área da frente/orla mais próxima a feira municipal. Isso acontece, por essa área estar situada em um relevo mais baixo em relação a outros espaços da cidade, sendo comum ouvir no cotidiano: “vou lá embaixo”, “vamos lá em baixo”, “lá embaixo”, etc. Desse modo, os referidos termos e expressões tradicionais contribuem para identificar o espaço facilitando à relação com seus usuários.

O termo orla oficializou-se a partir de 2004, ano em que foi estabelecido um novo espaço de gestão territorial denominada de Orla Marítima, “definida pelo Artigo 22 do Decreto 5.300, D.O.U., 2004, como a faixa contida na Zona Costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar”(Oliveira; Nicolodi, 2012, p. 90).

Não é o foco dessa pesquisa delimitar criteriosamente o espaço da orla de Maracanã, mas para melhor compreensão será considerado a área urbana da frente da cidade de leste a oeste que se imbrica aos manguezais, e de norte a sul referindo-se a área a partir de uma porção imaginária das águas fluviomarítimas em direção a primeira rua, Av. Bertoldo Costa, envolvendo as edificações localizadas em suas duas laterais. Para melhor compreensão desse recorte espacial propõe-se a Figura 11 a seguir:

Figura 11: Padrão ribeirinho: recorte espacial de análise da Frente/ Orla da cidade de Maracanã/PA



Fonte: Google Earth (2023), adaptação, o autor desta pesquisa (2023).

O rio no espaço costeiro é um elemento fundamental na caracterização da cidade de Maracanã e atrai a população a frente costeira para contemplá-lo, principalmente no pôr do sol. Essa admiração pelo rio tem se transformado em tema de telas artísticas encomendadas pelos habitantes para serem expostas em suas residências, hospitais, cartórios e outros espaços na cidade. Um dos que mais tem retratado o rio no espaço costeiro é o artista maracanaense Lima (2023), o qual admite a presença do rio Maracanã em grande parte de seus temas relacionados à cidade, segundo a fala desse artista:

As pessoas pedem para pintar a frente da cidade pela admiração à paisagem costeira, porque gostam de contemplar o pôr ou o nascer do sol, mas a atração é sempre o rio, ele é o elemento principal. Ao meu ver, o rio merece esse destaque, pois é via de transporte, fonte de recursos e de inspiração para a nossa população ribeirinha. Além disso, é também uma atração turística (Lima, 2023).

Como exemplo da presença do rio Maracanã nas obras de Lima (2023), tem-se a Figura 12, que retrata a regata tradicional de São Miguel Arcanjo, padroeiro da cidade, vista das águas para a cidade, e a Figura 13 a seguir, a qual mostra a paisagem da orla a partir da cidade para as águas. Nota-se que as referidas obras têm o rio como um de seus principais elementos representativos, o que revela a relação da cidade com este objeto espacial natural.

Figura 12: Pintura artística da regata de São Miguel



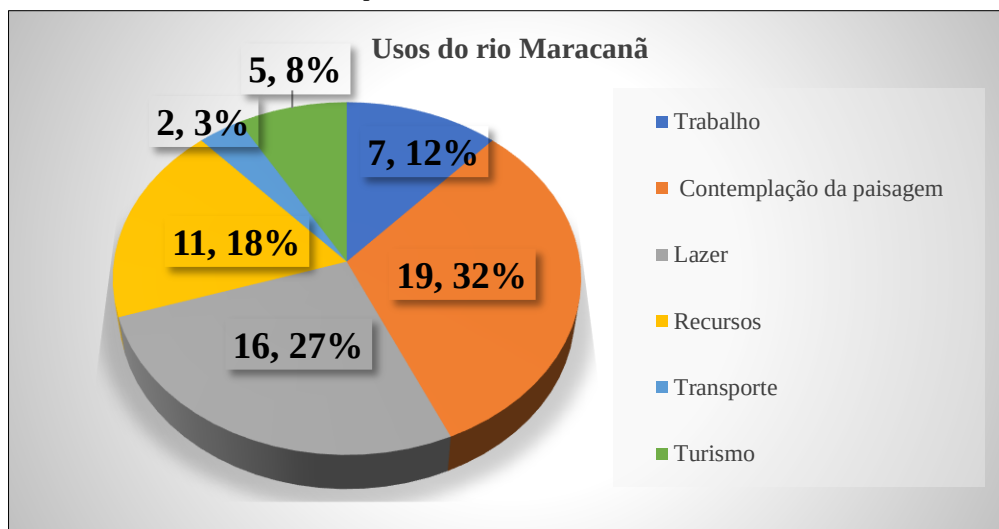
Fonte: Lima (2023).

Figura 13: Pintura artística da frente/orla da cidade de Maracanã/PA



Fonte: Lima (2023).

Diante da opinião e das obras de arte do artista Lima (2023), citadas anteriormente, percebe-se que o valor atribuído ao rio Maracanã vai além da extração de recursos e de seu potencial turístico, manifestando também um valor simbólico por meio das escolhas artísticas da população. Além disso, a contemplação da paisagem foi o principal uso do rio Maracanã apontado pelos moradores e/ ou trabalhadores da orla da cidade, o que correspondeu a 19,32% das respostas dos formulários aplicados nessa área, como expõe o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1: Uso do rio Maracanã por moradores e/ou trabalhadores da orla

Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

O resultado exposto no Gráfico 1 reforça a concepção de que o rio Maracanã não é ignorado pelos moradores, mas possui forte valor simbólico e desperta um aguçado sentimento de afetividade e pertencimento nos habitantes, os quais interagem com ele fortalecendo o perfil de cidade ribeirinha-costeira. Desse modo, o rio não passa somente pela cidade, mas denota-se que esta mantém forte relação com ele (Rice; Urban, 2009). Uma prática mais recente que caracteriza mudanças pela presença de novas tecnologias, mas que revela a permanência dessa relação afetiva da população local com o rio Maracanã no espaço costeiro, é o intenso compartilhamento de imagens acompanhadas com diversas mensagens de elogios a esse recurso hídrico, pelos moradores, nas redes sociais, .

Mas, a relação com rio não se limita ao plano do simbólico, o rio Maracanã também é fonte de recursos materiais que devem ser preservados. Nesse sentido, ao indagar se o rio Maracanã no espaço da frente/orla da cidade apresenta algum sinal de poluição, todas as repostas dos 55 formulários aplicados aos moradores e/ ou trabalhadores na orla afirmaram que sim. O descarte de resíduos sólidos (lixo), o despejo de esgoto e a poluição deixada pelas embarcações foram as práticas urbanas apontadas como causas principais dessa poluição.

Na entrevista com o presidente da Associação dos Usuários da RESEX Maracanã (AUREMAR) indagou-se a respeito de quem compete a fiscalização dos recursos naturais no espaço da frente/orla de Maracanã. O presidente argumentou que:

Há certa confusão em relação a competência dos órgãos ambientais na cidade, havendo assim a necessidade de maior esclarecimento pela gestão de cada órgão, para que a população saiba a quem recorrer no momento necessário. Já houve casos de cidadãos (ãs) procurarem a AUREMAR, em busca de serviços que competia a outros órgãos (Presidente da AUREMAR, 2023).

No caso da preservação do espaço da orla da cidade, o presidente da AUREMAR declarou que: “ a gestão dos recursos naturais nessa área compete a SEMMA” (Presidente da AUREMAR, 2023), fato confirmado, posteriormente, na entrevista com o próprio secretário desta instituição que se manifestou da seguinte forma : “o ICMBIO não fiscaliza a parte frontal da cidade, então, cabe a nós como SEMMA, fazer o trabalho de fiscalização dessa área” (Secretário da SEMMA, 2023).

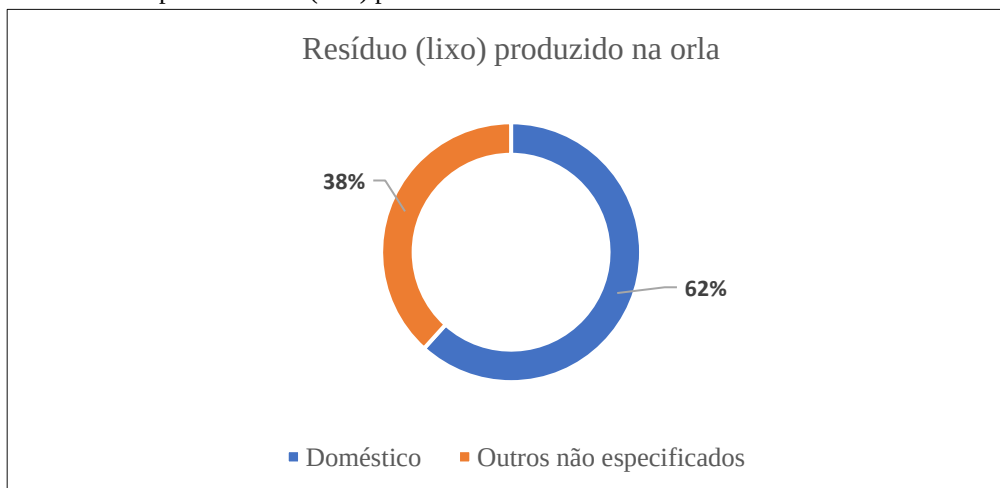
Em relação ao descarte de rejeito sólido no rio, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) por meio de seu secretário declarou:

A poluição do rio na frente da cidade de Maracanã/PA tem manifestado sinais por meio de resíduos sólidos, como garrafas PET (Polietileno Tereftalato), plásticos, etc. Esses resíduos têm diversas origens, pois a correnteza do rio também traz resíduos de lugares distantes. Dentre as principais causas de poluição no rio, relacionadas as práticas dos habitantes da cidade, temos: os eventos que ocorrem na orla, nos quais se utiliza bastantes garrafas e copos descartáveis que não são recolhidos posteriormente; os despejos de resíduos sólidos por usuários no cotidiano; etc., (Secretário da SEMMA, 2023)

Diante disso, a SEMMA acrescentou que tem se articulado para combater o descarte de resíduos sólidos na orla e no rio:

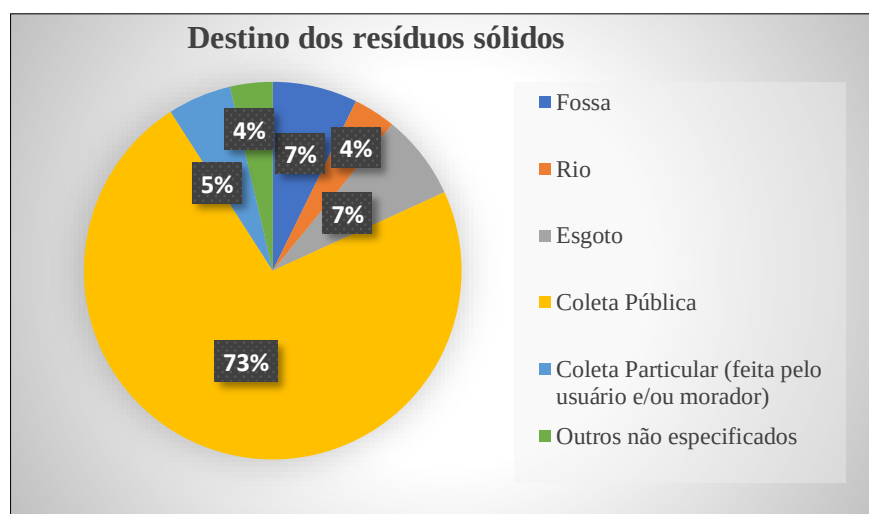
Colocamos lixeiras em quase toda a extensão da orla, acionamos a limpeza todos os dias as 14:00h, além disso, temos realizado parcerias no combate à poluição. Ultimamente, pela festa do município recebemos o apoio de uma turma de alunos de Pedagogia da Universidade Estadual do Pará (UEPA) que contribuíram na limpeza do espaço da orla. Também temos parceria com a escola Francisco Nunes, localizada na cidade, considerada a primeira “Escola Azul” do norte do Brasil, um projeto de iniciativa transversal que começou em Portugal para incentivar escolas a integrar o tema oceano no currículo escolar, promovendo a consciência e a cultura oceânica entre alunos, professores e a comunidade. Estamos apoiando a causa deles e propusemos para juntos realizarmos uma limpeza no rio Maracanã, para retirarmos garrafas PET (Polietileno Tereftalato), plásticos, etc. Sabemos que somente essas ações não são suficientes para combater o descarte de lixo na orla e no rio, mas embora estejamos a oito meses no cargo, estamos agindo para tornar nosso trabalho cada vez mais eficiente (Secretário da SEMMA, 2023).

Segundo o resultado dos formulários aplicados na orla, mais de 62% dos resíduos sólidos (lixo) produzidos pelos moradores e/ou trabalhadores desse espaço são domésticos, e 38% são de outros tipos não especificados, como se observa no Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2: Tipo de resíduo (lixo) produzido na orla de Maracanã/PA

Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

Embora o Gráfico 3 a seguir, revele que 73% dos resíduos produzidos na orla têm como destino a coleta pública, é necessário uma ação mais intensa dos órgãos responsáveis pela limpeza e manutenção do espaço da orla. Além disso, maior conscientização da população, no sentido de evitar descartes de resíduos sólidos em locais não apropriados e utilizar as lixeiras como prática pra combater o habito de jogar o resíduo (lixo) no chão, etc., visto que, 4% dos resíduos produzidos na orla são descartados no rio, e 7% despejados nos esgotos que também tem como destino o rio no espaço costeiro.

Gráfico 3: Destino dos resíduos sólidos produzidos no espaço da frente/orla de Maracanã/PA

Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

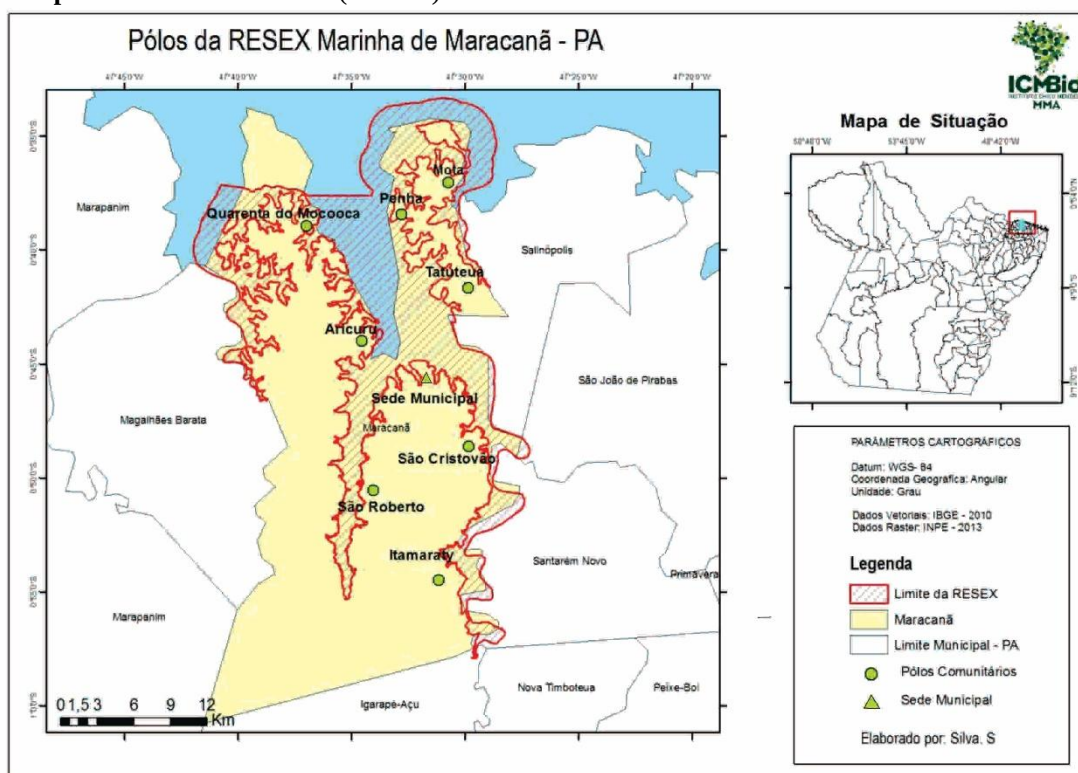
Assim, para combater a poluição no rio Maracanã é imprescindível a parceria entre poder público, sociedade civil e o indivíduo, a partir da compreensão do rio e da orla da cidade

como fragmentos do espaço geográfico que se constitui território usado por todas as pessoas, por todas as organizações e por todas as instituições (Santos, 1998) que em conjunto devem cuidar dos recursos no espaço.

Nesse sentido, melhorias na infraestrutura de esgoto da cidade, fiscalização ostensiva, campanhas de educação ambiental mais frequentes somadas a maior conscientização de moradores e usuários são propostas relevantes para manter o espaço da orla e o rio Maracanã em condições de uso mais adequadas. A efetivação dessas ações pode contribuir para fortalecer os laços de afetividade da população com a materialidade do espaço.

As Unidades de Conservação (UC) nos espaços costeiros surgiram com a finalidade de proteger e garantir o uso sustentável dos recursos naturais por meio de diversas estratégias de conservação e preservação (Melo, 2020). Nessa perspectiva, foi institucionalizada a UC RESEX Maracanã que envolve a área circundante da cidade, como se observa no Mapa 8:

Mapa 8: Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã/PA



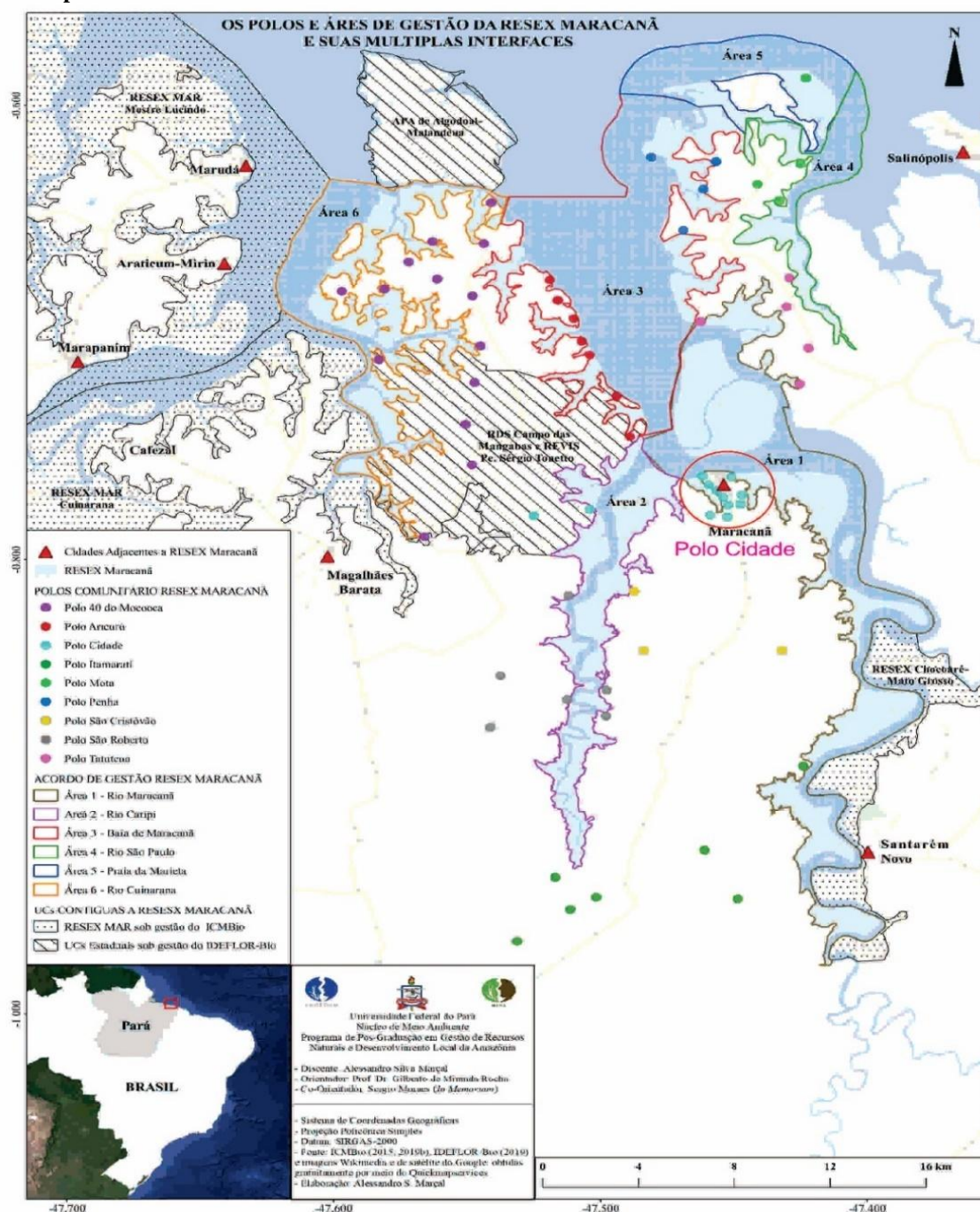
Fonte: Santos (2016).

A RESEX Maracanã localiza-se na microrregião do Salgado, possui uma área de 30.019,00 ha., que envolve rios, lâminas d'água, praias, dunas e manguezais. Essa Unidade de Conservação (UC) é uma das 12 Reservas Extrativistas Marinhas do Pará e foi criada por meio do Decreto Presidencial de 13 de dezembro de 2002, com objetivo de garantir o uso sustentável

e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local (Marçal, 2019; Silva *et al.*, 2021; Saavedra, 2022).

Essa UC possui nove polos e seis áreas de gestão (Mapa 9 a seguir) conhecidas como áreas circundantes, as quais envolvem a cidade com uma “floresta de mangue” (Menezes e Mehlig, 2009, p. 35) e águas estuarinas. São fontes de recursos para sobrevivência da população, principalmente para quem vive da atividade da pesca e da extração do caranguejo uçá. A cidade de Maracanã representa o Polo Cidade, composto pelas comunidades: Itacoã, São Mateus, Imperial, Bocal, Centro, Apeteua, Aliança, Reizão, Jurunas, Liberdade, Vila Nova e Campina.

Mapa 9: Os Polos e Áreas de Gestão da RESEX Maracanã



Fonte: Elaboração Marçal (2019), com dados ICMBio (2015; 2019), IDEFLOR-Bio (2019), imagens Wikimedia e de satélite do Google. Readaptado por Costa (2023).

No Polo Cidade, na comunidade/Bairro São Miguel, encontra-se a sede da Associação dos Usuários da RESEX Marinha Maracanã (AUREMAR). O Polo Cidade por meio da AUREMAR centraliza os demais polos, pois na sede dessa associação presta-se serviços burocráticos, realiza-se projetos, cursos, eventos culturais, reuniões, etc. Assim, seus

associados, constituídos por pescadores artesanais, se deslocam para a sede da associação em busca de seus objetivos.

Diante disso, pondera-se que o Polo Cidade, da RESEX Maracanã, sedia uma importante centralidade política e cultural em relação, principalmente, as comunidades dos demais polos localizados no município. Essa centralidade política dá-se por meio da Associação dos Usuários da RESEX Marinha Maracanã (AUREMAR). Tal particularidade é de grande importância para se pensar a cidade para além do viés econômico, considerando também a população local e seu modo de vida ribeirinho-costeiro.

Nesse sentido, Trindade Jr. (2015) discorre:

Outra forma de pensar a importância de cidades (...) na região diz respeito às suas centralidades políticas. Estas não estão restritas aos papéis exercidos por instituições e órgãos oficiais, estaduais e federais, ligados as decisões políticas que nelas se fazem presentes, tais cidades sediam também importantes forças políticas, associações, representações sindicais, de classe e de categorias sociais diversas, que projetam movimentos de natureza política. (Trindade Jr. 2015. p. 324).

No polo cidade, a partir da origem beira-rio na frente/orla, onde se localiza o porto principal de Maracanã, encontram-se Áreas de Preservação Permanente (APPs), fundamentadas na Lei n. 12.651/2012, de 25 de maio de 2012, definidas como área protegida, coberta por vegetação nativa de mangues, com função de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações.

Essas referidas APP, que também fazem parte da área da RESEX Maracanã, localizam-se no porto principal da cidade e encontram-se atualmente em bom estado de preservação. Essas APP contribuem juntamente com o muro de arrimo para amenizar os impactos das águas da baía, evitando erosão e deslizamento das falésias, em grande parte da frente/orla da cidade.

Nesse sentido, as normas de preservação estabelecidas contribuíram para a permanência das vegetações de mangues na frente da cidade, que outrora, com a justificativa de limpeza na área do porto, eram desmatadas deixando o espaço vulnerável. Atualmente, as leis e normas de preservação requerem do poder público municipal e da própria população maior compreensão da importância da preservação da cobertura de mangues existentes nos espaços adjacente à cidade.

De acordo com a maioria das respostas dos formulários aplicados na área da orla aos moradores e/ou usuários, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) se fazem presentes no

espaço. No entanto, na opinião de moradores e usuários, esses órgãos fazem “ações esporádicas, sem muito diálogo”, diante disso, sugerem que “deveria haver mais ações para conscientizar a população” a respeito do uso do referido espaço (Moradores e usuários da orla, 2023).

No porto principal da cidade esta análise identificou quatro áreas denominadas pela população local de: porto do Itacoã, Trapiche municipal, porto do Tiro-e-queda e porto do Botelho. No século XVII, espaços como esses nas proximidades do rio Maracanã presenciaram o contato e resistência entre colonizadores e nativos. Esses encontros e desencontros deram início ao primeiro período da formação urbana de Maracanã considerado nesta análise, entre 1613 a 1850, relacionado ao contexto regional. Nesse período, ocorreu na escala local maracanaense: o aldeamento/povoamento entre 1613-1689; a instituição de freguesia em 1700, de Vila de Cintra em 1755 e município de Cintra em 1833 (Paixão, 2007; Barbosa, Bentes e Raiol, 2019; Trindade Jr., 2015; Corrêa, 1987).

Esses espaços com características ribeirinhas-costeiras permanecem como elementos da cultura local face às mudanças que se apresentaram e das que continuam a surgir em Maracanã. São espaços com forte “ribeiridade” (Neto; Furtado, 2015, p.159) utilizados como pontos de encontros, desencontros e trocas de experiências entre usuários, cotidianamente. É possível ter uma noção desses espaços nas Figuras 14,15,16 e 17:

Figura 14: Área conhecida como porto do Itacoã, **Figura 15:** Área conhecida como trapiche municipal **Figura 16:** Área conhecida como porto do tiro-e-queda, **Figura 17:** Área conhecida como porto do Botelho



Fonte: Trabalho de campo, dez. (2022).



Fonte: Trabalho de campo, dez. (2022).



Fonte: Trabalho de campo, jan. (2023).



Fonte: Trabalho de campo, dez. (2022).

Nessas áreas, não foi encontrado nenhuma forma ou objeto técnico relacionado a empreendimento privado de grande porte que viesse causar mudanças contundentes. Esses espaços ainda mantêm fortes características ribeirinhas. No âmbito do investimentos do poder público, as obras mais recentes no porto da frente/orla da cidade foram as construções na área do trapiche municipal de um novo mercado de peixes na forma de palafita de concreto construída sobre o rio, e de um trapiche/ponte para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias, como se mostrará mais adiante nesta pesquisa.

Assim, as áreas localizadas no porto principal, mencionadas anteriormente, são usadas para saída e retorno na prática da atividade da pesca artesanal, do turismo praieiro, embarque e desembarque de passageiros, mercadorias, pescados, mariscos, etc. São também lugares em que a população ribeirinha costuma produzir e ressignificar sua cultura, enquanto produção material e imaterial (Vessentini, 2015), fabricando canoas, barcos, utensílios de pesca, produzindo histórias, enraizando costumes, valores e etc.

Nesses espaços se faz presente o saber local que é transmitido de geração a geração por meio da oralidade (Fernandes; Fernandes, 2015, p.132). Esse saber local representa permanência e resistência à imposição de um suposto caminho unívoco para o conhecimento (Mato, 2008) e para o desenvolvimento (Camargo, 2009). Nesse sentido, o saber local, produzido a beira-rio nas áreas do porto principal da cidade, se manifesta por meio do conhecimento da natureza adquiridos pelos pescadores a respeito dos melhores locais de pesca, das fases da lua, a hora da vazante e da enchente das águas da baía do rio Maracanã, da identificação dos cardumes, das histórias de vida, das lendas, etc. Enfim, essas áreas não são somente locais no porto onde se guardam embarcações amarradas em “moirões” - hastes de madeira fixas no solo. São também espaços de vivências e experiências ribeirinhas e, portanto, de produção socioespacial.

Próximo à área do trapiche/ponte municipal, no porto da frente da cidade, encontra-se diversos objetos espaciais que caracterizam as cidades ribeirinhas na Amazônia e fazem parte da paisagem ribeirinha-costeira local. A Figura 18 a seguir mostra embarcações utilizadas na atividade da pesca artesanal, próximo ao cais de arrimo; o prédio onde funciona o mercado municipal, etc. A Figura 19, na sequência, revela o trapiche público de embarque e desembarque de mercadorias e passageiros construído e inaugurado no ano de 2023. Esse trapiche representa uma das mudanças recentes na orla, mas continua com sua função tradicional.

Figura 18: Porto principal em Maracanã/PA: objetos espaciais ribeirinhos-costeiros



Fonte: Trabalho de campo, jan. (2022).

Figura 19: Novo trapiche público no porto principal de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

Ainda é possível perceber no terceiro plano da Figura 18, citada anteriormente, a torre de telefonia, elemento que representa mudança relacionada as que ocorreram a partir de 1960 no contexto amazônico, e que alcançaram as cidades ribeirinhas-costeiras. A torre de telefonia, por muito tempo, foi o objeto que ao ser visualizado a distância pelas embarcações indicava que a cidade estava próxima. A esse respeito, Oseias profissional das águas, de 60 anos de idade, dos quais 40 anos foram de experiência na pescaria, relata: “Era costume falar quando já estávamos próximo à cidade: lá está a torre, já vamos chegar em Maracanã!” (Oseias, pescador aposentado, 2023).

No entanto, esse tipo de objeto espacial não é mais o único elemento a anunciar a chegada às cidades ribeirinhas, pois com o avanço da tecnologia da informação outras mudanças ocorreram, então, tornou-se possível receber chamadas e mensagem pelos aparelhos celulares, cujos sinais a longas distância, em meio a viagens de barcos, indicam que a cidade está próxima (Trindade Jr., 2021), e que as permanências coexistem com mudanças mais recentes.

No porto principal da cidade, os trapiches/pontes públicos(as) destacam-se por sua importância no cotidiano para a população usuária, como ponto de contato/fluxo entre o rio e a cidade. Esses locais são “particularidades ribeirinhas às margens da baía do rio Maracanã no espaço costeiro. São lugares de passagem e de trocas de experiências” (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Esses trapiches/pontes públicos (as) são lugares que representam um modo de vida tradicional, lugares que testemunham a forte relação da cidade com o rio e o espaço costeiro na escala geográfica local e regional. Assim, esses objetos espaciais facilitam a saída e a chegada no uso do rio como via de transporte, atribuindo à cidade de Maracanã a tipologia ribeirinha-costeira (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008) da floresta (Trindade Jr., 2010).

Os trapiches/pontes públicos(as) são estruturas importantes para o embarque e desembarque de passageiros, pescadores, turistas, produtos regionais, produtos industrializados, serviços, pescados, fluxos de informação, etc., que chegam e/ou seguem cotidianamente para diversas localidades costeiras como as vilas: São Tomé, Boa Esperança, Aricuru, Derrubada, Curuazinho, Penha, Quarenta do Mocooca, Mocooca, Fortalezinha, Algodual, Maiandeua, etc., e também para comunidades à beira da rodovia PA-127 como: km39, km,38, São Cristóvão, Poeiral, km 36, Jacó, Mina, km 34, Pau X, etc. e; para outras cidades como Igarapé- Açu, São Francisco, Castanhal, Belém, etc. Os trapiches/pontes marcam a paisagem de uma cidade ribeirinha-costeira. No caso de Maracanã, o trapiche/ponte de

concreto armado (Figura 20 a seguir), de acordo com os moradores antigos, foi construído (a) após o ano de 1960. Embora, atualmente se encontre em estado precário por não ter mais condições de ser reformado (a), esse trapiche/ponte representa na paisagem local o começo da modernização de um objeto geográfico característico da cultura ribeirinha, que anterior a 1960, era construído na frente da cidade somente de madeira, como mostra a Figura 21 a seguir.

Figura 20: Trapiche/Ponte de concreto armado construída após 1960 na frente da cidade de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, mai. (2023).

Figura 21: Trapiche/Ponte de madeira no porto da frente da cidade de Maracanã/PA (década de 1950)



Fonte: IBGE (2023).

O trapiche/ponte de concreto apresentado (a), anteriormente, na Figura 20 encontra-se desabilitada por estar sem condições de uso para população. Por muito tempo esse trapiche/ponte presenciou forte fluxo de passageiros e mercadorias, sendo também utilizado(a) como local de lazer, onde usuários assistiam regatas e procissões marítimas, faziam pescarias capturando, bagre, bagralhão, piaba/piramutaba, mandi, pacamão, bandeirado, siri e outras espécies que podem ser encontradas em uma dinâmica fluviomarítima-estuarina. Além disso, no referido trapiche/ponte, os usuários costumavam dar saltos para o mergulho nas águas da baía do rio Maracanã. Atualmente, embora esse objeto geográfico de concreto esteja interditado para o uso público, as práticas de lazer mencionadas ainda são presenciadas a beira-rio no espaço costeiro da cidade.

Assim, do rio ao porto principal, fração da frente/orla da cidade de Maracanã, pode-se inferir que as mudanças que modernizaram trapiches, estabeleceram diretrizes de uso e preservação dos recursos do território, possibilitaram novas tecnologias como aparelhos celulares e redes sociais, etc., não conseguiram apagar o modo de vida ribeirinho e, portanto, a relação da cidade com o rio e com o espaço costeiro. Logo, percebe-se que o rio Maracanã não é somente um elemento na paisagem, mas imprime na população maracanaense um modo de vida com significados que afloram em formas, saberes, costumes, valores, tradições e afetividade.

3.3 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA FRENTE/ORLA DA CIDADE: A FEIRA, A AVENIDA BERTOLDO COSTA E O CENTRO PRINCIPAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (CPCS) TRADICIONAL

Maracanã está passando por um processo de transformação na frente/orla da cidade, onde o poder público tem investido em equipamentos urbanos, como o novo Mercado Municipal de Peixes e novos locais de lazer (Figuras 22 e 23 a seguir):

Figura 22: Novo Mercado Municipal de Peixes na beira/frente/orla de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, mai. (2023).

Figura 23: Novo espaço de lazer na beira/frente/orla de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jan. (2023).

Esses novos equipamentos urbanos (Figuras 22 e 23, anteriormente) se materializaram por meio de “espaços concebidos” (Lefebvre, 1974, p. 65), planejados a partir de uma arquitetura moderna característica de uma urbanização mais recente. No entanto, mesmo que a frente /orla da cidade tenha passado por mudanças, a presença marcante da característica ribeirinha-costeira e de traços da produção urbana predominante no contexto amazônico, anterior à 1960, continuam presentes nas formas e no conteúdo desse espaço.

O novo mercado de peixes, por exemplo, construído no mesmo lugar onde, por muitos anos, existiu um trapiche/ponte público(a) com estrutura de madeira, bastante frequentada pela população local, continua atraindo os habitantes à frente/orla da cidade, pois ainda concentra grande parte da produção da pesca no município. Esse novo mercado de peixes continua permitindo contato direto com o rio no espaço costeiro, facilitando a entrega dos pescados aos peixeiros, que vendem seus produtos no próprio local. Além disso, com uma estrutura moderna sobre o rio, o novo mercado proporciona maior comodidade para a população que, diariamente, vai à frente/orla da cidade comprar os produtos do rio. A Figura 24 a seguir, mostra o interior do novo mercado municipal de peixes, em Maracanã:

Figura 24 – Interior do novo mercado de peixes em Maracanã- PA



Fonte: Trabalho de campo (2023).

Percebe-se, por meio da Figura 24 apresentada anteriormente, que o novo mercado de peixes possui uma infraestrutura que oferece boas condições enquanto local de trabalho e pode reforçar a relação da cidade com o rio no espaço costeiro, pois consiste em um objeto espacial que, por meio de sua forma, função e localização, atende em grande parte à necessidade da população local.

No entanto, é importante considerar que o espaço, além da forma, é também conteúdo. Nesse sentido, para que o novo mercado de peixes seja um espaço no qual a dimensão do “vivido” (Lefebvre, 1974, p.66) permaneça fortalecida, faz-se necessário prevalecer sobre suas características concretas e funcionais, a liberdade ao diálogo, a facilidade ao acesso, e o direito ao convívio. Estas são características que concretizam a cidadania e identificam um legítimo espaço público (Gomes, 2009). Além disso, é de grande importância que, nesse novo espaço, se proporcione oferta de pescados com qualidade e com valores acessíveis à população em geral.

O poder público também tem investido na revitalização da frente/orla da cidade por meio da construção de novos espaços de lazer, que têm atraído a população local à beira-rio no espaço costeiro. Além disso, essas mudanças tendem a aumentar o fluxo turístico na cidade e nas localidades em seu entorno, principalmente, nas comunidades com atrativos ao lazer.

A partir da cidade, a rota mais tradicional para as localidades costeiras com atrativos turísticos dá-se pelo trapiche municipal, via rio Maracanã. Essa rota continua sendo realizada por embarcações mesmo com a recente melhoria de estradas, como a PA- 430 (eixo rodoviário que liga a PA-395 a Vila do Quarenta do Mocoóca), que contribui para o acesso a destinos turísticos localizados na Área de Proteção Ambiental (APA) Algodoal/Maiandeuca (Aguilar, 2023).

Em Maracanã, as localidades costeiras com praias naturais têm sido atração para o turismo desde a década de 1950 (IBGE, 1957). Porém, foi com o processo de turistificação na década de 1970, incentivado pela política de integração amazônica, que as atividades econômicas se diversificaram de forma mais intensa, e lugares como a ilha de Algodoal passaram a ser polos de atração turística do Pará (Andrade e Tavares, 2012; Quaresma, 2003) .

Diante disso, percebe-se que a cidade de Maracanã, enquanto sede administrativa, possui em seus limites municipais considerável potencial natural que vem sendo explorado desde o período anterior a 1960 pelo turismo. No entanto, certos desafios relacionados a deficiências na gestão dos recursos naturais e conflitos socioespaciais relacionados a atividade turística precisam ser superados (Canto *et al.*, 2020; Honda e Sobrinho, 2018).

Segundo o diagnóstico do potencial turístico do município de Maracanã realizado em 2023, pela Secretaria de Estado do Turismo do Pará (SETUR), o município não possui secretaria de turismo, conselho e fundo municipal (Pará, 2023d). Desse modo, as atividades voltadas para o setor turístico desenvolvem-se por meio de um departamento na esfera da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Segundo a SETUR, em 2023 o setor de turismo conta com apenas um servidor para a realização de suas atividades. Os principais serviços e equipamentos turísticos estão concentrados nas atividades de hospedagem e alimentação (Pará, 2023d), as quais tem se intensificado principalmente nas localidades turísticas da APA Algodoal-Maiandeuca, onde se localizam as vilas de Algodoal e Fortalezinha.

Desse modo, o município de Maracanã possui 73 meios de hospedagem distribuídos entre a sede do município e as vilas de Algodoal, Fortalezinha, Penha e 40 do Mocoóca dos quais, 07 declaram possuir CNPJ. Apenas 05 possui cadastro obrigatório do Ministério do

Turismo (MTUR). Juntos esses estabelecimentos oferecem aproximadamente 212 unidades habitacionais e 516 leitos. A maioria dos meios de hospedagem estão concentrados na Vila de Algodual e Fortalezinha (Pará, 2023d).

Embora o município de Maracanã possua potencial para o turismo, como diversidade de atrativos naturais (praias, rios e áreas rurais); diversidade de manifestações culturais e um importante patrimônio histórico, apresenta certos entraves que devem ser superados. Entre estes, destaca-se: alta taxa de informalidade das empresas; ineficiência de legislação de turismo municipal; pouco crédito para atividades de transporte turístico e receptivo local; falta de informações ou sinalização turística dos atrativos naturais; abandono de edificações históricas; inexistência da secretaria municipal de turismo e conselho municipal de turismo não implantado (Pará, 2023d).

Além disso, esta pesquisa aponta como desafio a ser superado, a necessidade de maior inclusão ou reconhecimento das demandas da população local nos projetos voltados para o desenvolvimento do turismo. É fundamental garantir o direito de participação dos sujeitos no processo de gestão para se fazer ouvir a voz nativa da comunidade.

O turismo é uma atividade que, de um lado, tem impactado o espaço maracanaense provocando mudanças no modo de vida tradicional, principalmente nas comunidades costeiras (Canto *et al.*, 2020; Honda e Sobrinho, 2018). Por outro lado, o turismo é uma dinâmica territorial que intensifica a relação da cidade com o rio por meio das atrações oferecidas ao lazer, que não se limitam ao espaço físico das praias, mas envolvem também ritos, mitos, lendas, danças, comidas típicas, etc.

Os novos espaços de lazer construídos na frente/orla da cidade de Maracanã também são elementos de atração para o turismo de veraneio, atividade econômica bastante praticada no Salgado Paraense (Santos; Costa, 2021). São espaços com estrutura moderna que enaltece a paisagem, tornando-a atrativa tanto para a população local quanto para turistas que, ao chegarem na cidade, também visitam as comunidades em seu entorno, principalmente as que se localizam no espaço costeiro.

A implementação de novos espaços na orla da cidade de Maracanã caracteriza ações do poder público que também são identificadas em outras cidades do Salgado Paraense, como Curuçá, Marapanim e Salinópolis, onde os investimentos ocorreram em diferentes proporções, com finalidades que também envolvem a prática turística (Santos; Costa, 2021).

Em Maracanã, as opiniões de moradores e/ou usuários da orla revelaram que os novos espaços de lazer tem atraído a visita da população à frente costeira da cidade para “apreciar a

paisagem”; “pegar um vento”; “esfriar a cabeça”; “bater um papo”; “trocar umas ideias”, além disso, “fica no caminho pra feira”; “é o lugar da caminhada pela manhã ou a tarde”; “é o lugar do encontro” e do desencontro. “Ah! É também o lugar de olhar a regata de São Miguel Arcanjo”, o padroeiro da cidade. “Só esperamos que todos cuidem da orla para que continue organizada e que estabelecimentos econômicos não se acumulem, dominando esse espaço tão original de nossa cidade” (Moradores e usuários da orla da cidade de Maracanã/PA, 2023).

Analisa-se, a partir dessas opiniões e da dinâmica cotidiana maracanaense que, embora tenha ocorrido mudanças na frente/orla da cidade, a dimensão do “vivido” (Lefebvre, 1974, p. 66)) pela população local ainda existe e resiste nas formas e no conteúdo desses espaços. Nesse sentido, pode-se observar na Figura 25 a seguir um objeto espacial na forma de canoa à vela, com o nome Maracanã. Trata-se de uma espécie de monumento homenageando a cidade por meio de um símbolo do transporte fluviomarítimo e instrumento de trabalho usado no espaço ribeirinho-costeiro. Além disso, na Figura 26 a seguir, visualiza-se a população à beira do rio Maracanã prestigiando a regata do padroeiro São Miguel Arcanjo, que ocorre no mês de setembro.

Figura 25: Letreiro na beira/frente/ orla da cidade. Local de lazer próximo à praça São Miguel Arcanjo



Fonte: Trabalho de campo, out. (2022).

Figura 26: Moradores e usuários na frente/orla da cidade assistindo a regata de São Miguel Arcanjo na baía do rio Maracanã.



Fonte: Trabalho de campo, out. (2022).

A regata de São Miguel Arcanjo é um evento tradicional que acontece na baía do rio Maracanã e tem a participação do pescador artesanal que, por sua experiência, quase sempre recebe a responsabilidade de pilotar as embarcações que concorrem na competição. Tal evento possibilita relações com outras cidades e localidades da região amazônica, que se deslocam para a cidade de Maracanã com suas canoas à vela para participar da competição, a qual disponibiliza diversos prêmios aos vencedores. As cidades de Salinópolis, Marapanim e as localidades de Cafezal (Magalhães Barata) e Boa Vista (Quatipuru) são algumas das que se fazem presentes como partícipes desse evento (Participante da regata de São Miguel Arcanjo, 2023).

O Círio de Nazaré, realizado no mês de novembro, é outra manifestação cultural e religiosa de destaque em Maracanã. A passagem do Círio pela Avenida Bertoldo Costa, na orla da cidade, em direção à Igreja Matriz de São Miguel (Figuras 27 e 28 a seguir) faz parte do percurso tradicional. O Círio em Maracanã atrai romeiros e/ou turistas de diversos lugares que participam da procissão e das atividades que fazem parte da programação: a regata de N. Sra. de Nazaré, apresentações culturais, exposições de relíquias de Círios anteriores, missas, etc.

Figura 27: Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Maracanã /PA



Fonte: Trabalho de campo, nov. (2022).

Figura 28: Procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré na cidade de Maracanã /PA



Fonte: Trabalho de campo, nov. (2022).

Diante do exposto, anteriormente, discorre-se que a regata de São Miguel Arcanjo e o Círio de N. Sra. de Nazaré, que também realiza sua própria regata, são manifestações culturais e religiosas tradicionais com origem no período de urbanização amazônica anterior a 1960,

quando o fluxo dendrítico predominava na região. Porém, a dinâmica das estradas, que provocou transformações nas cidades amazônicas, também refletiu mudanças, ao longo do tempo, nas formas de realizações desses eventos, pois atualmente fazem parte de suas programações, tanto procissões fluviomarítimas como rodoviárias. Contudo, constatou-se que essas festividades tradicionais ainda continuam reforçando a relação cidade-rio no espaço costeiro, pois são manifestações que envolvem como elementos de seu roteiro o rio e a orla.

Esse contexto revela a dialética da produção do espaço que constantemente é transformado pela chegada do novo, mas sem eliminar totalmente as permanências que se manifestam para além da paisagem, por meio dos costumes, valores e modo de vida da população. Assim, ainda que as formas e conteúdos se transformem, são dotadas de outras dimensões e significados, sem eliminar totalmente as características ribeirinhas-costeira, que coexistem contrastando diversos elementos recentes no espaço (Oliveira, 2001).

O traçado urbano, os objetos e as relações socioespaciais se ampliam e se diversificam à medida que se adentra a realidade espaço-temporal da cidade de Maracanã, pelo porto principal, na dinâmica da feira da cidade. Esta é também um importante elemento característico do padrão ribeirinho-costeiro, pois o contato com a paisagem da feira revela a diversidade sociocultural e econômica maracanaense (Figura 29 a seguir). É espaço vivido e percebido (Lefebvre, 1974) por seus usuários. É o local da prática comercial de diversos produtos regionais, como mariscos; pescados; frutas diversas; urucum; jambu; derivados da mandioca como a farinha, a goma e o tucupi; etc.

Figura 29: Feira municipal da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, out. (2022) e mai. (2023).

A feira e o porto, localizados na frente /orla da cidade, são espaços que se destacam, registrando na paisagem a dinâmica da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã; pela hora que os barcos chegam e saem do/no trapiche/ponte municipal ou pela lógica e forma de seu abastecimento com produtos, fluxos locais e regionais. Isso revela o ritmo e o tempo da própria

cidade e da natureza. Dessa forma, a feira e a área do trapiche municipal são espaços que integram o núcleo central da cidade e acabam por revelar, de modo discreto, por meio de sua dinâmica, a rotina cotidiana desde o momento em que a cidade inicia suas atividades pela manhã (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Por se articular diretamente ao porto na frente da cidade, a feira de Maracanã é ponto de referência para o fluxo de mercadorias e passageiros que chegam e que saem em direção às localidades dentro do próprio município, para municípios vizinhos ou ainda em direção a capital, Belém. Desse modo, próximo ao trapiche, no entorno da feira, pode-se ter acesso tanto aos transportes fluviomarítimos, quanto aos rodoviários, indicando o caráter bimodal da cidade.

Seguindo pelo espaço no entorno da feira, a organização dos prédios residenciais e/ou comerciais vão avançando em direção a outro elemento que caracteriza a permanência do padrão de estruturação espacial ribeirinho em Maracanã. Esse elemento trata-se de uma primeira rua, que segue o traçado do rio, denominada Avenida Bertoldo Costa, em homenagem ao músico, folclorista e político de destaque no município, que nasceu em 26 de junho de 1867, no sítio Nazaré do Caripi. É importante ressaltar que determinados trechos dessa primeira rua recebem, ainda, outras denominações além de Avenida Bertoldo Costa, como: Beira-Mar e Barão do Rio Branco (Paixão, 2007).

A partir da feira e da primeira rua na beira do rio, no espaço costeiro, percebe-se o desdobrar do Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, onde se desenvolve atividades formais e informais. Atualmente, nesse espaço na frente/orla da cidade, especificamente na Avenida Bertoldo Costa (Figura 30 a seguir), se localiza grande parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços de Maracanã. É um espaço tradicional que se formou inicialmente em função do predomínio e importância da via dendrítica na Amazônia no período anterior a 1960.

Figura 30: Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, na Avenida Bertoldo Costa, na frente/orla da cidade de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. de (2023).

Na Avenida Bertoldo Costa, o CPCS tradicional concentra as seguintes atividades: comércio de gêneros alimentício, lojas de confecções, loja de calçados, lanchonetes, açougues, armarinhos, loja de eletrodomésticos, farmácias, banco, posto de gasolina, ponto de vans, ponto de mototaxistas, além de diversas atividades informais próximo a feira.

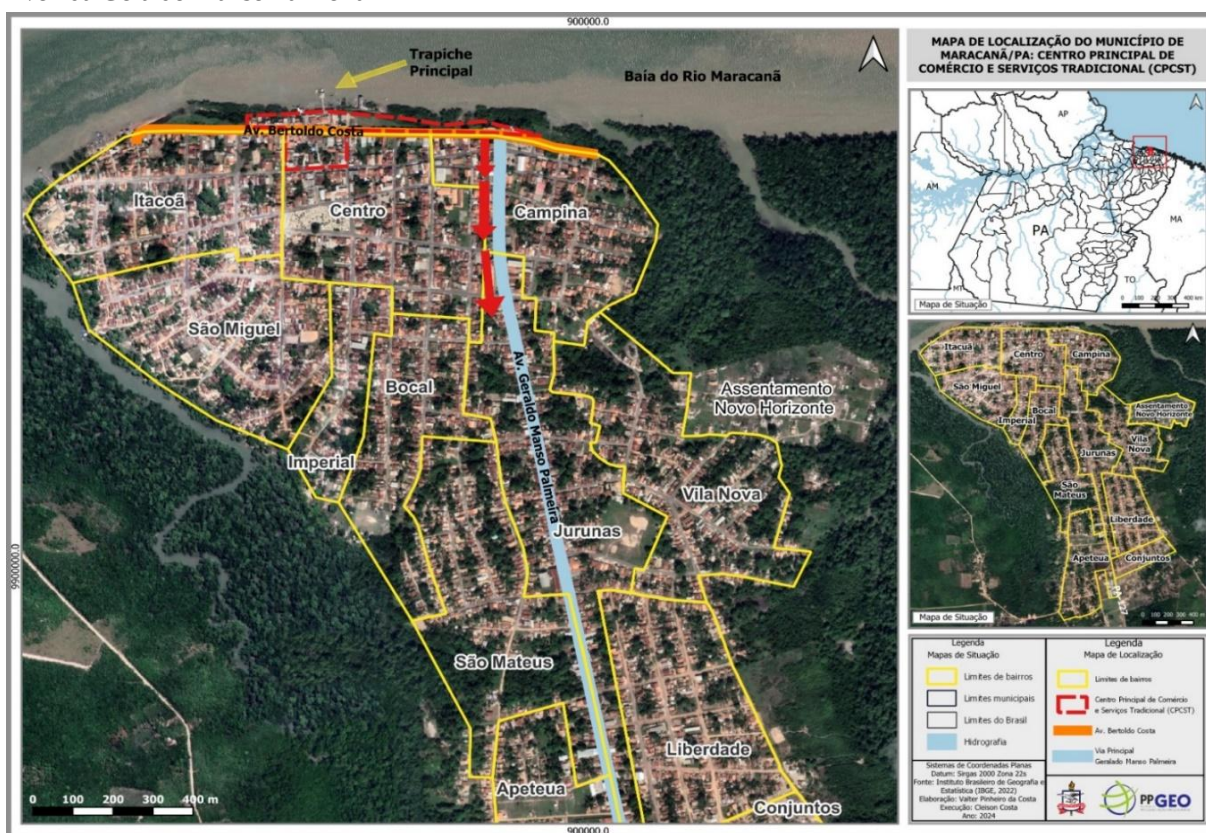
O CPCS tradicional em Maracanã tende a se expandir pelas ruas transversais/travessas a partir da primeira rua na frente costeira da cidade (Avenida Bertoldo Costa), como está ocorrendo em maior intensidade pela travessa Ernesto Gomes, alcançando a segunda rua, a Avenida Magalhães Barata, onde atividades comerciais e de serviços tem se multiplicado cada vez mais.

Outra mudança no espaço urbano de Maracanã que tem se intensificado manifesta um processo de descentralização das atividades comerciais do CPCS tradicional para as margens da Avenida Geraldo Manso Palmeira (trecho intraurbano da rodovia PA-127). Com fundamento na concepção de Araújo (2013) e no trabalho de campo realizado por esta pesquisa, pondera-se que esse processo de descentralização tem ocorrido por conta da atração do referido eixo rodoviário e do crescimento da cidade, que tem aumentado as distâncias entre o CPCS tradicional e novas áreas urbanizadas.

Desse modo, na Avenida Geraldo Manso Palmeira (PA-127), os estabelecimentos comerciais têm se multiplicado, formando um novo subcentro comercial, o qual tem crescido às margens do referido trecho rodoviário intraurbano. Ao longo do traçado dessa Avenida observa-se diversos estabelecimentos, como mercantil, farmácias, lojas de confecções, lojas de

peça de motos, armarinho, academias, depósito de gás, açougues, restaurantes, padarias, oficinas mecânicas, etc. O movimento de descentralização das atividades do CPCS tradicional, localizado na frente/orla da cidade, para ao longo da Avenida Geraldo Manso Palmeira (PA-127) é representado no Mapa 10:

Mapa 10: Descentralização do Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional para a Avenida Geraldo Manso Palmeira



Fonte: Costa e Costa (2023).

Diante do exposto, discorre-se que a malha urbana da cidade de Maracanã tem alcançado um relativo crescimento a partir da urbanização mais recente de novos espaços. Assim, os limites da cidade vem apresentando expansão a partir de novas áreas habitadas, como tem ocorrido ao longo da Avenida Geraldo Manso Palmeira (fragmento do eixo rodoviário PA-127), nas proximidades dos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio. Desse modo, o crescimento da cidade contribui para aumentar a distância em relação ao Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional.

Nesse sentido, Souza (2011) argumenta que a combinação de elementos como densidade demográfica, distância em relação ao centro tradicional e a renda da população induzem o surgimento de novos e importantes subcentros de comércio e serviços. Estes

subcentros podem contribuir para que moradores de diferentes bairros não necessitem se deslocar ao CPCS tradicional para suprir suas demandas diárias de produtos e serviços.

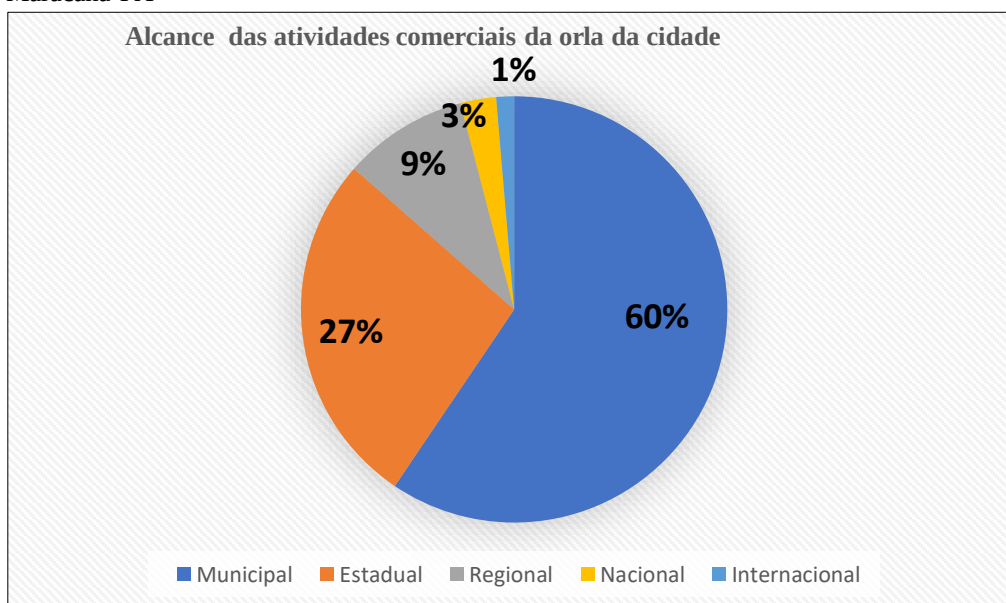
Embora, um novo subcentro se fortaleça ao longo da Avenida Geraldo Manso Palmeira, encurtando a distância e facilitando o acesso a grande parte dos produtos consumidos pela população de diferentes bairros, ainda não consegue suprir a demanda de forma satisfatória. Isso dá-se, principalmente, em relação ao acesso aos produtos do rio e da feira, que são adquiridos com maior variedade no beiradão/frente/orla onde se localiza parte do CPCS tradicional de Maracanã.

Desse modo, o acesso aos produtos do rio, da feira e a paisagem costeira ainda são elementos que atraem a população ao CPCS tradicional. Esses atributos contribuem para enraizar um costume nos moradores de ir ao centro tradicional, mesmo tendo que percorrer uma distância maior. Isso foi observado em campo e por meio de entrevistas informais com moradores como Alfaia (2023), que afirma:

O comércio da orla ainda oferece maior variedades de produtos, principalmente no que se refere a pescados e produtos da feira. Lá se concentra de modo mais frequente a produção da pesca; a produção do agricultor familiar, como a farinha, e outros produtos em geral. Desse modo, ainda se faz necessário ir, quase que diariamente, ao centro comercial tradicional na frente da cidade. Além disso, é gratificante ver a paisagem e encontrar os amigos que, possivelmente, vão estar por lá (Alfaia, 2023).

No CPCS tradicional, na frente/orla da cidade de Maracanã, dos 55 formulários aplicados, 60% revelaram que as atividades econômicas alcançam a escala municipal; 27% a escala Estadual; 9% atinge a escala regional; 3% a escala nacional e 1% a escala internacional. Logo, esse resultado aponta maior relação das atividades econômicas com o entorno próximo e com a região, o que nesse sentido, indica o predomínio do aspecto relacional característico das cidades ribeirinhas na Amazônia (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008), pois as referidas relações em escala nacional e internacional acontecem somente em função de compra de produtos de fornecedores pelos estabelecimentos, como mostra o Gráfico 4 a seguir:

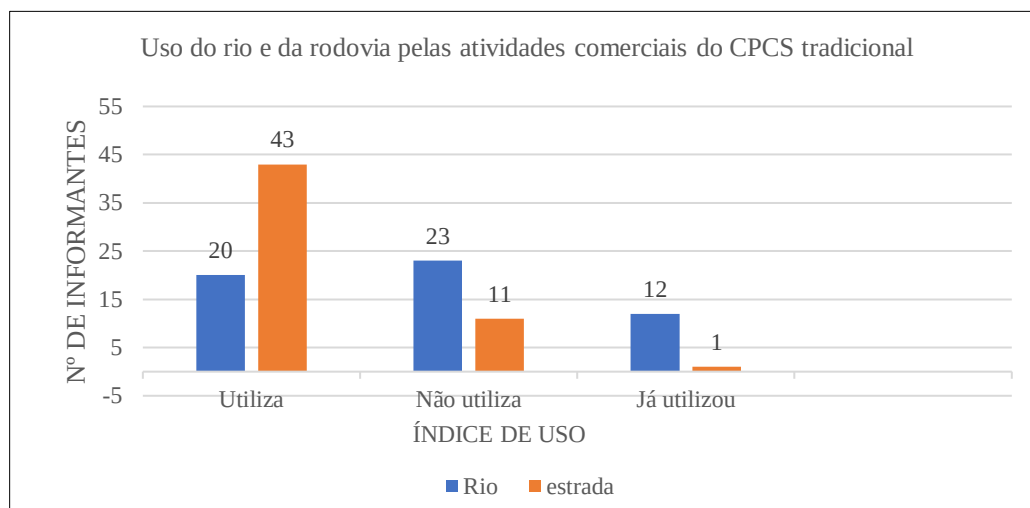
Gráfico 4 – Escalas de alcance das atividades que se desenvolvem na orla da cidade de Maracanã-PA



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

O processo histórico da formação socioespacial de Maracanã assegurou para que esta se tornasse uma cidade de acesso hídrico e rodoviário, possibilitando uma importante hibridez de transportes que contribui para a dinâmica da cidade. Em relação à utilização do rio e da rodovia, pelas atividades do CPCS tradicional, os formulários aplicados declaram que, atualmente, os estabelecimentos econômicos utilizam mais as estradas do que o rio no espaço costeiro. Desse modo, percebe-se que a quantidade de estabelecimentos (43) que utilizam a rodovia é maior em relação aos que não a utilizam (11), enquanto que o número dos que utilizam o rio (20) é menor dos que não o utilizam (23), havendo assim, uma quantidade maior de estabelecimentos que usam a rodovia (43) em relação a uma menor quantidade dos que utilizam o rio (20), como se observa no Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5: Uso do rio e da rodovia pelas atividades econômicas do CPCS tradicional em Maracanã-PA

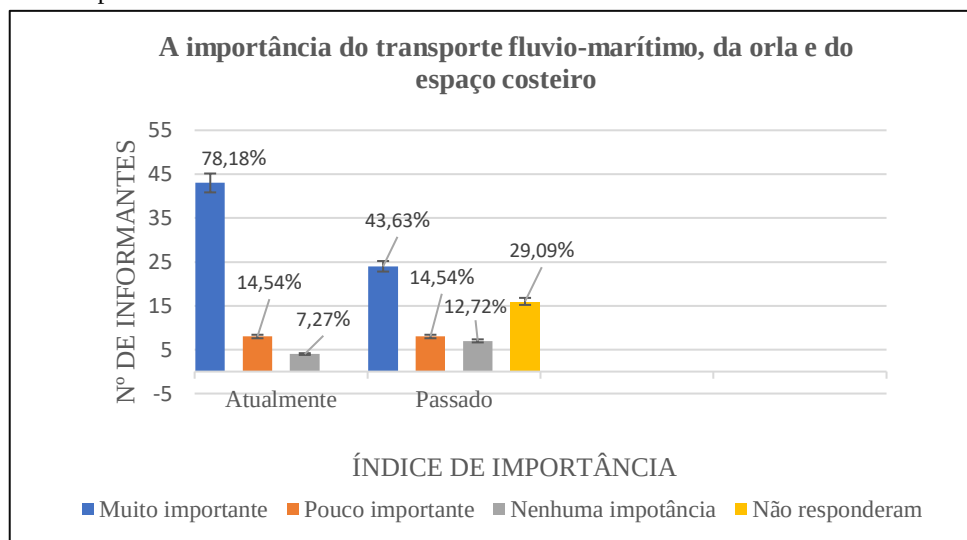


Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Contudo, essa redução na utilização da via fluviomarítima em relação a rodovia para enviar ou receber mercadorias no CPCS tradicional não significa dizer que o rio Maracanã tenha perdido sua importância no contexto socioeconômico maracanaense. Pois, a maior parte dos estabelecimentos econômicos no CPCS tradicional que responderam os formulários aplicados consideram hoje, mais do que no passado, o rio, o transporte fluviomarítimo e a orla, de grande importância para o desenvolvimento de suas atividades.

Nesse sentido, o Gráfico 6 a seguir mostra que esse grau de importância na atualidade (78,18%) é mais forte do que no passado (43,63%). Além disso, embora a taxa dos que consideram os referidos elementos pouco importantes, tanto no presente (14,54%) quanto no passado (14,54%), apresentem-se iguais, os que consideraram sem nenhuma importância no presente (7,27%) são menores do que em relação ao passado (12,72%). Isso ratifica o aumento atual da importância do rio, do transporte fluviomarítimo e da orla, em relação ao passado, para as atividades econômicas que se desenvolvem no CPCS tradicional.

Gráfico 6: Taxa de importância do transporte fluviomarítimo, da orla e do espaço costeiro para as atividades econômicas do CPCS tradicional



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2022).

A frequência do uso dos transportes fluviomarítimos pelas atividades no CPCS tradicional é um fator que pode contribuir para a compreensão da relação histórica dos estabelecimentos comerciais com o rio e o transporte fluvial, no presente e no passado. Nesse sentido, por meio da Tabela 5 a seguir, pode-se perceber que a frequência de uso do transporte fluviomarítimo pelas atividades desenvolvidas na orla, nos períodos: semanal, mensal, anual e sem regularidade, tem sido maior que no passado, enquanto que, a porcentagem da frequência das atividades que não utilizam o transporte fluviomarítimo tem diminuído em relação ao passado. E a frequência diária de uso desse tipo de transporte, assim como semestral permanecem estáveis tanto hoje como no passado.

Tabela 5: Frequência de uso do transporte fluviomarítimo nas atividades da orla

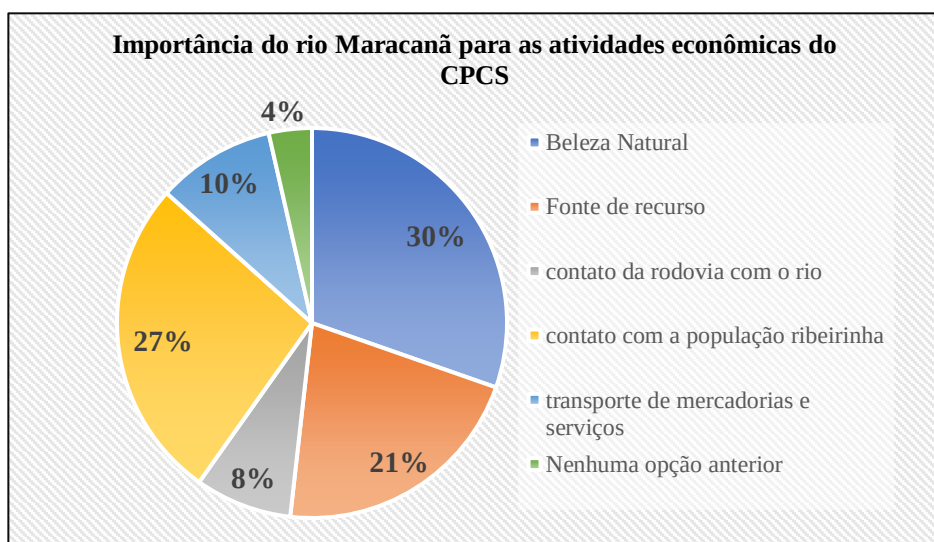
Uso do transporte fluviomarítimo nas atividades que se desenvolvem na orla		
Frequência	Atualmente	Passado
Diária	13%	12%
Semanal	14%	9%
Mensal	13%	12%
Semestral	4%	4%
Anual	7%	4%
Usa sem regularidade	9%	7%
Não Usa	40%	52%

Fonte: Trabalho de campo, jun. (2022).

Diante disso, pondera-se que o uso do transporte fluviomarítimo pelas atividades desenvolvidas no CPCS tradicional vem apresentando aumento. Isso significa que a importância do rio como via de transporte ainda persiste na manutenção das atividades econômicas na orla da cidade, mesmo sendo as estradas a via mais utilizada.

Os principais atributos apontados no Gráfico 7 a seguir sobre importância do rio para a maioria dos estabelecimentos comerciais no CPCS tradicional localizado na frente/orla da cidade foram: beleza natural da paisagem com 30%, fonte de recursos com 21%, contato da rodovia com o rio 8%, contato com a população ribeirinha 27%, transporte de mercadorias e serviços 10%, nenhuma opção anterior 4%. Denota-se que o rio continua sendo um elemento que influencia na economia da cidade por meio de seus atributos e, dessa forma, permanece possibilitando relações entre a cidade e o espaço costeiro.

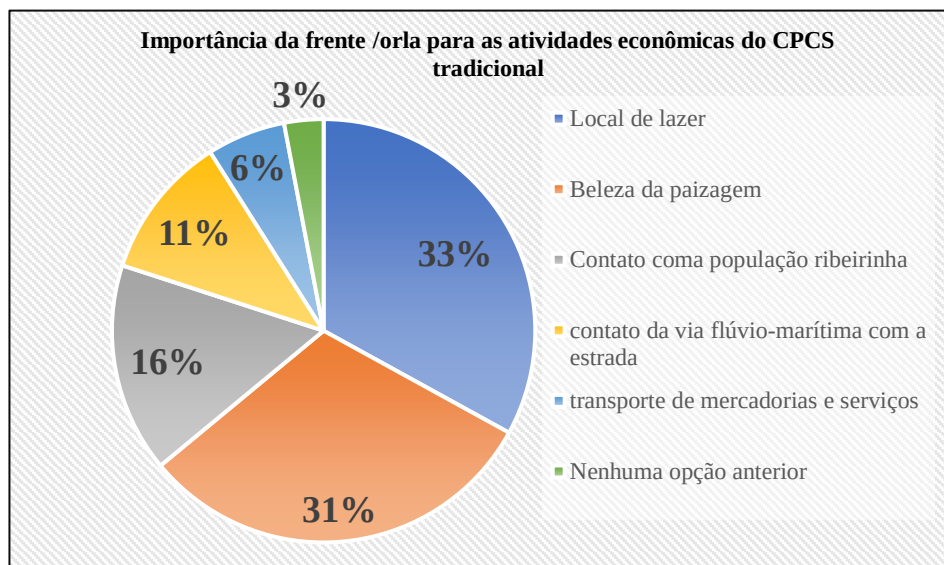
Gráfico 7: Principais atributos de importância do rio Maracanã para as atividades econômicas do CPCS tradicional



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Em relação à importância do espaço da frente/orla da cidade de Maracanã para os estabelecimentos comerciais do CPCS tradicional, os formulários revelaram que 33% admitem que essa importância dá-se por ser um local de lazer atrativo, 31% pela beleza da paisagem, 16% pelo contato com a população ribeirinha costeira, 11% pela facilidade de contato da via fluviomarítima com a estrada, 6% pela facilidade de acesso aos transportes de mercadoria, serviços e produtos, e 3% nenhuma importância, como mostra o Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8: Principais atributos de importância da frente/orla para atividades econômicas do CPCS tradicional



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Assim, infere-se que a frente/orla da cidade é um local estratégico para o desenvolvimento das atividades econômicas, principalmente do CPCS tradicional, e isso se dá tanto por elementos tradicionais como o rio, a feira, a localização e a beleza da paisagem no espaço costeiro, que proporcionam o lazer e o contato com a população ribeirinha, quanto pela presença de elementos característico de uma modernidade mais recente, como o fluxo rodoviário, que facilita o transporte de mercadorias, pessoas e serviços entre o rio e outros lugares por meio da rodovia.

Na Avenida Bertoldo Costa, primeira rua à beira-rio, há uma configuração espacial com traçado paralelo à baía do rio Maracanã, a qual caracteriza o padrão de organização espacial ribeirinho. Nessa avenida, encontram-se distribuídos objetos geográficos que indicam mudanças e permanências em suas formas e/ou funções, revelando diferentes períodos de urbanização.

O segunda período de formação do espaço urbano de Maracanã, apontada nesta análise, relaciona-se ao contexto regional entre 1850 a 1960, no qual vivenciou-se na escala local a instituição do Município de Cintra em 1833; o momento em que a vila de Cintra tornou-se, oficialmente, cidade de Cintra pela lei nº 1209 de 11 de novembro de 1885 e quando recuperou seu topônimo de origem passando a chamar-se cidade de Maracanã, em 1897 (Paixão, 2007; Pereira, 2007; IBGE, 1957)

Prédios antigos que remontam esse segundo período de formação urbana de Maracanã (Figuras 31,32 e 33), em que o padrão de apropriação e circulação ribeirinho ainda predominava na região amazônica, têm passado por alterações em suas formas e funções ao longo do tempo, mas ainda representam momentos da produção do espaço urbano maracanaense anterior a 1960.

Figura 31: Prédios antigos no bairro da Campina, referentes ao período em que o espaço maracanaense ainda se denominava Cintra (Pereira, 2007)



Fonte: Trabalho de campo, out. (2022)

Figura 32: Casarão antigo com azulejos do Período colonial (Paixão, 2007) coexistindo com prédio do período atual



Fonte: Trabalho de campo, out. (2022)

Figura 33: Prédio antigo com traços barroco (Paixão, 2007), onde funciona atualmente a Escola de Ensino Fundamental “Ezequiel Lisboa”



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022)

Esses e outros prédios históricos importantes permanecem na paisagem local, na primeira rua paralela ao rio no espaço costeiro, coexistindo com outras edificações/construções mais recentes. São casarões que vêm perdendo a originalidade da arquitetura tradicional por meio de restaurações modernas (Paixão, 2007; Pereira, 2007). Assim, esses e outros prédios antigos existentes na cidade, dotados de grande valor simbólico e memorial, podem ser restaurados de modo que não se distanciem do seu padrão arquitetônico original, possibilidade que urge por atitudes que instiguem a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Desse modo, os resíduos espaciais (Lefebvre, 2001) existentes em Maracanã são importantes para a compreensão da realidade local e regional, as quais estão diretamente relacionadas à “totalidade em movimento” (Santos, 2014, p. 119). A cidade de Maracanã ainda resguarda relações socioespaciais materializadas ao longo do tempo nas formas e no conteúdo que revelam encontros e desencontros de espaços e de tempos que, ao serem analisados em uma perspectiva progressiva-regressiva, podem ajudar a repensar o presente e apontar possibilidades futuras (Barros, 2018).

Ainda, no contexto do segundo período de formação do espaço urbano maracanaense (1850 a 1960), na escala regional amazônica eclodiu o “boom” da borracha, entre 1850 a 1920 (Trindade Jr., 2015), que impulsionou um novo modal de circulação, a ferrovia Belém-Bragança. Embora, nesse momento, o padrão predominante de circulação na Amazônia ainda

fosse o dendrítico, este passou por mudanças, tornando-se misto a partir do surgimento das primeiras ferrovias na região, dando origem a um novo padrão de ordenamento territorial denominado “dendrítico retangular” (Trindade Jr., 2015).

Na escala local, até 1920, o transporte fluviomarítimo em Maracanã era o único meio utilizado para chegar à capital Belém, com uma rota de 14 horas de viagem realizada por embarcações a vapor. Com a chegada da Estrada de Ferro Belém-Bragança, em Igarapé-Açu, rasgou-se na densa mata de terra firme, em direção ao interior do continente, uma trilha partindo da sede Maracanã até o rio Caripi, na parada denominada Maracanã, que ficava na rota da referida ferrovia (Paixão, 2007; Pereira, 2007). O longo percurso da cidade de Maracanã até a à parada Maracanã, no território de Igarapé-Açu, era realizado a pé ou no lombo de animais. Algum tempo depois esse trajeto foi utilizado pelos correios e telégrafos na implantação da rede telegráfica e, posteriormente, foi transformada em estrada de rodagem (Paixão, 2007; Pereira, 2007; Leandro e Silva, 2012).

No período após 1960, a dinâmica urbana se intensificou na Amazônia e, conseqüentemente, a configuração e as paisagens urbanas foram mais influenciadas pelos fluxos das rodovias, como a Belém-Brasília, objeto urbano que desencadeou mudanças nas relações e na organização socioespacial por todo o Nordeste Paraense (Barbosa, Bentes e Raiol, 2019). Nesse contexto, Maracanã foi consolidando a condição atual de cidade híbrida assumindo “caráter bimodal” de acesso e influências pelo rio no espaço costeiro e pela estrada (Cornélio, 2021, p. 39).

Assim, na escala local, iniciou-se o terceiro período da formação do espaço urbano maracanaense, o qual está relacionado ao contexto regional que se iniciou após 1960, com predomínio do fluxo rodoviário até os dias atuais. O prédio da Casa São Pedro, localizado na Avenida Bertoldo Costa, é uma permanência socioespacial que representa a transição do período anterior a 1960 para o período posterior.

A Casa São Pedro foi construída com investimentos econômicos de Galliano Cei, filho de imigrantes italianos que nasceu em Belém e chegou a Maracanã em 19 de agosto de 1952. Sob a administração de Galliano Cei, a Casa São Pedro foi uma referência comercial em Maracanã entre as décadas de 50 e 60, especializada na venda de grande variedade de produtos de farmácia, tecidos, rádios, bicicletas, artigos para caça e pesca, combustível, etc. (Pereira, 2007).

Segundo o morador Costa, de 82 anos de idade, cliente da Casa São Pedro na época em que pertencia a Galliano Cei: “A casa comercial de Galliano vendia de tudo. Ele foi um

forte negociante da época, comprava produtos regionais e levava em seu caminhão para Belém. Quando voltava da capital, trazia outras mercadorias para vender em seu estabelecimento” (Morador da cidade de Maracanã, 2023).

Atualmente, a Casa São Pedro pertence a outro proprietário e, mesmo com alterações em sua forma original, ainda permanece desenvolvendo as mesmas funções do período anterior a 1960, isto é, de residência e de casa comercial (Pereira, 2007). Desse modo, a Casa São Pedro ainda é resíduo espacial (Lefebvre, 2001), de uma urbanização anterior a 1960, quando predominava na região amazônica o padrão de organização e circulação ribeirinho. Além disso, esse estabelecimento também presenciou mudanças com o advento do período posterior a 1960, marcado pela intensificação da influência das rodovias no contexto amazônico.

Por meio das figuras a seguir é possível perceber a representação do prédio atual da Casa São Pedro (Figura 34), bem como a do antigo prédio (Figura 35) na forma original em que foi construído, na década de 1950, por Galliano Cei. Entre os detalhes da Figura 35 encontram-se funcionários e caminhão pau-de-arara da referida casa comercial. O veículo era utilizado no transporte de passageiros e mercadorias que seguiam a rota para Belém/PA.

Figura 34: Prédio atual da Casa São Pedro



. Fonte: Trabalho de campo, mai. (2023).

Figura 35: Casa São Pedro em construção (1956).



Fonte: Pereira, (2007).

Um antigo prédio, localizado próximo à feira e do novo mercado de peixes, onde funcionou, na década de 1960, uma usina de beneficiamento de arroz, outro empreendimento de Galliano Cei (Pereira, 2007), ainda se encontra na paisagem atual. Essa importante “rugosidade espacial”¹(SANTOS, 2014, p. 140) é um elemento que marca em Maracanã, o início do período de intensificação do uso das rodovias no contexto socioeconômico da região

¹ **Rugosidade espacial:** “o que fica do passado como forma, espaço construído, a paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se submetem e acumulam em todos os lugares” (SANTOS, 2014, p. 140).

amazônica. Nas Figuras a seguir, pode-se observar o prédio da usina nas condições em que se encontra atualmente (Figura 36) e como era na década de 1960 (Figura 37).

Figura 36: Prédio atual da antiga usina de arroz de Galiano Cei.



Fonte: Trabalho de campo, mai. (2023).

Figura 37: Prédio da antiga usina de arroz de Galiano Cei, década de 1960.



Fonte: Pereira, (2007).

Na época em que a usina funcionava, a produção de arroz foi escoada por Galliano Cei para Belém e Macapá, inicialmente, via rota fluviomarítima por meio de suas próprias canoas denominadas Oriente e Favorita; posteriormente, a produção da usina foi transportada via Rodovia. Galliano Cei passou absorver a maior parte da produção agrícola da época, no município: arroz, milho, feijão, fibra, etc. Ele possuía uma considerável frota de veículos e um expressivo quadro de funcionários, que possibilitavam a exportação desses produtos para outras cidades (Pereira, 2007). Após a desativação da usina de arroz, o prédio teve várias funções comerciais sob a administração de outros proprietários e atualmente encontra-se em condição precária e inativa.

Ainda, na primeira rua paralela ao rio Maracanã, a Avenida Bertoldo Costa, próximo à feira encontra-se elementos que indicam mudanças nas cidades ribeirinhas da Amazônia. Esses elementos, embora recentes, podem ser relacionados às mudanças que ocorreram a partir da intensificação da influência das rodovias após 1960, como o ponto dos transportes intramunicipais (ônibus da feira) que vem de localidades rurais e o ponto dos transportes intermunicipais (táxi-lotação e vans). São transportes que articulam o fluxo de passageiros, mercadorias e serviços entre o rio no espaço costeiro da cidade de Maracanã, até a metrópole Belém/PA, perpassando cidades como Igarapé-Açu, São Francisco do Pará, Castanhal, por meio da PA-127 ou pela PA - 320 e BR-316.

A presença crescente de motocicletas e mototaxistas, que dinamizam o fluxo e o tempo, é outro elemento que se intensifica e se destaca, passando também a ocupar o espaço de circulação indicando mudanças na Avenida Bertoldo Costa. Porém, ainda que haja a presença marcante de carros e motocicletas nessa avenida pela manhã, quando ocorre o período de pico

do movimento da feira, em outros horários, como à tarde e à noite, o fluxo ainda não é tão intenso.

Desse modo, é perceptível o processo de mudança acontecendo no trânsito da cidade, mas, por outro lado, ao contrário de trânsitos de centros urbanos mais dinâmicos, como Castanhal e Belém, ainda encontram-se permanências em Maracanã quando se vê os pedestres fazendo das ruas, e não necessariamente das calçadas, seu espaço de circulação (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Embora, no contexto atual, a cidade de Maracanã possua um caráter de cidade bimodal de transportes - via rio pelo espaço costeiro e via rodovia - (Cornélio, 2021) o que implica em mudanças, coexiste no espaço forte permanência da característica ribeirinha-costeira e, assim, de modo nenhum sua extinção, mas a produção de espaços híbridos com maior ou menor intensidade do modo de vida da “civilização das águas” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008. p. 28, 29)

Com a intensificação das mudanças econômica e urbana na região amazônica após 1960, é possível que o processo de interiorização espacial de Maracanã, que iniciou a partir do rio na frente/orla, tenha avançado em função da intensificação da atração do eixo rodoviário, resultando na expansão espacial urbana da cidade. Desse modo, após 1960 com o aumento da malha urbana e a instalação de novos serviços em Maracanã, como a agência do Banco do Estado do Pará (BANPARÁ) em 1967 (Furtado, 1987), o fornecimento de energia elétrica pelas Centrais Elétricas do Pará (CELPA) em 1965 (Pereira, 2007), etc., pondera-se ter ocorrido um relativo aumento dos fluxos para a cidade, como ocorreu segundo Barbosa Bentes e Raiol (2019), nesse mesmo período mencionado, no núcleo urbano de Vigia.

Assim, as mudanças e permanências identificadas a partir dos objetos espaciais/geográficos que compõem a frente/orla da cidade, como o porto, a feira, a Avenida Bertoldo Costa e o Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, contribuem para a compreensão da relação cidade-rio no espaço costeiro. A realidade analisada nessas áreas manifesta a coexistência de tempos e espaços diferenciados que constituem uma produção socioespacial na qual o rio e o espaço costeiro se destacam com grande importância na dinâmica socioeconômica e na produção do espaço da cidade.

Embora o rio atualmente seja menos utilizado que a rodovia no transporte de pessoas e mercadorias, continua exercendo papel importante para a economia maracanaense, principalmente, para as atividades que se desenvolvem no Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional.

CAPÍTULO IV

4- MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS EM ASSENTAMENTOS INTRAURBANOS E A REALAÇÃO CIDADE-RIO NO ESPAÇO COSTEIRO DE MARACANÃ/PA

Neste capítulo, analisa-se os bairros Itacoã e São Miguel, considerados nesta pesquisa como extensões do padrão de organização espacial ribeirinho; o assentamento Novo Horizonte (padrão espontâneo) e os conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio (padrão predefinido). Essas frações do espaço representam a (re) estruturação da cidade de Maracanã, a partir da organização inicial do espaço na frente/orla da cidade, indicando diferentes níveis de influência do rio no traçado intraurbano. Esta investigação empenhou-se em identificar, nesses recortes espaciais de análise, mudanças e permanências, na relação cidade-rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais mais recentes, como as rodovias, a Unidade de Conservação (UC) RESEX Maracanã, o turismo e a modernização pesqueira.

Assim, constatou-se diferentes padrões de organização/estruturação do espaço que indicam níveis diferenciados de influência do traçado do rio na organização intraurbana da cidade. Considerou-se que o rio Maracanã, no espaço costeiro, continua tendo grande importância em vários aspectos para os moradores citadinos. Além disso, coexistindo com mudanças induzidas pelas dinâmicas territoriais que incidem sobre a região Amazônica, as características da cultura ribeirinha continuam presentes nos diferentes espaços analisados, mesmo nos que foram apropriados mais recentemente, de forma espontânea ou planejada.

4.1 BAIROS SÃO MIGUEL E ITACOÃ: FORTE PRESENÇA DA CARACTERÍSTICA RIBEIRINHA-COSTEIRA FACE A MUDANÇAS E DESAFIOS DO COTIDIANO

Além do porto, da feira e da Avenida Bertoldo Costa, localizados na orla da cidade, aponta-se como extensão do padrão de estruturação intraurbano ribeirinho em Maracanã, mais dois recortes espaciais: o bairro do Itacoã e o São Miguel. Esses revelam o forte enraizamento da cidade ribeirinha-costeira que se manifesta na paisagem, nas relações, nos valores, nos costumes, na cultura e no modo de vida.

O bairro do Itacoã em Maracanã pode ser considerado um dos mais antigos da cidade, quando se compreende que a formação inicial do espaço intraurbano maracanaense deu-se a partir da baía do rio Maracanã, no espaço costeiro. Assim, na primeira vista pelo porto que traz o mesmo nome do bairro (porto do Itacoã), é possível perceber que, embora haja mudanças

representadas por modos de vida e estruturas mais recentes, também, coexistem no espaço objetos materializando ações que revelam particularidades de uma “ribeiridade” amazônica (Rente Neto e Furtado, 2015, p. 159) como expõe a Figura 38:

Figura 38: Porto do Itacoã na frente/orla da cidade de Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

O bairro do Itacoã é um espaço, onde a relação com o rio por meio da pesca artesanal permanece fortemente enraizada no cotidiano. No passado, o bairro recebeu incrementos relacionados a modernização pesqueira por meio da construção de um Complexo Industrial que abrigou vários projetos: a Empresa de Pesca e de Frigoríficos Paraense e Amazônico Ltda; Provimi da Amazônia S/A; Amazônia Pescados e Exportação Ltda (AMPEX); sendo que seu último empreendimento foi a empresa de pesca Delmar Norte S/A (Pereira, 2007). O prédio desse último empreendimento pode ser observado na Figura 39:

Figura 39: Delmar Norte S/A, 1982, último empreendimento que funcionou no prédio do Complexo Industrial construído em Maracanã/ PA.



Fonte: Pereira (2007).

O projeto inicial do Complexo Industria Pesqueiro deu-se por meio da Empresa de Pesca e de Frigoríficos Paraense e Amazônico Ltda, inaugurada em junho de 1959, tratava-se de uma indústria de conservação de pescado com investimento inicial de 55 milhões de cruzeiros, financiados pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA/SUDAM) e pelo Banco da Amazônia (BASA). Este primeiro empreendimento sucumbiu, pois houve denúncias de corrupção. Posteriormente, ocorreu a implementação dos demais projetos mencionados (Paixão, 2007; Pereira, 2007).

O Complexo Industrial Pesqueiro foi um objeto espacial que também contribuiu para o processo de urbanização de Maracanã e marcou a transição do período anterior a 1960, com predomínio do caráter ribeirinho na Amazônia, para o período pós 1960, implicando em mudanças, quando, pela intensificação da influência das estradas na região, novos equipamentos passaram a transformar os espaços intraurbanos das cidades ribeirinhas. Nesse sentido, Pereira (2007, p. 112) descreve a dinâmica que impulsionou a cidade de Maracanã durante o período de funcionamento do referido Complexo: “Por instantes, a cidade acordou com a sirene da fábrica, o vaivém dos operários, os barcos chegando do além mar e caminhões transportando o progresso”.

Desse modo, o Complexo Industrial por meio de seus projetos, representou na escala local um reflexo da política de integração da região ao restante do território nacional e, de maneira mais intensa ao mercado mundial. Foi nesse sentido que a política de integração moldou a dinâmica econômica no espaço amazônico, com a presença de grandes projetos econômicos com bases logísticas próprias (Trindade Jr., 2015). Isso deu-se a partir dos anos de 1950 e 1960, durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e do Governo Militar, que optaram por abortar o projeto de integração via ferrovia, para colocar em prática a integração via rodovia (Castro *et al.*, 2019).

Após o encerramento do último empreendimento, o complexo industrial, a empresa de pesca Delmar Norte S/A teve sua estrutura destruída e, atualmente, em seu antigo espaço, existe diversas residências que a princípio foram surgindo de modo aleatório, por iniciativa da população, formando um espaço intraurbano de habitação mais recente (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008, p. 37). Seus moradores são, em grande parte, nativos da própria cidade, entre os quais encontram-se os que tem a pesca artesanal como atividade de subsistência e/ou renda. Isso sinaliza que embora o bairro tenha passado por processos de mudanças, a característica ribeirinhas-costeiras permanecem enraizadas no modo de vivência influenciado pelo rio caracterizando o que Rente Neto e Furtado (2015, p. 159) cunharam de “ribeiridade”.

Do prédio original do Complexo Industrial Pesqueiro indicado anteriormente na figura 39, encontram-se no local somente resíduos espaciais (Lefebvre, 2001), que foram reaproveitados e transformados em moradia. A Figura 40 a seguir, mostra algumas das residências que foram construídas no local da extinta empresa de pesca Delmar Norte S/A, no bairro do Itacoã:

Figura 40: Novo assentamento habitacional no antigo espaço onde funcionou o Complexo Industrial Pesqueiro, no Bairro do Itacoã, Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

No momento atual, o bairro do Itacoã possui uma variedade de equipamentos urbanos instalados (Fábrica de gelo, estação de Rádio, lojas de eletrodomésticos, posto de combustíveis, escolas, etc.). São atividades modernas que dependem do fluxo rodoviário, mas, direta ou indiretamente mantém relações com a população das comunidades ribeirinhas por meio do rio, no espaço costeiro.

Desse modo, embora as rodovias tenham influenciado mudanças na organização do espaço do bairro do Itacoã, por meio de atividades modernas, a forte relação com o rio ainda permanece no cotidiano, sendo percebida, principalmente, na prática da pesca artesanal. Esta se desenvolve tanto como atividade em que prevalece o valor de troca, realizadas por donos de barcos de pesca que contratam pescadores para sua produção e exportação, quanto como atividade na qual predomina o valor de uso, ou seja, para o próprio consumo do pescador. Assim, o valor de troca no sentido funcional, e o valor de uso, no sentido simbólico característico do espaço vivido, coexistem e conflitam na realidade maracanaense (Haesbaert, 2004; Damiani, 2001).

Diante disso, ressalta-se que as características ribeirinhas se fazem mais intensas no entorno do bairro do Itacoã, do lado oeste da cidade, próximo à beira do rio no espaço costeiro,

onde moram diversas famílias de pescadores (as), próximo às áreas de mangues que fazem parte da Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã. A instituição dessa Unidade de Conservação (UC) que envolve a cidade, implicou em mudanças por meio da portaria nº 766 de 31 de agosto de 2018, a qual estabelece o uso do espaço por meio de regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo relacionados a interação com os recursos naturais existentes.

As regras que estabelecem o uso do espaço na RESEX Maracanã estão relacionadas ao ordenamento e planejamento territorial, aos usos e manejos dos recursos pesqueiros, aos apetrechos e instrumentos de pesca a serem utilizados, as regras gerais do uso do território e as disposições gerais (ICMBIO, 2018). Nesse sentido, Honda e Sobrinho (2018) utilizando-se dos conhecimentos de Vilhena (2013) discorrem que as regras estabelecidas nas Unidades de Conservação (UC) implicaram em mudanças, tanto na questão fundiária, quanto no uso/consumo dos recursos, assim, existe a necessidade de instruir as populações que vivem no entorno de UC para que suas ações não inflijam a nova legalidade estabelecida no local.

Dentre as famílias que residem no entorno do bairro do Itacoã, próximo à beira do rio no espaço costeiro, encontra-se a do pescador aposentado de 64 anos, identificado nesta pesquisa como pescador Monteiro (2023). Sua residência localiza-se no porto do Itacoã, na frente/orla da cidade, onde guarda suas embarcações e produz artesanalmente seus utensílios, como as redes utilizadas na captura do pescado. Sua casa é envolvida por vegetações de mangues próximo ao rio Maracanã, como revela a Figura 41:

Figura 41: Residência de pescador próximo aos recursos da RESEX Maracanã no bairro do Itacoã, em Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jan. (2023).

A esposa do pescador Monteiro (2023), também pescadora, captura algumas espécies utilizando a tarrafa nas enchentes das águas fluviomárítimas, em frente à sua residência. A pescadora relata: “Quando as águas crescem, saio com minha tarrafa e jogo na beira; a maioria

das vezes consigo pegar vários peixes, como bagres, pratiqueiras, pescadinhas, etc. Dá pra garantir o almoço aqui mesmo próximo de casa” (Esposa do pescador Monteiro, 2023).

O utensílio de pesca utilizado pela esposa de Monteiro é uma tarrafa confeccionada nos padrões estabelecidos pelas regras da RESEX Maracanã, o que revela a coexistência do modo tradicional da pesca artesanal com novas regras estabelecidas para o uso do espaço nessa UC. Além disso, é perceptível a interação do casal com área da RESEX Maracanã, nas proximidades do rio no espaço costeiro,

Ao serem entrevistados, o casal de pescadores relatou que não veem problemas em morar em contato com a RESEX, pois respeitam as normas estabelecidas para preservar o espaço. Segundo esse casal, órgãos ambientais como o ICMBIO se fazem presentes fiscalizando a área, o que tem contribuído para amenizar o uso inadequado do espaço, evitando cortes dos manguezais e despejo de resíduos sólidos em locais inadequados.

O pescador Monteiro (2023) nasceu no bairro do Itacoã e trabalhou há 50 anos na atividade da pesca artesanal. Hoje, possui um barco pequeno que abastece com provisões necessárias e entrega a pescadores conhecidos, os quais saem pelas águas em busca do pescado. Monteiro (2023) articula que:

A divisão da produção se dá por meio da relação de parceria no trabalho. Desse modo, se tira o valor da despesa feita para a alimentação durante a jornada de trabalho (pescaria); a parte do barco que inclui o combustível, a parte da rede de pesca e o restante é dividido entre o proprietário da embarcação, que é provedor das despesas, e os pescadores (Pescador Monteiro, 2023).

Esse tipo de relação de produção baseado na parceria do trabalho é bastante comum em Maracanã, onde se percebe dois níveis de agentes envolvidos, assemelhando-se ao que Furtado (1987) identificou na organização da pesca de rede em Marudá, ou seja, duas categorias de agentes: os proprietários do meio de produção e os produtores não proprietários de equipamentos de trabalho:

Os proprietários que detém os meios de produção, necessitando de braços para operar no processo produtivo, sem, no entanto, ter condição de remunerá-los pelo sistema salarial vigente nos centros mais complexos da sociedade nacional, recorrem a mão de obra local (...) desprovida dos meios de produção. Esta mão de obra configura um seguimento de produtores não proprietários de equipamentos de trabalho que, para ganharem sua subsistência, associam-se aos proprietários (Furtado, 1987)

Assim, a prática da modalidade de pesca com equipamentos artesanais permanece em Maracanã, ocupando parte da mão de obra da cidade e das comunidades ribeirinhas costeiras em seu entorno. Entretanto, há proprietários dos meios de produção que possuem uma estrutura de pesca mais equipada, com maior quantidade de redes, barcos pequenos e/ou médios, trapiches

particulares e veículos próprios para transportar seus produtos. Esses proprietários destinam suas produções, prioritariamente, à comercialização (lucro) para outras cidades, inclusive para a capital Belém e para o Estado do Maranhão (Pescadores de Maracanã, 2023).

Diante disso, na entrevista com a diretora de pesca do município de Maracanã, em junho de 2023, indagou-se a respeito da possível presença da modalidade de pesca industrial coexistindo com a pesca artesanal na cidade. Se isso poderia estar ocorrendo, considerando-se a definição de pesca industrial segundo o critério estabelecido pelo Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca no Brasil, que a define: “quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial” (Brasil, 2019).

Ressalta-se, que essa definição de pesca industrial se diferencia da definição estabelecida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), entidade gestora da RESEX Maracanã, que define como pesca industrial somente a modalidade que utiliza barcos de grande porte e tipos de apetrechos de pesca de alta tecnologia, para fins comerciais, como exposto a seguir:

Pesca Industrial: aquela realizada por empresas ou pessoa física com empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, com barcos de grande porte, nas regiões marinhas e costeiras, utilizando-se de alta tecnologia de pesca tanto de extração como de conservação do pescado e com finalidade exclusivamente comercial- Lei nº 11.959/2009 (ICMBIO, 2018, DOU, n.71, p. 43).

A diretora de pesca do município de Maracanã (2023) em resposta ao questionamento a respeito da possibilidade da presença da prática da pesca industrial em Maracanã, discorreu:

A definição da modalidade da pesca artesanal está relacionada à questão do tamanho, da capacidade do barco, dos apetrechos feito de forma artesanal. Nesse sentido, em Maracanã, os maiores barcos são de quatro e cinco toneladas, barcos de sete metros, sete metros e meio, ou seja, considerando o tamanho dos barcos não tem como afirmar, pelo critério de definição do ICMBIO, a existência de uma pesca industrial em Maracanã. Agora, se considerar o critério de definição de pesca industrial do Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca no Brasil, que leva em conta barco pequeno, médio, e a prioridade da produção com finalidade para venda em maior quantidade, a gente encontra, sim, uma modalidade de pesca industrial coexistindo com a pesca artesanal. Isso, porque encontra-se em Maracanã proprietários dos meios de produção que possuem: pontes/trapiches particulares, frota de barcos e carros que transportam seus pescados para outras cidades como, Bragança, Castanhal, Belém. Além disso, vem para Maracanã carros frigoríficos comprar peixe aqui e leva para o Maranhão. Contudo, encontra-se também em Maracanã, pescadores que vendem seus produtos no mercado ou para atravessadores (Diretora de pesca de Maracanã, 2023).

Diante disso, considera-se a presença de uma modalidade de pesca em Maracanã, a qual utiliza barcos pequenos ou médios, equipamentos comuns sem alta tecnologia, com a produção destinada, prioritariamente, à comercialização em quantidade considerável para fora da cidade e do município. Isso indica o conflito no espaço entre uma produção com valor de uso destinada a manutenção do próprio pescador e da população local, e uma outra produção na qual prevalece o valor de troca, destinada a obtenção do lucro por meio da venda do pescado para outras cidades.

Assim, a população local, frequentemente, menciona a falta de peixe com qualidade para o consumo no mercado municipal, alegando que os melhores pescados são vendidos para outros lugares fora da cidade e do município. Esse fato indica a necessidade de fiscalização mais rígida da produção do pescado, pelo poder público, a fim de garantir uma quantidade com qualidade dessa produção para suprir o consumo da população da cidade e do município. Feito isso, pode ser possível aproximar a equidade entre a demanda da população interna e o escoamento da produção para outros lugares.

A cidade de Maracanã e suas comunidades costeiras se destacam na produção de pescado, porém os registros dessa produção são escassos. Segundo Furtado Júnior; Tavares; Brito (2006), na região costeira do Estado do Pará, a presença de manguezais, igarapés, rios e estuários, de um lado, favorecem a produtividade pesqueira, e, de outro, dificultam o controle sistemático dos desembarques e, conseqüentemente, a obtenção de estatísticas de produção de pescado.

Diante disso, a necessidade de fiscalização com maior eficiência nos desembarques da produção do pescado e a perda de dados durante a troca de gestão municipal são fatores que contribuem para a escassez de registros relacionados a quantidade do produto da pesca em Maracanã. Nesse sentido, a Diretora de pesca do município (2023) argumentou que: “a pesca é muito forte como atividade econômica no município, mas (...) ao assumirmos o cargo na Secretaria de Agricultura e Pesca de Maracanã, não foi encontrado registros da produção e comercialização dessa atividade, realizados pelas gestões anteriores. Mas estamos nos esforçando para obter dados atuais e organizá-los em planilhas, a fim de construir um arquivo”.

Dados da produção do pescado no município de Maracanã, dos anos de 1997 a 2003, citados por Furtado Júnior; Tavares; Brito (2006), revelam uma produção de pescado bastante diversa e em quantidade significativa, ao ano, por tonelada, como mostra a Tabela 6 a seguir:

Tabela 6: Produção da pesca em toneladas no município de Maracanã: período de 1997 a 2003.

ESPÉCIES	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Arraia	29,08	32,09	49,74	2,97	35,51	119,56	23,36
Atum	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bagre	92,03	110,40	63,69	143,87	218,31	189,82	32,55
Bandeirado	99,44	56,62	254,49	74,97	268,23	281,81	88,17
Bjupira	44,13	0,86	10,50	0,49	0,39	2,05	0,27
Binito	52,57	2,49	34,12	0,04	0,00	1,32	0,38
Camarão	3,33	6,28	0,82	0,00	0,00	17,57	11,32
Cambéua	14,82	0,82	8,48	0,24	5,29	27,04	8,20
Camurim	26,79	31,58	6,40	40,24	49,59	30,46	5,97
Cangatá	21,08	185,36	18,54	1,58	14,87	28,95	9,26
Canguira	1,86	0,59	34,71	0,00	0,00	0,35	1,54
Caranguejo	581,72	392,00	771,42	581,70	455,53	603,46	988,82
Cavala	0,96	0,56	5,03	3,52	0,53	2,44	0,09
Cioba	0,03	0,19	5,47	0,00	2,34	9,13	1,71
Corvina	13,91	12,97	39,33	38,03	106,82	118,25	18,09
Enchova	1,17	1,00	0,49	0,00	3,24	4,69	0,54
Espadarte	2,82	0,93	4,11	5,54	1,40	0,75	0,05
Garoupa	0,00	1,30	1,27	0,00	0,18	0,36	0,07
Gaiuba	1,11	6,34	1,72	8,42	0,29	2,23	0,00
Gurijuba	279,49	166,87	123,25	365,39	433,52	300,32	62,50
Jurupiranga	2,01	6,63	8,95	0,00	1,17	8,21	0,69
Lagosta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mero	3,12	7,07	1,63	23,75	4,04	37,72	0,81
Mexilhão	0,00	0,00	0,14	0,00	0,00	4,20	2,08
Ostra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00
Pacamão	9,37	84,02	6,78	0,01	2,95	4,71	12,81
Pargo	4,12	1,00	0,00	214,03	0,01	0,63	0,00
Peixe Galo	0,00	0,00	0,71	0,00	2,03	1,45	0,33
Peixe Pedra	11,76	24,40	66,09	0,65	29,72	55,852	9,85
Pescada Amarela	309,74	640,27	289,26	343,23	396,10	470,53	118,48
Pescada Cambuçu	0,13	0,91	4,87	0,36	0,24	0,05	1,95
Pescada Gó	90,56	66,48	401,33	21,90	130,97	172,06	139, 89
Pirapema	14,59	18,19	10,75	33,06	27,48	32,24	2,85
Serra	226,53	43,26	577,22	29,10	24,21	29,47	10, 54
Siri	0,06	0,17	0,00	0,00	2,13	3,05	0,00
Tainha	24,87	50,37	242,21	25,84	148,44	65,89	6, 33
Timbira	65,62	4,57	80,01	5,69	5,17	23,78	2, 66
Tubarão	188,20	44,90	33,51	61,51	112,24	45,46	17, 23
Uricica	3,16	28,62	5,96	18,63	21,23	21,25	2,60
Uritinga	82,01	161,19	146,74	286,65	90,50	141,35	29, 56
Xaréu	54,52	40,94	42,57	161,85	11,28	23,99	5,94
Outros	234,28	420,20	237,93	245,12	334,89	305,81	126,54
TOTAL	2.590,99	2.652,44	3.590,24	2.738,38	2.940,84	3.188,25	1.744, 03

Fonte: Furtado Júnior; Tavares; Brito (2006).

A média de produção da pesca no município de Maracanã, referente ao período indicado, anteriormente, na Tabela 6, se destacou entre os municípios produtores de pescado do Estado do Pará, no mesmo período (1887 a 2003), como mostra a Quadro 7 a seguir:

Quadro 7: Média da produção de pescados em toneladas, por município, no Estado do Pará: 1997 a 2003.

A. CORRÊA	5.132,22
BELÉM	28.706,49
BRAGANÇA	17.571,47
COLARES	966,73
CURUÇA	4.075,56
MARACANÃ	2.777,88
MARAPANIM	2.476,08
QUATIPURU	4.433,33
S. C. DE ODIVELA	3739,96
S. J. PIRABAS	5.610,48
SALINOPOLIS	2.175,63
SALVATERRA	1.045,05
SOURCE	522,40
VIGIA	15.649,08
VIÇEU	3.954,78

Fonte: Furtado Júnior; Tavares; Brito (2006).

Esses dados (Quadro 7, anterior) relacionados aos anos de 1997 a 2003 contribuem para revelar o quanto a prática e a produção da pesca em Maracanã tem sido relevante, tanto como característica da cultura ribeirinha-costeira, que ainda permanece coexistindo com outras atividades modernas, ocupando grande parte da população, quanto para a economia.

Dados da produção recente da pesca registrados somente no mercado municipal, em 2022, concedidos pela Diretora de pesca do município de Maracanã (2023) mostram que a diversidade e a quantidade de pescados continuam relevantes. Embora esses dados não sejam referentes a toda produção municipal, totaliza 177.274,00 kg, o que representa mais de 177 (cento e setenta e sete) toneladas, somente, contabilizadas no mercado municipal no ano de 2022 (ver Tabela 7 a seguir). Trata-se de uma quantidade bastante acentuada se for considerado que esse total mencionado não inclui o pescado que desembarca nos trapiches/pontes particulares existentes na beira/frente e nos outros diversos portos existentes na cidade. Além disso, não inclui o restante da produção que desembarca em outros lugares no município.

Tabela 7: Produção da pesca em quilos no mercado municipal de Maracanã: ano de 2022

ESPÉCIES	QUANTIDADE EM Kg.	ESPÉCIES	QUANTIDADE EM Kg.
Arraia	7.050	Gó Média	12.087
Bagre	4.600	Gó Pequena	16.859
Bandeirado	16.636	Gurijuba	7.405
Bejupirá	282	Pacamão	38
Bonito	4.332	Paru	190
Bagralhão	380	Peixe Pedra	789
Cação	4.232	Peixe Salgado	2756
Camurim	1.231	Pescada	1.200
Cangatá	3.571	Pescada Amarela	5.647
Carabebeu	1.573	Piaba	13.323
Cará-oaçu	1.136	Piramutaba	804
Caratai	3.438	Pirapema	106
Cavala	231	Pratigueira	3.122
Cioba	271	Pratiuíro	2.314
Corvina	4.036	Roxinho	611
Corvina Bacalhau	436	Sarda	100
Dourada	11.466	Serra	15983
Enxova	387	Tainha	635
Garajuba	2.658	Uritinga	8.844
Gó Grande	9.841	Xaréu	6.674
TOTAL GERAL:		177.274,00 kg	

Fonte: Diretora de pesca de Maracanã, jun. (2023).

Segundo a Diretora de pesca de Maracanã (2023), os desafios encontrados no âmbito da dessa atividade são muito. Embora esteja somente a dois meses no cargo, busca contribuir para superá-los. Nesse sentido discorre:

Os desafios são muitos, dos mais simples aos mais complexos. Estamos organizando dados de produção do pescado no município, pois, quando chegamos, não encontramos nenhum arquivo a respeito. Pretendemos organizar uma pasta com artigos relacionados a pesca em Maracanã para facilitar a compreensão de como se desenvolve essa atividade. Temos que superar alguns desafios relacionados a estrutura; fortalecer mais a equipe, principalmente em relação a coletores de dados de produção e reforçar a fiscalização. Maracanã tem potencial na produção do pescado, mas precisa de maior organização e apoio. Para isso, estamos tentando estabelecer parcerias. No momento atual, estamos tendo o apoio do gestor municipal, principalmente, em relação aos projetos que necessitam de uma contrapartida do município para poderem ser executado. Nossa intenção é tentar trazer melhorias, principalmente para o pescador artesanal, pois são os que trabalham pesado e menos lucram (Diretora de pesca de Maracanã, 2023),

Diante disso, para que o potencial da atividade pesqueira possa refletir resultados socioeconômicos de modo mais amplo e equitativo na sociedade, a Secretaria de Pesca de Maracanã precisa superar desafios, dentre os quais, destacam-se: fortalecer a estrutura física e a equipe de apoio da Secretaria de Pesca, que se encontra vinculada à Secretaria de Agricultura do município; fazer parcerias com as associações de pescadores artesanais existentes no município; elaborar Projetos voltados para a pesca que contemple, prioritariamente, o pescador artesanal; realizar a fiscalização atuante da atividade da pesca, tanto na sede quanto nas

localidades municipais; elaborar o registro de quantidade da produção do pescado no município; estabelecer tabela de preços para o pescado e determinar para que seja cumprida; etc.

No processo de superação dos desafios relacionados à gestão da pesca em Maracanã, o conceito de território usado pode ser útil na compreensão da realidade, a fim de saber como os recursos estão sendo usados e quem mantém o domínio do território. O território usado é uma concepção que inclui seus habitantes, tal como são, Assim, nessa perspectiva, busca-se a produção de um território que interesse a todas as pessoas, todas as instituições, todas as empresas e que o mesmo seja apropriado de maneira comum e equitativa, ainda que de forma diversa (Santos, 1988).

Outra perspectiva interessante é pensar em ordenar o território respeitando sua capacidade de se auto-organizar, como aponta o “paradigma da auto-organização da complexidade” (Camargo, 2009, p. 25), que sugere fazer intervenções na realidade considerando as particularidades locais e não de forma imposta, fundamentadas em lógicas externas ao lugar. Essas propostas teóricas mencionadas anteriormente podem contribuir para a compreensão e prática de uma gestão territorial que contemple, de modo equitativo, os diversos agentes envolvidos na realidade.

Desse modo, no processo de superação de desafios relacionados a gestão da atividade da pesca em Maracanã, é possível inserir variáveis (ações, projetos, leis, regras, objetos técnicos, etc.) na realidade reconhecendo as particularidades locais e concedendo autonomia ao pescador artesanal. Assim, haverá resistência à lógica de uma modernização pesqueira que busca, desde tempos remotos, na Amazônia, ordenar o território de forma imposta, minimizando o modo de vida ribeirinho e favorecendo, prioritariamente, as forças de uma produção voltada exclusivamente para o lucro.

Nas Figuras 42 e 43 a seguir, pode-se perceber objetos e ações relacionadas à prática da pesca artesanal no bairro do Itacoã. A pesca é uma atividade tradicional que ainda permanece absorvendo grande parte da força de trabalho na cidade de Maracanã.

Figura 42: Pescadores tecendo rede de pesca no porto Serejo Arcanjo, no bairro do Itacoã



Fonte Trabalho de campo, jul. (2022)

Figura 43: Embarcações para pesca artesanal no porto do bairro do Itacoã



Fonte: Trabalho de campo, jul. 2022.

O bairro do Itacoã possui uma infraestrutura com grande parte de suas ruas pavimentadas e com iluminação pública, no entanto, o trabalho de campo realizado em 2023 identificou algumas ruas sem revestimento asfáltico, principalmente na periferia do bairro próximo às áreas de RESEX, onde reside diversas famílias de pescadores. A falta de água também foi mencionada por moradores, os quais relataram que, mesmo havendo sistema público de abastecimento, raramente chega água durante o dia nas residências, tornando-se comum chegar somente à noite.

Outro problema de infraestrutura observado no bairro do Itacoã está relacionado a uma determinada área na extremidade oeste da frente/orla da cidade, onde não se encontra muro de arrimo e nem áreas de mangue (APP) para proteger as falésias dos impactos das águas da baía que, juntamente, com elementos naturais exógenos, como o vento e as precipitações (chuvas), têm provocado intensa erosão. Esse processo deixa imóveis vulneráveis e, conseqüentemente, a vida de moradores que anseiam por uma solução da parte do poder público desde tempos anteriores a 2015, quando os deslizamentos das referidas falésias na área afetada já estavam bastante intensos (Costa, 2015), como revela a Figura 44 a seguir:

Figura 44: Erosões na orla da cidade em 2015, bairro do Itacoã, Maracanã/ PA



Fonte: Costa (2015)

A Figura 44, citada anteriormente, revela que, em 2015, as erosões chegavam à demarcação do meio fio atingindo o arruamento e se aproximando de algumas residências. Em 2015 o poder público não tomou providência em relação a esse quadro para conter os riscos. No mesmo local, em julho de 2023, percebe-se que as erosões continuam aumentando e cada vez mais se aproximando das residências, pois parte da rua foi destruída. Nesse sentido, Carlos (2023) morador do local há 20 anos, relata:

Essas erosões vêm se agravando há tempos e já destruíram: poste, banco, muro e parte da rua; essas são algumas consequências que indicam ameaças aos moradores. A ação humana, ao tirar as vegetações, enfraquece o solo; então, os ventos e as chuvas aceleram as erosões, que põem em risco algumas casas. Se não forem tomadas as devidas providências, o quanto antes, isso pode gerar prejuízos maiores dos que já estão sendo causados para a sociedade. É preciso trazer uma solução urgente para esse processo erosivo; caso contrário, a tendência é se agravar cada vez mais. Só há promessas de que providências serão, tomadas, mas até agora nada. Acredito que os moradores deveriam se unir para reivindicarem às autoridades competentes para que tomem as medidas necessárias (Morador Carlos, 2023).

Uma simples análise comparativa dos registros da Figuras 44, citada anteriormente, com os registros da Figura 45 a seguir, permite inferir que não houve qualquer intervenção, entre 2015 e julho de 2023, por parte do poder público para tentar amenizar essa descontinuidade territorial urbana (Oliveira, 2001) na frente/orla da cidade, um espaço que representa uma particularidade tão importante da cidade ribeirinha-costeira de Maracanã.

Figura 45: Erosões na orla da cidade em 2023, bairro Itacoã, Maracanã /PA



Fonte – Trabalho de campo, jul. (2023).

Em outubro de 2023, o poder público deu início a novas obras na parte oeste da frente/orla da cidade, no bairro do Itacoã, com o objetivo de construir espaços de lazer, incluindo a construção de um novo calçadão. Porém, esse projeto não incluiu intervenção no sentido de solucionar o problema de erosão na área representada anteriormente na Figura 45. Esse caso de erosão apresenta vulnerabilidade a possíveis desastres, sinalizando riscos a propriedades e moradores nas proximidades. Nesse sentido entende-se por vulnerabilidade:

A probabilidade que um sujeito, população, ou elemento exposto ou localizado em área de influência de uma ameaça [...] sofram danos ou perdas humanas no momento do impacto do fenômeno, assim como ter dificuldades de recuperar-se (Cutter *et al.*, Dilley *et al.*, Cardona, *apud* Silva Júnior; Szlafsztein, 2013, p. 65).

Em relação ao lazer no Itacoã, identificou-se um espaço tradicional usado pelos moradores e visitantes do bairro; trata-se de um pequeno campo de futebol denominado campo do Benício, cuja origem deu-se pela ação da própria população. Esse campo de futebol localiza-se na parte oeste do bairro do Itacoã, nas proximidades da área da RESEX Maracanã, é um local de encontro para o lazer onde se realizam partidas de futebol que possibilitam a interação e descontração dos usuários, que se reúnem para se divertir durante a semana.

O campo do Benício (Figura 46 a seguir) é uma das áreas de lazer existente no bairro do Itacoã que tem permanecido com sua função, embora nas proximidades do seu entorno o espaço tenha sido apropriado e transformado pela construção de residências recentes. Esse campo de futebol é um espaço de representação (Lefebvre, 1974), é espaço da imaginação do ribeirinho que, nas tardes da semana, se divertem jogando futebol.

Figura 46: Campo do Benício: espaço de lazer no bairro do Itacoã, Maracanã /PA



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Desse modo, esse espaço também representa o simbólico na existência material do bairro. É espaço do usuário, tanto do habitante como do visitante. Nesse sentido, o campo do Benício é um espaço que possui grande valor de uso e realça a importância e a necessidade de implementação de áreas públicas destinadas ao lazer.

Igualmente ao bairro do Itacoã, o Bairro do São Miguel também é um dos bairros mais antigos de Maracanã, com forte presença da cultura ribeirinha. Seu nome faz referência ao padroeiro da cidade, São Miguel Arcanjo, cuja história, segundo Paixão (2007) remete-se ao ano de 1755, quando foi encontrada a imagem do referido padroeiro por indígenas pescadores, no rio Maracanã, em frente ao Sítio São Tomé.

Embora, o ano em que foi encontrada a imagem de São Miguel Arcanjo não seja o ano de origem do bairro em análise, essa história do referido padroeiro revela a coexistência da cultura dos colonizadores portugueses, por meio da fé pregada pelos missionários jesuítas, com a cultura ribeirinha-costeira manifestada pela pesca artesanal. Esta é uma cultura ainda bastante praticada pelos moradores do bairro São Miguel, onde encontram-se pescadores em suas residências produzindo, de forma artesanal, utensílios de trabalho dentre os quais se destacam as redes para pesca (Figura 47 a seguir). Além disso, é perceptível costumes herdados dos primeiros povos amazônicos, como o dormir em redes; a presença de alimentos, como o peixe, caranguejo, siri, camarão, açaí, farinha de mandioca, turu, etc.

Pequenos portos são encontrados às margens do igarapé que também se denomina São Miguel, um braço de águas fluviomarítimas que perpassa pelo bairro São Miguel. Em alguns desses referidos portos, encontram-se trapiches/pontes onde aportam barcos de tamanhos e modelos variados, que chegam e saem para a pescaria, como se observa na Figura 48:

Figura 47: Residência de pescador no bairro do São Miguel, Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022).

Figura 48: Barcos e utensílios de pesca no bairro do São Miguel



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022).

O registro dessas cenas no cotidiano do bairro São Miguel revela, para além dos objetos, as ações/interações dos sujeitos com atividades relacionadas com a pesca, com o rio e o espaço costeiro. São características de um modo de vida que permanece no bairro face às mudanças mais recentes impulsionadas pelo intenso fluxo das estradas na Amazônia. Além do porto/trapiche mostrado, anteriormente, na Figura 47, o bairro do São Miguel possui outros locais, não mostrados nessa análise, onde pescadores usam para desembarcar com suas produções de pescados, consertar as redes de pesca, fazer a manutenção das embarcações, etc. Todos esses referidos locais situam-se ao longo do igarapé denominado São Miguel.

O bairro do São Miguel tem experimentado mudanças mais recentes, como novo assentamento habitacional (localizado no espaço em que anteriormente era o campo de futebol do Clube Recreativo Ypiranga), pavimentação de ruas, loja de materiais de construção, depósito de gás, praça, etc. O lazer de forma mais tradicional dá-se por meio de encontros em bares, roda de conversa, visita a casa de parentes e amigos, uma partida de futebol no final da tarde e aos fins de semana, etc.

O bairro do São Miguel possui um pequeno campo de futebol (Figura 49 a seguir) organizado pelos próprios moradores para jogar nos momentos de lazer. As formas mais modernas de lazer, no bairro, ocorrem principalmente por meio do acesso as programações e atividades oferecidas pela internet, como: filmes, jogos, redes sociais, etc.

Figura 49: Campo de futebol: espaço de lazer no bairro do São Miguel



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Igualmente ao bairro do Itacoã, o bairro do São Miguel também tem sua extremidade oeste circundada por recursos que fazem parte da RESEX Maracanã, como áreas de mangues e

o igarapé São Miguel. Como já mencionado anteriormente nesta pesquisa, no bairro do São Miguel se localiza a sede da Associação dos Usuários da RESEX Maracanã (AUREMAR).

Segundo o atual presidente da RESEX Maracanã, o objetivo da AUREMAR envolve a conscientização das comunidades ribeirinhas-costeiras a respeito da importância dos recursos naturais existentes na Unidade de Conservação (UC), para a sobrevivência. Além disso, busca manter a autonomia do território ribeirinho-costeiro, orientando as populações comunitárias a não permitirem a exploração inadequada dos recursos.

Diante disso, o ordenamento do território, que segundo o presidente da AUREMAR segue o princípio de gestão compartilhada, deve ser feito no sentido de proporcionar a preservação por meio do uso adequado dos recursos. Nesse sentido, mencionou um caso que ocorreu em uma comunidade ribeirinha-costeira no entorno da cidade, em que os moradores locais haviam permitido pessoas de fora do lugar colocarem currais de forma inadequada, o que prejudicou a prática da pesca pelos moradores nativos:

A UC foi criada não para impedir a pesca, mas para assegurar a continuidade dessa atividade. Houve um caso em que pessoas que não moravam em uma certa comunidade, colocaram currais de forma inadequada, infringindo as normas locais. Nesse caso, foi necessário estabelecer um certo número de currais para não prejudicar os que pescam de modo diferente, podendo assim, todos terem o mesmo direito de usufruir dos recursos do território (Presidente da AUREMAR, 2023).

De acordo com o presidente da AUREMAR (2023), a associação teve dificuldades no passado, inclusive durante o período de pandemia - COVID 19, mas, atualmente, a nova gestão esforça-se para superar os desafios, inclusive buscando parcerias. O presidente da referida associação, ainda comentou sobre a importância da UC para a cidade, assim como para o município, pois Maracanã, tanto na cidade como nas comunidades ribeirinhas-costeiras, possui grande número de trabalhadores extrativista que vivem da relação com o rio no espaço costeiro, por meio da atividade da pesca artesanal, que também envolve a extração do caranguejo, do mexilhão, etc. Nesse sentido, declarou:

O bairro do São Miguel é o espaço onde se concentra a maior parte dos pescadores da cidade e estes vivem da pesca artesanal, modalidade que a associação AUREMAR incentiva. É uma prática caracterizada pelos utensílios fabricados pelos próprios pescadores. Nesse sentido, a associação não propõe a modernização nas formas de praticar a pesca, pois isso poderia abrir possibilidades para a pesca industrial (Presidente da AUREMAR, 2023).

O presidente da AUREMAR (2023) relatou que a maior faixa contínua de manguezais do mundo perpassa por Maracanã, dentro dos limites da RESEX Marinha Maracanã. Assim, a AUREMAR participa da luta pela preservação dessa área tão vital para o sustento das

populações tradicionais e para o planeta como um todo. Desse modo, a união de forças com outros órgãos é importante. A associação possui alguns parceiros fora do município que ajudam a desenvolver certos projetos, mas está buscando parcerias locais, como a da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), com a qual está tentando estabelecer laços.

A AUREMAR tem desenvolvido cursos com as comunidades ribeirinhas e tem contado com o apoio e parceria de instituições, como o SEST SENAT e a associação RARE DO BRASIL Logo, busca ampliar esses laços solidários com objetivo de oferecer mais oportunidades e melhorias para as comunidades locais. De acordo com o presidente da AUREMAR, esta associação acredita que a preservação não deve ser somente dos recursos naturais, mas deve envolver também o ser humano. Diante disso, acrescentou:

Estamos buscando direitos junto ao sistema nacional de reforma agrária, buscamos também os projetos federais que pertencem aos extrativistas e que estavam empacados, como o Bolsa Verde, o Recurso Floresta, os fomentos, etc., hoje estamos tentando recuperar direitos. Sabemos que os extrativistas precisam de uma moradia digna; é difícil depois de um dia de trabalho, chegar e não ter onde descaçar. Tem pessoas dentro das comunidades que não possuem um abrigo próprio; assim, visamos essas pessoas. Recentemente tivemos uma conversa com a Ministra do Meio Ambiente, a qual mostrou interesse em apoiar nossa causa (Presidente da AUREMAR, 2023).

Além disso, o presidente, também, comentou que:

a existência da UC RESEX Maracanã é de suma importância para se buscar as políticas públicas necessárias para a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas-costeiras. A concretização de tais políticas pode contribuir para que o pescador artesanal possa ter seus próprios matérias de pesca, evitando, assim, de ficarem nas mãos de terceiros (os patrões de pesca) que se beneficiam, tirando maior vantagem da produção do pescador (Presidente da AUREMAR, 2023).

O presidente da AUREMAR (2023) declarou que a associação almeja projetos que possam trazer melhorias para a condição profissional e, conseqüentemente, para a qualidade de vida do pescador artesanal. Dentre os projetos a serem alcançados, destacam-se: uma fábrica de gelo, equipamentos para filetar pescado, etc. Nesse sentido, argumentou:

Um dos projetos da associação é conseguir uma fábrica de gelo e outros equipamentos necessários para filetar o pescado, afim de abrir mercado para que o pescador artesanal possa ter maior lucro do seu produto, valorizando o seu esforço no trabalho. Além disso, pretendemos encontrar parcerias na reciclagem da casca do caranguejo e da pele do peixe, a fim de obtermos produtos derivados desses materiais orgânicos. Assim, esperamos o apoio de interessados que conheçam do assunto e estejam dispostos a contribuir com a AUREMAR para melhorar a qualidade de vida do pescador artesanal em Maracanã (Presidente da AUREMAR, 2023).

Diante disso, pondera-se que embora a instituição de UC tenham ocasionado certas mudanças nas formas do uso dos recursos do território, nas UC de uso sustentável do tipo Reserva Extrativista (RESEX), o espaço do pescador artesanal pode ser ampliado por meio do conselho deliberativo (Paula, 2019). Isso contribui para que a criação de UC não venha a se tornar, somente, um mecanismo de controle nas mãos do Estado, a fim de alienar a participação das populações tradicionais na busca por direitos, deixando-os invisibilizados (Quaresma, 2000), como ocorreu no passado na tentativa de fazer da pesca um instrumento do processo de modernização.

Nesse processo, a pesca artesanal foi negligenciada em favorecimento da pesca de larga escala, atitude que se manifesta ainda hoje por meio da apropriação de territórios e recursos pesqueiros, da segregação da atividade e da reprodução social dos pescadores artesanais (Cyrino, 2021). Assim, a Associação dos Usuários da RESEX Maracanã (AUREMAR) é um instrumento que pode ser usado para que o pescador artesanal usufrua de “autonomia” (Souza, (2001, p. 106) sobre seus territórios tradicionais, cuja construção ocorreu, em grande parte, antes da existência da Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã.

É nesse sentido que Souza (2001) aponta a importância da existência de autênticos movimentos sociais, como as associações, as quais fazem parte de um conselho gestor para provocar, de toda maneira, alterações dignas para que ocorra mudança social, dando consistência a uma sinergia transformadora, promovendo o avanço contra as forças alienantes do processo de globalização. De acordo com o presidente da AUREMAR (2023), esta associação vem enfrentando os conflitos que se apresentam e empenhando esforços para fortalecer o enraizamento das comunidades de pescadores artesanais com seu território, por meio do estímulo à participação no conselho deliberativo; do incentivo aos jovens, as mulheres e aos pescadores artesanais para que valorizarem seu modo de vida e protejam os recursos naturais, além do incentivo a se reconhecerem enquanto sujeitos participantes da dinâmica de uso e da gestão de seu território.

As comunidades às vezes dão oportunidade para agentes de fora do território se instalarem. Estes, por sua vez, querem implantar práticas prejudiciais ao modo de vida dos moradores ribeirinhos. Como exemplo, isso ocorre em relação à prática da pesca por indivíduos exógenos ao lugar, os quais querem impor seu domínio, usando o território fora das normas locais gerando conflito na comunidade, como declara o presidente da AUREMAR (2023).

Às vezes tem conflito porque a própria comunidade dá muito espaço para as pessoas que vem de fora, pois enquanto a comunidade pesca de uma forma adequada e coletiva, os que chegam querem implantar suas técnicas, regras, etc. querendo ter o domínio do território, priorizando seus próprios interesses. Deve-se acatar os que vem de fora, mas é necessário deixar claro que o espaço local possui suas normas e, assim, não permitir que os estranhos tenham o domínio do território tradicional construído pela comunidade (Presidente da AUREMAR, 2023).

Percebe-se na fala do presidente da AUREMAR (2023) o conflito entre as relações de apropriação e dominação que ocorrem no espaço (Hasbaert, 2004) da RESEX Maracanã. Diante disso, há o incentivo pela AUREMAR, à resistência contra a imposição de um ordenamento pautado em lógicas exógenas. Nesse sentido, Santos (2005) alerta que no território ocorre o embate entre o mercado que singulariza e a sociedade civil que generaliza, tendo o lugar como sua sede de resistência; assim, a cidade de Maracanã, como lugar de enraizamento do modo de vida ribeirinho-costeiro, se apresenta como resistência às lógicas que desconsideram as particularidades daquele (as) que se relacionam cotidianamente com o “mundo das águas” (Rente Neto; Furtado, 2015, p. 159).

Para saber a respeito da fiscalização dos recursos na área de mangue do bairro São Miguel, essa pesquisa contactou o pescador Alves (2023) de 52 anos, morador do bairro. Sua residência localiza-se nos limites do espaço da RESEX, próximo aos manguezais e do igarapé São Miguel. Logo, a respeito da fiscalização dos recursos no bairro, o morador relatou que: “O ICMBIO fiscaliza, mas de forma esporádica. Um dos problemas mais encontrados nas proximidades dos mangues é a poluição de resíduos sólidos, a qual pode prejudicar as águas do igarapé e contaminar os pescados” (Alves, 2023). Na Figura 50 a seguir, pode-se observar o despejo de resíduos sólidos às margens do igarapé São Miguel:

Figura 50: Despejo de resíduos sólidos (lixo) na área de RESEX, próximo ao igarapé, no bairro São Miguel



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2023

Em relação à origem dos resíduos sólidos depositados nas proximidades das áreas de mangue e do igarapé São Miguel, o morador Alves (2023) comenta:

Grande parte desses resíduos vem da própria população local; logo, além da necessidade de se intensificar a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis, nós, enquanto habitantes do bairro, precisamos ter mais consciência e evitar depositar lixo em áreas inadequadas. Além disso, o lixo também vem de outros lugares por meio da corrente das águas, ou seja, o problema não deve ser considerado, somente, de causa local (Alves, 2023).

A poluição no bairro do São Miguel, próximo às áreas de mangue, já havia sido identificada por Leal *et al.* (2017), os quais discorrem que tais problemas podem ser atribuídos à ausência de coleta de lixo e saneamento básico, deixando os moradores expostos a riscos de doenças. No entanto, esses autores, baseados em relatos dos próprios moradores, acrescentam que agentes externos também despejam lixo nos locais próximos ao rio e ao mangue.

Como observado na figura 48 citada anteriormente, o problema do despejo de lixo em locais inadequados ainda persiste. A esse respeito o secretário da SEMMA de Maracanã argumentou que a fiscalização da área de RESEX compete ao ICMBIO, e Secretaria trabalha em parceria com eles. O referido secretário mencionou que uma das dificuldades enfrentadas nos espaços da cidade está relacionada à educação ambiental, pois, em certos locais, a coleta de resíduos é realizada e logo em seguida, moradores despejam novamente resíduos (lixo), dando a impressão de que a coleta periódica não foi realizada. Segundo o secretário:

A SEMMA trabalha com um cronograma de horários em que o carro da limpeza passa pra deixar a cidade limpa por um determinado período, mas é necessário a colaboração dos moradores para que se conserve limpa. A SEMMA alugou um carro som para percorrer todos os bairros alertando a população a respeito da coleta de resíduos sólidos; além disso, distribuiu panfletos pedindo a colaboração de todos e estabelecendo o período que compreende do primeiro ao quinto dia de cada mês para recolher os resíduos maiores, como galhos e troncos de árvores podados, resíduos de limpeza de quintal, etc., enquanto a coleta dos resíduos domésticos segue um outro cronograma semanal (Secretário da SEMMA, 2023).

Os habitantes tanto do bairro do Itacoã como do bairro do São Miguel declaram que o espaço da RESEX Maracanã, que envolve o manguezal e o igarapé São Miguel, é de suma importância para suas subsistências, o que ratifica a análise de Leal *et al.* (2017), ao discorrerem:

Foi possível identificar que 67% dos moradores entrevistados utilizam-se dos recursos do mangue para alimentação, e os outros 33% como fonte de renda. Percebe-se que a relação antrópica com esse ecossistema ainda é muito importante, sobretudo, para esses moradores que, em sua maioria, não tem renda fixa (Leal *et al.*, 2017, p. 6813)

Desse modo, tais recursos devem ser preservados, pois, segundo Leal *et al.*, (2017) a maioria dos moradores do Bairro do São Miguel dependem do mangue para sua sobrevivência e dos benefícios atrelados ao auxílio defeso e à aposentadoria. A aquisição do direito desses benefícios é intermediada pelas associações que representam a categoria dos que trabalham na atividade da pesca artesanal, como a Colônia dos pescadores, Sindicatos e AUREMAR. Porém, parte dos moradores ainda não usufruem desses benefícios. Diante disso, os recursos encontrados nos manguezais tornam-se essenciais para a subsistência dos moradores do bairro e de outros locais. Nesse sentido, deparou-se com diversas realidades relatadas pelos próprios pescadores do bairro São Miguel. Alves (2023), pescador citado anteriormente, declarou:

Nem todos os extrativistas conseguem o seguro-defeso, e isso às vezes acontece até mesmo por não terem tempo para atender aos procedimentos burocráticos necessários para se cadastrar e receber o recurso, pois precisam sair para pescar todos os dias a fim de sustentar suas famílias. Outros conseguem fazer o cadastramento, mas nunca chegaram a receber os benefícios e queixam-se por conhecerem pessoas que se cadastraram a menos tempo e, conseguiram receber (Alves, 2023)

Percebe-se nesse contexto a necessidade de aprimorar o método de contemplação do benefício do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), popularmente conhecido como “seguro-defeso”. Este equivale ao benefício de um salário mínimo que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concede as pessoas que dependem exclusivamente da pesca de pequeno porte. É um valor de suma importância para a subsistência do pescador artesanal, que no período de reprodução da(s) espécie(s), geralmente, não deve praticar a pesca.

Concernente à aposentadoria da categoria, o pescador denominado Valente (2013), também morador do bairro do São Miguel, afirmou: “contribuí 32 anos com uma das associações de pescadores existentes em Maracanã, e quando dei entrada no INSS não consegui me aposentar porque não havia sido repassado, pela referida associação, o valor da minha contribuição para a instituição de Seguro Social”(Valente,2013) .

Esta pesquisa, no processo de investigação, tomou conhecimento de que no passado houve outros casos de natureza parecida, como os mencionados anteriormente, a respeito do seguro-defeso e do benefício de aposentadoria. Esses casos de insatisfação suscitaram a resistências e o rompimento de sócios com associações, pela desconfiança e insegurança em relação à prestação dos seus serviços. Esses embates instigaram a criação do primeiro Sindicato dos Pescadores e Aquicultores Artesanais de Maracanã (SIPAAM), fundado em 05 de março de 2006 (Presidente do SIPAAM, 2023).

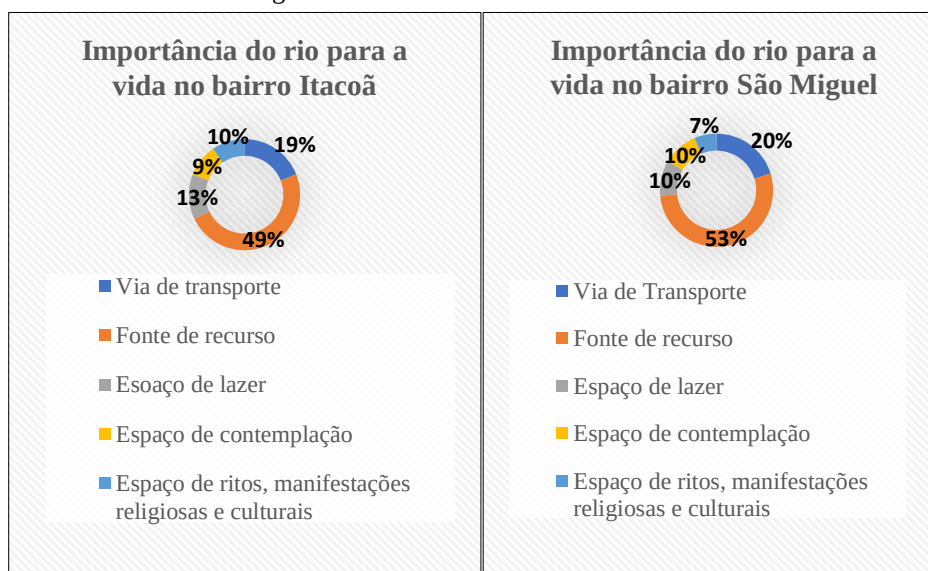
Atualmente, em Maracanã coexistem duas associações: a Colônia dos Pescadores Z-7 de Maracanã e a Associação dos Usuários da RESEX Maracanã (AUREMAR); e dois

sindicatos de pescadores: Sindicato dos Pescadores e Aquicultores Artesanais de Maracanã – SIPAAM, e o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras artesanais do Estado do Pará - SINPESCA (Presidente do SINPAAM, 2023).

Os relatos dos pescadores artesanais da cidade de Maracanã, mencionados nesta pesquisa, que revelam contradições e indignações a respeito de associações que dizem representar a categoria, representam a resistência da população ribeirinha na busca por direitos. Logo, a percepção dos desencontros entre sujeitos e instituições é importante para se buscar o aperfeiçoamento das políticas públicas. É nesse sentido que Martins (2011) argumenta a respeito da dialética entre a ideologia que camufla e aliena, e a transparência que desmistifica e faz conhecer, presentes na práxis cotidiana, que não escapam da consciência da sociedade comum.

O bairro do São Miguel e do Itacoã são assentamentos intraurbanos, nos quais seus moradores estão, direta ou indiretamente, envolvidos com a dinâmica do rio Maracanã no espaço costeiro. Pois esse recurso tem importante valor de uso em diversos aspectos da vida de seus habitantes. Isso pode ser percebido no Gráfico 9 a seguir, quando revela os principais usos do rio pelos moradores dos dois referidos bairros. Desse modo, destacam-se: fonte de recurso para manutenção da vida, como atributo mais significativo (Itacoã, 49%; São Miguel, 53%); seguido pelo uso do rio como via de transporte (Itacoã, 19%; São Miguel, 20%); espaço de lazer (Itacoã, 13,%; São Miguel, 10%); espaço de contemplação (Itacoã, 9%; São Miguel, 10%) e como espaço de ritos, manifestações religiosas e culturais (Itacoã, 10%; São Miguel, 7%).

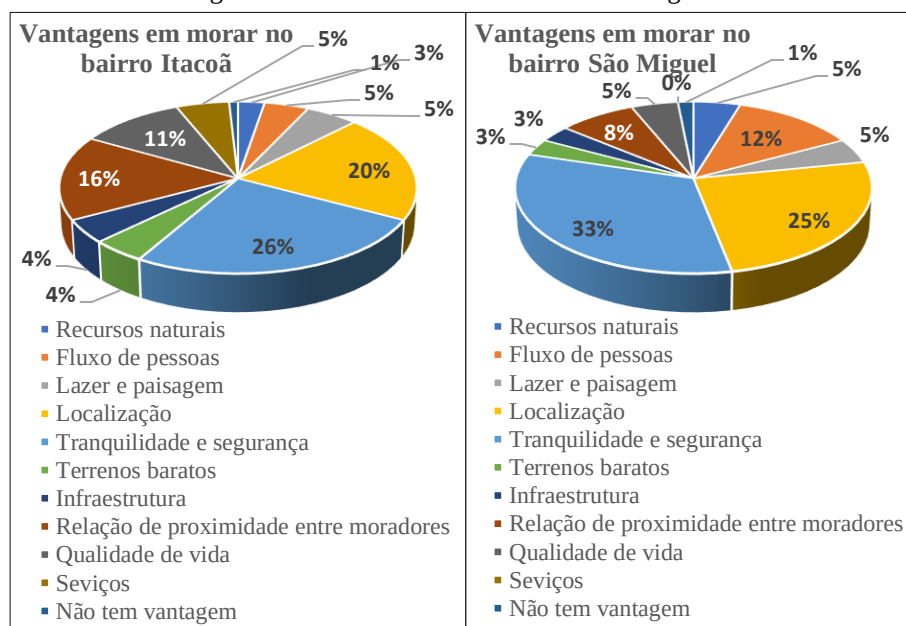
Gráfico 9: Importância do rio Maracanã no espaço costeiro para os moradores(as) dos bairros Itacoã e São Miguel



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Além da forte relação com o rio no espaço costeiro, representada pela importância dos usos diversos (Gráfico 9, anteriormente) os moradores dos bairros Itacoã e São Miguel também apontam, segundo o Gráfico 10 a seguir, vantagens ao morar nesses bairros. Assim, as maiores taxas de vantagens nos dois bairros estão relacionadas a: tranquilidade e segurança (Itacoã, 26%; São Miguel, 33%) e localização (Itacoã, 20%; São Miguel, 25%). As taxas menores de vantagens, estão relacionadas a: lazer e paisagem (Itacoã, 5%; São Miguel, 5%); fluxo de pessoa (Itacoã, 5%; São Miguel, 12%); recursos naturais (Itacoã, 3%; São Miguel, 5%); terrenos baratos (Itacoã, 4%; São Miguel, 3%); infraestrutura (Itacoã, 4%; São Miguel 3%); relação de proximidade entre moradores (Itacoã 16%; São Miguel 8%), qualidade de vida (Itacoã 11%; São Miguel, 5%); oferta de serviços (São Miguel 0%; Itacoã, 1%) e a taxa que indica não ter vantagem (São Miguel 1%, Itacoã 5%).

Gráfico 10: Vantagens em morar nos bairros Itacoã e São Miguel



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Ao considerar-se as taxas de vantagens de morar nos bairros Itacoã e São Miguel, apontados no Gráfico 10, anteriormente, denota-se também a necessidade de melhorias nas áreas de: serviços (São Miguel, 0%; Itacoã, 5%); lazer (Itacoã, 5%; São Miguel, 5%); infraestrutura (Itacoã, 4%; São Miguel, 3%) e qualidade de vida (Itacoã, 11%; São Miguel, 5%). Essas taxas apresentam valores baixos se comparados aos das maiores taxas de vantagem nos dois bairros, apresentadas anteriormente.

Diante disso, pondera-se que os bairros São Miguel e Itacoã, embora tenham passado por mudanças em seu espaço e em suas relações, continuam com fortes características

ribeirinhas-costeiras manifestadas em seu cotidiano. Desse modo, encontram-se no espaço desses assentamentos intraurbanos descon continuidades de tempos e espaços que devem ser consideradas pelo poder público no processo de planejamento, a fim de que a gestão atenda de modo mais eficaz e satisfatório às demandas de seus habitantes. No entanto, é importante reconhecer que a superação dos desafios que se apresentam e que envolvem diferentes sujeitos no cotidiano também demandam parceria entre poder público, sociedade civil e o indivíduo.

4.2 O ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE: MUDANÇA “ESPONTÂNEA” NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO

O padrão de organização socioespacial intraurbano “espontâneo” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 37) é materializado nessa análise pelo assentamento Novo Horizonte, localizado no Bairro da Vila Nova, em Maracanã/PA. Esse assentamento representa mudança recente efetivada pela ação popular na configuração do espaço intraurbano da cidade. É um modelo de organização espacial que se diferencia do padrão tradicional ribeirinho-costeiro encontrado na frente/orla e do padrão predefinido que caracteriza os conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô índio, mencionados nesta pesquisa.

Essa diferença ocorre, pois ao contrário do padrão de estruturação espacial ribeirinho-costeiro, o assentamento espontâneo Novo Horizonte iniciou sua organização espacial sem nenhuma referência atrelada à localização do rio Maracanã na frente/orla da cidade. Além disso, esse assentamento não surgiu de um planejamento direto do Estado, como o padrão de estruturação/organização predefinido, e nem dos interesses do capital, mas formou-se a partir da necessidade de uma parcela da sociedade que, esforçando-se para atingir seus objetivos, participaram/diretamente da produção e organização do espaço urbano.

Esse contexto concedeu ao assentamento Novo Horizonte teor de espontaneidade na sua origem, pois surgiu a partir de uma iniciativa da camada da sociedade com menor poder aquisitivo, que apresentando como justificativa a necessidade de moradia, se apropriaram e estabeleceram a organização dos objetos no espaço de forma descontínua. O padrão de assentamento espontâneo, segundo Trindade Jr., Silva e Amaral (2008), atribui a cidade uma configuração menos padronizada e mais aleatória.

Além disso, o assentamento espontâneo Novo Horizonte não tem nenhuma referência da rodovia PA-127, na organização estrutural de seu arruamento e na disposição de seus objetos espaciais, o que não o permite ser comparado com o padrão rodoviário proposto por Malheiro

e Trindade Jr. (2008), o qual também surge de modo espontâneo, socialmente produzidos pela população local, porém a partir de relações com a rodovia.

O assentamento Novo Horizonte é uma forma de estruturação/organização socioespacial mais recente em Maracanã, tendo se originado, segundo moradores, em 2016, Embora não tenha influência do traçado do rio e nem da estrada em sua configuração urbana, possui características ribeirinhas-costeira que revelam a relação cidade-rio, podendo ser encontradas nas formas e no conteúdo de seu espaço.

Nos objetos espaciais do assentamento Novo Horizonte encontra-se uma combinação de elementos produzidos a partir de conhecimentos mais tradicionais com elementos emanados de técnicas mais recentes. Isso indica que o espaço se reproduz sem excluir totalmente os elementos mais antigos, os quais persistem como diferença e resistência possibilitando à população, nativa e migrantes, com menor poder aquisitivo, se inserirem/participarem das transformações na produção do espaço (Oliveira, 2001).

Como exemplo desse processo, encontram-se nas estruturas das edificações (casas, barracas) do assentamento em discussão, uma diversidade de materiais e equipamentos mais recentes: antenas receptoras de sinais de internet, cobertura de telhas de fibrocimento, ou conhecidas como telhas da marca Brasilit. Esses elementos coexistem com outros que caracterizam culturas tradicionais, como coberturas feitas de palha (folhas secas de palmeiras) e paredes feitas com a técnica de construção tradicional pau-a-pique, que consiste em uma mistura das paliçadas e tramas de madeira dos indígenas com as técnicas portuguesas no que se refere ao trabalho com a terra crua, somadas com as paredes cobertas de barro dos africanos (Freire, 1981, p. 302-303). Somando a esses elementos, se percebe em certas residências do Novo Horizonte a permanência do terreiro de chão batido (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008) reforçando a presença de uma cultura tradicional. As Figuras 51, 52 e 53, expressam essa realidade.

Figura 51: Casas de pau-a-pique seguindo uma organização aleatória



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022)

Figura 52: Casas de pau-a-pique cobertas com telhas de fibrocimento (Brasilit) e com antena instalada



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022)

Figura 53: Barraca coberta com folhas de palmeira coexistindo com construções de alvenaria



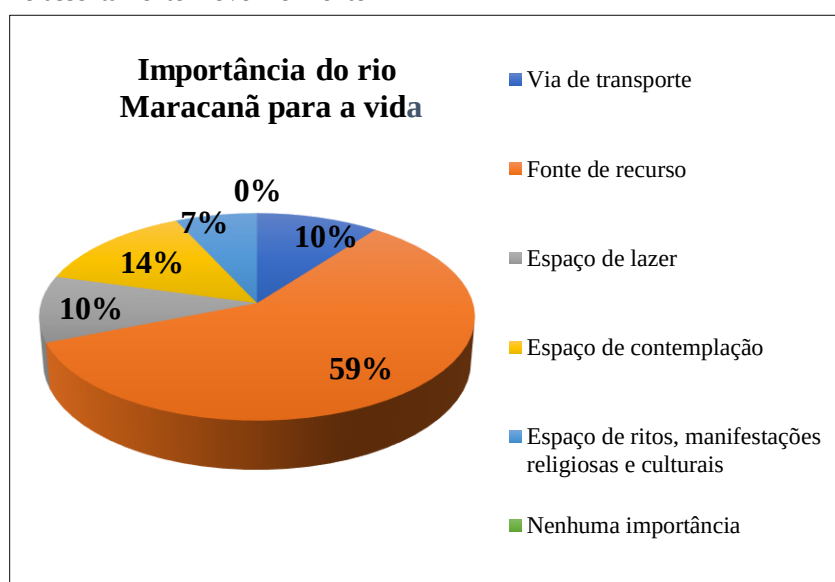
Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022)

Outra característica ribeirinha-costeira presente no assentamento espontâneo Novo Horizonte é a prática da pesca artesanal, como a captura de peixes diversos e a extração do caranguejo-uçá (*Ucides Cordatus*), as quais são atividades de subsistência de vários moradores do assentamento mencionado. Essas atividades tradicionais são permanências que coexistem no cotidiano do assentamento com outras atividades mais modernas, como oficinas mecânicas, depósito de gás, etc., que aos poucos vão se estabelecendo.

Segundo Modesto, morador do assentamento Novo Horizonte, o rio no espaço costeiro é um elemento de grande importância para a sobrevivência dos habitantes, pois possibilita condições de trabalho e sustento: “fazemos outros serviços como limpeza em terrenos, ajudante na construção de casas, mas quando essas atividades falham vamos pescar ou tirar caranguejo, pois o rio e o mangue são as principais fontes de recursos disponíveis para nossa manutenção” (Morador do assentamento Novo Horizonte, Modesto, 2022).

Os formulários também revelaram a importância do rio Maracanã como uma das principais fontes de recursos (59%) apontada pelos moradores do assentamento Novo Horizonte. O igarapé conhecido pela denominação “Saponga” é uma reentrância formada pelas águas fluviomarítimas da baía do rio Maracanã. Esse igarapé adentra pela frente costeira da cidade e perpassa o entorno do assentamento, é um dos principais meios para os pescadores artesanais acessarem aos recursos do mangue e da baía. O Gráfico 11 a seguir, possibilita uma noção da importância do rio Maracanã para os moradores do assentamento Novo Horizonte.

Gráfico 11: A importância do rio Maracanã para a vida dos moradores (as) no assentamento Novo Horizonte



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Percebe-se no Gráfico 11, citado anteriormente, que o rio Maracanã no espaço costeiro é considerado importante fonte de recurso para os moradores do assentamento Novo Horizonte. Além disso, também o consideram fundamental como via de transporte (10%); espaço de lazer (10%); espaço de contemplação (14%); espaço de ritos, manifestações religiosas e culturais (7%). Não houve opiniões nos formulários que considerassem o rio sem nenhuma importância para a vida (0%), o que revela o reconhecimento dos moradores em relação aos importantes benefícios oferecidos por esse recurso hídrico. Tal atitude pode ser compreendida como resíduo de um comportamento herdado das populações pré-coloniais amazônicas que reconheciam a natureza e se consideravam parte desta, compreendendo-a como provedora da vida, utilizando dos recursos naturais com respeito, tirando somente o necessário para sua sobrevivência, pois praticavam uma economia de subsistência (Vicentini, 2004).

O assentamento Novo Horizonte possui em suas proximidades áreas cobertas por manguezais. O contato dos extrativistas com esses espaços dá-se, costumeiramente, por meio de um local denominado “Porto do Mudo”, um espaço ribeirinho-costeiro em Área de Preservação Permanente (APP) da Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã, as margens do igarapé Saponga, como registra a Figura 54 a seguir:

Figura 54: “Porto do mudo” no igarapé Saponga, assentamento Novo Horizonte, Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023)

A Figura 54, mencionada anteriormente, revela que o “porto do mudo” é carente de uma infraestrutura (trapiche/ponte) que possa facilitar o acesso do ribeirinho ao rio. No entanto, esse porto é utilizado diariamente, tanto por moradores do assentamento quanto por sujeitos de outros locais da cidade que mantém relação com o rio para praticarem a pesca artesanal, como menciona o morador Pousada (2023):

Antes da existência do assentamento Novo Horizonte, havia um caminho pelo qual os extrativistas acessavam o rio e o mangue com a finalidade da pesca e, também da captura de caranguejos. Hoje, embora tenha ocorrido mudanças no local, essa trajetória ainda permanece, sendo comum presenciar-se a passagem de tiradores de caranguejo pelo assentamento, pois, além dos próprios moradores que praticam a extração do caranguejo, existem aqueles que vem de outros bairros e passam em direção ao “porto do mudo”, para acessar o rio e o mangue (Morador antigo das proximidades do assentamento Novo Horizonte, Pousada, 2023).

O morador Pousada conhece o espaço do assentamento desde quando era apenas um terreno sem moradores, ou seja, desde antes de sua atual configuração intraurbana. Percebe-se na fala do referido morador que embora tenha acontecido mudanças com a formação do assentamento Novo Horizonte, antigas funções do espaço ainda permanecem, como o trajeto de ir e vir dos extrativistas perpassando pela área do assentamento para ter acesso ao rio e ao mangue por meio do “Porto do mudo”. Assim, as recentes modificações na paisagem coexistem com funções tradicionais significativas para a reprodução da vida, indicando que a produção do espaço não se esgota na materialidade, mas envolve também a dimensão social (Carlos, 2001) a qual deve ser considerada e contemplada na gestão do território com projetos, que também materializem objetos técnicos a serviço da sociedade (Santos, 2010).

No tocante à criação da RESEX Maracanã, o morador do assentamento Novo horizonte e extrativista denominado Modesto, discorre:

A criação da RESEX tem contribuído para a preservação do espaço e das espécies; por outro lado, o ribeirão precisa adquirir, além do alimento cotidiano, outros bens necessários. Diante disso, o pescador e o extrativista de caranguejo precisam ter uma produção diária suficiente para seu auto sustento, que também inclui vender parte de sua produção, a fim de suprir outras necessidades além da alimentação. No entanto, durante o período defeso, quando ocorre a reprodução de espécies, a fiscalização inibe as atividades, permitindo ser capturada somente uma determinada quantidade para a alimentação e não de um excedente suficiente para venda. Porém, nem todos os que dependem da pesca e da extração do caranguejo uçá para sobreviver recebem o auxílio do Estado, conhecido como seguro-defeso. Para muitos de nós que já fizemos cadastramento tentando conseguir o recurso, não saiu até hoje (Morador e extrativista do assentamento Novo Horizonte, Modesto, 2022).

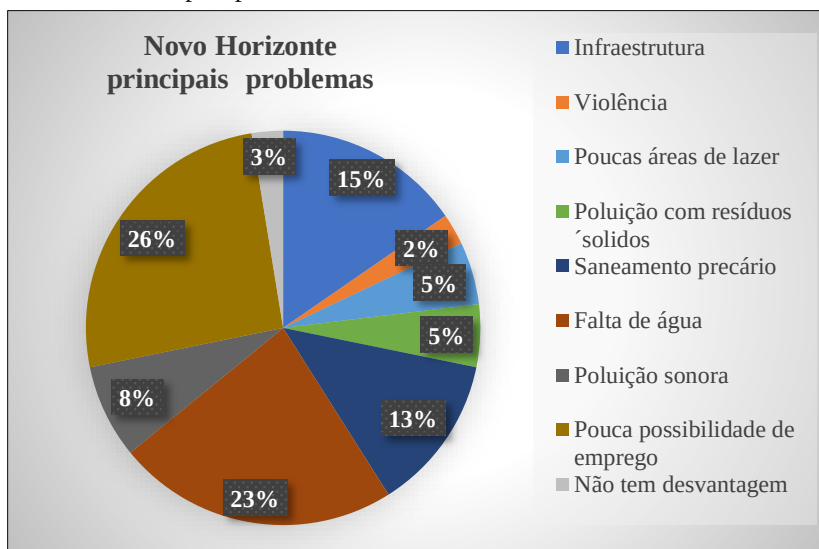
Essa situação assemelha-se ao relato do pescador Alves (2023), morador do bairro São Miguel, mencionado no tópico anterior deste quarto capítulo, quando também relatou que nem todos conseguem o auxílio defeso. Diante disso, pondera-se que embora haja avanços nas políticas públicas, há a necessidade de aprimoramento para viabilizar o acesso aos recursos que, por direito, deve contemplar a população ribeirinha de modo equitativo. Assim, a aproximação na relação entre instituições e comunidades ribeirinhas é fundamental para aprofundar o conhecimento das realidades locais, no sentido de buscar superar os desafios, a fim de melhor suprir necessidades insuficientemente atendidas à população.

Um fato chamou atenção no assentamento Novo Horizonte e permitiu observar que, no período de férias de veraneio, alguns moradores se deslocam para as comunidades costeiras de Maracanã, onde o turismo praieiro se intensifica. Tais famílias vão em busca de obter renda, trabalhando com parentes ou conhecidos em localidades próximas, como Penha, Algodoal, Fortalezinha, etc. Essa migração temporária ocorre, em grande parte, pela falta de oportunidades de emprego na cidade. Diante disso, pondera-se que o tema desemprego também deva fazer parte da pauta de discussão do poder público, de forma prioritária, para que se possa buscar possibilidades que atendam às necessidades da população.

O assentamento Novo Horizonte é um novo espaço de expansão da cidade que, atualmente, abriga diversas famílias, entre as quais existem as que dependem, prioritariamente, do extrativismo do rio e do mangue para sobreviver, pois não possuem outra fonte de sustento, nem mesmo o auxílio do seguro defeso. Grande parte das famílias que habitam o assentamento Novo Horizonte possuem baixo poder aquisitivo; contudo, hoje têm um local de residência, e sentem-se, de certa forma, realizadas. Ainda assim, os moradores do Novo Horizonte esperam melhorias e, portanto, maior atenção por parte do poder público no sentido de atender as suas demandas.

Diante disso, o resultado dos formulários respondidos por moradores apontou os principais problemas enfrentados: pouca possibilidade de emprego (26%); falta de água nas residências (23%); infraestrutura precária (15%) e saneamento precário (13%). Além de: poluição sonora (8%); falta de áreas de lazer (5%); poluição com resíduos sólidos (5%); violência (2%). Outros (3%) consideram não ter problemas, como mostra o Gráfico 12 a seguir:

Gráfico 12: Principais problemas encontrados no assentamento Novo Horizonte



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

A infraestrutura do assentamento Novo Horizonte, apesar de possuir rede de energia, ainda se apresenta com ruas não pavimentadas e sem água encanada. Uma entrevista com o morador das proximidades do assentamento Novo Horizonte, denominado Pousada, realizada no mês de junho de 2023, revelou que os alagamentos nas ruas do referido assentamento, durante o período de chuva, tornam difícil o fluxo de pessoas, pois as ruas ficam quase que intransitáveis por conta da água que fica empoçada:

Na época de inverno, percebe-se que as ruas alagam muito e se tornam quase que intransitáveis tanto para pedestre quanto para veículos. Nessas condições as famílias tem dificuldades em sair de suas casas quando chove, tornando-se necessário que o poder público crie uma infraestrutura que venha, no mínimo, amenizar esse problema” ((Morador antigo das proximidades do assentamento Novo Horizonte, Pousada, 2023).

Em agosto de 2023 o poder público se fez presente no assentamento Novo Horizonte, colocando iluminação pública, alargando e aplainando as ruas com máquinas, o que melhorou, em parte, as condições para fluxos de pessoas e de veículos. Essa ação, ainda que incompleta, aponta a importância da ação do poder público para trazer melhorias à realidade da população local, tornando-se imprescindível uma gestão equitativa e solidária que considere e inclua os espaços com maior carência de estrutura urbana na cidade. Diante disso, a população do assentamento Novo Horizonte continua aguardando melhorias na infraestrutura das ruas, as quais continuam sem pavimentação como mostra a Figura 55 a seguir:

Figura 55: Assentamento Novo Horizonte: ausência de pavimentação nas ruas



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023)

No assentamento Novo Horizonte, os momentos de lazer acontecem no meio da rua, de forma improvisada, mas bastante significativa para descontrair e ocupar o tempo dos moradores, principalmente das crianças. Sem um espaço adequado no assentamento para a

prática de atividades de lazer, as crianças se divertem jogando futebol na rua empoeirada, como mostra a Figura 56 a seguir:

Figura 56: Forma de lazer no assentamento Novo Horizonte



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Momentos como esse (Figura 56 anterior) revelam a dimensão do espaço vivido (Lefebvre, 1974), da vida simples que manifesta resistência, ainda que inconscientemente (Oliveira, 2001), permanecendo inserida no urbano que vem se desenvolvendo a partir de 1960 na Amazônia. Essa descontinuidade presente no cotidiano do assentamento Novo Horizonte revela a necessidade de projetos que venham materializar espaços que ofereçam melhores condições de lazer e saneamento à comunidade local.

O saneamento precário e a poluição com despejos de resíduos sólidos em locais inadequados também foram problemas apontados pela população do assentamento Novo Horizonte. O despejo de resíduos de cascas de caranguejo em grande quantidade, nos limites do assentamento com os manguezais, tem sido um problema tanto para moradores do Novo Horizonte quanto para os que residem nas proximidades. Moradores declararam que já houve denúncias, mas ainda não foram tomadas as devidas providências para evitar essa prática indevida. Acrescentam que o despejo de resíduos de cascas de caranguejo em locais inadequados é feito por pessoas de fora do assentamento Novo horizonte.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Maracanã se manifestou a esse respeito, reconhecendo que: “esse é um outro desafio a ser superado, pois a situação se agrava principalmente no inverno quando o odor desse tipo de resíduo é bastante forte (Secretário da SEMMA, 2023). No sentido de tentar resolver a situação a SEMMA proferiu:

Temos tentado estabelecer parcerias com a Universidade Federal do Pará (UFPA), a qual vem desenvolvendo um trabalho no sentido de tentar solucionar uma situação parecida na cidade de Bragança/PA. Porém, embora pretendamos, ainda não conseguimos colocar em prática, em Maracanã, um projeto semelhante a esse desenvolvido pela UFPA, em Bragança. (Secretário da SEMMA, 2023).

A SEMMA não falou como era o projeto desenvolvido pela UFPA, em Bragança, na solução do problema de despejo de cascas de caranguejo em local inadequado e nem revelou o motivo pelo qual não conseguiu colocar em prática um projeto semelhante em Maracanã, mas declarou: “estamos trabalhando a educação ambiental com a população e fiscalizando o espaço do assentamento Novo Horizonte para tentar amenizar o problema em questão (Secretário da SEMMA, 2023).

Também foi identificado no assentamento Novo Horizonte o despejo de resíduos domésticos em alguns locais inadequados próximo às áreas de vegetação (Figura 57 a seguir) indicando a necessidade de maior empenho por parte do poder público para combater tais práticas irregulares e, além disso, maior colaboração da população para manter o espaço limpo.

Figura 57: Áreas poluídas com resíduos (lixo) de origem doméstica nos limites do assentamento Novo Horizonte com a área da RESEX Maracanã



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

Em relação à poluição sonora a SEMMA declarou que vem desenvolvendo ações junto com a Polícia Militar para combater o excesso de ruídos na cidade, principalmente de motocicletas com descargas alteradas. Em relação a violência a taxa de 2% (Gráfico 12, citado anteriormente) correspondeu à realidade observada em campo, de uma comunidade à primeira

vista tranquila. Apenas 3% (Gráfico 12, citado anteriormente) dos moradores manifestaram a opinião de que não há nenhuma desvantagem em morar no assentamento.

Diante disso, considera-se que o assentamento Novo Horizonte resultou da resistência da camada da sociedade com menor poder aquisitivo que, ao buscar suprir suas necessidades de moradia, se inseriu de modo, relativamente, espontâneo no processo de estruturação do espaço da cidade de Maracanã, participando, assim, da produção do espaço amazônico. O referido assentamento, mesmo representando um padrão de organização intraurbana de origem mais recente no espaço maracanaense, não deixa de expressar a dialética das mudanças e permanências em suas relações socioespaciais. Desse modo, ainda que a urbanização mais recente da sociedade se faça presente no espaço do Novo Horizonte, por meio de novas técnicas e atividades, o cotidiano desse assentamento também revela as características da cidade ribeirinha-costeira nas formas e no modo de relação dos moradores com o rio e o espaço costeiro.

4.3. OS CONJUNTOS HABITACIONAIS TINOLÂNDIA E VOVÔ ÍNDIO: ESPAÇOS INTRAURBANOS PREDEFINIDOS

Como terceiro padrão de estruturação/organização intraurbana a ser investigado nesta análise do espaço da cidade de Maracanã, aponta-se o padrão “predefinido” (Trindade Jr.; Silva; Amaral, 2008, p. 37), o qual obedece a uma lógica de ordenamento mais racional e previamente concebida. Assim, como recorte de análise correspondente ao referido padrão identificou-se na configuração intraurbana da cidade, dois loteamentos originados pela iniciativa do Estado, os conjuntos habitacionais “Tinolândia” e “Vovô Índio”, que constituem frações diferenciadas da produção do espaço urbano.

No conjunto da evolução urbana historicamente definida, os conjuntos habitacionais “Tinolândia” e “Vovô Índio” contrastam fortemente uma tipologia de produção do espaço mais aleatória e espontânea, como o assentamento Novo Horizonte. Também se diferenciam, em maior intensidade, do Padrão de organização socioespacial ribeirinho-costeiro que caracteriza a frente/orla da cidade e os bairros Itacoã e São Miguel, discutidos, anteriormente, nesta pesquisa.

Os conjuntos habitacionais, Tinolândia concluído em 2011 e Vovô Índio concluído em 2015 (Moradores mais antigos, 2023), por meio do projeto “Minha Casa, Minha Vida” (Maracanã/PA, Lei nº 003, 2013) localizam-se às margens da rodovia PA-127, sendo esta, a principal referência na predefinição de seus arruamentos e de seus demais objetos espaciais.

Embora as frentes das casas do conjunto habitacional Vovô Índio não estejam orientadas para a rodovia, ainda assim, esta influência nas relações e nas transformações socioespaciais dos dois conjuntos, pois as estradas são elementos que causam transformações nos espaços intraurbanos das cidades ribeirinhas (Trindade Jr.; Silva; Amaral, (2008).

Os conjuntos mencionados foram, inicialmente, constituídos seguindo padrões estabelecidos pelo poder público, mas, atualmente, seus prédios (casas) se encontram com diversas mudanças em suas formas e funções, realizadas mais recentemente pelos seus moradores. No entanto, a estrutura espacial desses conjuntos ainda revela características da representação inicial de um espaço com ordenamento concebido (Lefebvre, 1974) de forma planejada pelo Estado, com a localização das residências e o traçado do arruamento seguindo uma lógica preestabelecida, como apresentam as Figuras 58 e 59, a seguir:

Figura 58: Padrão de estruturação predefinido: conjunto habitacional Tinolândia, assentamento planejado à margem da PA 127, Bairro da Liberdade, Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022).

Figura 59: Padrão de estruturação predefinido: conjunto habitacional Vovô Índio, assentamento planejado à margem da PA 127, Bairro da Liberdade, Maracanã/PA.



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022).

Os conjuntos habitacionais mostrados, anteriormente, nas Figuras 58 e 59, representam, por meio de suas configurações espaciais, o nível de menor influência do rio e do espaço costeiro na estruturação/organização do traçado urbano da cidade em relação ao de maior influência, o padrão ribeirinho encontrado na frente/orla da cidade. Isso se dá, pelo motivo do padrão de organização ribeirinho ter originalmente no seu traçado o rio Maracanã como principal referência, indicando um período de urbanização anterior a 1960, enquanto que os conjuntos habitacionais (padrão predefinido), em discussão, possuem a rodovia (PA-127) como referência principal de seu traçado urbano, caracterizando formas mais recentes de urbanização relacionadas a um período de ordenamento territorial difuso, posterior a 1960 (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Atualmente, as ruas dos conjuntos Tinolândia e Vovô Índio estão sendo preparadas para receberem pavimentação asfáltica. A Figura 60 a seguir, mostra a ação do poder público sendo realizada por meio da secretaria de obras do município que, utilizando máquinas pesadas, plainam as bases das ruas para serem pavimentadas:

Figura 60: Serviço de pavimentação nas ruas do conjunto Tinolândia e Vovô Índio, bairro Liberdade, Maracanã/PA



Fonte: Site da Secretaria de Obras e Transportes de Maracanã Pará (2023).

Considerando 2011, ano em que o conjunto habitacional Tinolândia foi concluído, e 2015 ano de conclusão do conjunto habitacional Vovô Índio, a pavimentação asfáltica está chegando após 12 anos de espera e reivindicações pelos moradores do Tinolândia e após 8 anos para os moradores do Vovô Índio. Isso ratifica que nem sempre a urbanização do território que refere-se à incorporação da variável espacial (objetos técnicos) na definição do processo de

urbanização de Maracanã, acompanha ao mesmo tempo a urbanização da sociedade, pois esta tende a chegar primeiro (Trindade Jr., 2010), inserindo novos valores e modo de vida “modernos” às populações locais.

A reivindicação dos habitantes locais por melhores condições de vida é uma forma de resistência necessária para que a gestão do território, que se dá na dimensão da “psicosfera” (Santos, 2014, p. 256), possa considerar nos processos político não somente, a vontade de agentes exógenos que intervêm sobre o território, mas também da sociedade historicamente presente no contexto regional. Desse modo, o ordenamento do território que se materializa por meio da intervenção técnica, que no caso específico manifesta-se pela pavimentação asfáltica dos referidos conjuntos habitacionais, também poderá dar suporte a uma melhor qualidade de vida à sociedade. Além da pavimentação asfáltica, outros objetos urbanos foram instalados mais recentemente, materializando mudanças no entorno dos conjuntos analisados, como a academia ao ar livre em frente ao conjunto habitacional Tinolândia, representada na Figura 61 a seguir:

Figura 61 - Academia ao ar livre instalada em frente aos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio, em Maracanã /PA



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2022).

Outras mudanças ocorreram no entorno dos conjuntos habitacionais em análise, onde construiu-se novos espaços públicos: uma quadra esportiva, duas arenas de areia, uma para futebol e outra para vôlei (Figura 62 e 63 a seguir). Esses espaços surgiram como novas opções de lazer e passaram a ser frequentados tanto pelos moradores dos conjuntos quanto de outros locais da cidade o que impulsionou o fluxo de pessoas, a realização de eventos esportivos, como torneios, e o aparecimento de atividades econômicas informais nas proximidades.

Figura 62 – Quadra de esportes construída às margens da PA-127, próximo aos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio, em Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Figura 63 - Arena para futebol e vôlei de areia às margens da PA-127, próximo aos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio, em Maracanã/PA



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Esses equipamentos urbanos (Figuras 62 e 63, citadas anteriormente) sinalizam o crescimento da cidade às margens da rodovia PA-127, elemento de atração que, em conjunto com as mudanças recentes, tem influenciado o modo de vida dos moradores do Tinolândia e Vovô Índio, principalmente, dos jovens que passaram a ter espaços específicos para a prática de esportes.

No entanto, reitera-se que mesmo sendo a rodovia o objeto urbano que tende a romper com o padrão ribeirinho e que vem acentuando mudanças em Maracanã, as características ribeirinhas-costeiras permanecem e se enraízam para além da paisagem e do traçado da cidade, por meio das relações sociais que se manifestam nos valores e hábitos culturais do cotidiano (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008).

Desse modo, mesmo em espaços planejados como os conjuntos habitacionais predefinidos “Tinolândia e Vovô índio”, se faz presente na paisagem e no seu conteúdo características do padrão de estruturação intraurbano ribeirinho-costeiro, por meio de diversas formas de resistência manifestadas pelos costumes, valores, modos de vida e etc. Assim, nos

referidos conjuntos habitacionais encontram-se também estruturas de madeira cobertas com folhas de palmeiras, moradores que trabalham na extração de caranguejo uçá, na pesca artesanal, etc. Logo, o cotidiano revela que a dialética da produção do espaço não se resume ao econômico, mas envolve também as dimensões socioculturais e política (Oliveira, 2001).

Desse modo, no trabalho de campo realizado no cotidiano dos referidos conjuntos habitacionais, esta pesquisa deparou-se com objetos modernos coexistindo com formas mais remotas. Na Figura 64 a seguir, percebe-se a presença de uma estrutura com cobertura confeccionada de palha e cerca de ripas caracterizando elementos de permanência e, portanto, de resistência de uma cultura ribeirinha coexistindo com novos objetos, como casa padronizada e automóvel. Isso ratifica que o novo não elimina totalmente o velho (Oliveira, 2001), mas possibilita transformações e coexistência indicando hibridez de formas, funções e relações no espaço.

Figura 64: Padrão de estruturação predefinido: residência no conjunto habitacional Tinolândia próximo a PA 127, bairro Liberdade, Maracanã /PA



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2022)

É nesse sentido, que a cidade ribeirinha-costeira de Maracanã, enquanto espaço de permanências face às mudanças mais recentes do processo de urbanização na Amazônia, se apresenta como possibilidade de um reordenamento de objetos espaciais que não se limita ao mundo das formas e de suas funções, mas que considera também os valores, os costumes, o modo de vida dos sujeitos que habitam o espaço local.

Grande parte dos moradores do conjunto Tinolândia e do Vovô Índio são de baixa renda, existindo poucos funcionários públicos residentes nestes locais. Essa condição leva alguns moradores, como Lima Filho (2023), a depender dos recursos naturais do mangue localizado nas áreas da RESEX no entorno da cidade, pra sobreviver. Esse morador trabalha na

extração do caranguejo e diariamente captura em média 80 a 100 caranguejos e os vende para os que comprem para catar e revender a massa do crustáceo na cidade de Maracanã, ou para Castanhal, Belém, etc.

O extrativista Lima Filho (2023), morador do conjunto habitacional Vovô Índio, vive de sua produção e não recebe o “Seguro-defeso” nos meses da reprodução da espécie do caranguejo uçá. Relatou: “eu não fazia parte de nenhuma associação voltada para a categoria, pois ainda não havia sido orientado a respeito da importância de ser um associado para fazer o cadastro a fim de conseguir o Seguro-defeso, hoje, frequento uma associação e estou na luta para conseguir esse recurso” (Lima Filho, 2023). Diante disso, observa-se que em Maracanã alguns extrativistas de caranguejo não possuem as informações necessárias para conseguir o recurso que é seu por direito, havendo a necessidade de maior esclarecimento e orientação.

Esta pesquisa registrou um extrativista morador do conjunto Vovô Índio retornando para sua residência. A Figura 65 a seguir, revela essa realidade cotidiana que traz em si resíduos espaciais (Lefebvre, 2001), por meio do modo de vida de trabalhadores extrativistas que representam descontinuidades na produção do urbano. O trabalhador voltava de uma jornada diária de extração de caranguejo carregando sua produção na cabeça e seu instrumento de trabalho na mão, um anzol produzido de forma artesanal utilizado na captura do crustáceo.

Figura 65: Extrativista, morador do conjunto habitacional “Vovô Índio”



Fonte: Trabalho de campo, jan. (2023).

Identificou-se nos conjuntos habitacionais em análise, outros elementos que são intrínsecos à dinâmica do rio, no espaço costeiro, como as peças de artes produzidas por um morador do conjunto habitacional Tinolândia. As peças são expostas na frente de sua residência e são inspiradas em espécies de animais regionais, como garças, caranguejos, etc., como mostra a Figura 66 a seguir:

Figura 66: Morador do conjunto habitacional Tinolândia expõe suas artes de escultura



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Segundo o referido artista, sua produção não se limita a escultura de garças, mas também, produz escultura de outros animais típicos da região, como relata a seguir:

“No momento só tenho essas peças que representam a garça, ave típica da região, sempre encontrada na beira do rio pescando. Mas, faço também esculturas que representam o caranguejo, o mangue, etc. Em esculturas menores para fazer a asa das garças reciclo a casca do mexilhão. Esse trabalho representa o nosso lugar, são símbolos da nossa cultura” (Artista Morador do Conjunto Tinolândia, 2023).

Nota-se na arte e na fala do morador do conjunto “Tinolândia,” o enraizamento de uma cultura de pertencimento à civilização das águas, dos que direta ou indiretamente mantem relações com a dinâmica ribeirinha-costeira. Encontrou-se também no assentamento Vovô Índio atividades comerciais que se relacionam com rio no espaço costeiro, como fonte de recursos. Como exemplo, aponta-se um estabelecimento comercial (Figura 67) que insere entre seus produtos a venda do peixe.

Figura 67: Estabelecimento comercial no conjunto Vovô Índio, Maracanã/PA

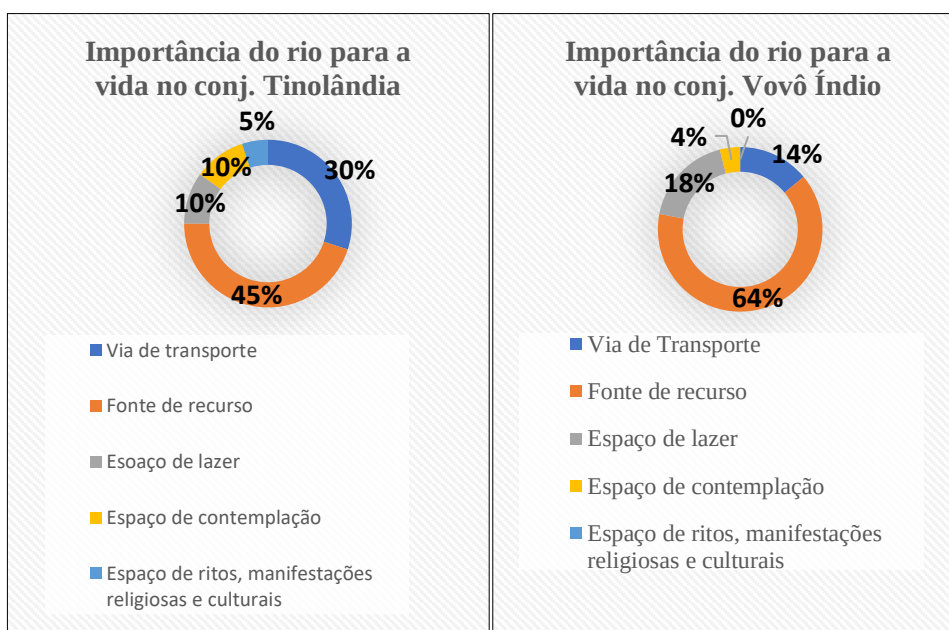


Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023)

Diante disso, nota-se que embora os conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio representem, nesta pesquisa, o padrão de estruturação intraurbano que se localiza mais distantes da frente/orla da cidade, diferentemente, dos bairros Itacoã, São Miguel e o assentamento Novo Horizonte, não possui nenhum braço do rio Maracanã que perpassasse seu entorno, imediatamente, próximo, ainda assim, as características de uma “ribeiridade” (Rente Neto e Furtado, 2015, p. 159) costeira estão presentes em seu espaço. Logo, o modo de vida amazônico se manifesta nos objetos e ações do seu cotidiano, ainda que de forma não tão intensa quanto nos espaços onde predominam as características do padrão de estruturação intraurbano ribeirinho.

O resultado dos formulários representados no Gráfico 13 a seguir, apontam que para os moradores dos conjuntos predefinidos “Tinolândia” e “Vovô Índio”, o rio Maracanã no espaço costeiro exerce função preponderante como fonte de recurso (45% Tinolândia; 64% Vovô Índio). Outras funções, também importantes, são apontadas, como via de transporte (30% Tinolândia; 14% Vovô Índio), espaço de lazer (10% Tinolândia; 18% Vovô Índio), espaço de contemplação (10% Tinolândia, 4% Vovô Índio), espaço de ritos, manifestações religiosas e culturais (5% Tinolândia, 0% Vovô Índio).

Gráfico 13: Importância do rio Maracanã no espaço costeiro para os moradores(as) dos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio



Fonte: Trabalho de campo, jun. (2023).

Diante do que foi exposto anteriormente por meio dos registros, das entrevistas e dos resultados dos formulários é possível inferir que os moradores dos conjuntos habitacionais

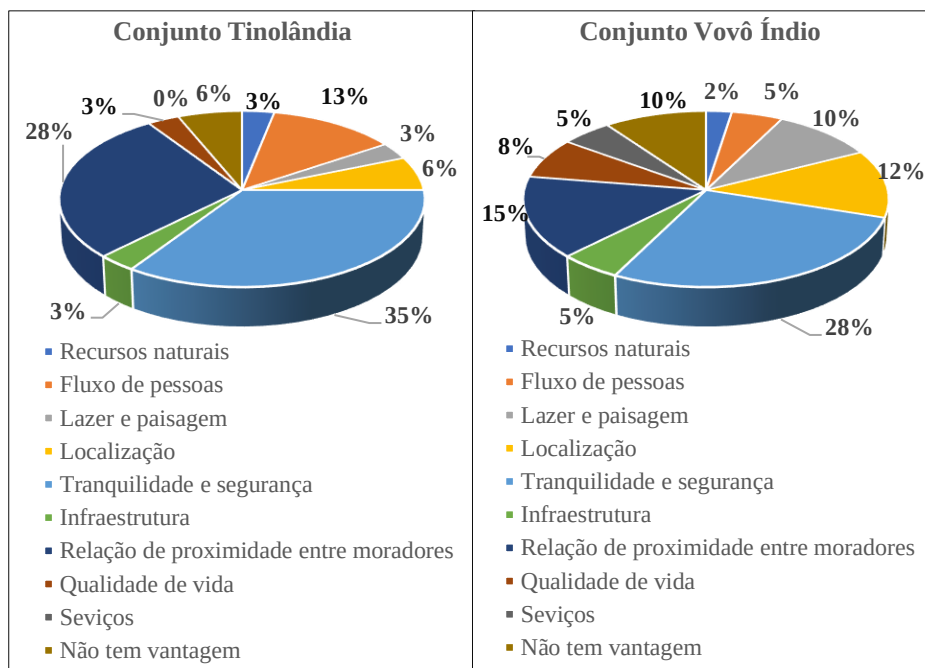
predefinidos “Tinolândia” e “Vovô Índio”, mantêm relações diretas ou indiretas com o rio no espaço costeiro, mesmo residindo distante desse recurso hídrico, pois os referidos conjuntos habitacionais encontram-se localizados as margens da rodovia PA-127, com a qual possuem relações.

A respeito das vantagens de morar nos conjuntos “Tinolândia” e “Vovô Índio, os dados” dos formulários (Gráfico 14 a seguir) indicaram as seguintes taxas: tranquilidade e segurança (35% Tinolândia; 28% Vovô Índio); relação de proximidade entre moradores (28% Tinolândia; 15% Vovô Índio). Essas duas vantagens que se destacaram com maior índice nos dois conjuntos revelam afetividade e solidariedade dos moradores pelo espaço em que vivem e pelas relações entre si.

Os moradores também apontaram como vantagens em morar nos conjuntos habitacionais “Tinolândia” e “Vovô Índio”: o acesso aos recursos naturais (3% Tinolândia; 2% Vovô Índio), que se encontram nas proximidades dos conjuntos como áreas verdes e igarapés; o fluxo de pessoas (13% Tinolândia; 5% Vovô Índio) que tem aumentado em função da expansão das áreas urbanas e instalação de novos objetos espaciais nas proximidades; o lazer e a paisagem (3% Tinolândia; 10% Vovô Índio) oferecidos no entorno próximo por meio de novos equipamentos como arena esportiva, campo de futebol; a localização (6% Tinolândia; 12% Vovô Índio) oferece acesso fácil a PA-127; a infraestrutura (35% Tinolândia; 5% Vovô Índio). Embora as ruas dos conjuntos ainda não estejam pavimentadas, os moradores sentem-se felizes por possuir casa própria, aguçando o sentimento de afetividade; a qualidade de vida (3% Tinolândia; 8% Vovô Índio) se apresenta como vantagem, ainda que de modo não tão satisfatória.

Por fim, no Gráfico 14 a seguir, o elemento “serviços” no conjunto habitacional Tinolândia, é representado pela taxa 0%, enquanto que no conjunto habitacional Vovô Índio foi considerado somente por alguns moradores (5%). Nesse sentido, a falta de emprego é uma problemática que, assim como em outros lugares da região e do país, também se faz presente na cidade de Maracaná, e deve ser pensada pelo poder público com a finalidade de buscar alternativas para amenizar esse problema. Outros moradores (6% Tinolândia; 10% Vovô Índio) consideraram não ter vantagens morar nos referidos conjuntos, como pode ser observado a seguir:

Gráfico 14: Índices de vantagens em morar nos conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio



Fonte: Trabalho de campo, jul. (2023).

Diante disso, infere-se que os conjuntos habitacionais “Tinolândia” e “Vovô Índio” são espaços com contradições, vantagens, desvantagens, continuidades e descontinuidades que se manifestam em seu cotidiano. Embora sejam concebidos pelo Estado, nesses conjuntos a homogeneização da representação do espaço é incompleta, pois ainda que suas formas representem mudanças relacionadas a um processo de urbanização mais recente, manifestam também particularidades que indicam relações com o rio no espaço costeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Maracanã teve sua origem entre rios no espaço costeiro da Amazônia Paraense, a partir das investidas estrangeiras sobre o território na segunda metade do século XVII. Nesse processo, o entrelaçamento de europeus, indígenas e africanos, produziu o espaço possibilitando a coexistência de diferentes formas, ações, costumes, valores, tradições, etc., que, em meio a mudanças, continuaram e continuam permanecendo no processo de evolução urbana desta cidade.

Diante disso, esta pesquisa esforçou-se em analisar a produção do espaço urbano de Maracanã, considerando a dialética das mudanças e permanências na dinâmica socioespacial ribeirinha, intrínseca à relação cidade-rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais oriundas da ação do Estado e do interesse do capital, como as estradas, a modernização pesqueira, as Unidades de Conservação (UC) e o turismo.

Na organização do atual espaço intraurbano da referida cidade, identificou-se mudanças e permanências relacionadas aos processos de urbanização anterior e posterior à década de 1960 na Amazônia. No período de urbanização anterior ao marco de 1960, predominou na escala regional a circulação por meio dos rios. Essa dinâmica dendrítica deu origem a diversos núcleos urbanos no Salgado Paraense, dentre os quais a cidade de Maracanã.

De acordo com esse contexto, Maracanã teve sua formação a partir do padrão de organização espacial amazônico “rio-várzea-floresta” (Gonçalves, 2015, p.79). É uma cidade com gênese datada no ano de 1653, atrelada ao modelo de urbanização tradicional (Becker, 1990, p. 141). Esse núcleo urbano Mantém fortes características de “cidade-ribeirinha” (Trindade Jr.; Silva e Amaral, 2008, p. 38), além de se relacionar, preponderantemente, com seu entorno próximo e com a região.

Por ter surgido às margens de rios e manter fortes relações com eles, criando hábitos, costumes e valores, Maracanã manifesta um modo de vida que se traduz por meio de uma “ribeiridade” amazônica (Rente Neto; Furtado, 2015, p. 159). Além disso, esta cidade experimenta a particularidade de ter influências das águas do oceano Atlântico formando, juntamente com seus rios, uma interação fluviomarítima que possibilita uma dinâmica estuarina, na qual, em certo período do ano, predominam peixes de água doce e, em outro período, peixes de água salgada (Melo, 2020).

Maracanã possui em sua área circundante uma floresta de mangue (Menezes e Mehlig, 2009, p. 35), com a qual interage por meio de práticas de subsistência e preservação orientadas por regras e normas específicas que regulam o uso de seus diversos recursos. Assim,

atributos como: sua origem histórica, localização absoluta à beira-rio no espaço costeiro, dinâmica fluviomarítima com formação de estuário, floresta de mangue, relação com seu entorno e a região, modo de vida, cultura, etc., possibilitam considerar Maracanã uma cidade ribeirinha-costeira.

A localização à beira-rio no espaço costeiro possibilitou a Maracanã a formação de uma estruturação/organização inicial intraurbana própria do padrão ribeirinho. A organização desse padrão ocorreu de forma aleatória, porém com certa lógica em sua estrutura, pois suas primeiras ruas seguem paralelas ao traçado do rio Maracanã (Trindade Jr.; Silva e Amaral (2008). Todavia, no conjunto da evolução urbana do espaço maracanaense, a cidade se (re)estruturou, formando em sua área intraurbana outros assentamentos humanos com padrões de estruturação/organização espacial que representam níveis diferenciados da influência do rio e do espaço costeiro nos seus arranjos.

Desse modo, do conjunto da evolução urbana historicamente construída, foram selecionados como recortes de análises desta pesquisa, os Bairros São Miguel e Itacoã, que juntamente, com o espaço da frente/orla da cidade, representam o padrão de estruturação/organização espacial “ribeirinho”, o qual possui forte influência do rio em seu traçado intraurbano; o assentamento Novo Horizonte que materializa o padrão “espontâneo” e os conjuntos habitacionais Tinolândia e Vovô Índio, correspondentes ao padrão “predefinido” o qual possui o menor nível de influência do rio em suas configurações intraurbanas (Trindade Jr.; Silva e Amaral, 2008).

Destaca-se que, em agosto de 2023, no período final desta análise, quando a pavimentação asfáltica dos conjuntos Tinolândia e Vovô Índio iniciaram, o poder público municipal, em sua página oficial de internet (<https://maracana.pa.gov.br/o-asfalto-chegou-no-conjunto-amazonia/>), considerou esses espaços habitacionais como um único conjunto, denominando-o de “Conjunto Amazônia”.

A partir da frente/orla da cidade de Maracanã, esta pesquisa identificou objetos espaciais/geográficos característicos de uma cidade ribeirinha costeira, como, o porto, o trapiche municipal, a feira municipal, uma rua principal (Av. Bertoldo Costa) paralela ao rio, etc. Esses são espaços tradicionais que continuam mantendo suas antigas funções no cotidiano, mesmo diante de mudanças impressas por dinâmicas territoriais mais recentes.

No porto da frente/orla da cidade identificou-se quatro áreas: porto do Botelho, porto do tiro-e-queda, área do trapiche municipal e o porto do Itacoã. Nestas áreas, embora coexistam mudanças e permanências, não houve empreendimento que descaracterizasse de forma radical

esses espaços. Nessas referidas áreas se encontra uma variedade de pequenas e médias embarcações; pescadores guardando e consertando seus barcos; extrativista saindo e retornando de suas jornadas de trabalho, com suas produções de peixes, caranguejos, mexilhões, etc.

O novo trapiche municipal recentemente construído continua desempenhando a função de embarque, desembarque de mercadorias e passageiros, o que possibilita encontros, desencontros e trocas de experiências. A partir da interação com as rodovias, o trapiche municipal tornou-se um ponto de ligação entre o fluxo do rio no espaço costeiro e o fluxo rodoviário. A feira da cidade, por sua vez é uma atividade tradicional que oferece uma diversidade de produtos oriundos da produção da pesca e da agricultura familiar, assim, continua abastecendo a população da cidade e ocupando boa parte da força de trabalho do município.

A primeira rua paralela ao rio no espaço costeiro, denominada Avenida Bertoldo Costa, se formou a partir do processo inicial da estruturação/organização espacial intraurbana, que teve o rio como referência principal na disposição de seus objetos. Nessa Avenida localiza-se grande parte do Centro Principal de Comércio e Serviços (CPCS) tradicional, constituído por diversos estabelecimentos comerciais formais e informais. Segundo o resultado dos formulários aplicados no CPCS tradicional, embora atualmente o transporte rodoviário seja o mais utilizado no deslocamento de passageiros e mercadorias, o rio Maracanã continua tendo grande importância para as atividades econômicas, mais do que no passado.

Observou-se um processo de descentralização do CPCS tradicional para as margens da Avenida Geraldo Manso Palmeira (trecho intraurbano da rodovia PA 127), onde têm surgido novos estabelecimentos comerciais, com tendência ao fortalecimento de um subcentro comercial com expressividade no bairro do Jurunas. Infere-se que esse processo esteja ocorrendo em função do poder de atração do referido eixo rodoviário e do crescimento da cidade, no entanto, o CPCS tradicional continua atraindo a população em geral, que tem o hábito de frequentá-lo para comprar os produtos do rio e vislumbrar a paisagem costeira na frente/orla da cidade.

O porto, o trapiche municipal, a feira municipal, e a primeira rua (Avenida Bertoldo Costa) paralela ao rio, são espaços onde a cultura ribeirinha-costeira se faz presente e se difunde. Isso ocorre por meio das formas, valores, costumes, hábitos e manifestações culturais tradicionais que mesmo coexistindo com elementos considerados mais recentes, os quais surgiram após 1960, se propagam na cidade e para além desta.

Nessa perspectiva, Maracanã apresenta, atualmente, formas e funções espaciais atreladas, tanto ao período de urbanização no qual prevalecia a circulação ribeirinha na região (anterior a década de 1960), quanto ao período de formação urbana amazônica, no qual se intensificou o fluxo rodoviário (após 1960). Assim, considerando as particularidades dessa cidade relacionadas à sua localização e dinâmica à beira-rio no espaço costeiro, e à sua dinâmica rodoviária, essa pesquisa também propõe classificá-la, destacando sua hibridez de transporte, como uma cidade “ribeiro-rodo-costeira”, com intensão de contribuir para a compreensão da “urbanodiversidade” amazônica.

A cidade de Maracanã se tornou uma cidade híbrida de rio e estrada, ainda na década de 1920 (Pereira, 2007), visto que, a partir da iniciativa do governo de Lauro Sodré, foram organizados os primeiros ramais rodoviários que ligaram os núcleos urbanos do litoral paraense à estrada de ferro Belém-Bragança (Leandro; Silva, 2012). Porém, foi somente após 1960 com a intensificação das rodovias, aumento do fluxo e da integração da região ao restante do país, que ocorreram mudanças, relativamente, mais intensas em Maracanã.

Assim, no espaço urbano da cidade coexistem elementos que representam mudanças e permanências, os quais registram na paisagem relações socioespaciais que indicam continuidade e descontinuidades de períodos distintos. Nesta análise, os elementos que representam permanências foram relacionados ao contexto regional por meio de dois períodos históricos (1613 a 1850 e de 1850 a 1960) da formação urbana de Maracanã, anteriores a década de 1960, com predomínio do uso dos rios como meio de transporte na Amazônia.

Os elementos que representam mudanças estão atrelados às transformações que ocorreram na cidade após 1960. Foi a partir dessa década que houve na região Amazônica maior intensificação do fluxo rodoviário e maior influência da metrópole Belém (Trindade Jr., Silva e Amaral, 2008; Trindade Jr., 2015), por meio da abertura da rodovia Belém-Brasília (Barbosa, Bentes e Raiol, 2019).

Assim, identificou-se no espaço da frente orla da cidade elementos de transição do período anterior a 1960 para o período posterior. Nesse sentido, destacou-se o prédio da Casa Comercial São Pedro e o prédio da antiga usina de arroz, empreendimentos do comerciante Galliano Cei. Este, entre as décadas de 1950 e 1960, concentrava o comércio e absorvia grande parte da produção agrícola que, em seguida, era escoada para Belém e Macapá. Inicialmente, essa produção era transportada para Belém via circulação fluviomarítima, em embarcações denominadas de Igarités e vigilengas movidas a velas com bujarronas.

Com o passar dos anos, o transporte de produtos de Maracanã para Belém passou a ser realizado por meio do ramal conhecido como “Estrada Velha”, em caminhões pau-de-arara até a cidade de Igarapé Açu de onde seguia via estrada de ferro para Belém (Leandro e Silva, 2012; Paixão, 2007; Pereira, 2007; IBGE, 1957). Essa dinâmica caracterizou o período de ordenamento territorial misto na região amazônica, no qual, embora predominasse a circulação dendrítica, já havia mudanças em suas bordas com a ativação de ferrovias e alguns ramais rodoviários (Trindade Jr., 2015; Leandro e Silva, 2012).

Após 1960, com a total integração aos fluxos das rodovias, a estruturação/organização do espaço da cidade de Maracanã, que se originou a partir do rio no espaço costeiro, ampliou-se, relativamente, em direção ao eixo rodoviário. Desde então, a interação socioespacial com outros núcleos urbanos, como Igarapé-Açu, Castanhal, Belém, etc., se fortaleceu por meio das rodovias que, ao longo dos anos, têm imprimido mudanças no espaço intraurbano local.

Além das rodovias, outras dinâmicas impactaram/impactam Maracanã, como a modernização pesqueira, as Unidades de Conservação (UC) e o turismo, as quais influenciam mudança na cidade. Como reflexo das estradas e da modernização pesqueira, Maracanã experienciou um Complexo Industrial que surgiu no contexto de uma política nacional que pretendia transformar a pesca em um potencial de desenvolvimento no país. Antes da extinção do referido Complexo Industrial Pesqueiro, Maracanã agregou à sua dinâmica socioeconômica a indústria da pesca, que, durante o período de sua atividade, contribuiu com a oferta de empregos, fortaleceu a área comercial, movimentou os ramos de aluguel, construção, lazer, etc.

A pesca continua sendo intensamente praticada em Maracanã. É uma atividade que contribui para o fortalecimento da relação cidade-rio no espaço costeiro e, assim como as atividades desenvolvidas na feira municipal, mencionada nesta pesquisa, também ocupa grande parte da força de trabalho, possibilitando alimento e renda para a população.

Em Maracanã, a pesca possui uma produção considerável que se manifesta por meio de uma diversidade de espécies de pescados. Embora os registros dessa produção, atualmente, sejam escassos, a abundância de pescados é comprovada, revelando um grande potencial produtivo. Porém, desafios precisam ser superados dentre os quais: a fraca fiscalização pelo poder público da produção e venda de pescado; falta de registros organizados da quantidade de produção de pescado no município; fraca parceria entre órgãos gestores, associações e sindicatos ligados à atividade da pesca artesanal, etc. Estes e outros desafios devem ser superados, a fim de que a produção do pescado em Maracanã resulte em benefícios mais satisfatórios ao próprio pescador artesanal, a cidade e ao município como um todo.

Com a instituição da Unidade de Conservação (UC) Reserva Extrativista (RESEX) Maracanã, novas regras de uso e preservação dos recursos do território foram estabelecidas, como preservação do mangue, não captura de espécies em período de reprodução, tipos de instrumentos permitidos para a pesca dentro dos limites do rio Maracanã, etc. Essas mudanças influenciam nas práticas tradicionais do pescador artesanal, o qual tem se esforçado para se adequar as alterações, pois necessita dos recursos naturais para sobreviver.

Nesse sentido, percebe-se a importância das secretarias e associações de apoio aos pescadores artesanais, as quais podem proporcionar maiores contribuições para essa categoria que, entre desafios e superações, luta para sobreviver. Desse modo, torna-se necessário ampliar o diálogo entre instituições e pescadores artesanais, a fim de que o processo de distribuição dos recursos destinados ao auxílio da categoria seja realizado de modo mais justo.

No que diz respeito ao turismo, observou-se que, embora seja uma atividade que provoca mudança no modo de vida das populações tradicionais (Cyrino; Trigueiro, 2017; Quaresma, 2000), também contribui para relação cidade-rio. Essa atividade atrai moradores e turistas que chegam a Maracanã em busca de lazer, principalmente em período de férias de veraneio, nas praias das localidades costeiras próximas à cidade.

Maracanã tem passado por mudanças em seu espaço intraurbano, onde o poder público construiu novos espaços na frente/orla da cidade, como academias ao ar livre, áreas de lazer, elementos simbólicos em homenagem à cultura maracanaense, mercado municipal de peixes, trapiche público, etc. Essas mudanças consistem em novos objetos geográficos que valorizam a paisagem costeira, atraem a população e fortalecem o potencial turístico da cidade.

Outrossim, observou-se que o turismo em Maracanã tem provocado mudanças no modo de vida de moradores da cidade que deixam, por algum tempo, suas casas e atividades econômicas tradicionais, como as relacionadas ao extrativismo, para trabalhar em atividades voltadas para o turismo nas comunidades costeiras durante o período de veraneio, como se percebeu no assentamento Novo Horizonte. As mudanças, influenciadas pelo turismo, nas formas e no conteúdo da cidade não eliminam a dimensão do espaço vivido (Lefebvre, 1974), ribeirinho, pois no processo dialético de mudanças e permanências socioespaciais, as novas relações não eliminam totalmente o enraizamento tradicional no espaço (Oliveira, 2001).

Maracanã possui considerável potencial para a prática do turismo, pois tem uma diversidade de atrativos naturais (praias, rios, Unidades de Conservação, áreas rurais, etc.), manifestações culturais e um importante patrimônio histórico. Contudo, precisa superar a alta taxa de informalidade das empresas; ineficiência de legislação de turismo municipal; pouco

crédito para atividades de transporte turístico e receptivo local; falta de informações ou sinalização turística dos atrativos naturais; pouca importância às edificações históricas; etc. (Pará, 2023).

Além desses desafios, necessita-se de maior inclusão ou reconhecimento das demandas da população local nos projetos voltados para o desenvolvimento turístico. É essencial assegurar o direito de participação dos sujeitos no processo de gestão, por meio de representante (s) dos moradores do lugar no(s) conselho(s) gestores para se fazer ouvir a voz da comunidade nativa.

A cidade de Maracanã, assim como, Vigia, Curuçá e Marapnim (Melo, 2020), teve sua origem na costa paraense e enfrentou, antes da chegada das estradas, um grande período de dificuldades nas interações físicas com os espaços mais dinâmicos da região amazônica. Isso refletiu em certa limitação de suas relações, mas contribuiu para um intenso enraizamento cultural que se reproduz ao longo das gerações.

Como repostas aos questionamentos norteadores desta pesquisa, pode-se inferir que a reestruturação de Maracanã, a partir de seu padrão inicial ribeirinho no espaço costeiro, ocorreu com o surgimento de assentamentos com diferentes níveis de influência do rio em seu traçado intraurbano. Não obstante, o rio Maracanã continua sendo importante na dinâmica socioeconômica e cultural da cidade, pois, embora tenham ocorrido mudanças face às dinâmicas territoriais mencionadas nesta pesquisa, o rio no espaço costeiro continua sendo um elemento presente na arte, na cultura, no lazer, na economia e, assim, na produção do espaço da cidade de, tanto na orla quanto em sua área central.

Desse modo, mesmo com as mudanças ocorridas pela influência das dinâmicas territoriais mencionadas nesta análise, Maracanã continua produzindo um espaço de resistência com características amazônicas própria da dinâmica que a cidade estabelece com o rio e o espaço costeiro. Assim, esse núcleo urbano ainda mantém fortes características de uma cidade ribeirinha-costeira que se manifestam por meio de suas paisagens; de sua localização absoluta; de sua dinâmica fluvioamarítima; de sua estruturação/organização espacial, tanto na orla quanto em sua área central; de seus costumes; de seus valores; de sua cultura; de sua economia; etc. Essas características revelam o modo de viver amazônico, dos povos enraizados à margem de mananciais com os quais se relacionam.

É nesse sentido que o termo “ribeiridade” expressa o modo de vida dos que têm a existência material e social relacionada ao mundo das águas, mundo imerso na vivência das pescas, das coletas, das mariscagens, etc. (Rente Neto; Furtado, 2015, p. 159). Mundo que deve

ser considerado de modo equitativo nos planos, projetos e programas realizados pelo poder público. Para Vicentini (2004) a resistência encabeçada pela população, por meio de suas tradições e modo de vida, concedeu às cidades da Amazônia uma maneira peculiar, um entrelaçamento de modernidade e permanência presente no mundo do trabalho e no mundo mítico, onde o imaginário a respeito da natureza está fortemente enraizado.

Maracanã é uma das cidades de origem ribeirinha-costeira, na qual o rio não define apenas os seus contornos físicos, mas continua sendo de grande importância para sociedade maracanaense, pois “é por onde navega a economia, a cultura, os símbolos, os ritos, a experiência social expressa nessas pequenas aglomerações urbanas”. Nessa perspectiva, o rio é meio de circulação, referência para o imaginário, recurso de sobrevivência, etc. (Malheiro; Trindade Jr., 2009, p. 4).

Logo, a cidade ribeirinha-costeira de Maracanã, assim como outras cidades ribeirinhas na Amazônia, não deve ser analisada como uma formação urbana que simplesmente situa-se à beira-rio, considerando que a localização absoluta não é o único elemento definidor desse perfil de cidade. Porém, deve-se atentar para a existência de seu modo de vida ribeirinho no espaço costeiro, o qual possui uma produção material, imaterial e simbólica. Além do mais, as cidades ribeirinhas não estão perdidas no passado e não devem ser compreendidas simplesmente como contraponto às cidades à beira da estrada (Trindade, Silva e Amaral, 2008).

Portanto, percebe-se a importância de se realizar pesquisas a respeito das pequenas cidades, como as cidades ribeirinhas-costeiras, que busquem a compreensão desses espaços a fim de apontar possibilidades de intervenções visando um desenvolvimento mais humano e que de fato considere a importância da vivência cotidiana tradicional, tanto para os moradores da cidade quanto para os não moradores que de alguma maneira se relacionam com ela.

É nesse sentido que a proposta de Trindade Jr. (2021, p. 319), a respeito de uma nova definição de cidade, alerta para se pensar “cidades para a floresta”, ou seja, de criar mecanismos que potencializem melhorias no cotidiano da vida urbana e que tenham afinidade com as demandas da região Amazônica. Diante de tudo, espera-se que esta análise contribua para incentivar a pesquisa de outras cidades com características ribeirinhas, a fim de melhor compreendê-las nas suas particularidades e instigar projetos de intervenção mais justos e solidários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, M. B.; BARBOSA, L. B.; SILVA, F. A. O urbano no Salgado Paraense: a pequena cidade de Marapanim nas redes de pesca. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 19, p. 29-56, 2020.
- ANDRADE, T. K.; TAVARES, M. G. O projeto de integração Amazônica visto pela turistificação dos lugares. *Confins*, n.14, março, 2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/7466>>. Acesso em: 18 Ago. 2023.
- ARAÚJO, F. F. Produção do espaço urbano e processos espaciais em Natal: o conjunto Ponta Negra em foco. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 627-644, 2013.
- AZEVEDO, L. D.; COSTA, E. S. Múltiplos territórios: o caso da rua Marechal Deodoro da Fonseca na cidade de Feira de Santana, Bahia, Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideu. **Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina**. Tema: Andar na América Latina em transformação, p.1-10. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/35.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- AGUIAR, K. Governo do Pará entrega nova PA-430 construída e pavimentada para incentivar o turismo na região nordeste. Agência Pará, 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/41777/governo-do-para-entrega-nova-pa-430-construida-e-pavimentada-para-incentivar-o-turismo-na-regiao-nordeste>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- BAIA, A. M. **Resex como mecanismo de conservação**: uma análise da importância da criação da Resex Marinha Maracanã. Orientador: David Costa Correia Silva. 2019. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Florestal), Universidade Federal Rural da Amazônia, Paragominas, 2019.
- BARBOSA, E. J. S.; BENTES, L.; RAIOL, R. K. S. Vigia de Nazaré (PA): organização socioespacial e a cidade, 1616 a 1960. In: NUNES, F. A.; KETTLE, W. O. (Orgs.) In: **Paisagens contam histórias**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019. p. 47-78.
- BARROS, S. F. S. O método regressivo-progressivo como possibilidade para os estudos das cidades médias. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v.16, n.2, p.110-125, ago./dez., 2018.
- BECHARA, E. **Dicionário da Língua Portuguesa** Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.
- BECKER, B. K. **A urbe amazônida**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- _____. Fronteira e urbanização repensadas. In: _____.; MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. (Orgs.). **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: UnB, 1990. p. 131-144.
- BEZERRA NETO, J. M. A conquista portuguesa da Amazônia. In: ALVES FILHO, A.; SOUZA JÚNIOR, J. A.; BEZERRA NETO, J. M (Orgs.). **Pontos de História do Pará**. Belém: Produção Independente, 1999. p.9-18 (Col. Pontos de História da Amazônia – Vol. 1).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Pesca no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-no-brasil>. Acesso em: 08 jun. 2023.
- CAMARGO, L. H. R. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F. A.; SOARES, L. A. A. (Orgs.). **Ordenamento territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009. p. 21- 60.
- CANTO, O. *Et al.* Conflitos socioambientais e limites da gestão compartilhada em unidade de conservação na zona costeira amazônica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1528-1552, 2020 (Ed. Especial).

CARLOS, A. F. A. “Novas” contradições do Espaço. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.63-74.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades Amazônicas. In: _____. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p.13-37.

CASTRO, J. N. C. *et.al.* Da importância estratégica na economia colonial aos processos de fragmentação territorial no nordeste paraense: dinâmicas territoriais e reprodução do espaço rural no município de Maracanã (Pará/Brasil). **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n.35, e, 32708, 2019. DOI: <10.12957/geouerj.2019.32708> . Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/32708/31614> . Acesso em: 10 mai. 2022.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. *et.al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p.295-316.

CORDEIRO, I. M. C. C.; ARBAGE, M. J. C.; SCHWARTZ, G. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: _____. *et. al.*(Orgs.). **Nordeste paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias**. Belém: EDUFRA, 2017. p.19-58.

CORNÉLIO, G. S. **A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências em Vitória do Xingu/PA face a construção da UHE Belo Monte**. Orientador: Marcio Douglas Brito Amaral. 2021. 192f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

COSTA, T. C. S. **A relação cidade e rio na Amazônia: mudanças e permanências frente ao processo de urbanização recente, o exemplo de Santarém (PA)**. Orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. 2012. 163f. Dissertação (Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

COSTA, V. P. A ocupação urbana na orla marítima de Maracanã-PA: tensões, conflitos e possibilidades para uma gestão integrada do território. Orientador: Carlos Jorge Nogueira de Castro. 2015. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Igarapé-Açu, 2015.

CONCEIÇÃO, L. C. A. *et.al.* A pesca artesanal e a sucessão geracional no município de Maracanã, Estado do Pará, Brasil. **Guaju, Matinhos**, v.6, n.1, p.70-85, jan.-jun., 2020.

CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p.49-69.

CYRINO, C. O. S. Modernização e segregação: a pesca artesanal no projeto nacional-desenvolvimentista. **Simbiótica: revista eletrônica**, v.8, n.1, p. 110-132, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/35435>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

DAMIANI, A. L. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço. In: _____.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.48-61.

ÉGLER, E. G. A zona bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 23, n. 3, p. 75-101, jul.-set., 1961.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros: volume I**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

_____. **Maracanã - PA: panorama – população no último censo**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maracana/panorama>. Acesso em: 26 Ago. 2023.

_____. **História:** Maracanã - Pará. 2017. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maracana/historico>. Acesso em: 10 jun. 2022.

_____. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC):** Marabá – Pará. 2020a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/pesquisa/1/21682>>. Acesso em: 04 set. 2022.

_____. **Cidades e Estados:** Maracanã. 2020b. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/maracana.html>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

FURTADO JÚNIOR, I.; TAVARES, M. C. S.; BRITO, C. S. F. Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueiras. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2 p. 95-111, 2016.

FERNANDES, D. S; FERNANDES, J. G. S. “Experiência próxima”: saber e conhecimento em povos tradicionais. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.9, n.1, p.127-150, jan./jun, 2015.

FURTADO, L. G. **Curralistas e redeiros de Marudá:** pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

FUSCALDO, B. M. H. O Carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n.18, p.81-105, Dez. 2014-Abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i18p81-105>. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/74966/92654>>. Acesso em: 01 Maio 2023.

FREITAS, M. A. P. de. **Zona costeira e meio ambiente:** aspectos jurídicos. Curitiba: Juruá editora, 2005.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos:** decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 6. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Câmara dos Deputados de Recife (Estado de Pernambuco); Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, 1981.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias.** São Paulo: Contexto, 2015.

HAESBAET, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004. Disponível em:<<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

HERRERA, J.A.; SANTANA, Nelivaldo Cardoso. **Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorializa- ção e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu.** GEOUSP: espaço e tempo, v. 20, p. 250-266, 2016. Disponível em:<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122657>

HONDA, Y. F.; SOBRINHO, M. V. Análise das práticas de uso e ocupação humana da Área de Proteção Ambiental da Ilha de Algodoal. In: COLÓQUIO ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE, 9; CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO, 2, 2018, Belém. **Anais do IX Colóquio Organizações, Desenvolvimento e Sustentabilidade (CODS) e II Congresso Brasileiro de Gestão (CBG).** Belém: UNAMA, v.9, 2018. Tema: Gestão dialogante e dialogada: formas, modelos e experiências. Eixo: Relações sociedade, Estado e mercado para o desenvolvimento, p.313-324. Disponível em: <http://revistas.unama.br/index.php/coloquio/article/view/1103>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HUERTAS, D. M. Fluidez territorial nas áreas de expansão da fronteira agrícola no período da globalização. **GEOUSP:** espaço e tempo, São Paulo, n.34, p.178-194, 2013. (Edição Especial).

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Portaria nº766, de 31 de agosto de 2018. Dispõe sobre regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo dos recursos naturais e pesqueiros para a gestão da Reserva Extrativista Maracanã no Estado do Pará e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 171, p. 43-45, 4 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-766-de-31-de-agosto-de-2018-39526968>. Acesso em: 02 Ago. de 2023.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ (IDEFLOR-Bio). **Refúgio de vida silvestre Padre Sérgio Tonetto**. Disponível em: < <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/22/refugio-de-vida-silvestre-padre-sergio-tonetto>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

_____. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas**. Disponível em: < <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/23/reserva-de-desenvolvimento-sustentavel-campo-dasmangabas#conteudo>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Portaria nº766, de 31 de agosto de 2018. Dispõe sobre regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo dos recursos naturais e pesqueiros para a gestão da Reserva Extrativista Maracanã no Estado do Pará e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 171, p. 43-45, 4 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-766-de-31-de-agosto-de-2018-39526968>. Acesso em: 02 Ago. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS). **Seguro-defeso: entenda o benefício para o pescador artesanal**. Disponível em: < <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/seguro-defeso-entenda-o-beneficio-para-o-pescador-artesanal#:~:text=Sobre%20o%20benef%C3%ADcio%20-%20O%20Seguro,da%20pesca%20de%20pequeno%20porte>> . Acesso em: 25 nov. de 2023.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

_____. **A Vida cotidiana no mundo moderno** (Trad. Alcides João de Barros). São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEANDRO, L. M. L.; SILVA, F. C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no Estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v.15, n.2, p. 143-174, 2012.

LIMA, M. M. **Baião: mudanças e permanências em uma cidade ribeirinha à jusante do rio Tocantins-PA**. Orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. 2010. 90f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LEAL, E. B. et. al. Análise do processo de ocupação em área de mangue no bairro de São Miguel, no município de Maracanã/PA. In: PEREZ FILHO, A; AMORIM, R. R. (Orgs.). Os desafios da Geografia Física na fronteira do conhecimento. Campinas: Instituto de Geociências – UNICAMP, 2017. p. 6804-6816.

MALHEIRO, B. C. P.; TRINDADE JÚNIOR, S.C.C. Entre rios, rodovias e grandes projetos: Mudanças e permanências em realidades urbanas do baixo Tocantins (Pará). **História Revista**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4852126>>. Acesso em: 24 Jul. 2021.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In: _____. (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

_____. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. In: **35ª Reunião Anual da Anpocs. MR-17 Vinte anos sem Henri Lefèbvre**, 2011.

MARÇAL, A. S. **Os desafios para a gestão das reservas extrativistas marinhas da Amazônia: estudo de caso Reserva Extrativista Maracanã/PA**. Orientador: Gilberto Rocha. Coorientador: Sérgio de Moraes. 2019. 159f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MARINHO, R. S. **Faces da expansão urbana em Salinópolis, Zona Costeira do Estado do Pará**. Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MATO, D. No hay saber “universal”, la colaboración intercultural es imprescindible. **Alteridades**, v. 18, n. 35, Ciudad de México, ene/jun, 2008. p.101-116. Disponível: <http://www.scielo.org.mx/pdf/alte/v18n35/v18n35a8.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

MELO, J. S. **Pequenas cidades e centralidades geográficas no Salgado Paraense**: uma análise a partir da pesca artesanal em Vigia, Curuçá e Marapanim. Orientador: Márcio Douglas Brito do Amaral. 2020. 197f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MENEZES, M. P. M.; MEHLIG, U. Manguezais: as florestas da Amazônia costeira. **Ciência Hoje**, v.44, n.264, p.34-39, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Biologia/Artigos/manguezais.pdf. Acesso em: 01 mar. de 2023.

MIRANDA, R. R; RODRIGUES, J. C. Relação campo e cidade em um subcentro regional do nordeste paraense: o caso de Castanhal. In: TRINDADE JR., S. C. C. *et.al.* (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009. p. 299-331.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In:_____. (Org.). DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28 Ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 61-77.

MOREIRA, F. F. *et.al.* A Estrada de Ferro Belém-Bragança e a formação socioespacial do município de Igarapé-Açu. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. **Anais do VII CBG**. São Paulo: Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), 2014, p. 1-12. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404333458_ARQUIVO_artigo.pdf. Acesso em: 10 Jul. 2023.

MARACANÃ. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS/ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM). Conjunto do início da cidade será contemplado com asfaltamento de suas ruas. 11/08/2023. Disponível em: <https://maracana.pa.gov.br/conjunto-do-inicio-da-cidade-sera-contemplado-com-asfaltamento-de-suas-ruas/>. Acesso em: 16 Ago. 2023.

MARACANÃ, lei 003, de 04 de julho de 2013, que autoriza o Poder Executivo municipal a desenvolver ações para implementar o programa “Minha casa, minha vida (PMCMV)”. Maracanã, Prefeitura Municipal, PA, 2003.

NAHUM, J. S. Região, discurso e representação: a Amazônia nos planos de desenvolvimento. **Boletim de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 17-31, 2011.

OLIVEIRA, J. A. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. (Orgs.). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.199-213.

OLIVEIRA NETO, T. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica. *Confins*, n.501, setembro, 2019. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/21176>>. Acesso em: 12 Jan. 2023.

OLIVEIRA, M. R. L.; NICOLODI, J. L., **A gestão costeira no Brasil e os dez anos do projeto orla. Uma análise sob a ótica do poder público**. In: REVISTA DE GESTÃO COSTEIRA INTEGRADA / JOURNAL OF INTEGRATED COASTAL ZONE MANAGEMENT, 24 de abr. 2012. Disponível em: < http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-308_Oliveira.pdf >. Acesso em: 30 junho, 2024.

PALHETA, J. M. *et al.* Conflitos pelo uso do território na Amazônia mineral. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p.1-18, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/212154/S1984-22012017000100222.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 02 mar. 2022.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. **Gerenciamento costeiro do estado do Pará**: orientações para o ordenamento ambiental. Belém: SEMAS, 2020. Disponível:< https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/SEMAS_Guia-GERCO_compressed.pdf>. Acesso: 03 de jun. 2022.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Círio de Nossa Senhora de Nazaré**. Disponível em: <http://setur.pa.gov.br/eventos/cirio-de-nossa-senhora-de-nazare-19>> Acesso em: 19 mar. 2023a.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Festividade de São Benedito**. Disponível em: < <http://setur.pa.gov.br/eventos/festividade-de-sao-benedito-2>>. Acesso em: 19 mar. 2023b.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Festividade de São Miguel Arcanjo**. Disponível em: <http://setur.pa.gov.br/eventos/festividade-de-sao-miguel-arcujo-0>>. Acesso em: 19 mar. 2023c.

PARÁ. SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO. **Inventário da oferta turística do município de Maracanã/PA. 2023d**. Disponível em: < <https://setur.pa.gov.br/sites/default/files/maracana.pdf> >. Acesso em: 3 jun. 2023.

PAULA, C. Q. O Estado como promotor da modernização que avança sobre os territórios tradicionais das comunidades de pescadores artesanais. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 7, n.13, p.85-106, 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12544> >. Acesso em: 12 Jul. 2023.

PAIXÃO, E. N. **Maracanã meu encanto**. 2 Ed. 2007.

PEREIRA, S. M. **Revendo caminhos: a saga maracanaense**. Belém: Rocha Gráfica e Editora, 2007.

PIRAUX, M. *et.al.* A relação entre diversidade espacial e diversidade da agricultura familiar no território Baixo Tocantins. In: SIMÕES, A. *et. al.* (Orgs.). **Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais**. Belém: NUMA/UFPA, 2019, p. 43-76.

QUARESMA, H. D. A. B. Unidades de conservação, pescadores e turismo: a experiência da Área de Preservação Ambiental Algodoal/Maiandeuá – PA. **Papers do NAEA**, n.134, p.1-13, 2000.

_____. O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodoal/Maiandeuá, Belém: NAEA, 2003.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n.24, p.158-182, 2015.

RICE, G.; URBAN, M. A. Where is River City, USA? Measuring Community Attachment to the Mississippi and Missouri Rivers. **Journal of Cultural Geography**, v.24, n.1, p. 1-35, 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08873630709478215>. Acesso em: 01 mar. 2023.

ROCHA, A. E. S. **São Luís, a Vila Caripi e a colonização da Região Bragantina**. Belém: 4 cores, 2015.

ROCHA, G. M.; GONÇALVES, S. F. S. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Confin**, n. 30, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/11665>. Acesso em: 01 Fev. 2023.

SANTOS, M. O retorno do território. In: _____.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20

_____. O lugar encontrando o futuro. In: _____. (org.). **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. p.155-164.

_____. **Espaço e método**. 5. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A natureza do espaço**. 4. Ed. 8. Reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, L. C. B. **Cooperação e conflitos na gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Estado do Pará**. Orientador: Heribert Schmitz. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, K. P.; COSTA, S. M. F. As articulações regionais das cidades de maré na Microrregião do Salgado (PA). In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 14, 2021. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Editora Realize, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), 2021. Tema: A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal. Eixo temático: pequenas cidades e as articulações urbano-regionais no contexto da reestruturação urbana, p. 1-16. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77889>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

SILVA, E. S. *et al.* O desafio da gestão de unidades de conservação na zona costeira amazônica: um mosaico como proposta no município de Maracanã, Pará. **Agroecossistemas**, v. 13, n. 2, p. 97-119, 2021.

SOUSA, I. S.; LIMA, S. P. M.; SANTOS, T. V. Técnica, espaço e tempo: grandes objetos urbanos e a difusão da metropolização na Amazônia brasileira. **Paper do NAEA**, v. 28, n.1, p.71-97, Jan./Abr., 2019.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

SOUZA, G. B. N. *et al.* O público e o privado na apropriação do espaço na zona costeira da Amazônia brasileira: o caso da Ilha do Atalaia, estado do Pará. **Revista GeoTextos**, vol. 12, n. 1, p. 105-131, 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/14607>>. Acesso: 14 Fev. 2022.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

_____. **Uso do solo da ilha do Atalaia no município de Salinópolis (PA): desafios para o reordenamento territorial**. Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. 2012. 144f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, 2012.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**, Barcelona, n. 93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 02 out. 2021.

SCHIEFFER, S. M.; KACHAUKJE, S. O método regressivo-progressivo de Lefebvre para investigar a produção de habitação social sobre o espaço em Ponta Grossa – PR. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 18, n. 1, p. 63–82, 2018. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.18i1.0004. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/11028>. Acesso em: 14 dez. 2023.

SCHOR, T.; OLIVEIRA, J. A. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. **ACTA geográfica**, p.15-30, 2011. (Edição especial “cidades na Amazônia brasileira”). DOI: 10.5654/actageo2011.0001.0001. Disponível em: <<https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/539>>. Acesso em: 01 Jul. 2022.

SAAVEDRA, A. **Resex marinha de Maracanã será primeira do Estado a elaborar Cadastro Ambiental Rural**. Agência Pará. 05 mai. 2022. Disponível em: < <<https://www.agenciapara.com.br/noticia/36828/resex-marinha-de-maracana-sera-primeira-do-estado-a-elaborar-cadastro-ambiental-rural>>>. Acesso em: 03 jun. 2023.

TAVARES, M. G. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação dos municípios. **Revista Acta geográfica**, v. 3, p. 59-83, 2008. Disponível em: < <http://revista.ufrr.br/index.php/actageo/article/view/204/364> > . Acesso em: 05 Ago. 2022.

TRINDADE JÚNIOR, S.C.C. Entre o público e o privado: agentes e estratégias de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará(Brasil). **Scripta Nova**, Barcelona, v.9, n.194, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-08.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

_____.; SILVA, M. A. P.; AMARAL, M. D. B. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: _____; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p.9-47.

_____.; TAVARES, M. G. C. Cidades ribeirinhas na Amazônia: uma apresentação do tema. In: _____; _____. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008. p.9-12.

_____. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **CIDADES**, v.7, n.12, p. 227-255, 2010.

_____. Cidades e centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **CIDADES**, v.12, n.21, p. 305-334, 2015. (Dossiê: Urbanização Difusa).

_____. Cidade e floresta: paisagens, interações e horizontes de vida urbana na Amazônia. **Ciência Geográfica**, v.25, p. 311-324, 2021.

_____. Urbanodiversidade e pensamento crítico contemporâneo: reflexões a partir das cidades amazônicas. In: PACÍFICO FILHO, M. *et. al.* (Orgs.). **Urbanodiversidade: possibilidades e contradições**. Palmas: EDUFT, 2022. p.25-58.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves, **O Conceito de território como categoria de Análise**. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, XV, 2010, Porto Alegre. Anais do XV Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

VESENTINI, J. W. Educação e ensino da Geografia: Instrumentos de dominação e/ou de libertação. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **A Geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Ed.UFPR, 2004.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO) CAMPUS GUAMÁ - BELÉM/ PA
LINHA DE PESQUISA: DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

APÊNDICE 01

FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO NAS RESIDÊNCIAS E ESTABELECIMENTOS QUE DESENVOLVEM ATIVIDADES FORMAIS E INFORMAIS NA FRENTE/ORLA E NO CENTRO PRINCIPAL DE COMÉRCIO DA CIDADE DE MARACANÃ/PA

Este formulário é um dos instrumentos utilizados na coleta de dados para a pesquisa que está sendo realizada a respeito da evolução do espaço urbano de Maracanã, a qual tem por título: “Das águas para a cidade e da cidade pelas águas: mudanças e permanência em Maracanã/ PA, uma cidade ribeirinha-costeira no Salgado Paraense”. Essa análise possui um caráter científico e considera a importância dos valores, dos costumes, do modo de vida, da cultura e da economia desta cidade no espaço urbano e na escala regional. É uma análise de suma importância para o conhecimento da realidade atual de Maracanã, diante das novas dinâmicas que se apresentam e impactam o espaço amazônico, sendo fundamental para se pensar novas estratégias de desenvolvimento urbano. Logo, sua colaboração enquanto cidadão(ã) participante é importantíssima, pois, você direta ou indiretamente faz parte da produção do espaço da cidade, assim, para que se possa alcançar maior consistência no resultado desta pesquisa, conta-se com sua participação. Diante disso, garanta-se que sua integridade e sua opinião serão respeitadas.

TEMA DA PESQUISA: “Cidades ribeirinhas na Amazônia: a produção do espaço urbano de Maracanã e as transformações ocorridas na cidade, por meio da influência das rodoviárias, do turismo, das unidades de conservação (UC) e da modernização pesqueira.

OBJETIVO DA PESQUISA: Analisar a produção do espaço urbano da cidade de Maracanã, considerando as mudanças e permanências na dinâmica socioespacial ribeirinha intrínseca a relação da cidade com o rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais oriundas da ação do Estado e dos interesses econômicos.

Maracanã, ____ de _____ de 202__.

I- LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:

- ☐ Área do porto do Botelho
- ☐ Área conhecida como porto do tiro-e-queda
- ☐ Área do porto do trapiche municipal
- ☐ Área da Feira da cidade, Mercado municipal e entorno
- ☐ Área do centro principal de comércio e serviços (Av. Bertoldo Costa /Av. Beira-mar, Tv. Ernesto Gomes (rua da lotérica).

II- IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

1) Nome do entrevistado: _____ Data de nascimento: ____/____/____

2) Você é natural da (s):

☐ Cidade de Maracanã☐ Comunidades costeiras do município de Maracanã☐ Comunidades do interior mais próximo das estradas no município de Maracanã☐ De outra cidade: _____

3) Como você costuma se referir ao espaço da cidade próximo ao rio Maracanã:

☐ Frente da cidade☐ Beiradão☐ Orla☐ Outro _____

4) Na orla da cidade de Maracanã, você:

☐ Desenvolve atividade econômica e reside. A quanto tempo? _____☐ Somente desenvolve atividade econômica. A quanto tempo? _____☐ Somente reside. A quanto tempo? _____☐ Somente frequenta. A quanto tempo? _____

5) Principal uso do rio Maracanã por você:

☐ Atividade trabalhista☐ Contemplação da paisagem☐ Lazer☐ Obtenção de recursos (peixe, marisco etc.)☐ Transporte☐ Turismo☐ Manifestação cultural☐ Outro _____

6) Principal uso da orla de Maracanã por você:

☐ Atividade trabalhista☐ Contemplação da paisagem☐ Lazer☐ Obtenção de recursos e serviços☐ Transporte☐ Turismo☐ Manifestação cultural☐ Outro _____

7) Qual a importância do transporte fluvial-marítimo, do rio e da orla para você:

☐ Grande ☐ Média ☐ Pequena ☐ Nenhuma**III- IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE**

1) Que atividade você desenvolve na orla? (econômica, política, cultural, administrativa, social, pessoal, etc.). _____

2) Especificação da mercadoria/serviço produzida (o), comercializada (o): _____

3) Tempo da atividade no local: _____

4) Tempo da atividade em outro local antes do atual, caso houve: _____

5) Razão da transferência de endereço, caso tenha havido: _____

6) A orla é um local importante para sua atividade? () sim () não.

Porque? _____

IV- CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NA ORLA

1) Qual a escala de alcance da atividade que você desenvolve:

() Municipal () Estadual () Regional () Nacional () Internacional

2) Sua atividade utiliza ou já utilizou o rio Maracanã para receber ou enviar mercadorias?

() Utiliza. () Não utiliza. () Já utilizou, Não utiliza mais.

2.1) Caso já tenha utilizado, qual a razão de não mais utilizar o rio no espaço costeiro para receber ou enviar mercadorias? _____

3) Sua atividade possuiu ou possui trapiche ou área de porto próprio?

() Possui () Não possui () Possui, não possui mais.

4) Sua atividade utilizou ou utiliza a rodovia para enviar ou receber mercadorias?

() Utiliza () Não utiliza () Já utilizou, não utiliza mais

5) Qual a importância do transporte fluviomarítimo, da orla e do espaço costeiro para sua atividade?

a) **Atualmente:** () muito importante. () pouco importante. () nenhuma importância.

b) **No passado:** () muito importante. () pouco importante. () nenhuma importância.

6) Qual a importância do transporte rodoviário para sua atividade?

a) **Atualmente:** () muito importante. () pouco importante. () nenhuma importância.

b) **No passado:** () muito importante. () pouco importante. () nenhuma importância

7) **Dentro do Município de Maracanã**, qual das formas de transporte abaixo é mais importante para o desenvolvimento de sua atividade?

() O transporte rodoviário

() O transporte fluvial-marítimo (rio Maracanã)

() O transporte rodoviário e fluviomarítimo

() Nenhuma

8) **Dentro do Estado do Pará** e da região amazônica, qual das formas de transporte a seguir é mais importante para o desenvolvimento da sua atividade?

() O transporte rodoviário

() O transporte fluviomarítimo

() O transporte rodoviário e fluviomarítimo

() Outras formas _____

() Nenhuma

9) Dos equipamentos a seguir, qual(is) o(s) mais importantes para o desenvolvimento de sua atividade?

() Área do porto e trapiches

() Pontos de transportes rodoviários (terminais, ponto de vans, ponto de mototáxi)

() Outros, quais? _____

() Nenhum dos equipamentos acima

V) IMPORTÂNCIA DA ORLA E DO RIO

- 1) Qual a importância do transporte fluviomarítimo para a sua atividade:
☐ Grande ☐ Média ☐ Pequena ☐ Nenhuma
 - 2) Qual a importância do rio Maracanã para a sua atividade:
☐ Grande ☐ Média ☐ Pequena ☐ Nenhuma
 - 3) Qual a importância da orla para a sua atividade:
☐ Grande ☐ Média ☐ Pequena ☐ Nenhuma
 - 4) Para sua atividade, o rio Maracanã no espaço costeiro tem importância devido? (pode marcar mais de uma opção)
☐ A beleza atrativa da paisagem natural
☐ A fonte de recurso (peixe, marisco, etc.)
☐ Ao contato da via fluviomarítima com a via rodoviária
☐ A facilidade de contato com a população ribeirinha-costeira
☐ O transporte de mercadorias e produtos/serviços
☐ Nenhuma
 - 5) Atualmente, com que frequência utiliza o transporte fluviomarítimo na atividade que desenvolve?
☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ Semestralmente ☐ Anualmente
☐ Não uso ☐ Uso sem qualquer regularidade
 - 6) No passado, com que frequência utilizava o transporte fluviomarítimo, em sua atividade?
☐ Diariamente ☐ Semanalmente ☐ Mensalmente ☐ Semestralmente ☐ Anualmente
☐ Não usava ☐ Sem qualquer regularidade
 - 7) Utiliza algum tipo de transporte (local, regional, nacional) de mercadorias e/ou de passageiros na prática de sua atividade? ☐ Sim ☐ Não.
 Se sim, especifique:
 a) Tipo: ☐ Fluviomarítimo ☐ Rodoviário ☐ Aéreo
 b) Origem e destino dos transportes:
-

VI- SOBRE O USO DA ORLA NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.

- 1) Para sua atividade, a orla tem importância devido? (pode marcar mais de uma opção)
☐ A beleza da paisagem natural
☐ Ser um local para o lazer
☐ O contato da via fluviomarítima com a via rodoviária
☐ A facilidade do contato com a população ribeirinha-costeira
☐ A facilidade do transporte de mercadorias e produtos/serviços
☐ Nenhuma
- 2) A infraestrutura (**trapiche, organização dos estabelecimentos, feira, transportes, etc.**) da orla da cidade atende às necessidades de sua atividade? ☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente
- 3) Qual o principal problema que sua atividade enfrenta na orlada cidade?

- 4) Quais as principais vantagens de desenvolver sua atividade na orla ou utilizando o rio no espaço costeiro?

- 5) A respeito das mudanças(obras) que foram realizadas na orla da cidade pelo poder público você foi:

☐ Favorável ☐ Desfavorável ☐ Depende.

4.1) Por quê/ de que? _____

6) Se o poder público quisesse reorganizar a ocupação da orla, você seria:

☐ Favorável ☐ Desfavorável ☐ Depende.

6.1) Por quê/ de que? _____

7) Você é favorável à criação de mais áreas públicas e de lazer na orla? ☐ Sim ☐ Não

8) Em que área da orla deveriam ser criadas mais áreas públicas e de lazer?

☐ Em áreas ainda naturalmente preservadas

☐ Em área sem uso específico ou subutilizadas

☐ Ao longo da orla a partir de remanejamentos

☐ Na área da feira/mercado

☐ Outros _____

9) Identifique uma ação que, ainda, deve ser tomadas pelo poder público para um melhor funcionamento da orla da cidade _____

10) Em sua opinião o rio Maracanã no espaço costeiro apresenta algum sinal de poluição?

☐ Sim ☐ Não

10.1) Em caso positivo, **quais** dos tipos de práticas a seguir estão poluindo o rio? (**se necessário pode marcar todos**)

☐ Descarte de lixo

☐ Despejo de esgoto

☐ Poluição deixada pelas embarcações (aquaviária)

☐ Outros tipos. Quais? _____

11) Que tipo de rejeito (lixo) é produzido pela atividade que você desenvolve na orla?

☐ Doméstico

☐ Outros (especificar) _____

11.1) Qual o destino desse rejeito (lixo)?

☐ Fossa

☐ Direto para o rio no espaço costeiro

☐ Para o sistema de esgoto

☐ Para o ao longo da avenida/rua

☐ Coleta pública

☐ Coleta particular

☐ Outro mecanismo. Qual? _____

12) As áreas da orla ainda não alteradas devem ser utilizadas para fins de: (pode marcar mais de uma opção)

☐ Espaços de recreação e lazer acessível a população em geral

☐ Construção de portos e trapiches públicos

☐ Construção de portos e trapiches particulares

☐ Estabelecimento de novas atividades econômicas

☐ Para assentar atividades remanejadas de outras áreas da orla

☐ Para fins habitacionais

☐ Devem ser mantidas como estão

☐ Outros: _____

VII-SOBRE AS MUDANÇAS INFLUENCIADAS, PELAS NOVAS TECNOLOGIAS, ESTRADAS, TURISMO, PESCA, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1) Os meios de comunicação (TV, telefonia celular, internet) influenciam de alguma maneira no desenvolvimento da sua atividade?

☐ Sim ☐ Não

1.1) Se sim, qual a importância desses meios de comunicação para o desenvolvimento de seu negócio?

☐ Significativa ☐ Razoável ☐ Insignificativa.

1.2) Qual (is) dos meios de comunicação a seguir são mais importantes para o desenvolvimento de seu negócio?

☐ TV ☐ Telefonia celular ☐ Internet

2) A sua atividade dispõe de máquina de cartão? ☐ Sim ☐ Não

2.1) Se sim, a quanto tempo você utiliza a máquina de cartão? _____

3) Você utiliza Pix na sua atividade? ☐ Sim ☐ Não. Se sim a quanto tempo? _____

4) Qual a importância da prática do turismo para o desenvolvimento de sua atividade:

☐ Grande ☐ Média ☐ Pequena ☐ Nenhuma

5) Quando você visita as ilhas de Algodoal e Maiandeua, seu ponto de partida é:

☐ Pelo rio, na orla da cidade ☐ Pela estrada

6) A dinâmica turística durante o veraneio **na cidade** de Maracanã é:

☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa

7) O fluxo do turismo no **município** de Maracanã é mais intenso:

☐ Na cidade ☐ Nas vilas costeiras com atrativos turísticos ☐ Nas vilas próximo as estradas

8) O Turismo em Maracanã tem impulsionado mudanças na estrutura da cidade?

☐ Sim ☐ Não

9) Você concorda que a melhoria das estradas que facilitam o acesso as localidades das ilhas de Algodoal e Maiandeua tem reduzido o fluxo do turismo, que outrora se fazia diretamente pelo trapiche municipal, via rio Maracanã, para essas referidas ilhas, influenciando negativamente na economia de Maracanã?

☐ Sim ☐ Não.

9.1) Caso sua resposta for sim, em sua opinião quais medidas poderiam ser tomadas para atrair esse fluxo turístico para as referidas ilhas diretamente pela cidade, via rio Maracanã no espaço costeiro?

10) A revitalização realizada recentemente na orla de Maracanã é um elemento que pode influenciar na atração do fluxo turístico para a cidade de Maracanã?

☐ Sim ☐ Não

11) O fluxo turístico utilizando o rio, por meio do trapiche da cidade de Maracanã, para as vilas costeiras têm sido:

☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo. Por quê? _____

12) Na sua opinião, com a instituição das Unidades de Conservação (UC) no município de Maracanã, principalmente da Reserva Extrativista (RESEX), que abrange o entorno da cidade, os recursos naturais (áreas de mangues) na orla da cidade estão mais preservados que antes? ☐ Sim ☐ Não.

13) Os órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente (ICMBIO, SEMA(S), IBAMA, ETC.), se fazem presentes com frequência, dialogando com a sociedade para orientar os usos dos recursos no espaço da orla? ☐ Sim ☐ Não.

13.1) Se sim, qual (is) órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente se fazem presentes na cidade, dialogando com a população?

14) Você é a favor da preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade e do município de Maracanã, como prédios antigos, festividades religiosas, festas juninas, danças, brincadeiras folclóricas, costumes, valores tradicionais, etc.?

☐ Sim ☐ Não. Por que? _____

15) Quais das atividades religiosas e culturais abaixo você participa na cidade?

- ☐ Círio ☐ Festa de São Miguel arcanjo ☐ Festa de São Benedito ☐ Regata ☐ Umbanda
☐ Eventos evangélicos ☐ Festas Juninas ☐ Danças folclóricas ☐ Brincadeiras juninas
☐ Carimbó.

16) Quais das comidas tradicionais a seguir você gosta?

- ☐ Açaí ☐ Peixe assado ou preparado de outro modo ☐ mariscos ☐ Maniçoba ☐ Tacacá
☐ Vatapá ☐ Bolo de macaxeira ☐ Farinha de Mandioca ☐ Tapioca ☐ Pamonha
☐ Feijoada ☐ Beiju ☐ Turu ☐ Manicuera.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO) CAMPUS GUAMÁ - BELÉM/ PA
LINHA DE PESQUISA: DINÂMICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA

APÊNDICE 02

FORMULÁRIO DE PESQUISA APLICADO AOS MORADORES DOS BAIRROS ITACOÃ, SÃO MIGUEL; ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE; E NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS VOVÔ INDIO E TINOLÂNDIA, NA CIDADE DE MARACANÃ/PA

Este formulário é um dos instrumentos utilizados na coleta de dados para a pesquisa que está sendo realizada a respeito da evolução do espaço urbano de Maracanã, a qual tem por título: “Das águas para a cidade e da cidade pelas águas: mudanças e permanência em Maracanã/ PA, uma cidade ribeirinha no espaço costeiro do Salgado Paraense”. Essa análise possui um caráter científico e considera a importância dos valores, dos costumes, do modo de vida, da cultura e da economia desta cidade no espaço urbano e na escala regional. É uma análise de suma importância para o conhecimento da realidade atual de Maracanã, diante das novas dinâmicas que se apresentam e impactam o espaço amazônico, sendo fundamental para se pensar novas estratégias de desenvolvimento urbano. Logo, sua colaboração enquanto cidadã (o) participante é importantíssima, pois, você direta ou indiretamente faz parte da produção do espaço da cidade, assim, para que se possa alcançar maior consistência no resultado desta pesquisa, conta-se com sua participação. Diante disso, garanta-se que sua integridade e sua opinião serão respeitadas.

TEMA DA PESQUISA: “Cidades ribeirinhas na Amazônia: a produção do espaço urbano de Maracanã e as transformações ocorridas na cidade, por meio da influência das rodoviárias, do turismo, das unidades de conservação (UC) e da modernização pesqueira.

OBJETIVO DA PESQUISA: Analisar a produção do espaço urbano da cidade de Maracanã, considerando as mudanças e permanências na dinâmica socioespacial ribeirinha intrínseca a relação da cidade com o rio e o espaço costeiro, face às dinâmicas territoriais oriundas da ação do Estado e dos interesses econômicos.

Maracanã, ____ de _____ de 202__.

I- IDENTIFICAÇÃO DO MORADOR (CHEFE DE FAMÍLIA) E DO DOMICÍLIO VISITADO

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Naturalidade: _____
- 4) Endereço (rua): _____ Bairro: _____
- 5) Essa comunidade é conhecida pelo nome de _____
- 6) Tempo que você mora no município de Maracanã: _____
- 6.1) Em que ano surgiu esta comunidade em que você mora: _____
- 7) Número de pessoas que moram na residência: _____
- 8) A quanto tempo reside nesse endereço? _____

9) Você tem intenção para mudar para outra área da cidade?

☐ Sim ☐ Não ☐ Depende da área

10) Qual foi seu local de moradia anterior a este atual:

11) Profissão atual: _____

12) Onde é seu local de Trabalho: _____

13) Qual a sua fonte de renda?

☐ autônomo ☐ administração pública ☐ Carteira assinada/empresa privada

☐ aposentado/pensionista ☐ Auxílio (Bolsa família, seguro defeso, etc.).

☐ outra _____

14) Grau de instrução:

☐ Analfabeto ☐ Fundamental inc. ☐ Fundamental comp. ☐ Médio inc. ☐ Médio comp. ☐ Superior inc. ☐ Superior comp.

II- IMPORTÂNCIA DO RIO MARACANÃ PARA A VIDA

1) Qual a importância do rio Maracanã para você e sua família?

☐ serve de via de transporte.

☐ é fonte de recurso (peixe, etc.).

☐ é espaço de lazer (banhos, passeios, etc.).

☐ é espaço de contemplação por sua beleza.

☐ é onde se realiza ritos e manifestações religiosas e culturais.

☐ nenhum.

2) Quando você e sua família se deslocam dentro de sua cidade qual o meio de transporte que você mais utiliza?

☐ a pé. ☐ de bicicleta. ☐ de moto. ☐ de ônibus. ☐ de carro. ☐ de van.. ☐ nenhum

3) Quando você e sua família se deslocam dentro do município ou para municípios vizinhos, vocês fazem isso principalmente:

☐ a pé. ☐ de bicicleta. ☐ de moto. ☐ de ônibus. ☐ de carro. ☐ de van. ☐ de barco/canoa. ☐ nenhum.

4) Quando você e sua família se deslocam para Belém, vocês fazem isso principalmente?

☐ de moto. ☐ de ônibus. ☐ de carro. ☐ de van. ☐ de barco/canoa. ☐ não se deslocam/deslocaram.

5) A importância do transporte fluvial, do rio e da orla para você e sua família?

Hoje: ☐ muito importante ☐ pouco importante ☐ nenhuma importância ☐ não se aplica

No passado: ☐ muito importante ☐ pouco importante ☐ nenhuma importância ☐ não se aplica

6) Importância do transporte rodoviário para você e sua família?

Hoje: ☐ muito importante ☐ pouco importante ☐ nenhuma importância ☐ não se aplica

No passado: ☐ muito importante ☐ pouco importante ☐ nenhuma importância ☐ não se aplica

7) Importância do transporte aeroviário para você e sua família?

Hoje: ☐ muito importante ☐ pouco importante ☐ nenhuma importância ☐ não se aplica

No passado: ☐ muito importante ☐ pouco importante ☐ nenhuma importância ☐ não se aplica

8) Dos equipamentos abaixo, qual(is) o(s) mais importantes para o seu transporte e de sua família?

☐ os portos e trapiches.

☐ o terminais rodoviários (de ônibus, de vã, de taxi lotação).

☐ terminal hidroviário.

☐ nenhum dos equipamentos acima.

9) Com que frequência você e sua família usam o transporte fluvial?

Hoje:

- ☐ diariamente ☐ semanalmente ☐ mensalmente ☐ semestralmente ☐ anualmente ☐ não usam
☐ sem qualquer regularidade ☐ Nenhum

No passado:

- ☐ diariamente ☐ semanalmente ☐ mensalmente ☐ semestralmente ☐ anualmente ☐ não usam
☐ sem qualquer regularidade ☐ nenhum

11) A Infraestrutura de seu bairro/assentamento/conjunto habitacional possui:

- ☐ pavimentação/asfaltamento ☐ rede de esgoto ☐ limpeza pública ☐ iluminação pública

12) Com que frequência a limpeza pública recolhe o lixo em seu bairro/assentamento/conjunto habitacional?

- ☐ diariamente ☐ duas vezes na semana ☐ três vezes na semana ☐ não recolhe o lixo

13) Qual o destino dos lixos/rejeitos domésticos e sanitários no seu bairro/assentamento/conjunto habitacional?

- ☐ Fossa ☐ Direto para o rio ☐ Para o sistema de esgoto ☐ Para o canal de acumulação ao longo da avenida/rua ☐ Coleta pública ☐ Coleta particular ☐ Queima

14) Quais equipamentos urbanos seu bairro/assentamento/conjunto habitacional possui?

- ☐ escola ☐ posto de saúde ☐ praça ☐ Banco ☐ farmácia ☐ posto de combustível
☐ abastecimento de água ☐ internet wi-fi ☐ mercantil

15) De quais serviços (açougue, mercantil, feira, água encanadas, etc.) você sente necessidade no seu bairro/ assentamento/conjunto habitacional? _____

16) Nos últimos 10 anos seu bairro teve:

- ☐ aumento da violência ☐ diminuição da violência ☐ não houve alteração

17) Quais as principais vantagens em morar/se localizar neste bairro?

- ☐ características naturais/recursos
☐ Fluxo de pessoas
☐ Lazer e a paisagem
☐ Localização (próximo ao rio, à rodovia, ao centro)
☐ Tranquilidade e segurança
☐ Terrenos mais baratos
☐ Boa infraestrutura
☐ Relação de proximidade com vizinhos e familiares
☐ Qualidade de vida
☐ Serviços
☐ Não tem vantagem

18) Quais os principais problemas/desvantagens em morar/se localizar neste bairro?

- ☐ Infraestrutura
- ☐ Violência
- ☐ Poucas áreas verdes e de lazer
- ☐ Poluição (do bairro, do rio)
- ☐ Saneamento
- ☐ Falta de água
- ☐ Poluição sonora
- ☐ Pouca possibilidade de emprego
- ☐ Não tem desvantagem

III- SOBRE O USO DO PORTO/ORLA DA CIDADE

1) Você concorda com o as ideias a seguir:

A orla de Maracanã é um lugar para “apreciar a paisagem”; “pegar um vento”; “esfriar a cabeça”; “bater um papo”; “trocar umas ideias”, e além disso, “fica no caminho pra feira”; “é o lugar da caminhada pela manhã ou a tarde”; “é o lugar do encontro” e do desencontro (ENTREVISTAS COM MORADORES E/OU USUÁRIOS DA ORLA DA CIDADE DE MARACANÃ/PA, 2023).

☐ sim, concordo. ☐ não concordo

2) Você e sua família vão regularmente à orla (beira-rio) da cidade?

☐ sim ☐ não ☐ às vezes ☐ não se aplica

3) Quando vão à orla da cidade, vão em razão de:

☐ lazer ☐ fazer compras ☐ usar o transporte fluvial ☐ contemplar o rio ☐ trabalhar ☐ outros

4) A infraestrutura da orla atende às suas necessidades pessoais?

☐ Sim ☐ Não ☐ parcialmente

5) Quais os principais problemas que a orla apresenta para você e sua família? _____

6) Quais as principais vantagens que a orla apresenta para você e sua família? _____

7) Se o poder público quisesse melhor planejar e organizar a ocupação da orla, você seria?

☐ Favorável ☐ Desfavorável ☐ Depende.

8) Identifique uma ação que deveria ser tomada pelo poder público para um melhor funcionamento da orla de sua cidade.

9) Em sua opinião o rio Maracanã está poluído? ☐ Sim ☐ Não

10) Em caso positivo, indique uma razão que esteja causando essa poluição:

☐ descarte de lixo ☐ despejo de esgoto ☐ poluição deixada pelas embarcações (aquaviária)
☐ outros tipos. Quais? _____

11) Você é favorável à criação de mais áreas públicas e de lazer na orla de sua cidade?

☐ Sim ☐ Não

12) As áreas da orla ainda não alteradas deveriam ser utilizadas para fins de:

- ☐ espaços de recreação, lazer e turismo
- ☐ construção de portos e trapiches públicos
- ☐ construção de portos e trapiches particulares
- ☐ estabelecimento de novas atividades econômicas comerciais e industriais
- ☐ para assentar atividades remanejadas de outras áreas da orla
- ☐ para fins habitacionais
- ☐ para a construção de vias públicas abertas para os rios
- ☐ devem ser mantidas como estão

13) Em que área da orla deveriam ser criadas mais áreas públicas e de lazer?

- ☐ em áreas ainda naturalmente preservadas
- ☐ em área sem uso específico ou subutilizadas
- ☐ ao longo da orla a partir de remanejamentos e desapropriações
- ☐ em áreas de feiras e mercados informais
- ☐ outras

IV- SOBRE AS MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO ESPAÇO (BAIRRO, ASSENTAMENTO, CONJUNTO HABITACIONAL) FACE ÀS INFLUÊNCIAS DA DINÂMICA DAS ESTRADAS, DO TURISMO, DA MODERNIZAÇÃO PESQUEIRA E DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

1) Os meios de comunicação (TV, telefonia celular, internet) influenciam de alguma maneira no modo de vida de sua família?

☐ Sim ☐ Não

1.1) Se sim, qual a importância desses meios de comunicação para na sua vida?

☐ Significativa ☐ Razoável ☐ Insignificativa

2) Qual (is) dos meios de comunicação a seguir são mais importantes para sua família?

☐ TV ☐ telefonia celular ☐ internet

3) Sua residência dispõe de internet fixa (wi-fi)? ☐ Sim ☐ Não

4) Sua residência dispõe de TV por assinatura? ☐ Sim ☐ Não

5) Você utiliza Pix? ☐ Sim ☐ Não. Se sim a quanto tempo?

6) Você possui?

☐ automóvel ☐ moto ☐ bicicleta ☐ embarcação ☐ nenhum

7) Qual a importância da prática do turismo para o desenvolvimento de seu bairro?

☐ Grande ☐ Média ☐ Pequena ☐ Nenhuma

8) Você considera a importância da atividade da pesca para a sociedade maracanaense:

☐ Grande ☐ Média ☐ Pequena ☐ Nenhuma

9) Em seu bairro /assentamento/conjunto tem pessoas que trabalham com a atividade da pesca e com a extração do caranguejo?

☐ sim ☐ Não

10) O turismo dinamiza seu bairro/assentamento/conjunto recebendo turistas ☐ sim ☐ não. Se sim em que época do ano _____

11) A dinâmica turística durante o veraneio na cidade de Maracanã é:

☐ Alta ☐ Média ☐ Baixa

12) O fluxo do turismo no município de Maracanã é mais intenso:

☐ na cidade ☐ nas vilas costeiras com atrativos turísticos ☐ nas vilas próximo as estradas

13) A prática do Turismo na região em Maracanã tem impulsionado mudanças na estrutura da cidade?

☐ Sim ☐ Não

14) Quando você visita as ilhas de Algodual e Maiandeua, seu ponto de partida é:

☐ Pelo rio, na orla da cidade ☐ Pela estrada ☐ não visita

15) Você concorda que a melhoria das estradas que dão acesso as localidades das ilhas de Algodual e Maiandeua tem reduzido o fluxo do turismo que outrora se fazia diretamente pelo trapiche municipal da cidade, para essas ilhas, via rio Maracanã no espaço costeiro e, que essa condição tem influenciado negativamente na economia de Maracanã?

☐ sim ☐ não.

16) Caso sua resposta for sim, quais medidas poderiam ser tomadas para atrair esse fluxo turístico para as referidas ilhas diretamente pela cidade, via rio Maracanã no espaço costeiro?

17) A revitalização da orla de Maracanã é um elemento que pode influenciar na atração do fluxo turístico para a cidade de Maracanã?

☐ Sim ☐ Não

18) O fluxo turístico utilizando o rio, por meio do trapiche da cidade de Maracanã, para as vilas costeiras tem sido:

☐ Alto ☐ Médio ☐ Baixo. Por quê?

19) Na sua opinião, com a instituição das Unidades de Conservação (UC) no município de Maracanã, principalmente da Reserva Extrativista (RESEX), que abrange o entorno da cidade, os recursos naturais (áreas de mangues) na orla da cidade estão mais preservados que antes? ☐ Sim ☐ Não

20) Existe avanço de construções em áreas inadequadas para habitação, próximo ao mangue, no seu bairro/assentamento/conjunto?

☐ Sim ☐ Não

21) Os órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente se fazem presentes no seu bairro/assentamento/conjunto, com frequência, dialogando com a sociedade para orientar os usos dos recursos nos espaços próximos as áreas de preservação (mangues, etc.)? ☐ Sim ☐ Não.

21.1) Se sim, qual (is) órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente se fazem presentes na cidade, dialogando com a população?

22) Neste bairro/assentamento/conjunto tem festividades tradicionais e religiosas, etc.?

☐ Sim ☐ Não. Se sim, quais? _____

23) Existe algum grupo folclórico neste Bairro/assentamento/conjunto?

☐ Sim ☐ Não. Se sim, qual? _____

24) Existe alguma associação de moradores neste bairro/assentamento/conjunto?

☐ Sim ☐ Não. Se sim, qual (is)? _____

25) Quais opções de lazer existe neste bairro/assentamento/conjunto? E qual(is) você e ou/sua família mais praticam? _____

26) Você é a favor da preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade e do município de Maracanã, como prédios antigos, festividades religiosas, festas juninas, danças, brincadeiras folclóricas, costumes, valores tradicionais, etc.?

☐ Sim ☐ Não. Por que?

27) Quais das atividades religiosas e culturais abaixo você participa na cidade?

☐ Círio ☐ Festa de São Miguel arcanjo ☐ Festa de São Benedito ☐ Regata ☐ Umbanda
☐ Eventos evangélicos ☐ Festas Juninas ☐ Danças folclóricas ☐ Brincadeiras juninas
☐ carimbó ☐ desfile escolar

28) Quais comidas tradicionais a seguir você gosta?

☐ Açaí ☐ Peixe assado ou preparado de outro modo ☐ mariscos ☐ Maniçoba ☐ Tacacá
☐ Vatapá ☐ Bolo de macaxeira ☐ Farinha de Mandioca ☐ Tapioca ☐ Pamonha
☐ feijoada ☐ Beiju ☐ Turu ☐ Manicuera

ANEXOS



Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANÃ
Gabinete da Prefeita Municipal



Prefeitura de
Maracanã
Quem Ama, cuida.

Lei Municipal Nº 003/2013

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a Desenvolver Ações para implementar o Programa “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV) estabelecido pela Lei Federal nº 11.977/2009, Alterada pela Lei nº 12.424/2011.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARACANÃ, Estado da Pará, Raimunda da Costa Araújo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º- O Poder Executivo Municipal fica autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a produção de unidades habitacionais, implementadas mediante termo de compromisso, firmado com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Ministério das cidades, como agentes repassadores do referido programa e/ ou do sistema Financeiro de Habitação – SFH, na forma definida pelo conselho Monetário nacional (CMN).

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizados a aportar aos beneficiários selecionados pelo programa, recursos financeiros bens ou serviços economicamente mensuráveis, visando a complementação dos recursos necessários à produção de unidades habitacionais.

§1- Os recursos financeiros a serem aportados não poderão ultrapassar o valor citado no orçamento, por beneficiários, representados pelo terreno doado e pela execução do projeto técnico social, de acordo com as cláusulas a serem estabelecidas no Termo de Acordo e Compromisso, firmado com Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

§2- As áreas a serem utilizadas no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), deverão conter a infraestrutura necessária estabelecida na Legislação Municipal.



Estado do Pará
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANÃ
 Gabinete da Prefeita Municipal



Prefeitura de
Maracanã
 Quem Ama, cuida.

Artigo 3º- Os projetos de habitação popular dentro do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias Municipal de Habitação e Assistência Social, cujas unidades habitacionais não poderão ter área útil construída, inferior 36 m2 (Trinta e Seis Metros Quadrados).

Artigo 4º- Os Investimentos relativos a cada unidade, integralizados pelo poder Público Municipal a título de complementação necessária para a construção das unidades habitacionais, não serão ressarcidos, pelos beneficiários contemplados, em conformidade com a legislação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e com o estabelecido pela Política Municipal de Habitação, vigente.

Paragrafo Único - As unidades habitacionais que serão construídas no âmbito deste programa ficarão isentas do pagamento do alvará de construção, do habite-se e do ISSQN incidente sobre as mesmas.

Artigo 5º- O executivo Municipal fica autorizado a compromissar os lotes de terreno de sua propriedade aos Beneficiários contemplados pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) acordo com os requisitos estabelecidos no Programa e pela Política Municipal de Habitação vigente.

Artigo 6º- Só poderão ser beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Urbana e Rural pessoas ou famílias que atendam ao estabelecido na Legislação do referido Programa e atendam aos requisitos estabelecidos pela Política de habitação vigente.

Artigo 7º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente e suplementadas, se necessárias.

Artigo 8º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE MARACANÃ, Estado do Pará,
 04 de Julho de 2013.


RAIMUNDA DA COSTA ARAÚJO

~~Prefeita Municipal~~
 Raimunda da Costa Araújo
 Prefeitura Municipal de Maracanã

Avenida Magalhães Barata s/n, Bairro Centro/Cep 68710-000 CNPJ-04.880.258/0001-80-Maracanã-Pa



Nº 1308 - GIOVANE BARROTI, UHE Ilha Solteira, Município de APARECIDA DO TABOADO/MS, irrigação.
O inteiro teor das Outorgas e seus Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

DESPACHO

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, torna público que, no período de 27/08 a 02/09/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

A A RIBEIRO COMERCIO DE AREIA, rio Paraíba do Sul, Município de Campos dos Goytacazes/RJ, mineração.

AGROPECUARIA PORTO ELY LTDA, Canal de São Gonçalo, Município de Arinos Grande/RS, irrigação, alteração.

ALEXANDRE SOUZA DE MORAIS, rio Purus, Município de Boca do Acre/AM, irrigação, alteração.

ALFREDO DE SOUZA SANDER, rio Mucuri, Município de Teófilo Otoni/MG, irrigação.

ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA, rio Preto, Município de Natalândia/MG, irrigação.

ANDREA VICENTINI, UHE Capivara, Município de Pedrinhas Paulista/SP, irrigação, alteração.

ANTONIO ROBERTO ZANON, UHE Canoas II, Município de Palmitos/SP, irrigação.

ANTONIO SERAFIM DA SILVA NETO, Córrego do Barreiro, Município de Montanha/ES, irrigação.

AROLD ROBERTO CANGUSSU, rio verde Grande, Município de Verdilândia/MG, irrigação.

CANTAGALO GERALD GRANS S.A, rio São Francisco, Município de Pedras de Maria da Cruz/MG, irrigação.

CELSO APARECIDO MARQUES, rio Camanducaia, Município de Camanducaia/MG, irrigação, alteração.

CLAUDIO ANTONIO LAGRIMANTE DUARTE, rio Muriá, Município de Iperema/RJ, mineração.

CLEIA DA SILVA, rio São Francisco, Município de Pão de Açúcar/AL, irrigação.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, rio Pardo, Município de Indaial/RS, abastecimento público.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG, rio Piranga, Município de Guatubara/MG, esgotamento sanitário, alteração.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE, rio Paraíba do Sul, Município de Pinheiral/RJ, abastecimento público, alteração.

CONRADO CAPE DE SOUZA, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

COOPERATIVA DE PESQUICULTURA DE SANTA FÉ DO SUL, UHE Ilha Solteira, Município de Santa Fé do Sul, aquicultura.

DAMIÃO LOPES DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação, transferência.

DEUSDETE BRANDÃO, rio São Francisco, Município de Itamará/MG, irrigação.

EDNOR EVANGELISTA MARTINS, rio São Francisco, Município de Curuçá/BA, irrigação.

EDUARDO TELES DANTAS, rio São Francisco, Município de Porto da Folha/SE, irrigação.

ELAINE DE SOUZA SANDER, rio Mucuri, Município de Teófilo Otoni/MG, irrigação.

EXTRAÇÃO DE AREIA TRANSPORTE E COM PROGRESSO LTDA - EPP, rio Paraíba do Sul, Município de Resende/RJ, mineração.

FABIANO LUCAS COELHO, rio Preto, Município de Natalândia/MG, irrigação.

FIBRIA CELULOSE S/A, UHE Porto Primavera, Município de Três Lagoas/MS, indústria, alteração.

FREDERICO DE SOUZA SANDER, rio Mucuri, Município de Teófilo Otoni, irrigação.

GIOVANE PINTO NETO, rio Pardo, Município de Barroto/SP, irrigação.

GRUPO EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIAIS LTDA, rio Iguaçu, Município de União da Vitória/PR, mineração, alteração.

HELIO CELESTINO DE CARVALHO, Açude do Estreito, Município de Espinosa/MG, irrigação.

HENRIQUE DE SOUZA SANDER, rio Mucuri, Município de Teófilo Otoni/MG, irrigação.

JOAO FRANCISCO SOARES DA SILVA, rio Verde Grande, Município de São João da Ponte/MG, irrigação.

JOAO MAXIMO DE SANTANA, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

JOSE NILTON GONÇALVES TORRES, rio São Francisco, Município de Santa Maria da Boa Vista/PE, irrigação.

JUCELINO DIAS PIMENTEL, rio Urucui, Município de Arinos/MG, irrigação.

LIVIO CESAR DANTAS UMARI, rio São Francisco, Município Juazeiro/BA, irrigação.

MAN LATIN AMERICA INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA, rio Paraíba do Sul, Município de Resende/RJ, indústria, alteração.

MANASSÉS DE OLIVEIRA SANTOS, rio São Francisco, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA, Ribeirão Cana-Brava, Município de Unaí/MG, irrigação.

MARIA MIRIS DE SOUZA, rio Preto, Município de Natalândia/MG, irrigação.

MATEUS MERLIN LOURENÇO, rio Cricaré ou Braço Sul do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/ES, irrigação.

MUNICIPIO DE MARABÁ, rio Tocantins, Município de Marabá/PA, abastecimento público.

NOE SANTOS, Barragem Cova da Mandioca, Município de Urandi/BA, irrigação.

NOVA PIRATININGA EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA, Ruzinho Riunho, rio Verde, Município de São Miguel do Araguaia/GO, irrigação.

PATRICK MARCIEL NEVES SILVA, Açude Anagé, Município de Belo Campo/BA, irrigação, alteração.

RAIMUNDA DIAS COSTA, rio São Francisco, Município de Casa Nova/BA, irrigação, transferência.

RODOLFO DE OLIVEIRA SILVA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA - SEAP Reservatório da UHE Xingu, Município de Paulo Afonso/BA, aquicultura, preventiva.

SERGIO AUGUSTO BARROS DE SOUSA, rio Paraíba do Sul, Município de Campos dos Goytacazes/RJ, mineração.

SILVINEIA MINERACAO E COMERCIO LTDA, rio Paraíba do Sul, Município de Barra do Pirai/RJ, mineração.

TONIAL EXTRACAO COMERCIO DE AREIA E TRANSP CARGAS LTDA - EPP, rio Iguaçu, Município de União da Vitória/PR, mineração, alteração.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 766, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo dos recursos naturais e pesqueiros para a gestão da Reserva Extrativista Maracanã no Estado do Pará e de outras providências (Processo nº 02656.000002/2014-13)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria da Casa Civil nº 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, e:

Considerando a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 21 de dezembro de 2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais;

Considerando a Lei 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e de outras providências;

Considerando a Instrução Normativa Ibama nº 43, de 26 de julho de 2004, que proíbe o uso de aparelhos e métodos, específicos, no exercício da pesca em águas continentais;

Considerando que a conservação da biodiversidade é essencial para a evolução e para a manutenção dos sistemas necessários à vida na biosfera e, para tanto, é necessário garantir e promover a capacidade de reprodução sexuada e cruzada dos organismos;

Considerando que as iniciativas de conservação dos recursos pesqueiros devem estabelecer sinergias e ações integradas com convenções, tratados e acordos internacionais relacionados ao tema da gestão da biodiversidade;

Considerando que a promoção da gestão compartilhada entre representantes do Estado e da sociedade civil organizada visa subsidiar a elaboração e implementação de normas, critérios, padrões e medidas para o uso sustentável dos recursos pesqueiros;

Considerando os resultados alcançados pelo Projeto PNUD BRA 07/G32 - Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil;

Considerando a valorização dos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais acerca dos ecossistemas onde se realiza a atividade pesqueira, e seus modos de organização;

Considerando os autos do Processo nº 02656.000002/2014-23; resolve:

Art. 1º Aprovar as regras comunitárias comuns e específicas para uso e manejo dos recursos naturais e pesqueiros da Reserva Extrativista Maracanã no Estado do Pará, nos termos do ANEXO da presente portaria.

Art. 2º As Reservas Extrativistas envolvidas no processo de construção coletiva para as quais se aplicam as regras comuns, contidas no capítulo I do ANEXO, visando a gestão integrada dos recursos são as seguintes: Cagge-Iperagu, Chocore-Mato Grosso, Gurupá-Vila Maracanã, São João da Ponte e Tucuruá.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

ANEXO

CAPÍTULO I

REGRAS COMUNS PARA GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHO COSTEIRAS DO ESTADO DO PARÁ

DOS CONCEITOS

I - Para efeitos dessa portaria considera-se:

I - Atividade Pesqueira: compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros.

II - Pesca artesanal: pesca de peixes, caranguejo, camarão, siris, ostra, mexilhão, entre outros produtos da biodiversidade marinha e costeira, realizada com barcos de pequeno porte e petrechos de pesca de forma autônoma ou em regime de economia familiar, observando o disposto na Lei nº 11.959/2009 (Lei da Pesca).

III - Pesca Industrial: aquela realizada por empresas ou pessoa física com empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, com barcos de grande porte, nas regiões marinhas e costeiras, utilizando-se de alta tecnologia de pesca tanto de extração como de conservação do pescado e com finalidade exclusivamente comercial (Lei nº 11.959/2009).

IV - Aquicultura: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo, equiparada a atividade agropecuária.

V - Aquicultura Familiar: a atividade de cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático, implicando a propriedade do estoque sob cultivo quando praticada por unidade familiar, nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

VI - Pesca Esportiva: pesca sem fins comerciais, cujo objetivo é o lazer ou o desporto, observando-se a Lei nº 11.959/2009.

VII - Aparelhos/Petrechos de pesca: instrumentos ou objetos necessários para executar a atividade pesqueira. Aqui serão considerados os seguintes instrumentos:

a) Pupa - coador ou sargito, confeccionado com rede e encaixado, utilizado em uma armadilha em forma de arco.

b) Terrafas - rede em forma circular com um raio de 3 a 4 metros, confeccionadas com malhas que variam de acordo com a espécie a que se destina.

c) Linha de mão - instrumento de nylon monofilamento de 1 a 2 mm, ou 2 a 3 mm de diâmetro com chumbada e um ou mais anzóis na extremidade.

d) Anzol - instrumento pontiagudo de metal em forma de gancho utilizado geralmente na extremidade de uma vara de bambu e em linha de nylon.

e) Espinheir - instrumento formado de uma linha principal (madre) da qual partem várias linhas secundárias (estropos), que se prolongam por alças de arame de aço ou latão trazendo o anzol na sua extremidade livre.

f) Catão e cambão - instrumento utilizado tanto na modalidade esportiva, como na artesanal, destinando-se a captura de espécies costeiras, bem como na pesca interior.

g) Rede/malhadeira - são aparelhos/apetrechos para pescar, flexíveis, geralmente de fibras relativamente delgadas e com malhas de tamanho menor que a menor dimensão dos peixes ou mariscos que se pretendem capturar com elas.

h) Fuzuca - Armadilha fixa de pesca composta por duas espigas (ou enfiãs) em formato de V, em cujas extremidades se prende a uma rede em forma de funil, geralmente feitas de fios de náilon. Uma das extremidades da rede é fixada no final das espigas e a outra é presa a uma estaca.

i) Curral - armadilha de pesca fixada no solo (em locais que secam e enchem com a variação das marés), constituída de varas de madeira, telas de náilon, redes e cabos de amarração. Estas formam uma parede (espina/estufa) que direciona o peixe para uma base (chiqueiro) constituída dos mesmos materiais, mas com formato arredondado ou quadrado. Pode ser feito na croa (banco de areia) ou na beirada (leito rio, furro e canais).

j) Fuzuca - armadilha fixa de pesca composta por duas espigas (ou enfiãs) em formato de V, em cujas extremidades se prende a uma rede em forma de funil, geralmente feitas de fios de náilon. Uma das extremidades da rede é fixada no final das espigas e a outra é adaptada a um chiqueiro de curral de pesca.

k) Caciuri de beirada - é um mini curral, usado nas margens de rios e igarapés. Também formado por varas fixadas no solo que direcionam os peixes a uma base arredondada (sala/chiqueiro).

l) Raboia - é uma forma de usar a rede de emalhe. Consiste em fixar uma vara e amarrar a rede deixando-a à deriva, semelhante a uma bandeira. Outra forma é utilizar uma "poita" (pedra com corda) no leito da vara.

m) Socó - apetrecho formado por um conjunto de talas (60 - 70 cm de comprimento) amarradas em forma de cone. Seu uso consiste em lançá-la sobre os peixes e camarões e deixá-los presos. Coleta-se o produto da pesca pela parte superior.

n) Moponga - arte de pesca que consiste em fazer um círculo/cerco com a rede, ficando pessoas dentro do círculo para espantar os peixes em direção a rede. Utilizada na região dos campos alagados.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0515201809040043



o) Peneirão - assemelha-se a um peneiro, com um metro de abertura (boca) e cerca de 60 centímetros de profundidade, é usado em duas pessoas que vão arrastando e utilizando como se fosse uma peneira para captura do peixe ou camarão.

VIII - Métodos de captura de caranguejo:

a) Braseamento - consiste em usar o braço na toca dos caranguejos durante o período de maré baixa, retirando-os apenas com a mão.

b) Tapagem (cercamento) - consiste em tapar a entrada da toca do caranguejo com sedimento lodoso do mangue, para que o caranguejo fique sem ar e procure a entrada da toca, posteriormente, o pescador introduz o braço no buraco retirando o caranguejo.

c) Gancho/cambito - petrecho de pesca cuja extremidade forma um gancho, e puxa os caranguejos até o exterior das tocas.

IX - Poluição Sonora: Toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, ao meio ambiente, à segurança e ao bem-estar da coletividade.

X - Poluição Sonora: Toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, ao meio ambiente, à segurança e ao bem-estar da coletividade.

DOS TIPOS DE PESCA E AQUICULTURA

2. Para os efeitos desta portaria, a pesca e a aquicultura deverão ocorrer nos seguintes termos:

I - Pesca artesanal: é permitida aos beneficiários e usuários para consumo, desde que respeite os instrumentos de gestão de cada reserva extrativista. A comercialização é permitida somente aos beneficiários cadastrados de acordo com o perfil de cada unidade de conservação.

II - Pesca Industrial: não é permitida nas reservas extrativistas marinhas costeiras objeto desta portaria.

III - Aquicultura: é permitida aos beneficiários das reservas extrativistas objeto desta portaria, mediante prévia apresentação de projeto técnico ao ICMBio, para análise e aprovação do Conselho Deliberativo e com a autorização dos órgãos competentes e sempre com utilização de espécies nativas, desde que a sua implantação não cause danos ambientais conforme estabelece a legislação vigente, como por exemplo: desmatamento na cobertura vegetal (mangue), retirada de sedimento e mudanças no fluxo das marés e cursos de rios e igarapés.

a) Para a atividade de aquicultura será permitido o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento desta atividade, desde que a gestão efetiva do empreendimento seja de responsabilidade dos beneficiários.

b) A realização de atividades de aquicultura familiar, que utilizam práticas tradicionais de manejo, deverão ser comunicadas ao órgão gestor, observando-se a Lei nº 11.326/2006.

IV - Pesca esportiva: A pesca esportiva, quando realizada na reserva extrativista por não beneficiários, será permitida apenas na modalidade "pesque e solte", sem o direito à cota de transporte de pescados e no contexto de turismo de base comunitária.

DOS RECURSOS PESQUEIROS E SUAS FORMAS DE MANEJO

3. Para efeito desta portaria, as formas de manejo e extrativismo dos recursos pesqueiros deverão estar de acordo com as regras abaixo:

I - Camarão: é permitida a pesca do camarão, nas seguintes condições:

a) Com o uso da tarrafa com o comprimento máximo de 4 metros e malha mínima de 12 mm; e

b) Com o uso do puçá de arasto com as seguintes dimensões: malha saco timel de 7 mm, malha do meio de 10 mm, malha da boca de 12 mm, comprimento máximo de 6 m e largura máxima de 5 m.

II - Ostra, mexilhões e sururu: para o manejo destes recursos não é permitido o corte das raízes e a retirada da pedra de fixação para a coleta.

a) Para sua extração não é permitido o uso de pá, enxada e outros instrumentos que danifiquem o seu substrato (pedra e/ou raízes de fixação).

III - Turu: só será permitido o extrativismo com o uso do machado, sendo proibido o uso de motosserra.

a) Não é permitida a derruba de árvores que facilitem a brotação do turu.

IV - Caranguejo: a captura desse recurso seguirá as seguintes regras:

a) Permissão à captura, para fins de comercialização, somente aos beneficiários das reservas extrativistas objeto desta portaria.

b) O tamanho da carapaça deverá ser igual ou superior a 7 cm.

c) A extração deverá ser realizada utilizando-se a técnica de braseamento, com ou sem o uso do gancho.

d) Não é permitido o uso de outros apetrechos para a coleta com exceção das unidades de conservação que possuem instrumentos jurídicos que regulamentem o uso desses apetrechos.

e) É proibida a captura, transporte e a comercialização da fêmea (conhecida popularmente como condurru ou condessa).

f) Durante o período de anada, é proibida a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização, o armazenamento e a comercialização do caranguejo.

g) Não é permitida a captura com a retirada de partes isoladas do caranguejo.

h) Não é permitida a derruba do mangueiro (manguezal) e o corte de suas raízes para a coleta de caranguejo.

DOS PETRECHOS E INSTRUMENTOS DE PESCA

4. Para efeitos desta portaria, os petrechos e instrumentos de pesca deverão seguir as seguintes especificações:

I - Rede/malhadeira: a localização, tamanho (comprimento e altura) deste petrecho terá regra específica para cada reserva extrativista objeto desta portaria.

a) A menor malha de rede permitida é de 25 mm entre nós, para as áreas de estuário e áreas costeiras.

b) As redes com malha inferior a 25 mm poderão ser permitidas para as pescarias da praiateira e caica e terão regramento específico de cada unidade.

c) As redes com malha maior ou igual a 30 mm entre nós são permitidas para rios e igarapés das águas estuárias. O comprimento e altura máxima permitidos serão especificados para cada UC.

d) É proibido o uso de rede apitada, escorada, afinhada ou ferreada.

II - Tarrafa esquerda: a malha mínima permitida para captura é de 18 mm entre nós, e comprimento máximo de 3 metros, com exceção das reservas extrativistas marinhas Caeté-Taperaçu e Gurupirã que permitem malha mínima 12 mm, entre nós, com comprimento 1,5 m.

III - Linha de mão, espineira, tiradeira, anzol, canço e cambio: o uso desses apetrechos é permitido, mas o limite de número de anzóis será especificado para cada uma das reservas extrativistas objeto desta portaria.

IV - Tapagem, cercamento: não é permitida a tapagem de rios e igarapés; com a exceção nos braços de igarapés pequenos (afluente/canal secundário) que enchem e secam de acordo com a maré, ou seja, áreas alagáveis conforme o fluxo de marés.

V - Oculos (visseiras), físgas, uso de objetos de ruído e lanterna no mergulho: não é permitido o uso.

VI - Fuzarca: não é permitido o uso.

DO EXTRATIVISMO DE RECURSOS NÃO PESQUEIROS

5. Para efeito desta portaria, o extrativismo dos recursos não pesqueiros deverá ocorrer nos seguintes termos:

I - Produtos florestais madeireiros e não madeireiros:

a) É permitida aos beneficiários das reservas, a extração de madeira e a utilização de madeira caída para seus usos tradicionais, tais como: construções de ranchos de pesca, apetrechos de pesca e instrumentos de produção cultural. Tal atividade deve ser previamente autorizada pelo ICMBio, de acordo com a metodologia de monitoramento aprovada pelos respectivos conselhos deliberativos, respeitando a legislação e normas vigentes.

b) O extrativismo de frutos, sementes, cipós, folhas, cascas, óleos e resinas é permitido aos beneficiários para fins de uso medicinal, artesanal, cultural, alimentício, construção de apetrechos de pesca e ferramentas de trabalho. Entretanto, os frutos devem ser colhidos quando maduros.

c) Não é permitida a técnica de anelamento e a derrubada de árvores para a extração das cascas, conforme a legislação e normas vigentes.

II - Recursos minerais (barro, argila, pedra, piçarras): é permitida a extração aos beneficiários da reserva extrativista para fins de construção, benfeitorias e artesanato, ou seja, para a manutenção cultural e uso familiar, desde que esteja de acordo com o planejamento delimitação e demais instrumentos de gestão da UC e autorizado pelo ICMBio.

III - Caça e minhaias: é proibida a caça e a destruição de minhaias nas unidades de conservação objeto desta portaria.

DAS REGRAS GERAIS DE USO DO TERRITÓRIO

6. É permitido aos beneficiários das reservas extrativistas o levantamento de construções, sempre que o objetivo for moradia, rancho de pesca, trapiche, barra de praia, ou outras edificações que sejam do interesse dos beneficiários, com a consulta à concessionária e ao ICMBio, considerando as especificidades e os instrumentos de gestão de cada reserva extrativista e não dispensando as devidas autorizações, se for o caso.

7. É proibida a venda de terreno ou qualquer área que esteja no interior da reserva extrativista.

a) No caso da venda das benfeitorias, essa somente será permitida às pessoas que se enquadram no perfil dos beneficiários da reserva extrativista.

8. Não são permitidas ações que provoquem poluição ou degradação da qualidade ambiental, tais como, despejar nos rios e igarapés os restos de combustíveis e materiais não biodegradáveis como, por exemplo, plástico, vidro, metal ou outros resíduos sólidos.

a) Cada usuário e beneficiário deverá dar o destino adequado ao lixo doméstico.

9. É proibida a poluição sonora, ou seja, toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, ao meio ambiente à segurança e ao bem-estar da coletividade, no interior da reserva extrativista.

a) As emissões de som deverão seguir o padrão máximo permitido, sendo durante o dia 65 decibéis e durante a noite 55 (em acordo com as recomendações da NBR 10151 da ABNT), com exceção das festividades tradicionais mediante a autorização dos órgãos competentes.

CAPÍTULO II

REGRAS COMUNITÁRIAS ESPECÍFICAS PARA GESTÃO E ORDENAMENTO TERRITORIAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÁ DO PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL NA RESERVA

10. Para fins de usos e normas específicas, ficam definidas seis áreas na reserva extrativista Maracanã, a saber:

I - Área 01. Região Rio Maracanã: corresponde à baía de Maracanã, da Comunidade do São Tomé acima, incluindo a Ilha do Cumaru e furo do Cumaru e o rio Maracanã da boca da barra acima até o final do limite da Reserva, passando pela zona urbana de Maracanã, passando em frente à comunidade do Derrubado, ilha do Cumaru, furo do Cumaru, Rio Maracanã até as proximidades da comunidade de Bacuriteua. Envolve os polos comunitários: Cidade, São Cristóvão e Itamaraty. Essa região é de uso comum com a reserva extrativista Chocóate-Mato Grosso, por isso foram estabelecidas regras comuns para as duas UC.

II - Área 02. Região Caripi: inicia-se na barra do Rio Caripi acima até o limite da Reserva. Os polos comunitários que manifestaram ter relação com a área são: Cidade, Itamaraty e São Roberto.

III - Área 03. Região Baía de Maracanã: corresponde à baía de Maracanã da comunidade do São Tomé abaixo até a foz nos limites da Reserva, incluindo a Ponta do Marco. Os polos comunitários que manifestaram ter relação com a área são: Cidade, 40 do Mococa, Tanhua, Aricuri e Penha.

IV - Área 04. Rio São Paulo: corresponde à área da foz do Rio São Paulo acima até o limite da reserva. Os polos comunitários que manifestaram ter relação com a área são: Tanhua e Mota.

V - Área 5. Praia da Marieta: corresponde à faixa terrestre, incluindo as dunas da região da Marieta e lamina d'água em frente à faixa de praia até o limite da Reserva. Os polos comunitários que manifestaram ter relação com a área são: Tanhua, Penha e Mota.

VI - Área 06. Região de Cuinarana: Corresponde ao rio do 40 do Mococa, Rio do Seco e Rio Cuinarana e afluentes. Os polos comunitários que manifestaram ter relação com a área são: Aricuri e 40 do Mococa.

DOS USOS E MANEJO DOS RECURSOS PESQUEIROS

11. Ficam estabelecidas as seguintes regras comuns de uso específicas para as seis áreas da Reserva Extrativista Maracanã:

I - É permitido o uso e manejo dos seguintes recursos pesqueiros:

a) Camarão: é permitida a pesca do camarão segundo o estabelecido nas regras comuns, com as seguintes complementações: o matapi com espacamento de 1 cm entre as talas é permitido somente no período chuvoso, que compreende os meses de novembro a abril. O uso do puçá é proibido nos poços de criação e proibido o uso de puçá murado; na Área I - Rio Maracanã: A tarrafa camaroneira é permitida com comprimento até 3 metros e malha mínima de 18 mm entre ângulos.

b) Caranguejo: é permitida a coleta segundo o estabelecido nas regras comuns; tendo o limite de 100 caranguejos por tirador por dia. Não poderá ser utilizado o ferro de cova. Para comercialização o tamanho mínimo da carapaça (dorso) deverá ser de 7 cm.

DOS APETRECHOS/INSTRUMENTOS DE PESCA

12. É permitida a instalação e funcionamento de um curral/arte fixa por família beneficiária, podendo esse ser do tipo beira/cambo (com uma espia) ou crôa/enfia (com duas espias), desde que sejam atendidas as seguintes condições:

I - curral de crôa/enfia: deve ter tela/malha do depósito com espaçamento mínimo de 30 mm entre nós e espaçamento de 100 mm entre as varas da espia. Sendo que a espia deve ter comprimento máximo de 120 m e abertura máxima de 150 m. A distância mínima entre dois currais deve ser de 25 m.

II - curral de beira/cambo: com espia de no máximo 60 m de comprimento, espaçamento mínimo de 2 cm entre talas no depósito e 3 cm entre talas da espia.

III - É proibida a instalação de qualquer tipo de curral nas áreas 5 (Praia da Marieta) e na área 1 no trecho do Rio Maracanã que faz limite com a reserva extrativista Chocóate-Mato Grosso.

IV - É proibida a instalação e funcionamento de curral, bem como a permanência de estrutura de currais desativados, que causem embargo e/ou comprometam a segurança da navegação.

V - É proibida a venda de curral e/ou parangem.

VI - A instalação e funcionamento de artes fixas/currais deverá ser autorizada pela AUREMAR, com assessoria do ICMBio, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Conselho Deliberativo.

VII - Havendo a demanda dos polos comunitários, poderá ser criada uma comissão de pescadores "curralistas", que, conforme regulamentação do Conselho Deliberativo, possam auxiliar na organização e regramento dos currais nas áreas da reserva extrativista Maracanã.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 0515201809040044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



13. É permitido aos beneficiários da reserva a pesca artesanal de forma sustentável para consumo e comercialização, utilizando os seguintes apetrechos:

I - tarrafa esquerda: de até 3 m de comprimento e com malha de no mínimo 18 mm entre ângulos opostos de malha esticada.

II - tarrafa camareira: até 4 m de comprimento e malha mínima de 18 mm entre ângulos opostos.

III - tarrafa pesqueira: com malha mínima de 25 mm entre ângulos opostos.

IV - puaça: com no máximo 3 m de comprimento e a malha do fundo/saco/túnel de no mínimo 15 mm entre ângulos opostos;

V - canhão/linha de mão/espínha/anzol/tradeira: no limite de 300 anzóis por pescador na Área 1 e 1.500 anzóis por pescador nas demais áreas da Reserva extrativista;

VI - rede/malhadeira: desde que não esteja apoitada, não ultrapasse 1/3 da largura do ambiente aquático, independente da forma como estejam dispostos no ambiente e obedecendo os seguintes limites:

a) Na área 1 - rio Maracanã: proibido qualquer tipo de rede de janeiro a julho, sendo permitido de agosto a dezembro rede de beirada com até 60 m de comprimento com malha entre 25 mm e 40 mm entre nós;

b) Na área 2 - rio Caripi: permitido no trecho do Rio Caripi entre a localidade "Ponta da Paciência" e "Passagem" rede com até 2 panagens ou 200 m de comprimento, com malha de 25 a 60 mm entre nós;

c) Na área 3 - baía de Maracanã: é permitido o ano inteiro redes com malhas entre 30 mm e 60 mm entre nós até o comprimento de 1.000 m; redes com malha de 25 mm entre nós até 500 m de comprimento. E no período de setembro a janeiro redes com malha de 20 mm e até 200 m de comprimento. Também é permitido o uso de estacada no trecho da Baía Maracanã entre a comunidade de Itacurua até a boca do furo do 40 do Mococa, desde que não sejam colocadas nas entrelhas dos currais, tenham malha mínima de 25 mm entre nós e comprimento de até 200m;

d) Na área 4 - rio São Paulo: permitida rede com malha de 30 mm e 40 mm entre nós e até 1.000 m de comprimentos. Sendo que, no período de setembro a fevereiro, é permitido rede com malha de 20 mm e 25 mm entre nós com até 500 m de comprimento;

e) Na área 5 - Maratã: permitida rede com malha entre 20mm e 60mm entre nós, com comprimento inferior ou igual a 100m. Sendo permitido ribeira.

f) Na área 6 - rio Cuinarana: proibido o uso de qualquer tipo de rede no furo do 40 do Mococa, Rio do Seco e Cuinarã. No restante da área 6 é permitido rede com malha de 30 mm entre nós com até 600 m de comprimento; rede com malha entre 35 mm e 40 mm entre nós com até 700 m de comprimento e rede com malha de 50 mm a 60 mm entre nós com até 1.000 m de comprimento;

14. É permitido aos beneficiários da Reserva extrativista, de forma sustentável, a pesca/captação de camarão, siris, tui, mexilhão, caramujo, sarambi e outros para consumo e comercialização. Sendo proibida a pesca de siris ovada e mexilhão com tamanho inferior a 5 cm, e demais condições a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

15. É proibida a pesca na Reserva extrativista Maracanã mediante o uso de técnica predatória, instrumento proibido, explosivo, erva ou substância química de qualquer natureza, peneira, furaca, puaça de murada, tapagem, moponga e outras técnicas que venham a ser reconhecidas como predatórias. Caberá ao Conselho Deliberativo avaliar e manifestar para diminuir dúvidas quanto ao método ou apetrecho predatório e suas características.

16. A pesca esportiva é permitida, desde que regulamentada pelo Conselho Deliberativo e autorizada pela AUREMAR, conforme CCDRU.

DAS REGRAS GERAIS O USO DO TERRITÓRIO

17. É proibido o uso de embarcações de grande porte, ou seja, com arqueação bruta - AB igual ou maior que 100, para atividades pesqueiras no interior da reserva extrativista; já as embarcações de pequeno e médio porte são permitidas e devem ter identificação, as embarcações dos beneficiários devem estar cadastradas na AUREMAR e/ou AUREM-CMG.

18. Lixo e resíduos combustíveis: de acordo com regra contida no capítulo I das regras gerais, com as seguintes complementações: é proibido a queima de lixo no interior da reserva extrativista. As barracas de praia deverão se responsabilizar pelo lixo produzido.

19. É permitido o turismo desde que atenda todos as especificações a seguir:

a) Deverá ser Turismo de Base Comunitária, ou seja, tenha a participação comunitária no planejamento e desenvolvimento do turismo.

b) Seja previamente apreciado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista e pelo ICMBio, com órgão autorizador.

c) Não cause transtornos aos meios de vida, meios produtivos e a manifestação cultural dos extrativistas.

d) Obedeça às regras estabelecidas em normativa específica aprovada pelo Conselho Deliberativo e pelo ICMBio.

20. Áreas restritas no interior da RESERVA EXTRATIVISTA: são espaços geográficos delimitados, reconhecidos pelos beneficiários e usuários da Reserva extrativista como proibidos para o extrativismo com o objetivo de promover a conservação da natureza a longo prazo, com seus ecossistemas associados e valores culturais, nessas áreas são permitidas as atividades de turismo e pesquisa.

a) Área 01- Rio Maracanã: do Mangal da Ilha, até o igarapé Mato Grosso; Igapó do Bacabal; cabeceiras dos rios: Pacuá, Bacabal, Mato Grosso, Trombetas, na região de Bacurituba, Trombetas, Rio Peri-Miri, na região de Peri-Miri; Mata do Jari, Ilhas: da Beleza, da Sol Viana, do Lazo e da Bacabal, na região da cidade de Santarém Novo, Ilhas: do Arembaú e Sucurijugara, na região de Pedrinhas; Ilha São Miguel na região de Faustinal; Lago da Pratinha, Vela Velha e Campo do Meio, na região de Fortaleza.

b) Área 03 - Baía de Maracanã: Estuário da Ilha do Marco - nas Ilhas: dos Passaros, Coruja, Camaleão; no trecho da Praia do Ancuru com manguezal; Rio Grande, e nos Igarapés: Sumatma, Samatã, São Brás, Carimã.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21. É obrigatório, as pesquisas apresentadas ao SISBIO, garantir a devolutiva dos resultados às comunidades, quando afetarem ou transferirem informações relevantes sobre as comunidades.

a) Para pesquisas que envolvam acesso a informação tradicional e/ou vivência na comunidade os pesquisadores e responsáveis deverão buscar a concordância das comunidades envolvidas por meio de termo de consentimento.

22. É de responsabilidade de toda e qualquer pessoa que faça uso efetivo ou eventual dos ambientes dentro dos limites legais das Reservas Extrativistas, o cumprimento desta portaria.

23. O monitoramento das Regras Comunitárias de Uso e Manejo dos Recursos Naturais e Pesqueiros, contidos nesta portaria será realizado por grupo criado no âmbito do conselho deliberativo, sendo o conselho o fórum adequado para deliberar sobre problemas decorrentes da execução das regras.

PORTARIA Nº 767, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº 638/Capa Civil, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), com a finalidade de constituir termo de compromisso com moradores e ex-moradores da região conhecida como "Retiro" e vale do Rio Bocaina, dentro dos limites do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Art. 2º O GTI será composto pelos seguintes membros, que serão indicados por dirigentes das instituições envolvidas, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data de publicação desta Portaria:

I - Três representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com representação da Sede e da Coordenação Regional (CR1-Lagoa Santa);

II - Um representante ligado ao Conselho de Estudos em Temáticas Ambientais (Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAPIC/UFMG);

III - Três representantes do Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Minas Gerais;

IV - Um representante do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Art. 3º A participação dos moradores e usuários é assegurada em todos os momentos do processo.

§1º Deverá ser também indicado um suplente para cada representante, que o substituirá nos casos de afastamento (ferias, licenças ou outro).

§3º Os Conselhos do Parque Nacional da Serra do Cipó e da APA Morro da Pedreira deverão ser informados das ações do GTI, bem como suas contribuições devem ser consideradas ao longo de todo o processo.

Art. 4º O GTI elaborará Plano de Ação e respectivo cronograma, no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação desta Portaria, com o objetivo de construir:

1 - Termo de Compromisso visando compatibilizar os objetivos de proteção integral do Parque Nacional da Serra do Cipó com os direitos, modos de vida, uso e ocupação de seus recursos naturais pelos moradores e ex-moradores da região conhecida como "Retiro" e vale do rio Bocaina.

Art. 4º A elaboração, implementação e monitoramento do referido Termo de Compromisso será coordenado pelo ICMBio, em parceria com os demais membros do GTI.

Art. 5º O GTI poderá convidar representantes de outras organizações governamentais, representantes da sociedade civil e pessoas de notório saber para contribuição na execução dos trabalhos.

Art. 6º O prazo para conclusão dos trabalhos do GTI é de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período.

Art. 7º A participação no GTI não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO,
ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 188, DE 31 DE AGOSTO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, usando da competência atribuída pela Portaria nº 217/MMA, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2016, e Portaria nº 474/ICMBio, publicada no Diário Oficial da União de 10 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público relatório trimestral de desempenho e execução das atividades da experiência-piloto da modalidade de teletrabalho no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), regulamentado por meio da Portaria nº 461-MMA, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2017, atendendo ao disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA MACHADO CABRAL COIMBRA ARAUJO

ANEXO

Unidade Organizacional: Coordenação-Geral de Avaliação de Impactos - CGIMP/DIOH
Período de Avaliação: 10/05/2018 a 09/08/2018.

MATRÍCULA	SLAPE DO SERVIDOR	DO GANHO DE PRODUTIVIDADE INSTITUCIONAL (%)
447009		+24,01%
1361673		+30,43%
1513098		+49,6 %
1724432		+49,74%
1365463		+41,35%

*Fórmula GP: GP = média do prazo pactuado - média do prazo executado / média do prazo pactuado * 100.

Os Relatórios Trimestrais de Desempenho - Teletrabalho CGIMP e Relatórios de Desempenho - Teletrabalho SEI nº 0207000053/2018-28.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 3, de 27 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial da União, dia 28 de agosto de 2018, seção 1, página 58, nos seguintes termos:

Onde se lê: " Inclui a situação "suspensão" no demonstrativo da situação das informações declaradas no Cadastro Ambiental Rural - CAR, para os fins do disposto no inciso II do caput do art. 3º do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, e do art. 20 do Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014".

Leia-se: " Inclui a situação "suspensão" no demonstrativo da situação das informações declaradas no Cadastro Ambiental Rural - CAR, para os fins do disposto no inciso II do caput do art. 3º do Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, e do art. 20 do Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014".

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 8.997, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e

Considerando a inconstitucionalidade da fonte 64 - Título da Dívida Agrária para atender despesas relativas à ação "Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária", no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2017, concernente à fonte 76 - Outras Contribuições Sociais, para a execução das referidas despesas;

Considerando o resultado financeiro negativo da fonte 86 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas, de acordo com a Portaria STN nº 245, de 28 de março de 2018, e a oportunidade de aproveitamento do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do ano de 2017, referente à fonte 42 - Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Flúidos, Exceto no Pré-Sal ou em Áreas Estratégicas, com vistas à realização da ação "Apoio à Resiliência em Saúde", no Ministério da Educação - Administração Direta, bem como a regularização do mencionado resultado financeiro; e

Considerando o resultado financeiro negativo das fontes 18 - Receitas de Concursos de Prognósticos e 86, indicado na Portaria STN nº 245, de 2018, e a viabilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2017, relativo à fonte 80 - Recursos Próprios Financeiros, para permitir a "Concessão de Financiamento Estudantil - FIES (Lei nº 10.260, de 2001)", em Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES - Min. da Educação, e, também, a correção do referido resultado, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, no que concerne à Presidência da República, ao Ministério da Educação, e a Operações Oficiais de Crédito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152018090400045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.